UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

LUIZA FERREIRA LIMA

**A “VERDADE” PRODUZIDA NOS AUTOS:
uma análise de decisões judiciais sobre retificação de registro civil de pessoas
transexuais em Tribunais brasileiros**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2015

LUIZA FERREIRA LIMA

**A “VERDADE” PRODUZIDA NOS AUTOS:
uma análise de decisões judiciais sobre retificação de registro civil de pessoas
transexuais em Tribunais brasileiros**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Laura Moutinho

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L732" Lima, Luiza Ferreira
A "verdade" produzida nos autos: uma análise de decisões judiciais sobre retificação de registro civil de pessoas transexuais em Tribunais brasileiros / Luiza Ferreira Lima ; orientadora Laura Moutinho. - São Paulo, 2015.
185 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Antropologia. Área de concentração: Antropologia Social.

1. Transexualidade. 2. Tribunais de Justiça. 3. Discurso. 4. Direitos. 5. "Sexo". I. Moutinho, Laura, orient. II. Título.

*Para Reynaldo José da Silva Lima, Lúcia Maria
Pinheiro Ferreira e Vitor Ferreira Lima, com um
amor que não se mede.*

Agradecimentos

A realização de um trabalho acadêmico como este às vezes parece algo dolorosamente solitário, mas sem o apoio, os ensinamentos e o afeto de uma série de pessoas, eu não o teria sequer começado. Agradeço a todos/as que, de um modo ou de outro, acompanharam-me na tessitura desta pesquisa e nas transformações pelas quais passei ao lado dela.

Em primeiro lugar agradeço a minha orientadora, Laura Moutinho, por ter me adotado logo nos primeiros meses de aula de Antropologia I e ter sempre acreditado, mesmo quando eu tinha – tenho! – tantas dúvidas. Você abriu portas, mostrou caminhos e com afeto e rigor vem acompanhando de perto o desenrolar dessa pesquisa; sua generosidade, coragem e comprometimento me impulsionam sempre em frente e em direção ao novo, alterando meus pressupostos, referenciais e limites. Sou extremamente grata por tudo!

Também registro meu agradecimento aos/às que compartilharam comigo essa experiência de orientação: Marcio Zamboni, Pedro Lopes e Valéria Alves, “irmãos/ãs mais velhos/as”, pelos conselhos e compartilhamento de experiências e por virem em meu socorro quando estava perdida, do começo ao fim; Gleicy Silva e Rafael Noletto, pela doçura e o afeto; e Maria Isabel Zanzotti, Thais Tiriba, Renata Cortez, Milena Mateuzi e Waldor Botero pelo companheirismo.

Com os/as parceiros/as do Núcleo de Marcadores Sociais da Diferença (NUMAS/USP) estabeleci relações de afeto, dividi inquietações e aprendi um bocado. Um super obrigada em especial a Bernardo Machado, Bruno Puccinelli, Beatriz Accioly, Gustavo Saggese, Gibran Teixeira, Marcela Betti, Marisol Marini, Renata Mourão, Lais Miwa Higa, Fernanda Kalianny, Izabela Nalio, Ramon Reis, Mariane Pisani e Natália Lago pela constante inspiração, e a Arthur Fontgalant, Hélio Menezes e Túlio Bucchioni pela amizade instantânea e pelas interlocuções sempre ricas.

Ajudando-me a manter um pé – sempre problematizador! – na área jurídica e a ressignificar minha relação com ela, o Núcleo de Antropologia do Direito (NADIR/USP) foi fundamental. Agradeço à professora Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, que ministrou a primeira disciplina em antropologia a que assisti, por despertar meu interesse na área, indicar as primeiras leituras que fiz sobre gênero e sexualidade e me mostrar que o Direito é, sim, bom para pensar. Também sou grata a Calu Rodrigues, Carmen Fullin, Juliana Vinuto, Juliana Tonche, Janaína Gomes, Ana Theresa Moraes, Mallu Scaramella, Dayane Fernandes, Bruna Angotti, Rebeca Campos, Homero Martins, Dedé Campos, Mário Villaruel, Denise Monzani, Mayara Gomes, Lila Coutinho, Tatiana Perrone,

Rosângela Barbosa, Rosa Oliveira e Beatriz Bellintani pelo carinho, bom humor e disposição ao questionamento.

Foi no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/USP) que conheci pessoas acolhedoras, instigantes e propensas ao encontro – seja para debater, seja para só tomar uma cerveja. Registro meu agradecimento aos/às colegas ingressantes no mestrado de 2013 e a Jacqueline Teixeira, Denise Pimenta, Talita Lazzarin, Helena Manfrinato, Yara Alves, Ana Fiori, Fabiana de Andrade (gêmea querida), Jorge Gonçalves, Kelen Pessuto e Antonio Gouveia em especial. A Vitor Grunvald, agradeço imensamente pela leitura atenta do projeto de pesquisa e pelas dicas valiosas, integralmente incorporadas na dissertação.

Ao entrar no mestrado conheci duas pessoas que se tornaram grandes amigas e fonte de admiração, de modos muito diferentes. Letizia Patriarca, Z, obrigada pelo carinho inarredável, pela bravura indignada e por dividir inseguranças, inquietações pessoais e acadêmicas e muitas bebidas. À Isabela Venturoza, a Woody, agradeço pelo convívio e apoio literalmente cotidianos e disponíveis a qualquer hora, pela sensibilidade e maturidade que são um constante aprendizado e por todos os abraços presenciais e virtuais, não importa a distância. Que pessoa incrível você é, em diversos sentidos, e quanto aprendi com você!

Aos/às professores/as do Departamento de Antropologia, expresso minha gratidão – em especial a Heloisa Buarque, Julio Simões, Lilia Schwarcz, Marcelo Natividade, Ana Claudia Marques, Fernanda Peixoto, Beatriz Perrone-Moisés, José Guilherme Magnani e Vagner Gonçalves. Gostaria, porém, de agradecer com maior carinho a Silvana Nascimento, que me apresentou não só leituras como olhares diferentes, compartilhou desafios e outros mundos possíveis e trouxe um brilho especial a essa empreitada.

Também agradeço aos/às funcionários/as do Departamento de Antropologia Celso Cunha Gonçalves, Edinaldo Faria Lima, Ivanete Ramos, Rose de Oliveira e Soraya Gebara, bem como aos/às demais servidores/as da FFLCH por solucionarem dúvidas, fornecerem ajuda em grande parte requerida de última hora, moverem a “máquina” que é a faculdade e fornecerem as condições materiais necessárias para que reuniões ocorressem, aulas fossem ministradas e a pesquisa caminhasse.

De agosto de 2014 a janeiro de 2015 realizei estágio em pesquisa na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos. Lá ocorreu meu exame de qualificação, e sou profundamente grata aos/às professores/as Berenice Bento e João Biehl, que a compuseram com Laura Moutinho, bem como a leitura meticulosa de meu relatório e as recomendações feitas. Também agradeço ao

Professor José Ricardo Ayres pela disposição em ler o texto, pela atenção aos detalhes e pelas observações certeiras.

Agradeço também aos/às que compartilharam essa experiência e tornaram o inverno estadunidense menos frio e cinzento. Ressalto o carinho especial com que Shayla Reid e sua mãe, Mrs. Reid, me receberam e apoiaram literalmente do primeiro dia ao último de minha estadia; Shayla, obrigada por me instigar a novas experiências, apresentar a universidade e a cidade e estar sempre presente para fazer deste estágio algo leve e divertido. Mrs. Reid, obrigada pelo voto de confiança e pelas conversas na cozinha!

Ainda de Princeton, agradeço novamente ao Professor João Biehl, ao Professor José Ricardo Ayres e a sua esposa Silvana pela acolhida calorosa e pelos ensinamentos; à Professora Elizabeth Davis pela oportunidade de acompanhar sua disciplina e amadurecer meu conhecimento em Antropologia de Estado; aos/às colegas da cooperativa 2D, às amigas queridas do programa de doutorado Emma Patten e Lindsay Ofrias, bem como aos/às brasileiros/as Maurício Acuña e Fernanda Rosa, Gustavo Rossi e Marília Giesbrecht, Goshai Daian e Leticia Destro, André Bittencourt, Vinicius Furuie e Mauricio Matsumoto. Com vocês a saudade de casa apertava menos, a parceria era garantida e qualquer perrengue era compartilhado e resolvido coletivamente. Gostaria, por fim, de agradecer especialmente a Anne Dorothee Slovic e a Rafael do Nascimento César: vocês foram minha casa fora de casa, companheiros de todas as horas. Obrigada pelo cuidado e afeto diários!

Novamente em solo brasileiro, é fundamental registrar meu agradecimento aos/às funcionários/as do Arquivo do Poder Judiciário da comarca de São Paulo, em especial a Isa Regina Prates de Freitas e a Regina Maria de Camargo Cardoso pela solicitude, gentileza e zelo com que fui atendida quando da coleta de dados.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo suporte material indispensável à realização da pesquisa. À primeira, agradeço também pela concessão de bolsa de estudos para realização de estágio no exterior (conhecida como BEPE), possibilitando assim uma experiência de intenso aprendizado que não seria de modo algum viável sem esse financiamento.

Fora de minha experiência de pós-graduação em Antropologia, amigos/as queridos/as proporcionaram conversas incríveis, sorrisos abertos, apoio constante e muito carinho. Fica aqui registrada minha gratidão a Gabrielly Pereira (que conheço desde a infância), Karina Pütz (mais antiga comadre paulistana, sempre presente), Eric Omine, e os/as companheiros/as de graduação em Ciências Sociais Lucas Lara, Mauricio Alcântara, Natália Pires, Rafael Romer e Victoria Charlotte.

Por fim, deixo o mais importante: minha família. Vocês foram meu norte e esteio nos momentos bons e ruins. Registro agradecimento especial a minha avó Maria do Carmo e a minha tia Carmem Ferreira, primeiros exemplos de mulher forte “sin perder la ternura”; a meu padrinho Benedito Ferreira, por desde que me entendo por gente estimular minha leitura, meu interesse pelo social e meus questionamentos; a meu tio João Ferreira, com quem convivi já mais velha mas aprendi muito, desde música e literatura até ética e experiências de pesquisa em conversas sempre longas regadas a muito vinho. Agradeço a minha madrinha, Rejane Toledo, pelos abraços apertados, e a meus/minhas primos/as Bruno Ferreira, Marcelo Sabbá, Lourenço Lima e Bianca Toledo, primeiros/as companheiros/as de aventuras que hoje admiro como adultos/as.

Não há palavras que possam descrever o quanto devo especialmente a meu pai, Reynaldo José da Silva Lima, a minha mãe, Lúcia Maria Pinheiro Ferreira e a meu irmão, Vitor Ferreira Lima. Ao longo de toda a minha vida vocês respeitaram – ainda que não necessariamente entendessem – minhas escolhas e excentricidades, alegraram minha velhice precoce e comemoraram comigo cada vitória, muito mais seguros/as do que eu de que elas viriam. Sem sua compreensão, amor e suporte inabaláveis nada disso teria sido possível. Vocês são e sempre foram minha inspiração; obrigada por trocarem o “não” pelo “por que?” e me mostrarem que tanto, tanto é possível.

RESUMO

A retificação de nome e “sexo” em registro civil tendo como justificativa a inadequação à identidade de gênero documentada não foi, no Brasil, objeto de tratamento legislativo. Diante da incompletude da lei, cabe ao Poder Judiciário, representado por magistrados/as, decidir pleitos (realizados majoritariamente por pessoas transexuais) que versam sobre este tema com base em normas mais abrangentes existentes, costumes e entendimento jurisprudencial. Esta é uma dissertação sobre os discursos veiculados nestas decisões judiciais a partir de pesquisa feita em bancos de dados de *sites* de todos os Tribunais de Justiça Estaduais do Brasil e no Arquivo do Poder Judiciário da comarca de São Paulo. Meu objetivo é analisar: a construção de categorias extraleais como “sexo” e “transexualidade”; as articulações com saberes biomédicos; as apropriações e reinterpretações de documentos legais; e o estabelecimento de normas e limites de subjetividade política específica a pessoas transexuais a partir do exercício de poder estatal pelo ato da escrita.

PALAVRAS-CHAVE

Transexualidade; Tribunais de Justiça; Discurso; Direitos; “Sexo”.

ABSTRACT

The change of name and "sex" in civil identifications having as motive the belonging to another gender identity than the one in the document is not something due to the Brazilian law. Facing this legislative gap, it is up to Brazilian State Courts, represented by judges, to decide lawsuits (initiated in majority by transsexual people) about this theme using ampler, more general existing rules, customary behavior and case laws. This dissertation is about the discourses transmitted in these judicial decisions based on a research made on all State Courts websites' databases and on the Judiciary Power Archive of the City of São Paulo. My objective is to analyze the construction of extralegal categories such as “sex” and “transsexuality”; the articulation with biomedical knowledges; the appropriations and reinterpretations of legal documents; and the establishment of norms and limits to political subjectivity specific to transsexual people through the exercise of State power by the act of writing.

KEYWORDS

Transsexuality; State Courts; Discourse; Rights; “Sex”.

Sumário

Introdução	1
<i>Ponto de partida Nº 1: saberes biomédicos regulando experiências</i>	3
<i>Ponto de partida Nº 2: gênero como o X do problema</i>	10
<i>Ponto de partida Nº 3: de que modo ver o Estado?</i>	16
<i>Ponto de partida Nº 4: de que modo estudar o Estado?</i>	19
<i>Como cheguei ao tema – ou como ele chegou a mim – e os desafios da pesquisa documental</i>	23
<i>E o que fazer com esses papéis? Técnicas de sistematização e análise de dados e estrutura da dissertação</i>	30
Capítulo 1 – Trilhando um caminho processual possível: O caso Victor/Victoria	34
<i>O início – a petição inicial do advogado</i>	36
<i>O primeiro conflito – Quando promotora e juiz discordam</i>	47
<i>A ciência burocratizada – perícia e produção de verdade ao Estado</i>	52
<i>O segundo conflito – disputando a verdade científica e a razão jurisdicional</i>	59
<i>O terceiro conflito – quando promotora e procurador discordam</i>	63
<i>O último conflito – quando desembargadores discordam</i>	65
<i>O que encontramos pelo caminho</i>	69
<i>Concluindo</i>	77
Capítulo 2 – Julgando identidades, prescrevendo diagnósticos	78
<i>As leis da medicina, ou: medicina como lei</i>	79
<i>A chegada do segundo Deus: intervenções médicas e o gênero em transformação</i>	91
<i>“A medicina pode aliviar o peso da dubiedade”: sentido, estabilidade e legitimidade</i>	103
Capítulo 3 – Das reelaborações de leis, princípios, pessoas e cidadanias	112
<i>A ameaça do engano: sobre famílias possíveis, identidades verdadeiras e tempo</i>	115
<i>Em busca da pessoa transexual “verdadeira”: sobre a produção de dignidade e cidadania diferenciais</i>	133
Considerações Finais	155
Referências Bibliográficas	162
Apêndice A: Ficha de discursos – exemplo	171

“Só então X compreendeu. Compreendeu que, desde a perda de suas carteiras, não existia mais. Um homem só existe pelos documentos de identidade. Seu retrato vale mais do que o corpo, um carimbo mais do que a sua palavra, e um número mais do que tudo. Iluminava-se o velho problema filosófico da essência e da existência. Kierkegaard vislumbrara a solução, ao afirmar que existente é aquele que experimenta certa intensidade de sentimentos em contato com alguma coisa fora dele. Existente é aquilo que a coisa externa faz de nós, comunicando-nos seu signo, e sem essa coisa não podemos sequer viver, pois nossos semelhantes não nos percebem em nós, mas em nossos símbolos civis. E o símbolo é a essência do ser”

Carlos Drummond de Andrade – Essência e existência

As duas mãos postas sobre o teclado, naquela atitude que guarda um pouco de oração silenciosa e muito de loucura mansa, ao querer desesperadamente dar forma através de palavras a algo que só existe, sem face nem nome, nessa região longínqua do cérebro onde a fantasia cruza com a memória e a intuição cega. Só e submisso, perdido no centro desse cruzamento confuso, no meio do terror de não ser mais capaz, sem nada nem ninguém que pudesse vir em meu socorro, além da própria coisa em si, e ela mesma traiçoeira, talvez assassina, escorregadia feito serpente, ainda e talvez para sempre informe, porque eu, o único capaz de apreendê-la, poderia deixá-la fugir, esse o terror maior, de repente abri os olhos, esfreguei a palma das mãos, coloquei uma folha na máquina e escrevi:”

Caio Fernando Abreu – Onde andaré Dulce Veiga?

INTRODUÇÃO

Este se pretende um estudo sobre juízes/as brasileiros/as. Bem, não exatamente sobre eles/as, mas sobre o que falam quando escrevem e decidem sobre um tema específico: pedidos de alteração de nome e/ou “sexo”¹ constantes em registro civil e demais documentos de identificação elaborados² por pessoas transexuais³. No meio do caminho, há muito mais do que “sim” ou “não” ao requerimento efetuado, e é esse “meio” o meu objeto de pesquisa. Eventualmente, a contabilização de resultados favoráveis e desfavoráveis a requerentes pode ser significativa e indicar, cruzando as variáveis espaço e tempo, quais Tribunais passam por um processo de maior abertura a essa demanda, quais se mantêm ou progressivamente se tornam mais avessos a ela e quais têm um posicionamento consolidado ao longo dos anos⁴. No entanto, há diversas justificativas para se deferir ou indeferir um pedido, e essa imensa gama de porquês merece mais atenção do que apenas uma somatória de resultados.

A possibilidade de mudança de dados de identificação em documentos oficiais tendo como justificativa assumir o/a requerente identidade de gênero que não a registrada ainda não foi objeto de tratamento legislativo no país, e o debate é acirrado não apenas quanto à viabilidade da alteração como também sobre quando, como e por que ela seria ou não viável. Diante de ausência de regramento sobre o tema, cabe ao Poder Judiciário decidir motivadamente, com base em princípios e leis mais gerais⁵, dentre outras referências, sobre a possibilidade jurídica do pedido, e, em caso

¹ Sexo, ao longo do texto, será usado com aspas sempre que tratar da categoria presente em documentos de identificação brasileiros, como a certidão de nascimento. Este é o termo legal que se refere ao que a teoria jurídica chama de “estado da pessoa”, ou em outras palavras, como a pessoa foi designada ao nascer – homem ou mulher. Não há, contudo, nenhum detalhamento na legislação ao que esta palavra significaria: identidade de gênero? Genótipo? Anatomia? Tratarei melhor sobre isso no segundo capítulo.

² Tenho acompanhado debates de pessoas trans* sobre a sua invisibilização e a ausência de voz em ações judiciais como as de retificação de registro civil; diz-se que advogados/as e defensores/as selecionam e manipulam suas falas, há poucos quando não ausência de momentos nos quais são ouvidas durante o processo e manter-se-ia uma lógica de produção de discursos sobre elas, não de sua autoria. Embora eu entenda e apoie suas reivindicações, o presente estudo tem outro foco – o processo decisório levado a cabo por magistrados/as. Assim, acredito ser importante pontuar a crítica realizada, mas não posso me deter nela.

³ Uso “pessoas transexuais” e não “pessoas trans*” porque mesmo incluindo outros termos em minha pesquisa nos bancos de dados dos *sites* de Tribunais de Justiça, não encontrei nenhum caso em que o pedido tenha sido realizado por pessoa identificada como travesti, *cross dresser* ou qualquer outra categoria abarcada pelo termo “guarda-chuva” “pessoas trans*”; isso não significa, no entanto, que apenas pessoas transexuais efetuam tais pedidos – tenho noção de que existe a possibilidade de se mobilizar tal categoria de modo estratégico, para se aumentar as chances de deferimento do pedido.

⁴ É importante ressaltar que não parto aqui de uma compreensão linear e evolutiva da história, ou essencialista em termos de espacialidade e temporalidade. Tenho ideia das discontinuidades e saltos que podem marcar a primeira e do caráter relacional, fluido e instável da segunda e da terceira; no entanto, não posso me deter neste ponto, que foge ao tema da presente investigação.

⁵ Institui o Código de Processo Civil: Art. 126. O juiz não se exime de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei. No julgamento da lide caber-lhe-á aplicar as normas legais; não as havendo, recorrerá à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito” (BRASIL, 1973). Virgílio Afonso da Silva (2006), seguindo o jurista alemão Robert Alexy, qualifica princípios em relação e distinção a regras: estas seriam mecanismos de garantia de

afirmativo, determinar os requisitos necessários a sua autorização. Está-se diante de regras abrangentes, parâmetros de julgamento amplos e indeterminados que acabam por alargar a margem de discricionariedade dos magistrados/as e possibilitar múltiplas estratégias argumentativas.

Na tessitura discursiva dos fundamentos que sustentam a decisão, julgadores/as mobilizam regras, regulamentos técnicos, valores e princípios de formas distintas, atribuindo-lhes significados distintos; o exercício de aparente subsunção imediata do fato à norma se dá contínua e repetidamente, como se óbvio e mecânico e a intencionalidade do escrito fosse clara – no entanto, um olhar detido revela descontinuidades, capilaridades entre a regra escrita e as interpretações dos/as magistrados/as. A instabilidade e constante (re)produção de sentidos se fazem presentes e se potencializam com a reiteração do mesmo conjunto de regras, ainda que – ou justamente à medida que – envoltas em uma aura de univocidade. Que regras são essas e que sentidos lhe são atribuídos?

Mas não se trata apenas de acionar e aplicar princípios e leis; o processo decisório de um tema que carece de regras específicas envolve, em maior escala do que o usual, apelo a linguagens, categorias, classificações e referenciais extralegais – que também são arregimentados e reiteradamente reelaborados, instituindo uma economia de sentidos em constante tensão sob a aparência de verdade, imparcialidade e fixidez usual a discursos não só de representantes do Poder Judiciário mas de aparatos estatais de modo geral. A quais saberes e técnicas se recorre, de que modo eles são manipulados e ressignificados e o lugar que recebem no processo argumentativo são questões que também norteiam esta pesquisa em andamento.

Nas duas frentes de argumentação (a saber, a legislativa e a exógena) há algo em comum: a infundável atividade de fazer algo enquanto se diz algo – ou, mais precisamente, de se fazer algo por meio do ato de dizer (AUSTIN, 1975), produzindo significados e efeitos, campos de inteligibilidade e seu exterior estranho, confuso, invisibilizado, sem pretender revelar seu caráter performativo. Às expressões dos/as operadores/as do direito, representantes do Estado e veiculadores/as de sua razão, atribui-se a propriedade de constatação de uma verdade inquestionável.

Em cada sentença e acórdão, em cada voto de desembargadores/as, fatos incontestáveis são fabricados, decorrentes de um conflito entre sentidos, moralidades, saberes e magistrados/as (porque o Estado também é um campo de disputas) que se instaura para dar resposta a outro conflito, regido pelas perguntas: pode alguém mudar, em documentos de identidade, nome e “sexo” designados ao nascer por ser uma pessoa transexual? Por quê? Esta pesquisa pretende apreender e

direitos ou imposição de obrigações concretas e definitivas – aplicam-se a casos específicos e taxativos e devem ser efetivadas completamente, guardadas as exceções. Aqueles, por sua vez, têm texto mais vago e sofrem uma diferença entre o que se garante ou impõe *prima facie* e o que se garante ou impõe concretamente. São, nos termos de Alexy, mandamentos de otimização que “exigem que algo seja realizado na maior medida possível diante das possibilidades fáticas e jurídicas existentes” (*ibid.*: 27). Em outras palavras, sua aplicação depende do confronto que pode ter com outros princípios, com circunstâncias sociais que impedem sua aplicação integral, etc. A definição do grau em que pode ser concretizado depende, assim, de um sopesamento com outros princípios e da avaliação do contexto histórico-social determinado no qual sua aplicação se daria.

analisar as múltiplas respostas dadas por julgadores/as e como se estruturam em torno de sentidos de saúde e doença, verdadeiro e falso, masculino e feminino, corpo e mente, desejo e sofrimento, pessoa e não-pessoa. Os “dualismos em duelo” (FAUSTO-STERLING, 2000), sua instabilidade, transformações e as fronteiras entre eles, bem como a incansável tentativa de magistrados/as de os fixarem, permeiam as decisões judiciais e adquirem centralidade neste estudo.

Para realizar a análise pretendida, inspiro-me no trabalho realizado por Laura Moutinho (2004) com leis e processos criminais da África do Sul à época do *apartheid*: pretendo aqui apreender o que os documentos “falam” sobre os valores e representações sociais subjacentes a categorias e constatações pretensamente objetivas e neutras, os conflitos, tensões e contradições que encerram e as margens de manobra permitidas pela lei e sua “ilegibilidade” (DAS, 2004).

Nesta introdução, tenho como objetivo apresentar certos pontos de partida da pesquisa, evidenciar alguns de meus referenciais teóricos e eixos de discussão, narrar meu percurso de aproximação ao tema e incursão em “campo”, bem como expor os métodos e técnicas adotados à coleta e análise de dados. Isso facilitará, creio, a leitura dos capítulos que seguem e indicará com maior transparência de que modo o meu olhar situado os produziu.

Ponto de partida N° 1: saberes biomédicos regulando experiências

Falar de transexualidade implica falar, ainda, sobre a invenção de uma patologia. Ela foi primeiro inserida na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) da Organização Mundial de Saúde em sua nona versão publicada em 1978 enquanto um distúrbio sexual – detalhada no documento logo após “homossexualismo”. Na versão atual, a décima, em vigor desde 1992, a “doença” foi reclassificada sob as categorias “Transtornos Mentais e Comportamentais (F00-F99) – Transtornos da Personalidade e do Comportamento Adulto (F60-F69) – Transtornos de Identidade Sexual (F64)” e definida como:

F64.0 – Transexualismo

Trata-se de um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2008 – negrito conforme o original)

Tal entendimento se mantém⁶ mesmo após a Associação Americana de Psiquiatria, devido à

⁶ Há que acompanhar, no entanto, as discussões em torno da revisão do CID. De acordo com o site oficial da Organização Mundial de Saúde, a 11ª versão do documento está prevista para 2017. Para mais informações, ver: <http://www.who.int/classifications/icd/revision/en/> (último acesso em 21/05/2015).

intensa atuação de movimentos sociais LGBT* e a longos debates públicos, alterar o termo que designava a transexualidade na quinta versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Distúrbios Mentais (DSM – V) em 2013. Assim como o CID, o DSM – IV se referia a ela como “distúrbio de identidade de gênero”⁷, e na versão atualizada do documento, a expressão adotada se torna “disforia”: a mudança, segundo a própria Associação, tem como intuito deslocar o objeto de atenção médica da identidade – o que generalizaria as experiências de transformação de gênero como forçosamente patológicas – para o sofrimento e a aflição “cl clinicamente significativos”⁸ que podem ou não estar associados à não-conformidade com o gênero designado ao nascer. Assim, em vez de detectar um fator patogênico em quem as pessoas transexuais são, a Associação o faz nas consequências possíveis, mas não necessárias da transexualidade⁹.

De modo ainda mais contundente, no mesmo ano de 2013, o Conselho Federal de Psicologia no Brasil elaborou nota técnica na qual registra a posição institucional de que “a transexualidade e a travestilidade não constituem condição psicopatológica, ainda que não reproduzam a concepção normativa de que deve haver uma coerência entre sexo biológico/gênero/desejo sexual”¹⁰. Representantes do órgão têm participado de eventos promovidos por movimentos sociais, da mesma forma que membros de Conselhos Regionais que se manifestaram também pela despatologização de vivências trans* - como o CRP de São Paulo, que desde 2011 declarou ser a favor da retirada de “identidades trans (travestis, transexuais, transgêneros)” (nos termos do próprio documento) do DSM e do CID e defendeu que **“a pluralidade das identidades de gênero refere possibilidades de existência, manifestações da diversidade humana, e não transtornos mentais”**, localizando a fonte de sofrimento de pessoas que passam por transformações de gênero na estigmatização produzida não apenas pela sociedade de um modo geral mas principalmente pela associação de suas

⁷ Aqui há um problema de tradução na versão brasileira do CID. Embora, como afirmei acima, o termo usado para se referir ao “distúrbio” seja “sexual”, na versão americana consta “gênero”. Não encontrei explicação para a troca das palavras em lugar algum, o que me leva a (apenas) cogitar que este tipo de mudança se dê de forma indiscriminada e sem intuito semântico – assim como, veremos, fazem os/as magistrados/as.

⁸ Informações coletadas da nota oficial da Associação Americana de Psiquiatria quando da publicação do DSM-V. Ver em: <http://www.dsm5.org/Documents/Gender%20Dysphoria%20Fact%20Sheet.pdf> (último acesso em 21/05/2015).

⁹ Isso não significa que os problemas quanto à forma com que a transexualidade é representada tenham sido resolvidos. Os conflitos e as tensões ensejados a partir de transformações de gênero continuam centrados discursivamente na pessoa transexual como doente, e não no modo como sexo e gênero são socialmente essencializados e naturalizados, normas de conduta e expressão de si são postas em funcionamento e experiências de subjetivação são produzidas por essa estrutura normativa, essencializadora e naturalizadora. Judith Butler (2009), criticando duramente a patologização da transexualidade e a necessidade de diagnóstico à realização dos procedimentos cirúrgicos de transformação corporal, problematiza a medicalização do sofrimento: “O diagnóstico pressupõe que uma pessoa sinta sofrimento intenso, desconforto e inadequação porque essa pessoa é do gênero errado e que adequá-la a uma norma de gênero diferente, se isso for viável para essa pessoa, a fará sentir-se muito melhor. Mas o diagnóstico não questiona se há problema com as normas de gênero que são aceitas como fixas e imutáveis, se essas normas produzem sofrimento intenso e desconforto, se impedem algumas pessoas de desempenhar suas funções, ou se geram sofrimento para algumas pessoas ou para muitas delas. Nem as normas questionam as condições nas quais elas proporcionariam um sentimento de conforto, de pertencimento, ou mesmo se elas se tornam o lugar de realização de certas possibilidades humanas que deixam as pessoas se voltarem para seu futuro, sua vida e seu bem-estar” (ibid.: 117).

¹⁰ Para ver o documento completo, acessar: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Nota-t%C3%A9cnica-processo-Trans.pdf> (último acesso em 21/05/2015)

experiências a doenças mentais por saberes biomédicos e psicológicos institucionalizados.

O mesmo processo de questionamento da patologização de vivências trans* não pode ser verificado na principal instituição representativa da classe médica brasileira: O Conselho Federal de Medicina. Em 1997, o CFM aprovou a Resolução 1482, que autorizava e regulamentava, a título experimental e apenas em hospitais universitários ou públicos com fins de pesquisa, a realização de cirurgias conhecidas como “de transgenitalização” – neocolpovulvoplastia (a constituição de uma nova vagina) e neofaloplastia (constituição de um novo pênis) – e procedimentos tratados no documento como “complementares”, atuando sobre gônadas e “caracteres sexuais secundários”¹¹.

Esta resolução responde, como outras tantas do CFM, a uma necessidade da própria classe médica em estipular padrões e limites ao exercício da profissão¹² diante de um conjunto de entraves políticos e judiciais aos quais alguns/mas cirurgiões/ãs foram submetidos/as: de acordo com Berenice Bento (2006:28), o documento foi aprovado à luz de uma série de processos criminais nos quais médicos/as que realizaram cirurgias de transgenitalização e outras relacionadas foram acusados/as de lesão corporal grave. Flávia Teixeira (2013:49), por sua vez, afirma que a repercussão do tema da transexualidade na mídia causada, dentre outros motivos, pela popularidade de Roberta Close e pela constante participação de especialistas em reportagens endossando ou questionando a posição oficial do CFM à época – a de que a cirurgia de transgenitalização deveria ser considerada uma forma de mutilação e portanto prática criminosa e contrária ao Código de Ética Médica – pressionaram o órgão a revê-la e a organizar um debate institucional.

O resultado é a Resolução de 1997, em que estes procedimentos cirúrgicos são redefinidos não mais como crime, e sim como tratamento a que pessoas portadoras de uma doença específica – a saber, o “transexualismo” – devem ser submetidas, de modo a adequar a genitália a seu “sexo psíquico” (de acordo com termos da própria Resolução). De condutas legalmente condenáveis por instância considerada *ultima ratio*¹³ e que visa preservar bens jurídicos fundamentais¹⁴ da

¹¹ Caracteres sexuais secundários são, de acordo com saberes biomédicos, características biológicas consideradas diferenciadoras entre homens e mulheres que não o aparelho reprodutor. Assim, as ditas masculinas seriam, por exemplo, como de Adão, maior quantidade de pelos no corpo e no rosto e voz grave; as femininas, por sua vez, seriam seios, menstruação e maior quantidade de tecido adiposo. Fazem parte, assim, do discurso que produz distinções entre gêneros e as naturaliza e essencializa com base em dados apresentados como evidências biológicas.

¹² Conforme o estipulado em art. 2º da Resolução do Conselho Federal de Medicina Nº 1246/88, posteriormente substituída sem alteração do texto do artigo pela Resolução Nº 1931/2009. O Conselho Federal de Medicina, como consta no próprio *site*, “possui atribuições constitucionais de fiscalização e normatização da prática médica”, ainda que, conforme afirmam, historicamente tenham deixado de atender exclusivamente interesses de classe e tenham adotado políticas de saúde visando ao bem estar da população brasileira. Ver: http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20671&Itemid=23 (último acesso: 30/12/2014)

¹³ Luis Régis Prado afirma que um dos princípios norteadores do Direito Penal é o da intervenção mínima: ele estabelecerá que o Direito Penal apenas deverá ser acionado para atuar na defesa de bens jurídicos fundamentais que não possam ser protegidos de modo eficaz por outra modalidade de direito. Valer-se dele se daria, assim, em virtude da gravidade da lesão e da “natureza” do bem jurídico (2007:143). Por isso o uso do termo *ultima ratio* – porque a intervenção da lei penal é restrita a quando o direito de punir for a única forma de lidar com o conflito e não haja outro

sociedade, os procedimentos cirúrgicos passaram a ser institucionalmente definidos como a única forma de terapia que pode servir ao enfrentamento de uma patologia sem cura definida como “desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação e ou auto-extermínio” (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 1997). Em face destas circunstâncias, a atenção do documento se volta à prática clínica e cirúrgica a que pessoas transexuais são sujeitas em procedimentos de transformação de gênero. Vejamos:

2. A definição de transexualismo obedecerá, no mínimo, aos critérios abaixo enumerados:

- desconforto com o sexo anatômico natural;
- desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto;
- permanência desse distúrbio de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos;
- ausência de outros transtornos mentais.

3. A seleção dos pacientes para cirurgia de transgenitalismo obedecerá a avaliação de equipe multidisciplinar constituída por médico-psiquiatra, cirurgião, psicólogo e assistente social, obedecendo aos critérios abaixo definidos, após dois anos de acompanhamento conjunto:

- diagnóstico médico de transexualismo;
- maior de 21 (vinte e um) anos;
- ausência de características físicas inapropriadas para a cirurgia (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 1997).

Esta Resolução foi revogada e substituída pela 1652/2002, tendo como principal mudança a autorização para que a neocolpovulvoplastia e demais procedimentos cirúrgicos de “adequação do fenótipo masculino para feminino” pudessem se dar em hospitais privados e sem finalidade de pesquisa. A neofaloplastia, de acordo com o documento, ainda enfrentaria dificuldades técnicas no que toca tanto ao aspecto funcional quanto estético, ainda que com boas indicações de transformação de fenótipo.

Por fim, esta também foi revogada e substituída pela 1955/2010, que traz alterações interessantes. Já no antigo artigo 2, que se torna 3 no novo documento, o último critério tem suprimido o termo “outros” – ou seja, de “ausência de outros transtornos mentais”, o texto passa a

meio mais idôneo, adequado e eficaz. Sabemos que, infelizmente, o Direito Penal é acionado de modo muito mais frequente e indiscriminado do que prega a doutrina jurídica.

¹⁴ Bem jurídico, de acordo com o mesmo jurista citado acima, é “ente (dado ou valor social) material ou imaterial haurido do contexto social, de titularidade individual ou metaindividual, reputado como essencial para a coexistência e desenvolvimento do homem” (ibid.: 142). Tem seu valor, portanto, atribuído conforme o sistema social e o momento histórico-cultural em que a legislação é elaborada. (ibid.: 141). São considerados bens jurídicos pelo nosso Código Penal atual: a vida, a honra, a liberdade pessoal, o patrimônio, a dignidade sexual, etc.

constar “ausência de transtornos mentais”, indicado que não mais o “transexualismo” seria assim considerado. Ainda que sua inscrição como tal continue presente no CID-10 e ainda que o CFM não tenha se manifestado institucionalmente pela sua despatologização, o corte assinalado é significativo. Outra mudança importante foi a remoção do critério de realização de neofaloplastia e demais procedimentos cirúrgicos masculinizadores apenas em hospitais públicos ou para fins de pesquisa. A única regra que se mantém e que diferencia a cirurgia de transgenitalização¹⁵ de homens transexuais da de mulheres é a sua efetuação em caráter experimental.

Podemos nos perguntar de que modo essa tensão entre órgãos nacionais, estrangeiros e internacionais no que toca à definição e qualificação da transexualidade como uma doença (ou não), bem como as condições de autorização e normas procedimentais de realização de cirurgia de transgenitalização podem ser tão relevantes em uma pesquisa sobre ações judiciais de retificação de registro civil, tão detida no que toca à elementos de identificação de uma pessoa. A resposta é: as normas, a linguagem, agentes que produzem e manipulam saberes biomédicos bem como os procedimentos interventivos são elementos-chave para se entender a lógica argumentativa de julgadores/as quando da avaliação do pleito dos/as requerentes.

Não pretendo me deter demais neste ponto aqui, mas de todo modo cabe sinalizar que isso se dá porque, dentre outros motivos, como já afirmei, enquanto os saberes biomédicos produzem há décadas séries de normas, discursos e pesquisas em torno da transexualidade, estabelecendo definições, características e procedimentos interventivos e concorrendo a sua transformação em “imperativo normativo” (SANTOS, 2010: 10), o Poder Público pouco legislou sobre o tema. O Executivo em instâncias municipal, estadual e federal tem emanado decretos sobre o uso de nome social em repartições públicas, escolas e hospitais e elaborado (escassas) políticas públicas que têm como alvo pessoas trans*; o Legislativo, contudo, mantém silêncio sobre a matéria e não obstante uma quantidade considerável de projetos de lei esteja em trâmite no Congresso Nacional, nenhum foi aprovado. Diante deste vácuo legal, o Poder Judiciário acaba se voltando para uma das maiores fontes de produção de conhecimento sobre transexualidade da história: a biomedicina.

Não surpreende, assim, que esse descompasso se reflita no processo decisório ora investigado: para que magistrados/as conceituem a transexualidade, dissertem sobre suas características e a correspondência (ou não) do/a requerente ao quadro esperado, o conhecimento produzido pelos saberes biomédicos adquire centralidade. Mais: trata-se de saberes que se fazem presentes não apenas pela mobilização de literatura especializada e regras elaboradas por órgãos de representação de médicos/as, mas também pela requisição de laudos a serem produzidos por peritos/as que devem avaliar, mensurar, qualificar o indivíduo e seu corpo, elaborando conclusões

¹⁵ O documento também passa a se referir a esse procedimento como cirurgia de “transgenitalismo”, mas não indica o motivo da mudança.

sobre eles baseadas em e dotadas de verdade científica. Em outras palavras, a instituição judiciária não apenas se beneficia de saberes biomédicos em termos de seu poder regulador, contínuo, inserindo o controle sobre a vida e seus fenômenos característicos no âmbito das técnicas e procedimentos políticos (FOUCAULT, 1988); também se vale das aparentes neutralidade, objetividade e autoridade epistêmica do conhecimento científico para legitimar seus procedimentos de produção de prova e aferição da verdade (MACHADO, 2012).

Mas não se trata apenas disso – afinal, sabemos que movimentos sociais de pessoas trans* têm cada vez mais reivindicado a despatologização e o direito à autodeterminação sem a mediação e a tutela de agentes de saúde. Da mesma forma, outras áreas acadêmicas vêm elaborando discursos sobre a transgeneridade, como os estudos de gênero, os estudos *queer* e a antropologia – sem, contudo, a mesma pretensão de imparcialidade e certeza atemporais. Por que os saberes biomédicos são os eleitos, então?

Isso se dá, penso, porque direito e medicina têm uma relação histórica de articulação e conflito. A colaboração e os fluxos de significado entre as duas áreas têm, continuamente e de formas distintas, sido objeto de estudo. O trabalho de Michel Foucault (1988, 2003, 2012) é paradigmático ao constatar que o século XIX vivenciou o desenvolvimento de diferentes saberes – entre eles, as especializações da medicina – que têm o corpo do indivíduo como objeto de extração/produção de conhecimento, bem como a exportação de seus aparatos de normas, regulações, avaliações e mensurações ao campo jurídico. O controle de pessoas deixa de ser monopolizado pela Justiça: em torno dela, instituições fundamentais à administração, vigilância, enquadramento e correção de indivíduos (como a psiquiatria e a psicologia) circulam e interagem.

No Brasil, Sergio Carrara (1998) observa que no fim do século XIX a interferência e crescente preponderância das técnicas científicas e do discurso médico provocaram tensão nas faculdades de direito e nos tribunais. Referindo-se especificamente ao pensamento médico em torno do crime e da figura do/a criminoso/a, bem como à origem da Escola Positiva de Direito Penal, o autor analisa como a patologização de práticas e indivíduos julgados pelo Estado e a inserção de técnicas científicas no processo de julgamento ocorreram em um contexto de disputas de poder e saber entre juristas, médicos, antropólogos criminais e expressaram a constituição de um espaço ao mesmo tempo legal e médico.

No cenário contemporâneo, tensões entre operadores/as do direito e agentes de saúde são objeto de estudos, enquanto novas abordagens ao problema e diferentes olhares analíticos surgem. Biehl e Petryna (2011) e Biehl *et al.* (2012), ao investigarem o processo de crescente judicialização do acesso a serviços de saúde e medicamentos e os conflitos subjacentes entre indústria farmacêutica, Poder Judiciário e administração do sistema de saúde, mostram como sentidos de saúde pública e acesso a direitos podem ser continuamente transformados.

A categoria teoricamente profícua de “paciente-litigante”, mobilizada pelos/as autores/as, bem como a exposição das “racionalidades idiossincráticas” (2011:371) de juízes/as – por exemplo, interpretações específicas de princípios constitucionais e fatores como “risco de morte” e “direito à vida” (*ibidem*) – e a instauração de batalhas, nos Tribunais, pelo monopólio da verdade científica sobre os corpos dos indivíduos e as doenças que os acometem assinalam a fragilidade e a incompletude de políticas e instituições governamentais.

Veremos, ao longo da dissertação, que em grande parte das decisões judiciais o que está em jogo não é apenas e diretamente averiguar a existência (ou não) de direito à mudança de registro; antes da titularidade do direito ser considerada, julgadores/as operam uma avaliação **diagnóstica** dos/as requerentes: com base em categorizações e qualificações vinculadas à transexualidade, magistrados/as declaram se o/a requerente pode ou não ser classificado/a enquanto transexual, e esta é uma – não a única – das condições de acesso ao direito de alteração registral.

Esses sentidos associados à “transexualidade verdadeira” e ao “ser” “transexual verdadeiro/a”, como já afirmei, não são fixos, imutáveis; em verdade, seus sentidos são disputados pelos/as julgadores/as (e demais personagens processuais), que tentam atribuir autoridade e legitimidade a seus posicionamentos acionando referenciais médicos. Em torno dessa disputa semântica, gravitam os elementos que definem a patologia e o sujeito doente – corpo, moralidades, desejo e sofrimento são, surpreendentemente, alguns deles.

Neste sentido, Didier Fassin acaba sendo um grande referencial teórico no que toca a estudos sobre o papel do corpo e da vida em práticas políticas, na medida em que toma como dimensão de importância considerável a sua pesquisa as articulações entre corpo, doença, sofrimento e poder público. Em trabalhos recentes (2005; 2007) o autor detecta em contextos diversos como França e África do Sul uma nova “economia moral” (enquanto sopesamento e gestão de normas e valores morais de um determinado grupo em um determinado momento, responsáveis pelo modo como se pensam e aplicam decisões políticas) expressa nas tensões entre discursos e práticas atinentes a políticas públicas.

Afastada da racionalidade burocrática weberiana ou da produção social da indiferença descrita por certos estudiosos, a gestão da vida tão própria da biopolítica contemporânea é definida por emoções: esses/as outros/as a quem a gestão se volta sofrem (em virtude de doenças que os acometem), e a atitude estatal não é de indiferença, mas marcada por paixões, preconceitos, estereótipos e crenças que definem o modo como avaliam, categorizam e atendem esses/as outros/as. Mas não se trata de uma prática que estabelece relações de dominação entre autoridade estatal e indivíduo que sofre: a reivindicação e legitimação de direitos se dão não só por detentores/as de cargos políticos, mas também pelos próprios sujeitos pleiteantes, continuamente em nome de corpos cujo sofrimento se transforma em recurso e permitindo (pequenas) conquistas

que talvez não pudessem ser obtidas em outras circunstâncias.

A expressão das emoções e, em especial, da dor é elemento presente em grande parte das decisões judiciais que analiso, e ainda não ganhou a devida atenção no âmbito acadêmico. Encontrar, nas falas de juízes/as, referência a alegações de experiências de dor vivenciadas pelos/as requerentes, bem como uma certa expectativa de que essa dimensão estivesse presente como uma forma de reconhecer que a pessoa não só é transexual como também cidadã foi uma surpresa para mim, quando iniciei a pesquisa; no entanto, ainda mais impressionante foi notar, no decorrer da análise, a elaboração de qualificações, causas e implicações esperadas a esse sofrimento, culminando em uma espécie de normatização a ser usada como parâmetro para comparação e validação (ou não) do que é alegado pelos/as que reivindicam a mudança de documentos. Ao longo da dissertação, discorro sobre as características e parâmetros desse sofrimento normatizado, quais são as referências de magistrados/as ao elaborá-lo, como se dá a avaliação da correspondência por que passam os/as requerentes, quais são os efeitos produzidos pela comprovação – ou não – desse sofrimento e o que isso revela sobre os discursos dos/as julgadores/as.

Ponto de partida Nº 2: gênero como o X do problema

Falar de transexualidade implica também falar de gênero e suas possibilidades de transição, as prescrições e expectativas construídas, os campos de abjeção gerados pelas zonas de legitimidade e aceitabilidade, sentidos de amor e família considerados legítimos, bem como os regimes de moralidade que participam da articulação entre gênero e sexualidade. Entendo “gênero”, aqui, seguindo Teresa de Lauretis, como “produto e processo de um certo número de tecnologias sociais ou aparatos biomédicos”, não o tomando como “uma propriedade dos corpos nem algo existente a priori nos seres humanos, mas, nas palavras de Foucault, ‘o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais’” (1994:208). Sua construção se dá a partir de práticas, discursos e instituições – como as estatais, Tribunais inclusos –, dispositivos de poder e saber que elaboram, administram e integram enunciados de verdade (PRECIADO, 2002: 124).

A simples existência de uma pessoa transexual desafia os padrões de gênero profundamente relacionados à construção do Estado de Direito brasileiro e à produção de regras jurídicas ancoradas em presumidas diferenças permanentes entre homens e mulheres, como o serviço militar obrigatório a homens, idades mínimas distintas para requerimento de aposentadoria, períodos de tempo de licença maternidade e paternidade desproporcionais e o estabelecimento de casamento e união

estável como enlaces juridicamente reconhecidos apenas entre homem e mulher¹⁶.

Como afirma Mariza Corrêa (2007), nomes brasileiros são inegavelmente generificados e fazem parte da ansiedade cultural de cristalização de identidades; são poucos os que não são qualificados como “masculinos” e “femininos”, e usualmente a atribuição de um nome a um bebê apenas se dá após saber seu “sexo”. Não só essa relação se dá, mas ela também é estabilizada enquanto tal e a partir de seus elementos pelo Direito.

No Código Civil, direitos de personalidade – como o direito ao nome – são qualificados como intransmissíveis e irrenunciáveis, “não podendo seu exercício sofrer limitação voluntária” (BRASIL, 2002). A Lei de Registros Públicos, por sua vez, determina que: na certidão de nascimento deve constar o nome e “sexo” da pessoa a ser registrada; o prenome é definitivo, aceitando-se todavia a sua substituição por apelidos públicos notórios; a mudança do nome é autorizada a interessado/a no primeiro ano após atingir a maioridade; e qualquer alteração posterior apenas pode se dar excepcional e motivadamente, por via judicial e após audiência com o Ministério Público (BRASIL, 1973). Embora haja possibilidades – ainda que limitadas – de mudança de nome, seria ela considerada juridicamente válida não importa o efeito da alteração? E se uma pessoa de nome considerado masculino quiser mudá-lo para um considerado feminino?

Não encontrei, em minha pesquisa, uma definição legal de termos como “sexo”, “homem” e “mulher”; a doutrina, no entanto, qualifica ainda que de modo geral o primeiro termo como “estado da pessoa” – para Francisco Amaral, trata-se de “atributo de personalidade” que se torna objeto de direito a ser respeitado todos/as, bem como reconhecido e protegido pelo Estado (2006: 237). Afirma o civilista que, assim como os demais direitos de personalidade, o estado da pessoa é indivisível, indisponível e imprescritível, e faz ressalvas:

É indisponível porque ninguém pode ceder ou renunciar a seu estado, que é legalmente estabelecido, nem transigir, fazer acordo ou concessões sobre ele. (...) A indisponibilidade não significa porém imutabilidade. O estado altera-se na forma prescrita em lei [...] **A alteração não pode ser, todavia, arbitrária, à vontade do agente, o que torna problemática, por exemplo, a mudança de configuração sexo-corporal, devido à chamada transexualidade.**

A razão de ser de tal indisponibilidade do estado reside na necessidade de segurança das relações jurídicas e na estabilidade da estrutura social e familiar em que a pessoa se situa. (negrito inserido por mim)

A preocupação com a “segurança” e a “estabilidade”, veremos, norteia as decisões judiciais que compõem minha amostra e sinaliza uma – senão a principal – finalidade que a documentos de

¹⁶ Falarei mais detidamente no terceiro capítulo sobre o reconhecimento via Poder Judiciário tanto da possibilidade de união estável quanto de casamento civil entre pessoas do mesmo “sexo” e de que modo isso se relaciona com meu campo de pesquisa.

identificação o Estado pode atribuir. De fato, como afirma Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (2007:91), “dar nome não só é indicar, mas identificar, situar, classificar um objeto em uma categoria pertencente a uma classe, a qual, por sua vez, inscreve-se em um sistema cognitivo”; contudo, é também, a partir dos elementos cuja mudança não é sequer prevista ou cuja possibilidade de retificação é limitada – por exemplo, mudar um nome é possível, mas e mudar um nome que designa outro gênero? –, uma forma de cristalizar e naturalizar categorias de identificação ao mesmo tempo em que sutilmente se oculta o caráter e o interesse sociais desse processo.

A confusão que magistrados/as demonstram quanto à possibilidade de alteração de um nome masculino para um feminino ou vice-versa, bem como a completa ausência de previsão legal de mudança de “sexo” nos mostra que o que está sendo de fato naturalizado e estabilizado pelo Estado é o “sexo” de uma pessoa. O pressuposto de sua imutabilidade, coerência, caráter biológico e binário torna qualquer proposta de transformação, trânsito e consideração de fatores sociais um desafio a sua compreensão. A matriz de inteligibilidade continua sendo a mesma, ainda que as demandas feitas a perturbem e requeiram sua adaptação.

Na articulação entre gênero, saberes médicos e política – ou, mais precisamente, no que concerne à produção política de normas e distúrbios de gênero pela mobilização de saberes médicos – uma série de estudos foram especialmente importantes à minha pesquisa: Anne Fausto-Sterling (2000), como bióloga, problematizou com eloquência a construção de verdades produzidas em torno do sexo e a imposição de uma natureza atemporal a elas, demonstrando como fatos científicos são fundados historicamente e como o conhecimento empírico produzido pela ciência está permeado de questões e interesses sociais, políticos e morais de seu tempo. Em especial o sexo e o corpo (mas não só eles) são elaborados e apreendidos tendo como base concepções culturais de gênero e identidade de gênero. Também merece atenção por demonstrar os conflitos internos aos domínios científicos – sejam eles a medicina, a biologia, a psicologia; há uma multiplicidade de lógicas operando, de discursos sendo ditos, de práticas e relações de poder em ação. A unanimidade de convicções é uma aparência socialmente construída para a manutenção do prestígio.

Os processos de essencialização, naturalização e corporificação do que se entende por sexo e da diferença sexual têm uma longa e conflituosa história, como afirma Thomas Lacqueur (2001). A própria ideia de sexo enquanto categoria ontológica apenas ganhou força a partir do século XVIII, quando passa a ser compreendida como um dado anatômico e fisiológico responsável por distinguir homens de mulheres. O paradigma de apreensão da distinção deixa de se sustentar em uma hierarquia fundada politicamente, em termos de papel social, tendo os corpos um sexo único que apenas se diferencia em termos de grau de desenvolvimento; a biologia se torna a base explicativa da diferença e fundamento epistêmico do dimorfismo, construído a partir de certas propriedades fundamentais: a incomensurabilidade, a estabilidade, a universalidade e a oposição complementar

entre os dois sexos.

A passagem do modelo de sexo único para o de dois sexos não pode ser explicada apenas a partir do progresso científico de saberes biomédicos. Ela se relaciona (mas nunca é causada por), afirma o autor, a interesses políticos, a uma revolução epistemológica da forma de se interpretar o corpo, ao desenvolvimento da teoria política do Iluminismo e a uma série de outros eventos e fenômenos sociais que, perpassados por relações de poder e de gênero, por sua vez influenciaram a produção de conhecimento científico e de um novo sentido de identidades sexuadas.

Circunstâncias essas que indicam, de acordo com Jorge Leite Jr. (2001), a passagem de uma *epistemê* arcaica para uma *epistemê* moderna, marcada por uma separação entre matéria física e espírito, por um outro olhar sobre o corpo e pela passagem da diferença entre homens e mulheres a partir de uma linha de gradação para a configuração de “distintas e opostas categorias ontológicas” (ibid.: 56). Este novo modelo de inteligibilidade torna necessária uma também nova explicação e delega a personagens específicas a autoridade de explicar o que seria uma pessoa que transitasse entre ou apresentasse qualquer ambiguidade em termos de sexo/gênero.

A pessoa hermafrodita e a andrógina, para usar os termos de Leite Jr., foram representadas da Antiguidade até meados do século XVIII como monstros, marcadas por um destino infeliz, castigadas por deuses ou até representantes do mal; era como se sua estrutura física ou sua forma de apresentação de si fossem punições por algum desvio dos pais ou da sociedade na qual se inseriam. A lógica explicativa, de caráter filosófico-religioso, a partir do século XIX começa a disputar a autoridade de produção de verdade – e ao mesmo tempo origina e influencia seus fundamentos discursivos – com uma ciência que tenta assumir e estabelecer uma autonomia de qualquer base religiosa. Cada vez mais cirurgiões/ãs, endocrinologistas, psiquiatras e outros/as médicos/as reivindicam e recebem o reconhecimento do monopólio do discurso legítimo para qualificar experiências de transformação ou indeterminação de gênero como figuras clínicas específicas; em um primeiro momento, surge o pseudo-hermafrodita como “junção fisiológica em vários graus ou formas de caracteres considerados masculinos e femininos”, sujeitos não mais “encarados como sinais divinos ou seres encantados, mas homens e mulheres ‘incompletos’ em suas diferenciações, humanos ‘desviados’ de uma ordem natural, pessoas ‘falhas’ em sua evolução orgânica” (ibid.: 67).

Nesta passagem de século, a indefinição e a consequente reação de se tentar estabilizar fronteiras entre masculino e feminino passam a ser debatidas também em âmbito psíquico, com o desenvolvimento de novas ciências como a psiquiatria e a psicologia. Uma outra figura conceitual patológica é criada: a de inversão mental, como se o hermafroditismo estivesse localizado na mente de indivíduos “doentes”. Inicialmente essa nova categoria abarcava tanto vivências de gênero quanto expressão de desejo, e apenas entre o fim do século XIX e o início do XX, com o surgimento lento das distinções entre sexo, gênero e orientação sexual um sistema classificatório

mais especializado se desenvolve.

Em meados do século XX a apresentação de si como uma pessoa do “sexo oposto” é dividida em duas categorias patológicas: o “travestismo” e o “transexualismo”. O primeiro, que aparece ainda no início do século, é caracterizado por Magnus Hirschfeld, médico e psicólogo alemão da época, por uma disposição psíquica que motivaria, por exemplo, o uso de vestes “cruzadas” e comportamento considerado “apropriado” a outro “sexo” que não aquele designado ao indivíduo quando de seu nascimento – o desejo erótico. O segundo, que recebe mais atenção a partir dos anos 40, é definido como o sentimento de profunda identificação com “sexo” distinto do atribuído à pessoa, sem qualquer motivação sexual; enquanto o “travestismo” é inserido no âmbito da sexualidade, o “transexualismo” é lentamente afirmado em termos de identidade de gênero (embora essas fronteiras se cruzem e se confundam no discurso científico a todo momento).

Não pretendo me deter sobre a criação institucional destas categorias patológicas; isto está fartamente documentado por Berenice Bento (2006), Fátima Lima Santos (2010) e o já citado Jorge Leite Jr. (2011). O que gostaria de destacar aqui é que historicamente tentativas de estabilização de gênero foram confrontadas com vivências de fluidez, ambiguidade e transformação e, de modos diferentes ao longo dos anos, diversos fundamentos explicativos foram mobilizados por discursos que alcançaram protagonismo e legitimidade para cristalizar e fixar essas experiências em identidades e essências.

Como Berenice Bento e Jorge Leite Jr. em especial ressaltam, a denominação dos então “hermafroditas” como “pseudo-hermafroditas”, o estabelecimento de um sistema classificatório que determine a etiologia, os sintomas e as formas terapêuticas de se lidar com essas “doenças” e identificar “transexuais verdadeiros”, bem como o travamento de disputas entre discursos científicos pela autoridade de se determinar o que é o “sexo verdadeiro” e onde está localizado têm como fundamento a produção de verdades hegemônicas sobre gêneros e corpos e o ocultamento do seu caráter histórico, social e político, bem como das articulações de poder que as tornaram possíveis. Mas as tentativas de localização e afirmação de sinais e funções corporais que possam ser designadas como sexuadas, classificadas como masculinas ou femininas, já trazem subjacentes ideias generificadas (FAUSTO-STERLING, 2000:4).

Nessa mesma linha, observando os conflitos internos que historicamente fizeram parte da construção médica da diferença sexual, Fabíola Rohden (2003) apresenta as tentativas de naturalização da dicotomia sexo masculino/sexo feminino e a consequente exposição das demandas epistemológicas, políticas e sociais que as informaram; também, recuperando uma profusão de escritos médicos sobre o tema, reiterando a base natural (mas mutável e móvel na estrutura corporal) do sexo, a autora demonstra sua fragilidade, instabilidade e mutabilidade ao longo do tempo. Assim como a natureza e o que é considerado natural historicamente se transformavam, da

mesma forma as representações de cultura, da dicotomia entre cultura e natureza e das interações entre elas e suas implicações às noções de sexo e gênero sofreram mudanças.

Os modelos de gênero e sexo produzidos em fins do século XIX, afirma, fazem parte da constituição dos que se encontram hoje vigentes, do mesmo modo que as diferenças entre natureza e cultura. Em outro artigo sobre produções médicas contemporâneas das diferenças de gênero (2012), a autora sinaliza como essas representações elaboradas se traduzem em termos de diferenças radicais entre os sexos, e como o conhecimento científico, informado por interesses e relações de poder, produz normas e identidades em uma contínua relação circular entre imperativos e valores sociais, meio social e descobertas científicas.

Nesse sentido, o termo “dispositivo da transexualidade”, cunhado por Berenice Bento (2006), é altamente produtivo para analisar as articulações entre biomedicina e transexualidade, atravessadas por relações de poder: ele se refere a esse conjunto de saberes que a partir de discursos teóricos e práticas reguladoras definem, classificam, normatizam a experiência transexual, estabelecem critérios de pertencimento e legitimidade a categorias produzidas e gerenciam demandas dos indivíduos em termos de reconhecimento de identidades, de usos e intervenções corporais tendo como objetivo o controle de indivíduos. Ele se faz principalmente a partir de saberes biomédicos, mas não só; também se dá em órgãos e por representantes estatais, e se baseia em padrões de masculinidade e feminilidade para a construção de mulheres e homens “normais”, “transexuais verdadeiros”, doentes legítimos e pessoas “desviantes”.

Podemos ver como relações específicas entre pessoas trans* e saberes biomédicos, bem como a ordem biopolítica subjacente que as informa e o processo de produção de subjetividades que as acompanha foram fartamente estudadas e têm sido um norte à minha pesquisa. Contudo, práticas judiciais de produção e determinação de verdades e sua interação com discursos biomédicos em ações judiciais de retificação de registro civil pleiteados por pessoas transexuais ainda não receberam a devida atenção no meio acadêmico, e minha pesquisa se insere nessa lacuna.

Mais do que me concentrar nos discursos e práticas biomédicas sobre transexualidade e pessoas transexuais, minha pesquisa é um constante exercício de observação de como o conhecimento médico é mobilizado por magistrados/as, pretensos/as detentores/as do conhecimento das leis e da “assinatura do estado” (DAS, 2004), e de que modo ele se associa a uma ideia de procedimentos científicos e produção de evidência. Em outras palavras, minha pesquisa não se volta ao que os saberes biomédicos têm a dizer sobre a transexualidade; ela se volta, baseando-se no que é dito e como é dito, à apreensão de como magistrados/as manipulam e interpretam esses discursos e como produzem, eles/as mesmos/as, verdades sobre sexo, gênero, identidade e transexualidade.

É exatamente em virtude disto que a obra de Judith Butler (2004) vem se mostrando essencial para entender os mecanismos de produção da materialidade do sexo engendrados por

juízes/as, por meio da mobilização da literatura médica. Assevera a autora que o sexo não pode ser compreendido como característica física, fixa, localizada no corpo, sobre a qual se impõem construções de gênero; ele deve ser entendido como parte de um ideal regulatório que, performativamente, produz os corpos que controla, constitui sua materialidade, localiza nela o sexo e instaura a diferença sexual. Faz parte de uma lógica de adoção de normas corporais e assunção de identidades sexuadas que têm como base uma matriz heteronormativa e a produção simultânea de outras identidades inaceitáveis, exterior constitutivo e abjeto do campo de sujeitos (ibid.: 18-19).

Em Problemas de Gênero (2013[1990]), por sua vez, a autora problematiza a ideia de autonomia, coerência e unidade da identidade, dando atenção às discussões em torno da identidade de gênero. Ao deslocar a identidade da condição de “característica descritiva da experiência” (ibid.: 38) à de ideal normativo produzido por um sistema de regulações de gênero, Butler revela um sistema de inteligibilidade social que estrutura e gere essas identidades tendo como base conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade e uma coerência interna entre eles. Novamente, o mesmo sistema que torna certas identidades possíveis, compreensíveis, aceitáveis, produz a impossibilidade de outras que não satisfaçam essa imposição de coerência – “aquelas em que o gênero não decorra do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não ‘decorrem’ nem do ‘sexo’ nem do ‘gênero’” (ibid.: 39). A imposição de sua não-existência, no entanto, frente a sua contínua proliferação viabiliza o enfrentamento dos limites e falhas desse campo de inteligibilidade.

Tomando tais pressupostos teóricos e tendo em vista que, tanto nos estudos em torno das interlocuções entre direito e medicina quanto nos que tratam do protagonismo do corpo e das emoções em cenários de prática política e institucional de órgãos do Poder Público, bem como nos estudos de gênero que se voltam a experiências trans*, pouca atenção foi dada aos discursos e representações produzidos pelo Poder Judiciário sobre a transexualidade e pessoas transexuais no que toca ao reconhecimento de sua identidade de gênero, e valores, saberes e moralidades que os informam, tento articular aqui o arsenal teórico apresentado, bem como outras leituras, de modo a enfrentar meu objeto de pesquisa e responder não só as questões que antecederam o início da investigação, mas também as que foram surgindo ao longo da análise do material coletado.

Ponto de partida N° 3: de que modo ver o Estado?

O Judiciário é um dos três Poderes que compõem o Estado brasileiro, junto com o Legislativo e o Executivo. Em minha pesquisa, tomo como recorte principal apenas o primeiro – e mais especificamente os Tribunais de Justiça Estaduais e os/as magistrados/as, conhecidos/as como desembargadores/as, que deles fazem parte e são responsáveis pela elaboração de decisões aos casos apresentados. A sua rotina é julgar por escrito casos mais variados, conforme a competência

da área em que estão alocados/as (direito de família, cível, registros públicos, etc.); pedidos de mudança de nome e “sexo” efetuados por pessoas transexuais são apenas um tipo dentre muitos.

É necessário ressaltar que por “Estado” não quero dizer algo dado, concreto, inquestionável. É claro que não se negam os elementos materiais que o compõem: edifícios, pessoas, papéis, etc.; contudo, ao estudar um braço do Estado como é o Judiciário, é necessário problematizar deduções assumidas em relação àquele e investigar de que modo práticas que ocorrem neste influenciam, reconfiguram e produzem representações sobre o primeiro – refazem-no.

Philip Abrams (2006[1988]) sinalizou a contradição verificada na construção do pensamento sociológico em se afirmar a importância em tomar o Estado como objeto de análise e ao mesmo tempo partir do pressuposto de que sua existência é óbvia e apreensível em termos empíricos e conceituais, de que se trata de uma entidade autônoma e separada do social. Isso indica, segundo o autor, que por mais que o debate sobre o caráter concreto ou abstrato (seria uma estrutura escondida, seriam órgãos, agências concretas?) do Estado se dê, a **ideia** de Estado continua intocada e levada a sério sem qualquer questionamento (ibid.: 122), como se houvesse uma verdade sobre ele que precisasse ser descoberta por trás de práticas políticas e instituições apreendidas em caráter abstrato-formal. Refutando essa percepção então hegemônica na sociologia política, Abrams afirma que o Estado é um fato social, não um fato da natureza – portanto, não deve ser tratado como uma coisa. Mas, para além disso,

The state is not the reality which stands behind the mask of political practice. It is itself the mask which prevents our seeing political practice as it is. [...] There *is* a state-system in Milliband's sense; a palpable nexus of practice and institutional structure centred in government and more or less extensive, unified and dominant in any given society. And its sources, structure and variations can be examined in fairly straightforward empirical ways. There *is*, too, a state-idea, projected, purveyed and variously believed in in different societies at different times. And its modes, effects and variations are also susceptible to research. [...] We are only making difficulties to ourselves in supposing that we have also to study the state – an entity, agent, function or relation over and above the state-system and the state-idea. The state comes into being as a structuration within political practice; it starts its life as an implicit construct; it is then reified – as the *res publica*, the public reification, no less – and acquires an overt symbolic identity progressively divorced from practice as an illusory account of practice. (ibid.: 125-126 – itálico conforme o original)

Timothy Mitchell (2006[1999]) parte do debate de Abrams para apresentar outros questionamentos: será que separar a forma material da ideológica do Estado é produtivo em termos de pesquisa? Essa separação é tão definitiva? Estado-ideia e Estado-sistema não podem ser vistos

como dois aspectos interseccionados do mesmo processo (ibid.:170)? Mais do que distinguir a aparência ideal da realidade material, o autor propõe que se historicize a forma como distinções tais quais essa são produzidas.

Através de uma análise histórica do papel que o Estado assumiu na produção de conhecimento em ciência social nos Estados Unidos, Mitchell vai demonstrando como, mais do que reelaborar e reafirmar categorias discretas como realidade e ideologia, sociedade e Estado, uma abordagem mais produtiva poderia reconhecer os efeitos de verdade que são engendrados em práticas discursivas e imagéticas. Ideias sobre o Estado não servem como uma cortina que esconde o real; elas produzem coisas que assumem um caráter real. Da mesma forma, Estado e sociedade não são atores distintos, coerentes, autônomos: uma rede de mecanismos institucionais e táticas de administração produzem essa separação, coerência e anatomia – sempre contingentes e frágeis – e geram efeitos concretos, de modo que uma certa ordem social e política seja garantida.

Tomando como base a teoria foucaultiana da disciplina e da gestão de populações, novamente o autor dá um passo adiante em relação ao seu referencial teórico e a estende à formação de uma ideia de Estado: métodos de ocupação de espaço, administração de tempo de modo eficiente e controlado, especialização de funções, constituição de hierarquias e mecanismos de supervisão e vigilância culminam em

Constructing a world that appears to consist not of a complex of social practices but of a binary order: on the one hand individuals and their activities, on the other an inert ‘structure’ that somehow stands apart from individuals, precedes them, and contains and gives a framework to their lives. Indeed the very notion of an institution, as an abstract framework separate from the particular practices it enframes, can be seen as the product of these techniques. [...] We must analyze the state as such a structural effect. That is to say, we should examine it not as an actual structure, but as the powerful, apparently metaphysical effect of practices that make such structures appear to exist. (ibid.: 180)

Este é meu ponto de partida, em termos teóricos, para pensar o Estado: enquanto um construto sócio-cultural, efeito de práticas cotidianas, de hábitos e funções, mas também de discursos que produzem um aparato que parece ser muito mais do que a soma dessa série de mecanismos de organização; que parece ordenar, controlar, preexisti-la como uma entidade estrutural¹⁷. Esse processo de reificação do Estado a partir de práticas cotidianas é marcado por relações de poder e é, em si mesmo um efeito dessas relações e dessas práticas rotineiras e banais.

Construto sócio-cultural porque, como afirmam Aradhana Sharma e Akhil Gupta (2006), a

¹⁷ O próprio autor apresenta a analogia que pode ser feita em relação ao âmbito do direito: “Once again, one could analyze how the mundane details of the legal process, all of which are particular social practices, are arranged to produce the effect that the law exists as a formal framework, superimposed above social practice” (loc.cit).

estrutura estatal pode parecer similar em lugares distintos, mas os sentidos produzidos por seus/suas funcionários/as e pela população em relação a eles podem ser diametralmente diferentes. Da mesma forma, a multiplicidade de procedimentos repetitivos que ocupam o dia-a-dia de órgãos estatais, os encontros que se dão entre pessoas “comuns” e agentes de Estado e o modo como o Estado se manifesta na vida destes dois grupos são muito específicos; têm um caráter local.

E falo em relações de poder porque não só o Estado enquanto “coisa”, objeto empírico é produzido nestas atividades cotidianas e mundanas; produz-se também a posição aparentemente estável e inquestionável de, nas palavras de Sharma e Gupta, “supreme authority that manages all other institutional forms that social relations take [...] and its superiority over other social institutions established” (2006:9-13) e nas palavras de Abrams, de “legitimate, [which exerts] disinterested domination [...] dissociated from all sectional interests and the structures – class, church, race and so forth – associated with them” (2006:122). É também a partir dessas atividades e das relações de poder que as permeiam que diferenças e desigualdades podem ser produzidas – cidadanias reconhecidas e outras não, direitos garantidos e outros refutados, etc. A consequência disto é ambivalente: afirmam Sharma e Gupta que, da mesma forma que a supremacia do Estado sobre instituições e indivíduos é afirmada e assimetrias de poder se configuram, também se reivindica – de “dentro” e “fora” do Estado (e, é claro, esses lugares e suas fronteiras são questionados) – a responsabilidade moral de lidar com e aliviar suas consequências.

Um olhar antropológico sobre o Estado, assim, implica: apreender essa dimensão local que conforma a produção e negociação de seus sentidos entre os indivíduos que o representam e os que se valem dele de alguma forma; penetrar a dimensão “micro” da vida cotidiana de seus/suas funcionários/as e do encontro destes/as com pessoas “comuns”; e investigar essa rotina de trabalho que pode parecer monótona e comezinha, mas demonstra tensões e conflitos intraburocráticos, processos discordantes que internamente se dão e intervêm no modo como a organização institucional se dá e o Estado é reproduzido (SHARMA; GUPTA:2006: 16), bem como o que se deve entender que ele é e o que ele faz – quais são suas competências e limites, pensando novamente em Mitchell. Esta dissertação pretende se valer desse olhar para apreender a costumeira tarefa de magistrados/as de Tribunais de Justiça Estaduais brasileiros de escrever decisões.

Ponto de partida Nº 4: de que modo estudar o Estado?

Sharma e Gupta (2006:18) também nos alertam que estudar o Estado em antropologia significa rever nossos paradigmas metodológicos – principalmente quando nos voltamos ao mencionado acima: a forma como ele é produzido por atividades cotidianas e seus significados são circulados e reiterados. Em outro momento, Gupta (1995) coloca em xeque a preponderância do

contato pessoal na realização de etnografias sem considerar as particularidades do objeto de pesquisa, como se essa forma de interação fosse naturalmente superior e eficaz para o alcance da verdade. Será que a presença corporal, o compartilhamento de espaço com interlocutores/as e percepções sensoriais imediatas que ali se geram são de fato fundamentais a toda e qualquer investigação empreendida em antropologia?

O antropólogo indiano dirá que não necessariamente; o que indica o melhor método a ser aplicado é justamente o objeto de pesquisa – e no caso do Estado, há particularidades que impõem abordagens diferentes da tradicional etnografia clássica, como a sua massiva produção de papéis no dia-a-dia de seus órgãos e por seus/suas funcionários/as. De acordo com Veena Das e Deborah Poole, (2004:15), grande parte do Estado moderno é construída por meio de suas atividades de escrita, e é a partir de práticas documentais que o Estado torna a população legível a si mesmo.

Penso que com o Poder Judiciário e as atividades desenvolvidas por juízes/as, em específico, não é diferente; como veremos ao longo da pesquisa, os documentos são a forma de o processo existir e de o/a juiz/a comunicar a *vontade da justiça e do Estado* às partes – e ainda que haja atos produzidos pessoal e oralmente, considera-se necessário registrá-los por escrito nos autos do processo. Sendo assim, para a investigação que me propus a fazer, valho-me primordialmente de fontes documentais. Tendo como objetivo apreender as lógicas, representações e referências mobilizadas por magistrados/as no processo de elaboração argumentativa necessário ao decidir, sentenças e acórdãos¹⁸ se mostraram especialmente apropriados por cristalizarem conflitos e processos de construção (ou justificação) de convicções nos quais se envolvem os/as julgadores/as, instados/as a dar solução aos pedidos elaborados pelos/as requerentes.

Documentos formais que são, as decisões não são um lugar em que usual e explicitamente se registram confidências e dúvidas; também não inscrevem conversas informais, íntimas entre juízes/as. No entanto, o que me interessa não são os bastidores, as falas em contexto de conforto, mas o esforço empregado na construção de argumentos e verdades institucionais que, carregando a assinatura do Estado, produzem efeitos políticos, sociais e morais na vida dos/as requerentes e no processo decisório de outros/as magistrados/as e Tribunais. Assim, é justamente a sua formalidade, seu caráter público e oficial que torna as decisões tão apropriadas ao que quero investigar.

Embora diversos/as pesquisadores/as pontuem como importante uma certa distinção entre as dinâmicas instituídas pessoalmente nos aparelhos de Estado e o que se reduz a termo, considerando isto uma limitação ao se ter documentos como material de pesquisa, não creio que se possa determinar como “realidade” o que é vivido pessoalmente por julgadores/as em relação com outros/as operadores/as do direito e requerentes, no exercício de suas atividades usuais, e

¹⁸ Acórdãos são decisões judiciais proferidas por um grupo de juízes (o número varia conforme a ação debatida e o tribunal), usualmente (mas não sempre) em caráter recursal.

diferenciar isto do discurso confeccionado quando da prolação de decisões – como se este tivesse um status de falsidade. O que se registra por escrito é uma realidade em si mesma, acolhida e transformada em verdadeira por agentes estatais que têm o encargo de dizer o que merece este estatuto (e pode ser inscrito em papel) e o que não merece (e não é registrado); é esse conjunto de documentos que produz efeitos públicos de poder de Estado, não um possível encontro entre as partes, não documentado em lugar nenhum. É essa “realidade” criada pelo Poder Judiciário que merece ser observada.

Observando mais especificamente instituições e agentes de Estado movimentando o aparato burocrático, Akhil Gupta (2012) defende o papel da escrita não só como ação, mas como a principal atividade estatal cotidiana, capaz de formar e informar o Estado, estruturar a burocracia e mediar as relações entre Estado e população. De acordo com o antropólogo, pouca atenção tem sido dada, na academia, à centralidade da escrita na constituição e funcionamento do Estado, às formas que assume, ao conteúdo que encerra e veicula e às consequências que produz.

Suas observações dialogam diretamente com a experiência do desenrolar processual no Poder Judiciário. Do início da ação levado a cabo por advogado/a ou defensor/a até a conclusão, com um julgamento, por um/a juiz/a ou grupo de juízes/as, passando por declarações e requisições de promotores/as de justiça, comunicação de pareceres por peritos/as, dentre outras interações e tensões entre as partes, o caminho é percorrido quase inteiramente por documentos. As decisões de 1ª instância a que tive acesso raramente sinalizavam a ocorrência de audiência; no caso das de 2ª instância, a ausência do encontro presencial entre as partes era uma certeza. Sendo assim, não se pode afirmar que os escritos teriam papel secundário, de mera inscrição de atos para fins arquivísticos e mnemônicos; eles são, em si mesmos, as ações que movem o processo – por meio deles advogados/as pedem, promotores/as de justiça opinam, peritos/as produzem evidência científica e juízes/as decidem. Uma escrita provoca a outra, até o fim do processo.

Assim, seguindo Gupta, parto da assunção de que a decisão judicial, escrita, não é mero registro no papel de uma ação principal de julgadores/as, como a comunicação em audiência dos termos de conclusão processual; o documento, neste estudo, será entendido como o próprio decidir. E mais: esta ação não tem como autores/as indivíduos quaisquer. Pela posição que ocupam, pelo apoio institucional que os sustenta e legitima, pelos efeitos que produzem, julgadores/as atuam como representantes do Estado, detentores/as e comunicadores/as de sua razão.

Contudo, embora soubesse que, para avaliar representações e práticas de juízes/as brasileiros em torno da transexualidade e da identidade de gênero, as decisões seriam o objeto mais adequado a indagar e analisar, certas dúvidas se mantinham presentes. Não sendo formada em ciências sociais e tendo um contato muito recente com produções teóricas e debates metodológicos da área e em específico da antropologia, por diversas vezes me perguntei se estava no caminho certo e se os

procedimentos que havia delineado seriam suficientes à realização da pesquisa.

Não é que desconhecesse ou não reconhecesse a importância da grande quantidade de pesquisas documentais produzidas nos últimos tempos; muitas delas são a base fundadora deste trabalho. Ocorre que, sendo uma neófito no meio, lendo textos e presenciando discussões sobre pesquisa de campo e etnografia, tinha dúvidas se os papéis que armazenava e com os quais compunha meu recorte dariam conta da complexidade e multiplicidade de vozes que um “campo” (como se referem os/as antropólogos/as que “vão a campo”) pode assumir.

Emerson Giumbelli e Sérgio Carrara, de formas distintas, responderam minhas dúvidas e acalmaram minha angústia de novata. O primeiro (2002), em uma reflexão sobre as relações entre antropologia e trabalho de campo, atesta que embora elas venham se mostrando especialmente profícuas e tenham alcançado um lugar privilegiado no processo de consolidação da disciplina, não se pode excluir outras possibilidades metodológicas que mais se adequem ao objeto de pesquisa e viabilizem a aproximação a ele. Para tanto, parte de textos sobre e do próprio Bronislaw Malinowski, considerado responsável pela instituição e disseminação de novas formas de abordagem e técnicas de tratamento dos dados coletados em pesquisa.

De acordo com Giumbelli, Malinowski, ao narrar os procedimentos adotados em campo, tinha como objetivo “um ideal holístico” – apreender de modo totalizante e organicista uma sociedade e seus elementos constitutivos. Questionando as pretensões e os pressupostos do antropólogo polonês, o autor chama a atenção para as pistas jogadas no texto que indicam que a pesquisa realizada entre trobriandeses/as mobilizou diversas técnicas e abordagens para a obtenção de dados (para além do trabalho de campo), e que essa totalidade apenas poderia ser construída a partir da organização de dados coletados a partir de métodos variados, considerados mais adequados à medida que propiciem o acesso ao que se pretende investigar. Sendo assim, conforme o objeto de pesquisa a ser enfrentado, “é possível que a análise de fontes documentais seja mais indicada do que a busca de um ‘contato mais íntimo possível com os nativos’” (ibid.: 102).

Sergio Carrara já havia tratado sobre o tema em sua dissertação de mestrado (1998), e embora não seja citado no artigo de Giumbelli a complementaridade entre ambos é patente. Tratando da atração de antropólogos/as por uma apreensão globalizante dos fenômenos estudados (herança da abordagem e método propostos por Malinowski), afirma que um movimento de estudiosos/as como Clifford Geertz que questionavam a viabilidade e operacionalidade dessa pretensão já havia se instaurado e proclamado a importância da delimitação das questões levadas a campo e da realidade empírica a ser investigada – esta deveria ser considerada, em si, uma totalidade (ainda que imaginária) possível de se abarcar.

A situação se torna ainda mais crítica para os/as que fazem pesquisa por meio de fontes documentais, sustenta o autor. Não se trata de, como defendia Malinowski, estudar a aldeia, nem,

como defendia Geertz, estudar **na** aldeia; algo totalmente novo se impõe: “se tem literalmente que produzir, a partir de fragmentos, as ‘aldeias’ onde se estuda” (ibid.: 53). Não sendo possível vivenciar o cenário no qual os fenômenos pesquisados se deram, faz-se necessário reconstitui-lo por meio das múltiplas vozes que surgem do amontoado de papeis obtidos em arquivos, bancos de dados e bibliotecas.

A “aldeia-arquivo” a ser criada, nos termos de Carrara, em nada se assemelha ao cenário vivenciado por antropólogos/as quando vão a campo: pesquisador/a e objeto de pesquisa habitam outra espaço-temporalidade; os/as “interlocutores/as” nem sempre respondem ao que lhes perguntamos e dizem o que não queremos ouvir, indiferentes a nossos questionamentos; não temos gravações, anotações surgidas em um momento de intimidade e abertura com “nativos/as”, mas relatos e declarações muitas vezes produzidos em contextos solenes e formais, em que o registro escrito compromete e obriga (ibid: 55). Vivenciamos uma ordem do já dito em circunstâncias determinadas, não da potência do dizer sobre as quais podemos atuar¹⁹.

Embora diante de “um material empírico que, além de fragmentado, é irremediavelmente limitado em seu conteúdo e sua forma” (*ibidem*), é impossível negar a profusão de vozes, personagens e discursos que dele emergem, muitas vezes inesperadamente; Carlo Ginsburg (1989) ensina que o estudo de documentos cotidianos e ordinários (como o são as decisões judiciais) pode fornecer uma grande quantidade de dados aparentemente prosaicos que no entanto subrepticiamente nos revelam muito: as pistas mais infinitesimais que vamos encontrando no decorrer das páginas podem permitir a captação de realidades mais profundas, de outra forma inatingíveis.

Mais do que uma desvantagem e uma restrição, trabalhar com interlocutores/as que não ouvem nossos questionamentos, que dizem apenas o que podem ou querem (como são os documentos) implica estar aberto/a aos sinais mais microscópicos e aos elementos mais triviais, a novos caminhos e novas dimensões de pesquisa. Meu medo de não conseguir ver o suficiente era de fato infundado, e após iniciar a pesquisa percebi que tinha um novo desafio pela frente: não me perder na multidão de papeis.

Como cheguei ao tema – ou como ele chegou a mim – e os desafios da pesquisa documental

Em meados de 2012, presenciei o debate e a aprovação da Lei, na Argentina, que regulamentava a mudança de nome e “sexo” de pessoas trans* em caráter administrativo. Já havia notado o quanto o governo argentino, em diálogo com o movimento LGBT*, continuamente

¹⁹ É importante ressaltar que partilho do entendimento de Derrida (1988) de que a escrita não carrega uma intencionalidade *per se*. A reiteração do texto escrito pode produzir inúmeros sentidos, mas é necessário, de todo modo, ressaltar a diferença entre o resultado de uma conversa, de uma entrevista e o de uma leitura de texto: a margem de interferência do/a investigador/a é muito menor.

implementava políticas públicas e se articulava na elaboração e aprovação de leis que possibilitassem o acesso a direitos a essa camada da população, historicamente marginalizada. O caso não saía da minha cabeça e decidi investigar como o tema era organizado em âmbito jurídico no Brasil. Para minha surpresa, descobri que não havia legislação alguma versando sobre o tema, embora houvesse (e há ainda), como já salientei, diversos projetos de lei tramitando no Congresso e já se encontrasse a instituição, por alguns estados e municípios – bem como em âmbito federal – de portarias e decretos tratando do uso do nome social de travestis e transexuais em repartições e órgãos públicos, escolas, etc.

No entanto, o uso de nome social em muitos aspectos se distingue da possibilidade de mudança oficial em documentos de identificação: sua aceitação e aplicação é diferente e tem limitações conforme o lugar em que é adotado e depende da vontade política das pessoas envolvidas em sua execução cotidiana²⁰. Alguns estados como Pará e Rio Grande do Sul adotaram uma carteira de nome social específica para travestis e transexuais que pode substituir a carteira de identidade²¹, mas se trata de documentos emitidos pelo governo estadual e vigentes no território do estado – nada garante que sejam aceitos em outras regiões caso estas pessoas viajem e se mudem, e apenas pode ser emitido para cidadãos/ãs civilmente identificados no estado (tenham nascido, casado ou emitido RG “original” lá). Outro fator importante é a publicização, por meio do próprio documento, de que são pessoas travestis ou transexuais, o que nem sempre é desejado – ter uma carteira de identidade especial, claramente distinta da dos/as demais cidadãos/ãs pode ter efeito estigmatizante. A mudança de nome e “sexo” em registro civil, por sua vez, assegura o reconhecimento de sua identidade de gênero em todo o território nacional e não produz diferenças de identificação.

Não conseguia parar de pensar em que magistrados/as poderiam se embasar, que fontes e referências poderiam acionar ao elaborarem seus argumentos e – o mais importante, a meu ver – que sentidos atribuiriam às experiências trans* e a categorias como sexo, gênero e identidade. O tema me perseguia, e a possibilidade de estudá-lo mais detidamente começava a se delinear. Decidi, então, realizar uma investigação preliminar, em caráter exploratório, partindo do zero – sem fazer a menor ideia do que iria encontrar, de como o tema era tratado nos Tribunais ou se haveria material suficiente para justificar uma pesquisa. Para tanto, em cada seção “jurisprudência” de endereços eletrônicos dos Tribunais de Justiça Estaduais, inseri por vez as palavras “transexual”, “travesti”, “transexualismo” e “transexualidade” e copiei todos os acórdãos encontrados. Após a obtenção deste dado bruto, separei dentre os que obtive os que versavam sobre o tema da retificação de

²⁰ Por exemplo, em diversas universidades o nome social é adotado em listas de presença, mas é o nome constante em certidão de nascimento que é inscrito em diplomas e histórico escolar. Também é necessário ressaltar que mesmo havendo regra oficial que institua o uso do nome social, nada garante que ela será respeitada e propriamente executada.

²¹ Veja o decreto que instituiu a carteira de nome social no Rio Grande do Sul:

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=241452> (último acesso em 06/07/2015). No que toca ao Pará, as regras de sua instituição: <http://www.ioepa.com.br/diarios/2013/10/02.10.caderno.01.10.pdf> (último acesso em 06/07/2015).

registro, tendo-se em vista que a transexualidade pode ser tratada judicialmente em diversos pleitos – como pedidos judiciais para tratamento hormonal e cirurgia de transgenitalização.

Não estabeleci nenhum ponto de referência temporal, até porque não cria que houvesse tantos acórdãos publicados – e novamente me surpreendi: apenas esse engatinhar gerou mais de 70 decisões. Quanto mais as lia, mais me impressionava com sua densidade e riqueza, mais pensava no quanto diziam sobre o Poder Judiciário, sobre o pensamento jurídico em torno da medicina, da transexualidade e das identidades de gênero, sobre a ingerência e os conflitos internos do Estado em torno da vida e dos corpos de indivíduos. Uma consulta ao banco de teses da CAPES me mostrou que embora houvesse estudos produzidos nas áreas da saúde e da antropologia sobre o tema da transexualidade e na área do direito sobre tratamento jurídico-legal da retificação de registro civil de transexuais, não havia sido produzido ainda um estudo nem na antropologia nem no direito especificamente sobre os discursos elaborados por juízes/as nessas ações de retificação. Quando pude perceber, minha pesquisa de mestrado já entrava em andamento antes de sequer ser aprovada no processo seletivo.

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP e iniciar a pesquisa, novos desafios se delinearam: para enfrentar o labirinto documental e buscar respostas às questões que motivaram a pesquisa ou foram surgindo ao longo do caminho, assim como Sergio Carrara (1998), precisei construir minha “aldeia-arquivo”. Ela é formada, essencialmente, de materiais coletados em dois “lugares” diferentes: bancos de dados que podem ser acessados pela seção “jurisprudência” dos endereços eletrônicos dos Tribunais de Justiça Estaduais (TJEs) e o arquivo do Poder Judiciário da comarca de São Paulo. É melhor tratá-los inicialmente em separado para que seja possível compreender como se relacionam e se complementam.

No começo da investigação, pretendia trabalhar unicamente com as decisões denominadas “de 2ª instância” produzidas pelos TJEs; elas apenas são tornadas possíveis quando se acionam os ditos TJEs em virtude de irresignação de uma das partes do processo por conta de sentença prolatada em juízo de 1ª grau, em varas cíveis, onde foi proposta a ação e iniciada a demanda. Ao contrário da primeira decisão, elaborada por um/a juiz/a, a assim feita o é por um colegiado.

Decidi trabalhar com esse tipo de decisões porque seu acesso era relativamente facilitado: na seção “jurisprudência” dos endereços eletrônicos dos TJEs, é possível acessar as que foram disponibilizadas e que atendam à consulta por palavras-chave realizada. O mesmo não se dá com as de 1ª instância: apenas uma quantidade muito limitada delas é acessível a público através de consulta por palavras-chave, e na maioria das vezes em seções diferentes e obscuras conforme o *site*. Alguns fornecem arquivos virtuais de edições do Diário Oficial Estadual (no qual devem, obrigatoriamente, ser publicadas), mas encontrar as sentenças especificamente sobre o tema neste veículo responsável pela publicação diária de todos os atos do Poder Judiciário do estado se

mostrou um exercício hercúleo e pouco eficaz.

A consulta nos foros locais também costuma ser bem trabalhosa: muitas ações correm em segredo de justiça (a pedido dos/as requerentes), limitando portanto o acesso aos autos de processo apenas às partes; os que permanecem públicos, de todo modo, apenas interessariam à pesquisa após a prolação da sentença. Ocorre que, se nenhuma das partes recorrer, o caso é arquivado poucos dias depois da publicação da decisão e o acesso a ele varia muito conforme a comarca²² – usualmente é necessário pedir o desarquivamento a um/a juiz/a, e entre a análise, concessão (ou não) do pedido e disponibilização dos autos pode se passar mais de um mês. Levando-se em conta que realizei uma pesquisa de mestrado com duração de 30 meses e pretendia ter como recorte o país inteiro, não parecia que houvesse tempo ou recursos para empreender tal esforço.

Sendo assim, seguindo os passos da consulta preliminar, periodicamente acessava os *sites* dos TJEs e inseria por vez os termos “transexual”, “travesti”, “transexualismo” e “transexualidade” nas áreas consignadas, apenas interrompendo a consulta em março de 2014. A partir daí, sem estipular um recorte temporal, obtive 84 decisões. Baixei todos os documentos disponíveis (o que exclui, é claro, decisões de casos em segredo de justiça) e os armazenei em pastas no computador, conforme o Tribunal que publicou a decisão e a data de julgamento do caso.

É importante salientar dois aspectos, referentes à imperfectibilidade, às diferenças e às limitações de tais bancos de dados que podem provocar vieses à pesquisa: um deles é meu desconhecimento quanto aos métodos de seleção e publicação de acórdãos em cada *site* de TJE, e qual a eficácia de suas ferramentas de pesquisa. Não se divulgam, nos endereços eletrônicos, se todas as decisões elaboradas pelo Tribunal são publicadas; se não o são, quais os critérios de escolha das que serão disponibilizadas a público; e qual o alcance da varredura, nos acórdãos disponíveis, realizada pelas ferramentas de pesquisa (se por todo o documento, se apenas nas ementas, etc.). Não tenho, assim, informações tanto sobre o modo de constituição da amostra de julgados pelos TJEs como sobre a precisão com que as ferramentas a acessam e elegem os que são relevantes à pesquisa.

Veçoso *et al.* (2014) trataram das dificuldades de não se ter disponíveis tais informações em uma pesquisa empírica que tem como fontes decisões judiciais, alegando que esta falta de transparência pode comprometer a amostra, a análise dos dados e os resultados decorrentes. Examinando especificamente os critérios de seleção, publicação e eficácia de ferramentas do STJ e STF, verificaram que a totalidade de decisões que compunham o banco de dados não eram acessíveis pelo sistema de busca de jurisprudência, havendo mecanismos de específicos de triagem

²² Cada Tribunal de Justiça Estadual concentra recursos de todas as comarcas do Estado, e cada comarca pode ter mais de um foro (com suas respectivas varas competentes – no caso, cíveis, de família e de registros públicos podem tratar do tema). No que tange à comarca de São Paulo, mais acessível a mim, pude constatar que abarca 13 Foros Regionais, além do central cível.

de julgados para composição da plataforma eletrônica em cada Tribunal. Embora estes mecanismos e a tecnologia de busca sejam cuidadosos e bem elaborados, ao filtrar o universo de decisões prolatadas, disponibilizar apenas uma parte para pesquisa e não divulgar os critérios para tanto, os Tribunais interferem nas investigações dos que se valem de seus bancos e criam a possibilidade de erros de interpretação.

O que nos leva ao segundo aspecto: a variabilidade dos critérios de seleção e publicação e da eficácia das ferramentas de pesquisa conforme cada Tribunal, acarretando números muito díspares de documentos fornecidos por cada *site*. Não tenho dados sobre estes quesitos, no entanto essa assunção é uma decorrência intuitiva da quantidade de julgados encontrados em cada endereço eletrônico. Com exceção de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, não encontrei quantidade significativa de decisões em TJs de outros Estados; em verdade, nos *sites* do Amazonas, Acre, Alagoas, Distrito Federal, Ceará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rondônia, Roraima e Tocantins a busca não produziu resultado algum.

Por óbvio, julgaram-se mais decisões do que se inseriram nos bancos de dados e a quantidade limitada de documentos impossibilita uma comparação sistemática de lógica de funcionamento de cada Tribunal – enquanto possuo uma decisão dos estados do Pará, Rio de Janeiro e Amapá, por exemplo, há 52 encontradas em São Paulo. E para além de decorrências quantitativas das imperfeições dos mecanismos de busca, outras particularidades se acumulam: são realidades, contextos diferentes, juízes/as com diferentes carreiras, trajetória e posicionamentos políticos – o que se reflete nas decisões elaboradas. No entanto, há também similaridades intrigantes e distinções ainda mais eloquentes.

Feitas estas ressalvas, começo a descrição de meu segundo “campo”, cujo acesso enfrentou muito mais percalços que o primeiro: o arquivo do Poder Judiciário da comarca de São Paulo. Sua “descoberta”²³ se deu em uma reunião do Núcleo de Estudos em Antropologia do Direito (NADIR/USP) em dezembro de 2013, quando Tatiana Perrone²⁴, colega membro, informou-me que ao contrário do que eu pensava, pelo menos na cidade de São Paulo o acesso a autos inteiros de processo judicial seria possível. Eu, de fato, desconhecia essa informação; mas de acordo com ela, pesquisadores/as poderiam, se devidamente cadastrados, ler e fotografar para fins de registro e investigação acadêmica as páginas dos casos no arquivo do Poder Judiciário, situado no Ipiranga.

²³ Assim digo porque o serviço de atendimento e disponibilização de casos a pesquisadores/as pelo arquivo é de conhecimento de poucos/as; eu mesma nunca tinha ouvido falar dele enquanto estudava na faculdade de direito. Posteriormente, em contato com as servidoras Isa e Regina, que lá trabalham, soube que de fato não há muita publicização desse serviço, o que acarreta sua utilização por muito poucos – em sua maioria, historiadores.

²⁴ Agradeço imensamente à Tatiana por ter não apenas me indicado o arquivo como também explicado o procedimento de cadastro como pesquisador/a e passado e-mail e telefone para contato da servidora que acompanha e auxilia pesquisadores/as na instituição.

Surpresa com a notícia e bastante entusiasmada com as novas possibilidades que surgiam, anotei o número de telefone da funcionária com quem Tatiana mantinha contato e liguei no início de janeiro de 2014. Fui atendida por Regina, que efetuou uma pesquisa inicial para saber se haveria casos que versassem sobre o tema e me informou que na verdade havia bastantes, mas uma grande parte deles havia tramitado em segredo de justiça e por conta disso ela não sabia se eu teria permissão para lê-los. Orientou-me a pedir autorização no setor técnico do Poder Judiciário situado no Fórum Central na praça João Mendes, e se ela fosse concedida, emitiriam uma credencial e alguns casos seriam disponibilizados a mim.

Chegando lá, descobri que uma petição escrita ao juiz seria necessária – mais uma indicação dos meandros da burocracia que tem a escrita como atividade formadora e constitutiva. Após seguir o procedimento determinado, inscrevendo nome, profissão, objetivo de pesquisa e por quanto tempo planejava realizá-la, fui autorizada em documento escrito por um juiz que não vi, sendo-me dada a credencial – na verdade, um documento oficial do Poder Judiciário permitindo que realizasse a investigação por não mais que três meses. No mesmo dia, liguei para o arquivo e fui informada dos requisitos (que desconhecia) para acesso aos casos: precisaria informar o número de processo, nome das partes e número de pacote²⁵ de cada caso que gostaria de ler – algo praticamente impossível já que nos muitos acórdãos que havia obtido no *site* do TJSP os nomes das partes eram inscritos em siglas (para preservá-las) e não havia número de pacote algum. De todo modo, o funcionário²⁶ pediu que conversássemos melhor no arquivo, pessoalmente, sobre o procedimento de busca e requisição de processos realizado pelos/as servidores/as.

Fui ao local, então, dois dias depois e acabei sendo atendida por Isa. Conhecê-la pessoalmente e ter sua colaboração em minha pesquisa, no fim, foi uma das melhores coisas que aconteceram no decorrer do mestrado: além de extremamente simpática e solícita, mostrou-se interessada por meu tema de pesquisa e o que pretendia fazer e me informou o procedimento de coleta de dados. Infelizmente, quando deste primeiro contato também soube que no arquivo apenas teria acesso aos casos tramitados e arquivados na comarca da capital, já que os do interior seriam guardados em suas respectivas comarcas e teriam seus próprios procedimentos de desarquivamento e acesso a pesquisadores. Tentando obter os dados necessários a partir dos acórdãos que já possuía, percebi que a imensa maioria tinha como origem comarcas do interior; apenas dois eram originários

²⁵ O número de pacote é, literalmente, o número atribuído à caixa na qual se coloca um caso arquivado. Obedece à ordem cronológica da extinção e arquivamento dos casos e recomeça em contagem crescente a cada ano.

²⁶ No arquivo do Poder Judiciário de São Paulo, estereótipos sobre servidores/as públicos/as não se aplicam de modo algum: todos/as que conheci foram prestativos/as e acolhedores/as; alguns/mas se envolveram com o tema que estudo, e com eles/as tive ótimas conversas. Este senhor com quem falei pelo telefone não foi exceção: ao notar meu sotaque paraense ainda carregado e supor que eu tivesse recém chegado à capital paulista, preocupou-se com meus conhecimentos sobre o sistema de transporte público da cidade e me explicou detalhada e pacientemente como poderia chegar até o prédio do arquivo usando metrô e ônibus. Fiz questão de demonstrar meu agradecimento aos/às servidores/as do local com o fim da pesquisa, mas deixo, de todo modo, um registro desta gratidão aqui.

de São Paulo, sendo que um se tratava de Agravo de Instrumento²⁷ e portanto ainda não tinha alcançado seu desfecho completo. Saí de lá consternada, vendo uma grande quantidade de dados possíveis se transformar em apenas um.

No caminho para casa, enquanto pesava os prós e contras de ir até a comarca de Guarulhos para ter acesso a 3 casos cujos dados necessários ao desarquivamento possuía, recebi um *e-mail* de Isa. Ela afirmava ter se instigado tanto pela minha pesquisa que tomou a liberdade de procurar decisões em uma outra seção do *site* do TJSP: a do banco de sentenças, que à época desconhecia, mas depois percebi se tratar de espaço para consulta, por meio de palavras-chave, de decisões de 1ª instância. Recomendou-me visitar a área e experimentar suas ferramentas de busca, pois acreditava que os resultados poderiam me ser úteis. Qual não foi minha surpresa ao descobrir, realizando a investigação indicada, que havia muitas novas decisões e 23 casos só da capital! Voltei a ter esperanças e expressei minha gratidão à Isa, que não sei se percebeu o quanto me ajudou e transformou o rumo de minha pesquisa.

Saber da existência deste banco também me deu esperanças quanto à possibilidade de outros *sites* de TJEs também instituírem algo do gênero – o que não se confirmou, após investigar cada um deles. No entanto, deu-me mais ímpeto para procurar decisões de 1ª instância nos recônditos de cada endereço eletrônico – e o resultado foi uma pequena amostra de 35, sendo 31 de São Paulo e as outras 4 de Salvador, Belo Horizonte, Londrina e Curitiba.

Com as decisões deste banco de São Paulo em mãos, assim, coletei nas sentenças o número de processo e o nome do/a requerente. Tendo esses dados em mãos, consultei os casos na seção de andamento processual²⁸ do *site* do TJSP e consegui obter o número de pacote de alguns; contudo, assim como Isa já havia me informado, percebi que havia vários nos quais essa informação não constava – o que implicava ter que ir de fórum regional em fórum regional, de cartório em cartório tentar obter os números de pacote dos autos arquivados, já que esta informação costuma constar nos registros cujo acesso é limitado a funcionários/as do cartório no qual o caso tramitou.

De janeiro a março minha rotina se resumia a visitas aos fóruns para obter números de pacote, encaminhar os dados dos casos à Isa ou à Regina, esperar até que eles fossem encontrados e disponibilizados a mim, ir ao arquivo e lê-los e fotografá-los em uma sala reservada a pesquisadores/as. Quando conseguia informações de mais de uma ação e podia requerê-las, chegava ao prédio pouco tempo após o início do expediente, às 9 da manhã, e saía apenas com o seu encerramento, às 17. À medida que advogados/as, promotores/as e juizes/as citavam no decorrer

²⁷ Trata-se de recurso apresentado em caso de discordância em relação a decisão elaborada pelo juiz no decorrer do processo, decisão esta que não o conclui e encerra como sentenças e acórdãos.

²⁸ Com o número do processo ou nome das partes, é possível acessar todas as etapas processuais que um caso percorreu até sua extinção e arquivamento. Alguns cartórios também inserem, arquivado o processo, o número de pacote que ele recebeu no arquivo.

dos processos outros casos semelhantes como referência jurisprudencial, obtinha mais dados e requeria mais autos de processo, caso não tivessem tramitado em segredo de justiça²⁹; comecei a habitar não apenas o espaço do arquivo, mas cada um dos casos que lia, mergulhando em suas histórias e conflitos, refazendo suas trajetórias, estabelecendo pontes entre eles e outros a que se referiam, em uma espiral que me engolfava e me afundava em mais escritos.

Não precisei dos três meses limitados pelo juiz que me credenciou: em apenas dois, vivendo entre balcões tumultuados de cartório e uma sala silenciosa e reservada, respirando as páginas frágeis e amareladas de casos antigos ou as ainda brancas e brilhantes dos mais recentes, acessei e obtive cópias de todos os 23 casos cujos dados identificadores obtive, sem efetuar qualquer recorte temporal. O universo de ações de retificação de registro civil elaboradas por pessoas transexuais e cujo trâmite se deu na comarca da capital de São Paulo deve ser muito superior, e essa pesquisa de modo algum consegue abarcar a complexidade e variedade de formas com as quais o tema é tratado em primeira instância; contudo, as particularidades, recorrências, pluralidade e densidade de vozes e discursos que esse grupo de 23 encerrava já correspondem a mais do que pude abraçar nesta pesquisa de mestrado.

Após o relato de como “cheguei” aos lugares que me forneceram o material para constituição de minha “aldeia-arquivo”, faz-se necessário relatar o passo seguinte: como tratei esses dados e estabeleci o recorte específico à pesquisa. Como nas aldeias “físicas”, visitadas e habitadas por antropólogos/as que fazem pesquisa de campo, o que observei, senti, vivenciei ultrapassa o que coube no tempo e na experiência de mestrado. O sofrido processo de limitação, assim, foi crucial ao desenvolvimento da investigação no tempo determinado, ao aprofundamento de pontos específicos e à manutenção de minha sanidade mental.

E o que fazer com esses papéis? Técnicas de sistematização e análise de dados e estrutura da dissertação

À medida que a busca por acórdãos nos *sites* dos TJEs se prolongava, minha amostra se expandia; e conforme obtinha no arquivo mais dados de outros processos, os discursos disponíveis para análise se multiplicavam exponencialmente. Ao fim da investigação, eu possuía dois materiais de difícil diálogo e sistematização: de um lado, acórdãos elaborados por TJs de diversos estados; de outro, casos completos, da petição inicial elaborada por advogado/a ou defensor/a público/a à

²⁹ Ressalto que no Arquivo não tive acesso e, portanto, não analiso aqui nenhum caso que tenha corrido em segredo de justiça. Creio também que nenhum acórdão obtido nos sites de TJEs seja resultado de ações tramitadas deste modo – seria um descuido muito grande publicar uma decisão assim. Não estou certa disso, porém, e parto do pressuposto de que em minha amostra apenas constam casos processados publicamente. De todo modo, para preservar os/as requerentes, troquei os nomes de todos/as – como explicarei melhor mais à frente.

decisão judicial, que em sua totalidade tramitaram apenas na comarca de São Paulo (ainda que em diferentes fóruns regionais e varas) e que foram arquivados após a resolução do caso em 1ª instância, com exceção de dois. De um lado, um só tipo de autoria (magistrados/as) e documento (acórdão), produzido por um grupo de três julgadores/as em diferentes estados; de outro, diferentes documentos (petições, manifestações, requerimentos, laudos periciais, atestados médicos) elaborados por diferentes autores/as (advogados/as, defensores/as, promotores/as, peritos/as, médicos/as, psicólogos/as, juízes/as), culminando em uma decisão escrita por apenas um/a juiz/a (pelo menos em teoria). Como fazê-los conversar e construir uma lógica entre eles?³⁰

Por mais difícil que tenha sido abandonar – ainda que temporariamente³¹ – uma parte da riqueza e da complexidade de minha “aldeia-arquivo”, decidi manter a proposta inicial de pesquisa e me concentrar nos documentos elaborados por julgadores/as em 2ª instância. Assim, com exceção do primeiro capítulo da dissertação, no qual utilizo um caso completo para demonstrar a trajetória de uma ação de retificação de registro civil elaborada por pessoas transexuais, passando por decisão de magistrados/as de 1ª instância até chegar à decisão final elaborada por três desembargadores do TJSP, do material coletado no arquivo do Poder Judiciário apenas aproveitarei os acórdãos.

Utilizando métodos muito similares aos aplicados por Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (2004) em sua dissertação de mestrado e por Rosa Oliveira (2009) em sua tese de doutorado, que também lidaram com decisões judiciais, inicialmente elaborei uma tabela no programa Microsoft Excel para registrar dados de cada decisão que poderiam me auxiliar a ter uma visão geral do material. De cada documento registrei: Tribunal, vara ou comarca em que a decisão foi prolatada; número do processo; em caso de recurso, quem recorreu; o nome do/a relator/a do acórdão; tipo e objeto da ação ou de recurso; data de julgamento; artigos de leis e regulamentos citados; e a decisão emanada. Também inseri o posicionamento da Procuradoria de Justiça, sempre consultada enquanto fiscal da lei e do interesse público por desembargadores e ministros de Tribunais Superiores. Para fins de ilustração, na figura 1 é possível visualizar os termos da tabela na qual inseri as decisões prolatadas pelos TJs estaduais.

TJ	Vara e comarca	Nº do processo	Recorrente	Recorridx	Relator/a	Data de Julgamento	Tipo de recurso	Objeto da ação	Enquadramento legal

Figura 1 – Tabela para coleta de dados de decisões de 2ª instância

Montada esta tabela, iniciei a confecção de fichas que me possibilitassem registrar em termos

³⁰ Durante a leitura dos casos, comecei a me interessar bastante pelas referências bibliográficas acionadas pelos/as magistrados/as. Percebi, com surpresa, que há considerável material escrito produzido no âmbito do direito sobre o tema da transexualidade. Cheguei a adquirir algumas obras e com elas compor minha “aldeia-arquivo”; no entanto, assim como os casos coletados no arquivo do Poder Judiciário, essa produção doutrinária sobre o tema era mais do que poderia abarcar no tempo designado à realização de minha pesquisa de mestrado. Pretendo, contudo, recuperá-la em outro momento e submetê-la a análise.

³¹ Pretendo explorar este material que por ora não aproveitei em uma futura pesquisa de doutorado.

gerais os principais argumentos dos/as magistrados/as, as categorias mobilizadas, ressignificadas e reproduzidas, bem como as principais referências em que se apoiam e às quais atribuem um status de autoridade. Assim, para cada TJ, elaborei fichas que registram: um pequeno resumo do caso; os julgados citados enquanto entendimento jurisprudencial; referências bibliográficas (usualmente da área jurídica, mas também, em número considerável, da área médica) e temas recorrentes inscritos, com citações de trechos dos documentos. Também para fins de ilustração, insiro abaixo, na figura 2, a estrutura geral das fichas e no Apêndice A um modelo de sua utilização em uma das decisões que compõem meu recorte.

FICHA – DISCURSOS

1. N° do processo
2. Resumo do caso
3. Citações – bibliografia
4. Citações – jurisprudência
5. Fragmentos temáticos

Tema/contexto	Citação
Possibilidade jurídica do pedido	
Condição necessária ao pedido	
Biografia	
Conceito de transexualidade	
Direito e atualidade	
“Verdade”	
Saber médico	
Direitos, cidadania	
Terceiros	
Conceito de sexo	

Figura 2 – Ficha para inserção de referências e argumentos mobilizados nas decisões

As tabelas e as fichas, em conjunto, possibilitaram um panorama geral das decisões judiciais e permitiram que eu mapeasse e situasse com maior facilidade os temas que compõem a argumentação dos magistrados e o modo como são elaborados – a partir daí estruturei os capítulos da dissertação.

No primeiro capítulo, “Trilhando um caminho processual possível: o caso Victor/Victoria”, acompanho o desenrolar de uma ação de retificação de registro civil requerida por uma mulher transexual da petição inicial ao acórdão elaborado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, passando por todas as manifestações de atores/as processuais – inclusive a apresentação de recurso a uma instância superior após sentença não favorável. Deste modo, será possível ter ciência das personagens envolvidas no processo, de suas estratégias argumentativas, dos conflitos possíveis e da decisão judicial enquanto síntese de todo esse caminho percorrido. Não se trata de fazer um

exame detido dos discursos inscritos nos autos nem de me concentrar no que juízes/as dizem, mas de descrever o contexto, os indivíduos e o que representam, bem como as dinâmicas peculiares a uma ação como esta que influenciam o processo decisório e levam à prolação de sentenças e acórdãos. Durante o caminho, pretendi sinalizar elementos que serão significativos nos demais capítulos e sugerir chaves interpretativas melhor elaboradas ao analisar as decisões judiciais.

No segundo capítulo, “Julgando identidades, prescrevendo diagnósticos”, analiso três formas pelas quais magistrados/as, quando da elaboração argumentativa, valem-se de saberes biomédicos. Na primeira seção, concentro-me na mobilização de regulamentos e manuais de classificação de doenças como parâmetros de análise e avaliação de indivíduos e de que modo os dados que neles se inscreve são acionados enquanto condições a serem preenchidas para que os/as requerentes sejam reconhecidos/as enquanto pessoas transexuais. Na segunda seção, investigo o lugar que práticas interventivas realizadas por médicos/as, em especial a cirurgia de transgenitalização, assumem na produção de sentidos e localizações de “sexo verdadeiro”, de possibilidades de transformação de gênero e de modelos de masculinidade e feminilidade. Na terceira seção, por fim, discuto o papel atribuído à linguagem médico-científica na construção judicial de uma base de inteligibilidade da transexualidade.

O terceiro capítulo, “Das reelaborações de leis, princípios, pessoas e cidadanias”, investiga de que modo regras e princípios do ordenamento jurídico brasileiro são interpretados, reelaborados e apresentados para se assegurar ou negar o direito à retificação de nome e “sexo” aos/às requerentes. O foco se dá em duas dimensões legais: a determinação na Constituição Federal e no Código Civil de que casamento e união estável apenas podem se dar entre homens e mulheres e o princípio da dignidade da pessoa humana. Na primeira seção, então, disserto sobre a suspeição que recai sobre requerentes quanto à possibilidade de enganarem possível parceiro/a, os pressupostos de afeto e desejo e a concomitante cristalização e desestabilização de identidades de gênero. Na segunda seção, discuto a produção de padrões normativos de pessoa transexual, as expectativas de sofrimento e vitimização a eles associadas e de que modo eles estruturam sentidos de cidadania.

Nas Considerações Finais problematizo noções comuns sobre o Poder Judiciário a partir do lugar que vem assumindo no contexto recente de reivindicação de direitos e o potencial transformador que essa nova configuração de poderes possibilita. Novamente, a ideia de ressignificação é central: aos Tribunais, ao fazer decisório e às leis novos sentidos são associados e negociados. A única conclusão possível a partir desta dissertação é: nada é estável.

Trilhando um caminho processual possível: o caso Victor/Victoria

*Somos o resultado de tanta gente, de tanta história,
tão grandes sonhos que vão passando de pessoa a
pessoa, que nunca estaremos sós.*

Valter Hugo Mãe – O filho de mil homens

Decisões judiciais demarcam um fim, e aqui por fim se entenda tanto objetivo quanto desfecho. É claro, trata-se de um fim instável, incerto – é possível, em certos casos, ver seu intuito frustrado e recorrer da decisão perante outro Tribunal. No entanto, de um modo ou de outro, sentenças ou acórdãos encerram em seu texto os almejos de uma das partes e enquanto ato judicial o caminho de um processo, iniciado com a petição inicial de advogado/a e permeado por personagens, estratégias, conflitos, determinações e, é claro, papeis.

Essa dissertação, de fato, não é sobre esse tipo de caminho, mas sobre o percurso narrativo estabelecido por magistrados/as em suas decisões. Uma separação tão dura, porém, não faz sentido: pulsando latentes sob tantas determinações de juízes/as estão as vozes de advogados/as, promotores/as de justiça e peritos/as, suas negociações de sentido e afirmações categóricas; inscritas na motivação de magistrados/as, estão representações de pessoas, doenças, direitos e gêneros produzidas nesse cenário de disputa que é o processo judicial.

Ana Lucia Pastore Schritzmeyer (2004: 86-88), inspirando-se em Keith Thomas ao refletir sobre os limites metodológicos de uma pesquisa realizada a partir de fontes jurídico-documentais – em seu caso, decisões judiciais de 2ª instância publicadas entre 1900 e 1990, nas quais se julgava o cometimento de práticas mágico-religiosas-curativas criminalizadas à época – afirma que, assim como o historiador, tem plena consciência de que atingiu apenas “a ponta do iceberg” na definição do recorte e de que sua base é extensa: para além de decisões propriamente ditas que não foram publicadas nos veículos por ela consultados, há práticas não formalmente denunciadas que não se transformaram em boletins de ocorrência; inquéritos arquivados; procedimentos encerrados em 1ª instância, com arquivamento antes de julgamento ou, elaborada a sentença, com a resignação ou satisfação das partes; etc.

Da mesma forma, sei que meu recorte também é reduzido e que minha “base de iceberg” é formada não só pela miríade de decisões não acessíveis por meio de pesquisa de jurisprudência nos sítios dos TJEs mas também por todos os outros documentos (petições de advogados/as, manifestações de promotores/as de justiça, laudos periciais, incidentes processuais) que

compuseram os autos de cada processo e conduziram à decisão do/a magistrado/a ou de um colegiado. Este segundo grupo da base ganha ainda maior preponderância – constantemente presente pela ausência – na medida em que, embora o contrário seja possível e relativamente frequente³², juízes/as costumam basear suas decisões no que foi dito pelas partes e em provas produzidas no decorrer do processo, informações registradas ordenadamente e em fases nos autos. Mas que caminho é esse trilhado por tantas personagens e papeis? Quais são as etapas usualmente cumpridas e qual é seu papel no desfecho do processo? Os discursos de magistrados/as e os efeitos produzidos são importantes e justificam a pesquisa; mas o que vem antes deles e os torna possíveis?

O objetivo deste capítulo é, então, percorrer a trajetória processual usual³³ de uma ação de retificação de registro civil requerida por uma mulher transexual através de um caso coletado no arquivo do Poder Judiciário da comarca de São Paulo e, seguindo seu fluxo, destacar as pessoas envolvidas, os lugares que ocupam, os passos por elas dados, suas estratégias e tensões; creio que, a partir de então, as decisões que compõem meu recorte se tornarão mais inteligíveis e os capítulos seguintes terão uma base de apoio que informará seus pressupostos e debates. Em outras palavras, pretendo que este capítulo sirva de eixo a percorrer e orientar a dissertação.

Para seguir o caminho processual, não escolhi um caso aleatoriamente; dentre os componentes de minha “aldeia-arquivo”, selecionei primeiro os que não se encerraram em 1ª instância e, tendo uma das partes apresentado recurso, chegaram ao Tribunal de Justiça. Fiz tal opção visando demonstrar de modo mais extenso as direções possíveis de um caso (que inclusive não precisam chegar ao fim nos TJEs; contínuos recursos podem levá-los a julgamento por ministros do STJ e do STF). Se usasse autos de um processo cujo debate não saiu do foro local, estão direções talvez não fossem tão claras.

Dentre as duas opções que restaram, escolhi a que envolveu mais conflitos e incidentes, como discordâncias entre promotor/a de justiça e juiz/a de 1ª instância, promotor/a de justiça e procurador de justiça (ambos pertencentes à mesma instituição – o Ministério Público) e entre desembargadores quando do julgamento da apelação – eventos usuais individualmente, mas cuja convergência em um só caso não é tão comum em minha amostra. Sendo, assim, uma trajetória que utilizo para sinalizar e condensar possibilidades presentes em uma grande variedade de outras tantas, este conjunto não trivial de acontecimentos vem em boa hora e foi crucial à seleção.

³² Notei não só no decorrer desta pesquisa como também em investigações passadas e em minha própria experiência de estágio na Defensoria Pública do Estado de São Paulo que é comum certos/as magistrados/as terem “modelos” de decisão prontos e aplicáveis a casos de mesma temática, sendo necessário alterar apenas nome das partes e número do processo.

³³ Tenho plena consciência de que cada processo guarda particularidades e reviravoltas próprias; durante a leitura dos casos coletados no arquivo isso se tornou ainda mais claro para mim. No entanto, foi possível notar padrões e recorrências no desenrolar que tomavam e que em certa medida afetaram as decisões produzidas ao fim; daí a importância e, espero, a proficuidade deste capítulo.

Antes de percorrermos o caminho processual, gostaria de fazer apenas uma última observação quanto à estratégia narrativa que aqui emprego: ao longo de todo o capítulo, usarei a fonte “Lucida Console” do Microsoft Word e tamanho 14 para fazer citações de trechos curtos dos documentos³⁴. Minha intenção é justamente explicitar as lógicas de atribuição de sentido e argumentação das próprias personagens processuais sem perder a fluidez da leitura com quebras de parágrafo para realizar citações ou poluir o texto com uma quantidade abusiva de aspas. A escolha da fonte também não é aleatória: ela me lembra, de alguma forma, a utilizada na confecção de máquinas de escrever, instrumento imprescindível a operadores/as do direito até pouco tempo atrás. É também facilmente destacável quando em comparação com a “Times New Roman”, empregada na escrita desta dissertação, sem, contudo, ser visualmente incômoda.

Iniciemos, então, a acompanhar e nos deter sobre os meandros do caso que, aqui, chamarei de **caso Victor/Victoria**³⁵.

O início – a petição inicial do advogado

Uma ação de retificação de registro civil necessariamente é iniciada por meio de petição inicial elaborada por advogado/a ou defensor/a público/a, solicitando que o pedido apresentado no documento seja avaliado e julgado procedente pelo/a magistrado/a. O/A juiz/a responsável pelo julgamento não é nomeado/a pessoalmente; em comarcas³⁶ médias e grandes³⁷, em que há fóruns regionais e cada um possui diversas varas cíveis, de registros públicos ou de família e sucessões³⁸, o caso é sorteado entre estas conforme o direcionamento feito pela petição: se, por exemplo, o/a advogado/a protocola a petição inicial no Fórum Central João Mendes Júnior, localizado na capital de São Paulo, e a direciona a um/a juiz/a de direito de vara cível, sua distribuição se dá por sorteio entre as 45 varas cíveis do fórum (que costumam ter um/a juiz/a titular e um/a oficial, cada uma), assim como os outros pedidos protocolados no mesmo intervalo de tempo.

O pedido realizado por advogado/a, principalmente quando trata de temas não

³⁴ A sugestão de marcar o texto com uma fonte ou efeito especial é de Laura Moutinho, a quem sou muito grata. Essa estratégia soluciona o conflito entre dar voz às personagens processuais e ao mesmo tempo não perder a minha ao longo do capítulo.

³⁵ Os nomes de todos/as os/as requerentes são fictícios. Mantenho esta escolha ainda que todos os documentos que fazem parte de minha “aldeia-arquivo” sejam de acesso aberto ao público. Como não pedi permissão aos/as requerentes envolvidos/as para discorrer sobre eventos que, presumo, marcaram suas vidas e não perguntei como gostariam de ser identificados/as, tenho por bem que a mudança de nomes seja mais apropriada. Os/as magistrados/as, por outro lado, sendo representantes de Estado, são figuras públicas; portanto a veiculação de seus nomes verdadeiros será mantida.

³⁶ Comarcas são territórios nos quais juízes/as de primeiro grau têm competência para exercer a função de julgar. Cada comarca pode ter diversas varas ou ofícios judiciários nos quais juízes/as são alocados/as.

³⁷ Em comarcas pequenas, é comum haver apenas uma ou poucas varas competentes para julgamento, e um/a ou dois/duas juízes/as em cada uma; sendo assim, é possível que advogados/as saibam qual juiz será responsável pelo julgamento do caso, pessoalizando a prática judiciária.

³⁸ Essas são as varas que, notei, usualmente recebem e processam ações de retificação de nome e “sexo” constantes em documentos oficiais.

regulamentados pela legislação, pode assumir formatos distintos; nos casos a que tive acesso, porém, eles mantiveram em geral uma estrutura que contivesse os requisitos considerados necessários pelo Código de Processo Civil, como a descrição dos fatos, os fundamentos jurídicos do pedido e a indicação das provas com as quais “pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados”³⁹ (BRASIL, 1973). As provas, como veremos, têm um papel central em ações de retificação de registro civil propostas por pessoas transexuais.

No caso Victor/Victoria não foi diferente: O documento confeccionado pelo advogado tem um esqueleto composto principalmente por três seções, apresentadas nesta ordem: **dos fatos, da problemática e do direito**, encerrando a peça com a breve reiteração do pedido. A petição se inicia com a descrição da trajetória de **descoberta** e assunção da identidade de gênero feminina da autora, que **desde sua infância, sempre possuiu personalidade e atos do sexo oposto** e, ao chegar à adolescência, **passou a travestir-se e fazer uso regular de hormônios**. As transformações corporais e na apresentação de si levaram a reações negativas em interações sociais – da escola ao contemporâneo mercado de trabalho, a requerente teria sido alvo de constrangimentos, discriminação e violência.

A **não aceitação com relação ao seu corpo de características masculinas e personalidade feminina** teria levado a autora a procurar tratamento psicológico, momento em que primeiro teria sido **diagnosticada** como transexual. A busca por atendimento médico foi subsequente: com a confirmação do **diagnóstico** e o seguimento das etapas previstas na Resolução 1482/1997 do Conselho Federal de Medicina, a cirurgia de transgenitalização foi realizada em pouco tempo. Victoria, afirma o advogado, **finalmente adequou a personalidade ao corpo**. As descrições do laudo médico realizado por Jalma Jurado, cirurgião plástico responsável pelo procedimento, incluindo as etapas detalhadas da cirurgia e suas conclusões são citadas quase integralmente na petição.

A seção seguinte, **da problemática**, é subdividida em **transexualismo e nome** e é possível constatar que após a apresentação (e articulação) de eventos considerados significativos ao pedido feito, o advogado se envolve em uma tentativa de elucidar de que modo a

³⁹ De acordo com o Código de Processo Civil: “Art. 282. A petição inicial indicará:

I - o juiz ou tribunal, a que é dirigida;

II - os nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor e do réu;

III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;

IV - o pedido, com as suas especificações;

V - o valor da causa;

VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados;

VII - o requerimento para a citação do réu.”

transexualidade/ismo⁴⁰ levaria ao desejo – e à imprescindibilidade – da mudança de nome e “sexo” constantes no registro civil e de que modo o nome, apreendido como dispositivo de individualização e direito de personalidade, deve estar aberto aos efeitos da transexualidade/ismo para tornar a pessoa que designa inteligível tanto a ela mesma quanto no meio social. O esforço do representante de Victoria em explicitar sentidos, relações e implicações não serve apenas de recurso retórico; trata-se, como veremos mais à frente, de um exercício em certa medida pedagógico.

A primeira subseção, **transexualismo**, é dedicada à conceitualização e qualificação da **doença** e logo de início a diferença entre O transexual, o homossexual e O travesti é demarcada: este seria **um homem que realiza suas fantasias vestindo-se de mulher e usando silicone no corpo**, e tanto ele quanto o homossexual não sentiriam **nojo ou repúdio** de suas genitálias. O transexual, por sua vez, possuiria uma genitália comum a determinado **SEXO**, mas sua personalidade e atos seriam **completamente do sexo oposto**, manifestando essa **incompatibilidade** ainda na infância através do seu gosto por brincadeiras e pela companhia de pessoas do “sexo” oposto, como se a este pertencesse. A essa qualificação preliminar o advogado adiciona a empregada por Jalma Jurado:

Transexual é indivíduo que se identifica por toda a vida com o sexo oposto; em nenhuma hipótese admite viver no sexo atribuído ao nascer, situação que deve ser comprovada e atestada por profissionais da área da sexualidade humana. Luta tenaz e incessantemente para se ressocializar mediante redesignação cirúrgica genital e somática. Os primeiros sinais são notados na primeira infância, por meio de vestimentas, hábitos e maneirismos característico do sexo oposto manifestados nos jogos, lazer, esportes, etc. Surgem conflitos na família, escola e, posteriormente, na profissão, trabalho e documentação... (fls. 8)⁴¹

Trechos do laudo elaborado pelo cirurgião permeiam a caracterização da **doença**, desde sua **conhecida causa** (em fase de gestação, uma **descarga hormonal** poderia imprimir **no encéfalo características anatômicas e funcionais do sexo oposto**) até o processo de mudança de representações sobre a transexualidade na área médica – a sua retirada, na Classificação Internacional de Doenças da OMS, da categoria “desvios de comportamento sexual” e a concomitante transferência para “transtornos de identidade de gênero” teriam tornado possível desassociá-la de conotações preconceituosas e outros hábitos

⁴⁰ Pretendo usar o termo assim sempre que me referir aos usos que fazem os/as operadores/as do direito, já que tanto “transexualidade” como “transexualismo” são por eles/as usados sem qualquer distinção de sentido: consideram-nos sinônimos. Eu, no entanto, preciso ressaltar que tenho ciência de suas diferenças de sentido e da luta encampada pelas pessoas trans* em defesa da expressão de sua identidade de gênero de forma não patologizante, o que acaba por envolver diretamente o próprio termo que as designa.

⁴¹ O advogado indica como fonte o capítulo 177 da obra “Transexualismo: aspectos clínicos e cirúrgicos”. No entanto, não consegui encontrá-la.

como o travestismo, o homossexualismo, a prostituição, a drogadição, e outras contravenções penais; em seu lugar, institucionaliza-se uma conceituação médica de terapêutica cirúrgica bem padronizada.

Na subseção **nome**, afirma-se que a função social do designativo, de interesse público e privado, seria individualizar a pessoa, fazer com que seja identificada e reconhecida socialmente; exatamente em virtude disto o direito ao nome integraria o rol dos direitos fundamentais como direito de personalidade e à identidade pessoal. No que toca à questão da transexualidade especificamente, a alteração do registro civil seria **extremamente importante para a personalidade do transexual operado** – embora ainda não haja legislação sobre o tema, seria possível destacar a existência de julgados favoráveis ao direito de um indivíduo de **ser ele mesmo, quem escolheu, em que a personalidade tem proteção integral e o ser humano se torna um ser único**.

Por fim, **do direito** é consideravelmente menor: enquanto à primeira seção se dedicam três páginas e à segunda cinco, a explanação dos fundamentos jurídicos tem uma página e meia. De fato, não tendo sido ainda o tema tratado em âmbito legislativo, a escassez de regras às quais o representante legal faria referência seria previsível; surpreende, contudo, que a primeira menção feita seja à Resolução 1482/97 do Conselho Federal de Medicina, que como mencionei na introdução regulamenta os critérios para a concessão do diagnóstico positivo de “transexualismo” e para a realização de cirurgias de transgenitalização e transformação corporal às quais pessoas “comprovadamente” transexuais podem ser submetidas (e, como implicação, permite-as).

Embora seja uma norma válida como qualquer outra, não se trata de lei em sentido estrito – seu texto não foi discutido e votado pelo Poder Legislativo (em teoria, representante do povo), não é sancionada ou vetada por presidente da república; é elaborada pelo CFM, autarquia⁴² que possui competência normativa relativa (BRASIL, 1957; CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 1988). O poder vinculante e a autoridade de seu texto foram, ainda assim, reinterpretados e alçados a um lugar de protagonismo na exposição feita pelo advogado dos fundamentos jurídicos que embasam o pedido.

Penso que, para além de ser produto de Poder Legislativo ou de autarquia, o que deve ser levado em consideração é *qual* a autarquia cuja produção normativa ganha centralidade. No caso, o CFM, responsável por disciplinar e julgar a classe médica e por trabalhar em prol do exercício ético

⁴² De acordo com o art. 5º do Decreto-Lei 200/67, autarquia corresponde ao “serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada” (BRASIL, 1967).

da medicina “e do prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente” (BRASIL, 1957), é, para todos os fins, um órgão da administração estatal indireta composto quase em sua totalidade por médicos/as e exerce a gestão de atividades e sujeitos que interessam, de algum modo, ao Poder Público – mais claramente, médicos/as e o exercício da medicina. No entanto, para além de um olhar sobre sua estrutura e competências, é necessário atentar aos efeitos que o CFM (assim como qualquer outro órgão do Estado) produz sobre as pessoas com quem interage enquanto elaborador estatal de normas⁴³ e às implicações que isso gera ao próprio Estado.

Uma delas, penso, é a mencionada pelo advogado ao fazer referência à Resolução: seu argumento, basicamente, é o de que se a cirurgia e a decorrente **alteração do sexo** foram permitidas e regulamentadas pelo Estado (sendo o CFM seu representante), este deve aceitar e lidar com as consequências provocadas pelo procedimento, bem como encontrar soluções satisfatórias para os/as que a ele se submetem – tratar-se-ia de medida mais apropriada e consoante ao princípio da dignidade da pessoa humana e ao direito à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem (ambos previstos constitucionalmente), ainda que não se observe ocorrência de erro no registro civil quando da sua lavratura. A cirurgia, autorizada pelo CFM e, portanto, pelo Estado **transformaria o “sexo”** ao qual a pessoa **pertence** e, assim, demandaria que essa mudança fosse reconhecida por outros órgãos estatais – como o Poder Judiciário, ao analisar o pedido.

Para dar respaldo a sua argumentação, cita dois julgados em que semelhante entendimento foi aplicado por magistrados/as: um se deu em julgamento no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo da Apelação Nº 165.157-4/5, em 22/03/2001, de relatoria de Boris Kauffmann; e outro em sentença elaborada pelo juiz Newton Teixeira Carvalho na 1ª vara de família do Fórum da comarca de Lafayette, em Minas Gerais (a data de julgamento e o número do processo não foram informados).

Por fim, nas seções **nome do autor e pedido**, o advogado reitera a requisição feita e justifica ser o novo nome, Victoria, mais apropriado à situação atual da autora, assim notoriamente conhecida em seu meio social, **permitindo a sua completa ressocialização e sua não exposição ao ridículo que o nome originário lhe causa** e que está em discrepância com sua apresentação de si.

Em anexo à petição, foram juntados a certidão de nascimento de Victoria, o texto integral da Resolução 1482/97 do CFM, o relatório elaborado por psicóloga e o laudo de Jalma Jurado, fotos de Victoria seminua, em pose sensual, usando apenas uma camisa e expondo a vagina, e notícias veiculadas nos endereços eletrônicos dos respectivos Tribunais de Justiça sobre os dois casos

⁴³ Em sentido jurídico estrito, mas também foucaultiano. Pretendo recuperar esse tema mais à frente.

citados como precedentes. De certo modo, esses documentos são representativos de estratégias usuais de advogados/as e defensores/as, algo que pude constatar quando da leitura dos demais autos de processo judicial que, como já afirmei, infelizmente não comporão o recorte dessa pesquisa.

Anexar a Resolução 1482/97 do CFM (assim como diversas outras normativas não manipuladas com frequência pelo Poder Judiciário) é uma constante. Sabe-se que, em não havendo uma “lei” propriamente dita, mas resoluções que regulamentam matérias relacionadas, o texto acionado não estará presente nos códigos; viabilizá-lo a magistrados/as é uma forma de estimular a apreensão de suas regras. O mesmo se dá com julgados do mesmo ou de outros foros e TJEs: no debate de um tema ainda não legislado, a importância de posicionamentos de outros/as julgadores/as em casos similares se acentua. Assim, embora haja poucas citações a leis, é muito comum ver uma petição inicial em ações como essa repletas de trechos de sentenças e acórdãos no corpo do texto ou em anexo – é uma forma de demonstrar, perante o/a julgador/a, que há precedentes de acolhimento do pedido.

Da mesma forma, fotografias são uma unanimidade. Como também já afirmei, o processo judicial em casos como esse é atividade conflitiva que se dá quase integralmente por escrito; as partes envolvidas raramente se encontram e a pasta cheia de papéis que materializa o processo é responsável por comunicar, a cada uma delas, manifestações das demais, circulando entre todas. Sendo assim, é raro que requerentes tenham a oportunidade de demonstrar pessoalmente ao/à juiz/a que sua performance de gênero comprova **verdadeiro pertencimento** à identidade alegada. As imagens servem então como artefatos de registro e demonstração de verdade das afirmações de advogados/as e de representações de gênero— enquanto em muitos casos de mulheres transexuais encontrei com frequência fotografias nas quais posavam de modo sensual (como Victoria) ou recatado, com namorados ou animais de estimação (vivos ou de pelúcia), nos poucos⁴⁴ de homens transexuais a masculinidade era simbolizada pela prática de esportes específicos como o futebol e o basquetebol, pelo “flagra” de uma briga captada pela câmera ou pela companhia de amigos (sempre homens) em uma festa.

Com a mesma frequência encontrei laudos médicos e psicológicos juntados por advogados/as. Julgadores/as quase sempre requerem a realização de perícia⁴⁵; no entanto, às declarações de especialistas da área da saúde que chegaram a examinar, **tratar** e até operar o/a requerente, detentores/as de conhecimento científico sobre a **doença** e agentes de práticas **curativas** no que concerne especificamente ao indivíduo em questão, atribui-se uma espécie de autoridade devida tanto à manipulação de saberes gerais quanto à experiência de tratamento

⁴⁴ De fato, a discrepância quantitativa entre um tipo de requerente e outro é grande; tenho apenas 3 casos nos quais os requerentes eram homens trans, e 21 de mulheres.

⁴⁵ Mais adiante, detenho-me sobre a função do/a perito/a e os dois laudos elaborados no caso.

particular. São os/as primeiros especialistas a compor o processo e os/as únicos/as que não só esquadrinham o corpo do/a requerente, dele extraindo uma verdade científica, mas também intervêm nesse corpo através das técnicas e práticas dessas ciências, produzindo efeitos considerados terapêuticos. Embora todos os documentos juntados neste caso em questão tenham relevância ao seu desfecho, os confeccionados pelo cirurgião e pela psicóloga merecem atenção.

O relatório psicológico, escrito em linguajar relativamente claro ainda que permeado de referências às ciências médicas, divide-se em **introdução, descrição e conclusão**. Na primeira parte, a profissional relata a chegada de Victoria ao consultório, sua externalização de angústia, frustração e sofrimento por ter **corpo e alma feminina e nome masculino**, ser por ele designada e ter que enfrentar reações de outras pessoas diante desta discrepância. Isso faria com que se sentisse incapaz de se envolver em qualquer atividade na qual tenha que expor seu nome, como prestar um concurso público. Diante do relato de Victoria, a psicóloga conclui ser **possível apresentar hipótese diagnóstica de que o interessado apresenta transtorno de identidade sexual (F 64.0)**.

Na **descrição**, apresenta a metodologia adotada na avaliação e afirma que os sintomas descritos e a postura corporal, dentre outros aspectos, indicam que **o distúrbio de ansiedade** ocasionado pela disparidade entre nome e identidade de gênero **alcançaram proporções impeditivas em sua vida**. De acordo com a psicóloga, estes fatores se relacionam ao **transtorno de identidade sexual**, que usualmente é descoberto antes dos 18 anos e muitas vezes até na infância, pode ter origem em **fatores psicossociais e biológicos (como variações hormonais)** e, por ser uma **patologia** (conforme o CID-10), requer tratamento **medicamentoso** e psicológico. Em **conclusão**, ressalta que a mudança do nome se faz necessária à **resolução de seus conflitos afetivos e financeiros** e aconselha acompanhamento psicológico a Victoria.

Aqui é necessário atentar para o primeiro surgimento de uma ideia bastante recorrente em laudos médicos e psicológicos que, será possível constatar nos outros capítulos, penetrou a lógica das decisões judiciais: o indivíduo transexual sofre, sente angústia, e esses sentimentos são causados pelo **distúrbio** que é a transexualidade/ismo. A sensação de incompatibilidade entre alma e corpo ou entre identidade de gênero assumida para si e a designada ao nascer pelos pais e pelo Estado provoca dor, mas a própria origem desta incompatibilidade é também patológica; portanto, o distúrbio ocasionaria necessariamente não só a dita incongruência como a dor dela decorrente, reações em cadeia que mantêm entre si uma articulação em termos de causa e feito. O

sofrimento seria não só qualificado, ocasionado pela doença como considerado um sintoma a ser averiguado quando da avaliação diagnóstica. Sua presença, de certo modo, é esperada para que uma pessoa seja considerada transexual.

Mas não só a psicóloga sinaliza, em meio à narrativa, expectativas ao perfil de pessoa transexual; o laudo médico confeccionado por Jalma Jurado e escrito em linguajar quase inacessível, ilegível a não médicos/as, repleto de termos técnicos, ao apresentar os elementos por ele considerados relevantes à atribuição de diagnóstico positivo a Victoria sugere não apenas relações esperadas entre emoções, desejos e a doença, mas também padrões normativos de masculinidade e feminilidade.

Como a petição inicial, o laudo é iniciado com uma descrição do histórico de Victoria no que tange à manifestação de sua identidade de gênero, os conflitos e escolhas acionados em virtude disto e suas características consideradas relevantes, como o fato de cuidar de sua saúde e nunca ter sofrido contágio de doenças sexualmente transmissíveis e **não apresenta[r] ereção compatível com o intercursos sexual ativo e ausência de interesse por indivíduos do sexo feminino**. Afirma que apresenta características físicas (como tom vocal e **fascies**, ainda que o **exame genital** detecte **conformação na linha masculina**), **postura, desenvoltura e vestimentas femininas** e confirma a hipótese diagnóstica de **disforia do gênero**, categorizada no CID-10.

Na seção seguinte descreve detalhadamente a cirurgia de transgenitalização, realizada após o cumprimento dos critérios previstos na Resolução 1482/97 do CFM, e os cuidados pós-operatórios subsequentes. Como comentários finais (citados em petição inicial), ressalta o desenvolvimento da apreensão no meio médico da transexualidade/ismo como doença não vinculada a hábitos como prostituição e drogadição, os efeitos positivos da cirurgia de transgenitalização que, após as normativas do CFM, assumiram o status de **prática terapêutica**, e a etiologia da doença – como ainda não seria possível à ciência atuar no local onde a **patologia** tem origem (a saber, no sistema nervoso central), restaria apenas mudar o corpo. Conclui declarando que a cirurgia de transgenitalização **torna-se instrumento indispensável na visão moderna dos fatores que diferenciam o sexo, e instrumento capaz de integrar os pacientes na cidadania e ressocializá-los definitivamente**.

Com a petição inicial e os documentos anexos é possível notar que primeiro se delineia uma característica presente na quase totalidade dos casos que compõem minha “aldeia-arquivo”: a produção, no processo judicial, da transexualidade/ismo como categoria médica e patologia, que

como tal tem causas, modo de ação, sintomas e efeitos determinados no corpo do indivíduo. As consequências disto são claras – estipula-se um imperativo normativo médico repleto de padrões de comportamento, emoções e desejos. Ao/À paciente-litigante⁴⁶ (BIEHL; PETRYNA, 2011) estes padrões se impõem como requisitos à atribuição do diagnóstico positivo, e o não preenchimento implica o seu não reconhecimento enquanto pessoa transexual.

Quem tem a autoridade para dizer o que é doença ou não, bem como examinar este indivíduo e extrair a verdade que o seu corpo encerra – é ou não portador do distúrbio de identidade de gênero? – são os/as detentores/as de saberes médicos e psicológicos, por meio de seu aparato institucional (codificações da OMS, do CFM, etc.), intelectual (literatura médica produzida sobre o tema) e técnico (médicos/as que acompanham o indivíduo e peritos/as); contudo, os/as que mais disputam ao longo do processo sentidos da doença e suas propriedades, as consequências jurídicas e o modo como o Estado (por meio do Poder Judiciário) deve lidar com esse paciente-litigante são os/as operadores/as do direito.

Uma das características estipuladas à transexualidade/ismo, como vimos até agora pelas declarações do advogado, psicóloga e médico, é a crença nutrida pela pessoa de **pertencer exclusivamente a sexo** distinto do a ela determinado ao nascer, e os constantes esforços por ela empreendidos para que tal pertencimento seja manifestado em sua corporalidade e socialmente reconhecido. Mas o que caracteriza um e outro “sexos”? Quais são as formas consideradas aceitas e apropriadas para demarcar esse pertencimento? É o que nos leva ao laudo de Jalma Jurado.

O que primeiro chama a atenção no documento é a referência à posição assumida por Victoria no ato sexual antes da realização da cirurgia, a afirmação de que não sente desejo por mulheres e a observação de sua “aparência feminina” enquanto fatores significativos a sua designação enquanto transexual – tão significativos que posteriormente serão mencionados por promotores/as e magistrados/as quando do reconhecimento de que Victoria seria, de fato, portadora do **desvio de identidade de gênero**. Porém na definição de transexualidade/ismo elaborada pelo próprio médico e citada pelo advogado se menciona exclusivamente a **identificação por toda a vida com o sexo**

⁴⁶ João Biehl e Adriana Petryna (2011) aplicam essa categoria analítica em um contexto de judicialização da saúde, no qual pacientes cujos/as médicos/as estipularam a necessidade de tratamento devido a alguma doença ou que, em tratamento, precisam de medicamentos específicos acionam o Poder Judiciário e se tornam personagens processuais em uma tentativa de ver garantido o acesso gratuito a procedimentos terapêuticos e fármacos. Embora nas ações que são objeto de estudo nesta pesquisa não se pleiteiem serviços de saúde ou medicamentos, referências à “doença”, a normas, saberes, agentes e procedimentos médicos têm papel fundamental à concessão – ou não – do provimento jurisdicional; não se busca o Judiciário para acessar o sistema de saúde, mas as chances de se ter concedido o pedido feito judicialmente são maiores (quando não exclusivas) se esse sistema foi acessado, diagnósticos positivos concedidos, tratamentos hormonais realizados e procedimentos cirúrgicos efetuados. Acesso a serviços de saúde, assim, não são o objetivo diante dos Tribunais, mas os requisitos impostos por estes.

oposto, e o mesmo se dá no texto presente no CID-10. Oficialmente não se fala em prática ou orientação sexual.

Praticar sexo realizando a penetração com o pênis pode ser considerada, por médicos/as e operadores/as do direito, prática estranha a pessoa que reivindica a identidade de mulher transexual por diversos aspectos: um deles é a assunção de que, para ser diagnosticada enquanto tal, deve necessariamente sentir (desde **sempre**⁴⁷) repulsa por seus genitais e desejar removê-los por meio de cirurgia; não faria sentido, assim, vê-los e acioná-los como instrumento de prazer. Este argumento, que tem certa ligação com a definição encontrada no CID-10, é muito recorrente em conceitualizações realizadas não apenas por médicos/as, mas também por operadores/as do direito, como será possível ver mais à frente, e incorpora o rol de requisitos cujo cumprimento é esperado. Mas voltarei a esse ponto depois.

Outro aspecto corresponde às significações dadas às posições durante o sexo e suas articulações com representações de gênero: quando o médico faz menção a Victoria não apresentar **ereção compatível com o intercursos sexual ativo**, indica que **sempre** ser penetrada por um homem (e **nunca** penetrá-lo, ou a uma mulher) seria uma forma de performatizar o que se depreende ser o modelo de atuação da mulher “natural”, “de verdade” – a mulher cisgênera⁴⁸ heterossexual. O arrogar para si desse papel passivo quando ainda não teria feito a cirurgia e, portanto seria ainda “homem”⁴⁹ sinalizaria que mesmo então, exercia a parte “feminina” no ato sexual.

A atribuição de sentidos de feminilidade e masculinidade a atos sexuais já foi mencionada em outros estudos. Peter Fry (1982), em especial, ao dissertar sobre convenções relacionadas à homossexualidade masculina no Brasil, destaca um modelo hierárquico produzido entre homens gays, separando “homens” e “bichas”. Os primeiros seriam “homens de verdade”, que assumiriam comportamento esperado a sua identidade de gênero masculina e que em ato sexual penetrariam tanto homens quanto mulheres sem perder seu status de “homem”. Os segundos, por sua vez, assumiriam papéis considerados femininos – dentre eles, a posição passiva no sexo.

Essa mesma associação entre performance de gênero e prática sexual na produção de

⁴⁷ Também pretendo tratar posteriormente da importância que personagens processuais dão a uma certa estabilidade e coerência no que toca à identidade de gênero dos/as requerentes, verificável na elaboração do conceito de transexualidade/ismo e nas narrativas biográficas que recuperam a trajetória do indivíduo desde a infância.

⁴⁸ O termo “cisgênero”, de acordo com A. Finn Enke (2013), tem origem latina como um prefixo – “cis” – que designa coisas que se mantêm, não têm mudanças de propriedade. No que toca à identidade de gênero, ele denotaria a condição de pessoas que mantêm a identidade de gênero a elas atribuída ao nascer, ou a congruência entre esta e atributos corporais compreendidos como característicos de um determinado gênero. Em outras palavras, o termo sinalizaria estabilidade e pertencimento a um rol de parâmetros de gênero definidos ao passo que “trans”, seu aparente oposto, sinalizaria mudança, trânsito ou transformação destes parâmetros. Seu uso, como sugere Enke, está em constante reelaboração e disputa no cenário de estudos trans*, embora seja comumente empregado.

⁴⁹ Apenas explicito aqui a lógica desenvolvida pelo próprio cirurgião – e reiterada por alguns/mas operadores/as do direito ao longo do processo – de que a cirurgia de transgenitalização é o momento que demarca a transformação de “sexo” da pessoa transexual. Retomarei isso no segundo capítulo.

diferenças identitárias foi verificada por Bruno Barbosa (2010:24) nos discursos de pessoas que se autodeterminam mulheres transexuais para estabelecer uma hierarquia de gênero em relação às travestis⁵⁰: enquanto as primeiras seriam exclusivamente “passivas” no ato sexual – e, portanto, mais femininas – as segundas seriam tanto “ativas” quanto “passivas”, e por conta disso demonstrariam certa “ambiguidade”. É possível notar, no caso Victor/Victoria, que essa articulação enquanto forma de qualificação e estipulação de uma feminilidade aceitável e inteligível não apenas faz parte de uma fala reivindicatória de certa identidade de gênero assumida por pessoas transexuais, mas está presente também em declarações que estabelecem seu reconhecimento e legitimação – como a de médicos/as e magistrados/as.

A esta lógica se associa a subsequente, de que Victoria não sentir atração por mulheres seria dado relevante ao diagnóstico. Assim como o papel passivo exercido na prática sexual já de alguma forma sinalizaria proximidade à identidade de gênero feminina, o desejo por homens é considerado critério fundamental a sua definição enquanto mulher transexual. Satisfazer esse requisito, viver em relacionamento estável com um homem e, após a cirurgia, **manter relações sexuais normais como mulher**, como afirmou o médico em laudo, nos leva à conclusão de que a dita **normalidade** de uma mulher cisgênera e as condições para o reconhecimento de uma mulher transexual enquanto tal passam pela reiteração da lógica de desejo heterossexual. Identidade de gênero, posição no ato sexual e orientação sexual estão, assim, profundamente imbricados e em relação circular de significação: um dá sentido ao outro.

O preenchimento de requisitos necessários a sua determinação enquanto mulher transexual também envolve apresentação de si. O médico declara que seu **tom vocal**, postura, vestimentas e gestos são **perfeitamente** femininos e que Victoria claramente passou por diversos procedimentos de transformação corporal – como cirurgias plásticas de implantação de prótese de mamas, ingestão de hormônios e depilação – para se **feminilizar**; a única incongruência, o único objeto estrangeiro a seu corpo seria o falo.

A atribuição de símbolos de masculino e feminino, aqui, tem lugar não apenas no corpo como também nas técnicas corporais. O médico não apenas faz referência a **caracteres**

⁵⁰ Não pretendo, nesta dissertação, produzir distinções entre travestis e transexuais, apenas sinalizar e analisar o que os sujeitos no processo judicial e nas decisões afirmam neste sentido. Assim como Larissa Pelúcio (2007) e Bruno Barbosa (2010; 2013), creio que essas categorias não são fixas e estanques, mas continuamente ressignificadas e reproduzidas relacionalmente, tendo subjacentes articulações conflitivas de gênero, orientação sexual, classe e raça. Por óbvio, os saberes biomédicos têm influência considerável na produção desses sentidos, e em meu “campo” operadores/as do direito também determinam diferenças não só entre as categorias mas também entre direitos aos indivíduos que a elas se vinculam (e é por isso, creio, que não encontrei processo algum no qual o/a requerente se identificasse como travesti; trata-se de estratégia para obtenção de decisão favorável). No entanto, é necessário reconhecer que essas tensões hermenêuticas se dão inclusive dentro da medicina e do direito; esses dois campos não produzem uma verdade homogênea e unívoca que se impõe às pessoas trans*, assim como elas não aceitam pacificamente o que é produzido. Há uma relação circular entre os sujeitos e saberes envolvidos, e fluxos de significado que se tensionam e reverberam nas representações que sustentam.

sexuais secundários como a distribuição de pelos e cabelo, **compatíveis com a linha feminina**, mas também às formas de se valer do corpo. Ambas as características, concomitantemente, comunicam ao médico o processo de transformação empreendido por Victoria em prol de uma fabricação de si enquanto mulher.

Marcos Benedetti (2005), em estudo realizado com um grupo de travestis no Rio Grande do Sul, já havia sinalizado que características corporais são fundamentais à diferenciação de gêneros. É no corpo que elaboram sentidos de feminilidade e imprimem o projeto de ser feminina, e é por meio do corpo que concretizam e expressam esses sentidos orientados por valores e princípios, produzindo-se enquanto sujeitos (ibid.: 55). No entanto, a partir do momento em que se inserem no jogo processual, têm que lidar com outras personagens lendo seus corpos e reconhecendo – ou não –, constatando e reproduzindo representações de gênero, pessoa e cidadania.

No ato da elaboração do laudo, formas e sinuosidades desse corpo, voz, gestos e modos que assume são também produzidos pelo cirurgião enquanto femininos no momento em que assim as reconhece enquanto tais. Ao dizer que são **perfeitamente femininas** ou **compatíveis**, o médico não apenas constata algo; ele estabelece uma zona de inteligibilidade no qual “feminino” e “masculino” enquanto categorias discretas e mutuamente excludentes possuem um certo rol de características esperadas e necessárias a serem verificadas em quem se apresenta como um ou outro, e sinaliza que a forma de feminino de Victoria é a aceitável, inteligível e esperada a alguém que reivindique esta identidade de gênero.

É importante notar que a apresentação dos elementos característicos de Victoria que levaram a sua qualificação enquanto portadora de transexualidade/ismo indica a satisfação de uma esperada coerência entre corpo, performance de gênero, orientação sexual e práticas sexuais que pertence aos critérios de avaliação diagnóstica. E também entre dor, sofrimento e prazer. Continuemos a caminhar pelo processo para ver como as demais personagens apreendem e elaboram a transexualidade e quais são as implicações disto para o desfecho do caso.

O primeiro conflito – Quando promotora e juiz discordam

Após a verificação, por juiz/a, da presença de todos os critérios formais necessários ao recebimento da petição inicial e à continuidade da ação, cabe a um/a representante do Ministério Público Estadual se manifestar a respeito do pedido. Esse órgão estatal tem a competência de exercício de diversas funções em âmbito judicial, dentre elas intervir em ações como parte ou propor ações em defesa de interesse alheio como “fiscal da lei” e defensor de interesses sociais e individuais indisponíveis, tendo em ambos os casos os mesmos poderes e ônus que as partes (BRASIL, 1973; 1993).

De acordo com o rol de possibilidades específicas em que o MP pode atuar como parte e o mais abrangente como fiscal da lei, é possível apreender que em ações de retificação de registro civil de pessoas transexuais sua intervenção se dá como o segundo: o Código de Processo Civil determina que em causas concernentes a estado de pessoa ou em que há interesse público por conta da natureza da questão judicial, cabe ao Ministério Público participar como *custus legis*. É interessante notar como, mesmo em casos nos quais apenas se pede retificação de prenome e não de “sexo”, o tema é interpretado por juízes/as e representantes do Ministério Público como de interesse público, e a presença desse órgão é de praxe. Isso nos permite vislumbrar um dos principais motivos de conflito entre as partes processuais: a natureza, razão de ser e implicações da identificação individual são disputadas em uma gangorra entre o que se define como interesse público de um lado e interesse individual de outro.

A descrição legal das atribuições de promotores/as e procuradores/as não é por eles/as ignorada; nos casos como o de Victoria, a exposição de motivos justificadores do posicionamento destes membros do MP é permeada por referências a direitos de terceiros/as, à ordem social, à segurança jurídica e à imprescindibilidade de que a justiça não se curve à vontade de poucos/as que podem, de alguma forma, prejudicar o meio social no qual se inserem. Como veremos, em questão está uma espécie de sopesamento não entre direitos individuais e sociais, mas entre por um lado a manutenção de certa segurança que regeria as relações, bem como a integridade de seus parâmetros e categorias normativas, e de outro o que é definido como espécie de desejo pessoal, cuja estabilidade é incerta e os efeitos uma ameaça potencial ao que se considera verdade, a um grupo indeterminado de pessoas que representa a sociedade e a normas que estabelecem a inteligibilidade de instituições como o casamento e a família.

Embora seja usual dizer, no “juridiquês” do Judiciário, que “o Ministério Público protocolou isso” ou “o Ministério Público apelou contra aquilo”, assim como qualquer outro aparelho do Estado o MP não é um órgão homogêneo e coerente; ainda que promotores/as e procuradores/as de justiça representem e personifiquem a mesma instituição em audiências e na elaboração de manifestações e pareceres, discordâncias e conflitos internos são comuns e reverberam na sua atuação em processos judiciais. Continuamente, nas práticas judiciárias e em interação com as demais personagens do processo, os valores e representações atribuídos ao Ministério Público – e consequentemente sua imagem institucional – se transformam pela dinâmica interna e atuação autônoma, muitas vezes conflitante, de seus/suas representantes.

Estes conflitos e divergências são patentes no decorrer do processo de Victoria. A primeira promotora de justiça que teve acesso aos autos, Eliane Botkowski, após um breve resumo no qual identifica a requerente e seu pedido, bem como expõe os principais argumentos trazidos por seu advogado, foi taxativa: o processo deveria ser extinto sem que o mérito do pedido fosse julgado,

tendo em vista sua impossibilidade jurídica.

De acordo com a promotora, baseando-se na obra “Direito à vida e ao próprio corpo” do professor de direito e advogado Antonio Chaves, haveria clara distinção entre o homossexual, O pseudo-hermafrodita e O transexual: o primeiro, **embora se considere masculino**⁵¹, tem atração por homens; o segundo possui genitália externa ambígua que acarreta dificuldades de definição do seu **sexo verdadeiro** quando do nascimento – exatamente em virtude disto é aceitável e justo que, quando mais velho, requeira a retificação de registro civil. Caso tenha ocorrido **erro** em sua identificação devido à aparência de seus traços físicos externos, seria possível determinar a que “sexo” pertence com base em um exame de seus órgãos internos, **normais**, e de seu **sexo cromossômico**. Um hermafrodita total, esclarece, não existe entre seres humanos e seria impossível encontrar pessoa que concentrasse órgãos reprodutores internos e externos de ambos os “sexos”⁵².

Já o **transexual**, afirma a promotora, acredita pertencer a “sexo” contrário ao de sua anatomia, mas não possui qualquer irregularidade neste âmbito; é **biologicamente normal**. De fato, é obstinado em realizar a cirurgia de transgenitalização, já que **em nenhum momento age e se comporta como homem** e assumir essa identidade pode levá-lo a **consequências neuróticas e até psicóticas como a automutilação**. Citando artigo do endocrinologista José Schermann publicado na Revista Nova em 1982 e a dissertação de mestrado de Pedro Daguer em psiquiatria na Universidade Federal do Rio de Janeiro⁵³, a promotora apresenta como características fundamentais **do** transexual a

⁵¹ Aqui, assim como no laudo médico elaborado por Jalma Jurado, a orientação sexual interfere nas representações de gênero construídas pelas personagens do processo. A promotora estabelece uma clara contradição entre se considerar “masculino” e ter atração por homens, como se os dois fatores fossem, de alguma forma, incompreensíveis quando convergissem em uma mesma pessoa.

⁵² A construção histórica de um sexo verdadeiro pelos saberes médicos, em especial em torno da figura da pessoa “hermafrodita” (hoje conhecidas como intersexuais), é tema presente em Michel Foucault (1980), Anne Fausto-Sterling (2000), Thomas Laqueur (2001) e Jorge Leite Júnior (2011). De acordo com o primeiro, a partir do século XIX foi possível notar um processo gradual de rejeição da possibilidade de coabitação dos dois sexos em um só corpo e de liberdade de escolha dos indivíduos em pertencer a um ou outro. O poder de decifrar o sexo verdadeiro, de descobrir a “identidade sexual primária, profunda, determinada e determinadora” (1980:viii), que a natureza havia designado e que todos/as deveriam ter foi monopolizado pelos/as detentores/as do saber médico. “Misturas de sexo eram não mais que disfarces da natureza” (ibid.: ix), e casos de pseudo-hermafroditismo eram considerados apenas questão de se transcender as aparências e buscar mais a fundo este sexo único e verdadeiro. Foucault continua, afirmando que na contemporaneidade ninguém mais diria que todos os hermafroditas são “pseudo” – como podemos ver pelo discurso da promotora, ainda há quem sustente isso. E é basicamente isto o que Fausto-Sterling (2000) constata, observando o modo como as ciências da natureza atualmente produzem sistemas classificatórios binários, discretos e excludentes de sexo, invisibilizando e patologizando ambiguidades de gênero. A autora reitera continuamente que a essência da identidade sexuada e seus critérios determinadores estão em constante mudança e contradição, mas é possível notar um processo de sofisticação do discurso e tecnologia médicos que reiteram a naturalização do indivíduo sexuada e das fronteiras entre os únicos dois sexos possíveis e aceitáveis; a ambiguidade enquanto normal e frequente é negada. Onde, como se pode depreender do discurso da promotora sobre pseudo-hermafroditas e das outras personagens processuais sobre Victoria, a imperatividade de se buscar médicos/as para identificar o sexo verdadeiro em meio à confusão das aparências e realizar tratamentos cirúrgicos e hormonais para “completar a intenção da natureza” (ibid.:50).

⁵³ Não consegui obter ambos os documentos.

repugnância pela genitália e a convicção de que possui um cérebro feminino no corpo do “sexo” oposto – donde sua **fixação** por procedimentos de transformação corporal e pelo reconhecimento social de que exerce papéis (**inclusive o sexual**) atribuídos a mulheres.

Contudo, afirma, diferentemente da solução jurídica dada a pseudo-hermafroditas, o pedido de alteração em registro civil feito por transexuais não comportaria provimento, visto que nele não haveria erro que justificasse a correção. Seu “sexo” seria **normal**, possuindo cromossomos, gônadas, sexo hormonal e sexo anatômico interno e externo masculinos; o problema estaria em seu **desvio psicológico, em querer ser algo que não é**. O pseudo-hermafrodita possui uma contradição entre a aparência externa e seu **sexo real**, e, portanto tem o direito de ver seus documentos corrigidos quando, em sua lavratura, baseiam-se na primeira para identificar seu gênero. O transexual, porém, apenas se vê diante de simples incongruência entre seu **“psicológico”** (aspas da promotora) e seu **sexo real** – o que não justificaria a alteração, sob pena de se violar o princípio da veracidade e autenticidade de registros públicos. Cita, como suporte jurisprudencial, longo trecho de dois acórdãos: o elaborado em Agravo de Instrumento Nº 82.517-7/SP, em 28/04/1981 por ministros/as do STF, e o que originou o Agravo, em autos de Apelação Nº 280.086 no TJSP.

Afirma, por fim, que está ciente do argumento utilizado por defensores/as da possibilidade de mudança de que “sexo” não é o que o/a paciente ostenta, mas o que **acredita possuir**. Todavia, continua, se a justiça se pautasse por tal ideia, qual seria a segurança jurídica que se poderia manter diante de uma pessoa que a cada dia quisesse ser algo diferente? E se, nascendo homem, depois quisesse ser mulher e por fim quisesse voltar a ser homem? Pior: qual seria a segurança de terceiros/as? Quem compensaria o **sofrimento moral do homem** que, não conhecendo a condição de transexual da **“nova mulher”** (novamente, aspas da promotora), com ela se casar?

Aceita a petição inicial e após a manifestação da promotora de justiça, cabe ao juiz decidir, ainda que não definitivamente. Assim como o Ministério Público e qualquer outro órgão estatal, a magistratura não é uma unidade ordenada, coerente e hierárquica⁵⁴: não apenas comporta diferenças de ingresso e competência entre julgadores/as, mas também sua rotina, personagens e relações de poder variam amplamente conforme cada instância. Dentro da própria instituição e de uma mesma categoria de magistrados/as – por exemplo, juízes/as de vara cível de um determinado foro – as

⁵⁴ A hierarquia se dá, principalmente, no que toca ao poder de revisão da matéria em disputa. Por exemplo, desembargadores/as de TJEs têm poder de revisão de decisões elaboradas por juízes/as locais e em determinados casos específicos, o STJ e o STF têm poder de revisão dos acórdãos dos TJEs e o STF tem essa mesma prerrogativa no que toca aos acórdãos do STJ. Os/as juízes/as de 2º grau também mantêm relação hierárquica com os/as de 1ª grau em termos de composição orgânica: exercem poder disciplinar sobre estes/as (THEODORO JUNIOR, 2010: 208-209).

discordâncias e tensões são tão comuns que é possível ouvir com certa frequência, nos corredores dos fóruns, advogados/as torcendo para que a ação caia nas mãos de determinado/a juiz/a e não de outro/a. Posicionamentos políticos, valores e convenções de muitos deles/as são relativamente conhecidos por advogados/as experientes, e se sabe que serão fundamentais à forma como darão desfecho ao caso.

Como já mencionado antes, na cidade de São Paulo as ações são distribuídas por sorteio entre as varas. Cada vara pode ter alocados/as um/a ou mais juízes/as responsáveis, além de juízes/as substitutos/as (os/as que ingressaram mais recentemente na carreira) – portanto, ainda que seja frequente e recomendável que apenas um/a juiz/a seja responsável por movimentar o caso e tomar as decisões no decorrer de uma ação judicial do início ao fim, é possível que seja substituído/a por outro/a. Quando isso ocorre, as diferenças entre suas trajetórias, convicções e códigos morais podem provocar discontinuidades no processo, reestruturar as relações de força entre as partes e provocar efeitos inesperados à conclusão do caso. Contradições e conflitos dentro do aparelho de Estado, assim, reelaboram as regras do jogo “e têm um impacto enorme no que conseguem realizar, para quem, e sob que circunstâncias” (GUPTA, 2012:187 – tradução livre).

Os/As juízes/as alocados/as nas varas, conhecidos/as como juízes/as “de primeiro grau”, são usualmente⁵⁵ os/as primeiros/as (e, muitas vezes, únicos/as)⁵⁶ julgadores/as a entrar em contato com as ações. No caso que aqui acompanhamos, o juiz que primeiro decidiu após as manifestações do advogado e da promotora foi José Antonio Manfré. Feito um pequeno resumo de ambas e seus argumentos principais, ele patentemente reprovou o parecer elaborado pela representante do Ministério Público, ainda que sua decisão não fosse definitiva no que toca ao mérito do pedido e que não houvesse erro no registro de Victoria.

Não elaborou, entretanto, sua justificativa – tomou como seus os posicionamentos assumidos por dois desembargadores quando em julgamento de ações de apelação no TJSP que tratavam do mesmo tema (a saber, Boris Kauffmann, no processo nº 165.157-4/5 julgado em 22/03/2001; e Elliot Akel, no processo nº. 209.101-4/0, julgado em 09/04/2002), copiando longos excertos de seus votos. Por fim, determinou a realização de perícia pelo Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (conhecido como IMESC) e a formulação de quesitos⁵⁷ pelas

⁵⁵ TJEs, STJ e STF têm, de acordo com a Constituição Federal, competência originária de julgamento de certas ações específicas – ou seja, em determinados casos, o pedido pode ser feito diretamente perante esses órgãos. O caso aqui em questão (a saber, ações de retificação de registro civil), contudo, não é um deles.

⁵⁶ A morosidade do Poder Judiciário brasileiro é conhecida, e até a fundação da Defensoria Pública (que, pelo menos em São Paulo, sofre atualmente uma sobrecarga de trabalho) a muitos/as o acesso à justiça era obstado por conta da dificuldade de arcar com os custos dos serviços exercidos por advogados/as. Mover uma ação e, diante de uma decisão desfavorável, recorrer a instâncias superiores pode demandar muito tempo e dinheiro, e creio ser esse o motivo principal da resignação de requerentes e da conclusão de diversos casos ainda em foro local.

⁵⁷ Quesitos são questões feitas pelas partes a peritos/as que devem ser respondidas quando da elaboração do laudo pericial. Assistentes técnicos/as são também pessoas que têm domínio sobre o saber acionado para realização da perícia,

partes, bem como designação de assistentes técnicos/as se assim desejassem.

No decorrer de minha pesquisa, percebi que entre juízes/as, advogados/as e promotores/as a utilização de diversas decisões precedentes tomadas por outros/as magistrados/as para sinalizar estarem seus argumentos amparados por corrente jurisprudencial que consideravam majoritária, “moderna” ou mais próxima à “vontade da lei”⁵⁸ era muito comum; mas além disso, notei que determinados julgados estavam sempre presentes, conforme o posicionamento adotado, em citação quase integral de seus textos no corpo dos próprios documentos das partes ou juntados em anexo. Trata-se de decisões específicas que, em sua exposição de argumentos, inauguraram uma nova abordagem ao tema e possibilitaram outra dinâmica interpretativa, em grande parte das vezes implicando ressignificação dos termos em debate.

Tornar a jurisprudência um fundamento jurídico de protagonismo é uma forma de lidar com o parco ou ausente regramento sobre o tema, mas também indica, diante disto, a posição de autoridade a que decisões anteriores e os/as magistrados/as que as elaboraram são alçados/as no conflito argumentativo. Os caminhos discursivos tomados no processo decisório não apenas atendem à resolução de conflitos de um caso específico como têm a potencialidade de influenciar outros mais, conquistando um lugar de razão de Estado, instável e em constante disputa. Assim, envolvida na estratégia combativa das partes e principalmente na motivação de magistrados/as, em ações nas quais as leis pouco têm a dizer, a jurisprudência transforma a própria ideia de julgar: juízes/as não são mais apenas a boca da lei; são a boca de juízes/as passados/as.

A ciência burocratizada – perícia e produção de verdade ao Estado

Peritos/as são funcionários/as designados/as para cooperar com a elucidação de conflitos em juízo de uma forma muito peculiar: acionando seu domínio de determinado conhecimento técnico e científico, examinam e avaliam elementos pertinentes ao caso que são considerados ilegíveis em sua totalidade por leigos/as e deles extraem conclusões relatadas às personagens processuais. O acesso a esse conjunto de dados alçados ao status de fatos incontestáveis apenas é possível aos/às que manipulam certos saberes, e é exatamente em virtude disso que sua convocação é de praxe em certos casos. A comunicação às partes – mas em especial ao/à juiz/a – do procedimento seguido e das conclusões a que se chegou a partir do esquadrinhamento de coisas, substâncias ou pessoas, elementos de prova, pode se dar em audiência; nos casos que compõem minha amostra, contudo, é

mas são contratados/as e indicados/as pelas partes para acompanhar o exame ou avaliação pericial. Sua indicação é facultativa.

⁵⁸ É claro que assim como o processo judicial inteiro é um conflito entre verdades pela concessão da razão jurisdicional, o uso dos julgados se dá com alegações como “entendimento pacífico”, “historicamente consolidado”, a “jurisprudência é uníssona”, etc. Casos controversos como este em questão demonstram que unanimidade e linearidade histórica servem apenas como artifícios retóricos.

o laudo escrito por peritos/as e anexado aos autos do processo que condensa e representa essa decodificação, já que audiências raramente ocorrem. A prova pericial produzida, assim, a verdade que emerge desse objeto de exame e avaliação é alcançada e filtrada pelo olhar, ouvidos e tato do/a especialista e inscrita por ele/a no papel, tornando-se mais um ato do processo que ganha longa vida jurídico-estatal pela escrita e incorporação do documento à pasta do caso⁵⁹.

No caso Victor/Victoria, mas também nos demais, duas espécies de peritos/as são, em grande maioria, envolvidas na produção de prova: médicos/as e psicólogos/as. Isso se dá, em parte, em virtude da já citada patologização institucional da transexualidade, que é incorporada pelos/as operadores/as do direito e faz com que a confirmação ou não do diagnóstico por um/a especialista a serviço do Estado – e portanto, em tese, “imparcial” – possa ser considerada imprescindível ao desenrolar do caso. Pessoas são examinadas para se avaliar se possuem todas as características formuladas enquanto essenciais a um/a transexual “verdadeiro/a” – todos os sintomas, todos os desejos, todas as dores devem não só estar presentes como também corresponder ao modelo de qualificação médica. Assim como no direito modelos de conduta supostamente universais e inscritos em regras orientam o julgamento dos fatos locais em disputa judicial, o saber médico-científico dos laudos periciais – mas também as personagens processuais no decorrer do caso – parte de modelos supostamente universais da “doença” transexualismo para julgar se o indivíduo examinado, situado em um contexto cultural específico, é seu portador ou não⁶⁰.

Mas não se trata só disso. A transexualidade é, como já afirmei antes e ainda observaremos ao longo do processo, representada por médicos/as, advogados/as, promotores/as e julgadores/as como conflito entre o gênero vivenciado na mente e na alma e outro vivenciado no corpo – como muitos disseram no caso de Victoria, **uma mente de mulher aprisionada no corpo de homem**, um **distúrbio** que, de **modo anormal**, faz com que em uma pessoa habitem masculino e feminino quando apenas um dos dois deveria existir. No entanto,

⁵⁹ Muitos/as, como Larissa Nadai (2012), dizem que os laudos periciais não representam o que ocorreu “de verdade” no momento do exame – a interação entre perito/a e periciando/a, as perguntas feitas a estes/as, as incompreensões e as tensões seriam suprimidas e apenas o que seria de interesse do/a perito/a poderia ser inscrito no documento formal. Para além de debates sobre o que é verdade que justamente são a base desta pesquisa, é importante ressaltar que os laudos demarcam relatos e conclusões **feitos** por perito/a e por ele/a considerados significativos à resolução do caso, e não há como desvincular essa produção discursiva de sua trajetória, convicções pessoais, posição de poder, etc. Estes documentos, ademais, são a única verdade sobre a perícia à qual operadores/as do direito terão acesso no decorrer do processo. São eles que informarão os/as envolvidos/as, influenciarão a elaboração de suas táticas e, na maioria das vezes, provocarão efeitos definidores ao desfecho do caso. Sendo assim, no que toca ao processo, às partes e à decisão judicial, os laudos criam a existência de algo, um efeito de verdade amparado pelo documento; o que não está nele registrado, aos olhos do processo e das personagens processuais, apenas não ocorreu – afinal, como se diz nas práticas judiciárias, “o que não está nos autos não está no mundo”.

⁶⁰ Com isso, não pretendo afirmar que os modelos universais são aplicados da mesma forma globalmente e que seus/suas aplicadores/as são imparciais e regidos/as por uma racionalidade prática; tenho plena noção de que assim como esses modelos são continuamente resignificados e transformados em contextos locais, seus/suas aplicadores/as também estão situados/as nestes contextos e informados/as por eles. A forma de se valer desses modelos e aplicá-los, desta forma, é culturalmente situada – mas eles/as não deixam de ser derivações de construtos universais naturalizados e apresentados como tais.

manter essa coexistência patológica enquanto definidora da identidade de uma pessoa é algo visto como não apenas inadmissível, mas científica e juridicamente impossível – ou se é homem, ou se é mulher. Em algum lugar naquela pessoa reside a verdade sobre seu sexo, e em última medida creio que o que está em jogo entre essas diferentes personagens processuais é, primordialmente, o poder de dizer **qual** é o sexo **de verdade** de uma pessoa transexual e **onde**, em seu corpo, é possível encontrá-lo.

Os/as peritos/as médicos/as e psicólogos/as, assim, têm como função avaliar órgãos, anatomias e substâncias, buscar, localizar aquela parte de seu corpo que encerra a verdade sobre seu gênero, construir em torno dela a identidade dos sujeitos e dirimir dúvidas e confusões de não-cientistas, dos/as que não conseguem decifrar o que se vê, escuta, tateia. E é disto que se trata, aqui, no caso Victor/Victoria.

Mas não se trata apenas de pessoas que detêm o monopólio de saberes médico-científicos; assim como no caso do Conselho Federal de Medicina, aqui estamos diante de indivíduos que fazem parte de um aparato estatal. No caso de Victoria e no da grande maioria dos que compõem minha amostra, os/as peritos/as responsáveis pelo exame e escrita do laudo pertenciam ao Instituto de Medicina Social e de Criminologia do Estado de São Paulo, o IMESC. Da mesma forma que o CFM, o IMESC é uma autarquia; vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do estado paulista⁶¹, o Instituto tem em seu rol de atribuições tanto a cooperação com os órgãos da administração direta e indireta do Estado (por exemplo, através de realização de perícias) quanto a formação e treinamento de pessoal especializado e a realização de pesquisas nas áreas de medicina legal, medicina social, criminalística, criminologia e identificação, dentre outras. Trata-se de espaço, assim, de formação e produção de verdades científicas **para** o Estado e **a partir** do material disponibilizado pelo Estado – afinal, é o arquivamento destes laudos que permite à instituição um vasto material para estudo⁶².

Novamente, nos vemos diante de um lugar que não separa Estado e medicina, que não demarca dois universos que, esporadicamente, dialogam, mas de um lugar que é ao mesmo tempo estatal e médico, científico e burocrático – e é a partir desse lugar que o/a perito/a dirige seu olhar

⁶¹ Informações retiradas do endereço eletrônico oficial do IMESC: <http://www.imesc.sp.gov.br/> (último acesso em 02/06/2014)

⁶² Não posso deixar de relacionar essa participação de médicos/as em aparatos estatais com a figura foucaultiana da medicina de estado. De acordo com o autor (1979), uma das primeiras formas assumidas pela medicina moderna foi a que surgiu na Alemanha entre os séculos XVIII e XIX e se caracterizava pela normalização da própria prática e saberes médicos, pela criação de organizações administrativas para controlar a atividade de médicos/as (subordinando a prática a um poder administrativo superior) e pela criação de funcionários/as médicos/as nomeados pelo governo que teriam um certo domínio sobre o qual poderiam exercer autoridade em virtude do saber que monopolizavam. Essa medicina burocratizada, esse cenário de estatização da prática e de funcionários/as médicos/as é muito produtivo para se pensar autarquias como o IMESC e o CFM, e eles funcionam como “poderes laterais, à margem da justiça” (2003:86) que de algum modo facilitam o enquadramento e o controle dos indivíduos. Ao Judiciário se atribui uma série de funções, mas ele não conseguiria desempenhá-las com a mesma eficácia se não tivesse essa rede de vigilância e produção de saber alimentando-o com discursos que ele mesmo acolhe e faz funcionar como verdadeiros.

ao/à requerente. Como já havia detectado Zarias (2005) em sua dissertação de mestrado sobre ações judiciais de interdição, nas quais direito e medicina continuamente se articulavam e entravam em conflito, esse olhar e critérios de avaliação são “o resultado do encontro de práticas e saberes num campo próprio onde a apreensão social de certos atributos do comportamento humano condiciona a atribuição de papéis específicos aos sujeitos mediante processos de classificação” (ibidem); porque embora possa existir uma pretensão de elaborar constatações “estritamente” científicas, elas servem a interesses políticos e estatais específicos. Ademais, “o jogo entre descobertas científicas e imperativos culturais não é de mão única; elas também correspondem a necessidades ideológicas” (ROHDEN: 2003:S205) – e se discursos médicos influenciam convenções sociais e códigos morais, estes informam e subjazem o processo de produção de conhecimento. Mas vejamos aqui como essa ciência burocratizada dirige seu olhar a Victoria.

Antes da realização de perícia, em resposta às determinações do juiz, o advogado de Victoria apresentou três quesitos: “1) Se a autora apresenta genitália e corpo feminino; 2) Psicologicamente, se a autora se comporta, pensa e apresenta trejeitos do sexo feminino; 3) Se apresenta condições de se submeter a procedimentos masculinos sem constrangimentos, tais como a frequência a sanitários públicos masculinos, revistas policiais, etc” (fls. 84). A representante do MP não apresentou quesito algum, e nenhuma das partes indicou assistentes técnicos/as. O juiz determinou, então, o agendamento da realização de perícia ao IMESC e seis meses depois Victoria foi examinada por um urologista e uma psicóloga.

O médico perito oficial Mario Luiz da Silva Paranhos descreve concisamente o exame e as informações coletadas em oito seções: na primeira, **histórico**, inicia o relato afirmando que se trata de **periciando do sexo masculino, sendo registrado como tal**, e reitera dados já apresentados pelo advogado e por Jalma Jurado. A forma que seus textos tomam, contudo, não poderia ser mais diferente, quase como em níveis de gradação: enquanto o advogado tece uma narrativa densa sobre a trajetória de Victoria, o cirurgião o faz em frases mais diretas e sintéticas, porém articuladas. Até chegarmos à **descrição da cirurgia**, é possível acompanhar o encadeamento lógico que conecta os fatos por ele considerados significativos à vida da requerente.

A escrita do perito, por sua vez, dificilmente pode ser entendida como narrativa; assim como no resto do documento, as informações tidas como relevantes são poucas e ocupam o texto de forma fragmentada, em frases curtas sobre o desenvolvimento, ainda jovem, de **comportamento como sendo mulher**, o contato com médicos/as, o diagnóstico e a realização de cirurgia. É como se tanto nesta parte introdutória como no laudo como um todo o olhar do perito fosse pontual, certo, como se dividisse o corpo e a vida de Victoria e se detivesse em um aspecto de cada vez, sem se preocupar exatamente em articulá-los. Como diria Nadai (2012: 169), “evoca a descrição de

pedaços”, mas o seu texto em si mesmo também é escrito em pedaços, quase o preenchimento de lacunas de um questionário.

Na segunda seção, **antecedentes pessoais e familiares**, apenas inscreve que **vive maritalmente, com homem, tendo relacionamento normal como mulher, após a cirurgia**; em **antecedentes profissiográficos** apenas consta a palavra **esteticista**. **Exame físico geral e especial**, logo abaixo e das mais eloquentes, resume o estado de Victoria em apresentação geral (**corado, eupneico, acianótico**), tórax, abdome, membros superiores e inferiores (**todos sem alterações**) e, por fim, o curiosamente detalhado exame de genitália em **estado pós cirúrgico (...), neovagina feita de pele, com aspecto normal a estes status**. A quinta seção, **exames complementares**, nos mostra que o médico requereu, ademais, exame psicológico e de cariótipo e sintetizou seus resultados em uma linha: **Cariotipo 46 XY. Parecer psicológico define haver interação com a feminilidade**. Por fim, em **discussão e conclusão**, redige trecho que comporá as estratégias argumentativas de todos os atores processuais daqui em diante, sendo objeto de disputas hermenêuticas:

Periciado submetido a mudança de sexo, apresentando genitália condizente com a feminina. Tem fenótipo, como sendo feminino. Ao exame apresenta características médicas bastante conclusivas como sendo do sexo masculino. Não compete a este perito verificar a possibilidade legal da referida mudança do nome e do sexo legal.

O documento é encerrado com um tópico sobre indenização, cuja estipulação deixa a critério do juiz, e com as respostas aos quesitos: **1) sim, e cariótipo XY (masculino). 2) vide laudo anexo. 3) não compete a este perito tal assertiva.**

Muito diferente é o laudo elaborado por psicóloga. Embora seja ele dividido em seções breves, sua linguagem e os dados inscritos não sinalizam um olhar segmentador, mas uma tentativa de apreender os elementos caracterizadores, aptidões, desejos e limitações que estruturam a vida social de Victoria e as relações que estabelece. A linguagem fragmentada que segmenta a requerente é substituída por um texto analítico, que acompanha seus passos e gestos. Deslocam-se as substâncias, os *pedaços de carne*, as saliências e reentrâncias da superfície corporal; em seu lugar, insere-se a avaliação de correspondência do indivíduo como um todo, em suas reações aos estímulos apresentados pela perita, a modelos e papéis atribuídos e esperados socialmente. Este laudo psicológico pretende, assim, atuar em uma interface entre indivíduo e sociedade, não se valendo da gramática da doença.

Os dois primeiros tópicos do documento, **identificação** (contendo nome, data de nascimento, escolaridade, profissão e estado civil) e **técnicas diagnósticas utilizadas**, não ocupam mais de duas linhas cada um. No terceiro, **da situação**, detém-se um pouco mais: descreve o primeiro contato entre perita e a periciada, seu aspecto e disposição iniciais. De acordo com a psicóloga, **apresentou-se com higiene conservada, trajando-se adequadamente à faixa etária e condições climáticas, em acordo com o sexo feminino**.

A última seção, **estudo dinâmico e síntese interpretativa**, relata que a periciada apresenta **recursos cognitivos e potencial energético** adequados, capacidade de escolha e adaptação, orientação espaço-temporal, habilidades de interação com o ambiente e outras pessoas e expectativas apropriadas quanto a suas potencialidades. Por fim, conclui:

Em relação à dinâmica de personalidade, é uma pessoa que busca reconhecimento e, principalmente, busca mudar. Pelo observado, não apresenta inadaptação à estrutura psicológica própria do sexo feminino. O que se observa é constrangimento em função de um nome masculino, que não condiz com suas características e aspirações femininas. Tendo-se em vista que o objeto da presente demanda relaciona-se com a opção pela mudança de nome (constrangedor, no entender do examinando), podemos inferir que suas alegações pautam-se em questões reais que, sob o ponto de vista psicológico, podem estar acarretando dificuldades, pois o nome de uma pessoa é parte integrante de sua auto-imagem e auto-conceito, sendo, portanto, de fundamental importância para sua autonomia e processo de adaptação integral.

Os dois laudos são significativamente díspares, em diversos aspectos – em especial, cito a elaboração textual, a forma como veem e descrevem a periciada, o que consideram de interesse científico a ser registrado no documento e, principalmente, as conclusões a que chegam. Enquanto o elaborado pelo médico distribui a vida e o corpo de Victoria em pedaços inertes, passivos, e, detendo-se em cada um, avalia sua normalidade como se fossem peças estanques e autônomas, o feito pela psicóloga se interessa por caracteres apreendidos como próprios a um indivíduo e por ele acionados, que pautam e interferem em sua inserção no meio social e na formação de relações, avaliados em termos de adequação ou inadequação; subjacente a isso, está a noção de que Victoria os desenvolve, controla e manipula, tem poder de ação. Enquanto o médico pontuava a normalidade de seu tórax, a psicóloga inscrevia a observância de Victoria, por suas vestimentas, a normas de apresentação de si que articulam geração e performatividade de gênero. Ambas têm padrões de aceitabilidade, mas funcionam de formas distintas e em escalas distintas.

Da mesma forma, a autonomia dos pedaços não permite que o médico os articule, produza uma integralidade coerente e chegue a uma conclusão nos termos do que é desejado por operadores/as do direito; não determina (embora sugestione) um lugar em que se apreende o verdadeiro sexo de Victoria, mas confirma a cisão já conhecida pelas partes: possui **genitália feminina, fenótipo feminino e características médicas bastante conclusivas como sendo do sexo masculino** – a saber, o cariótipo XY, reiterado ao longo do breve laudo. É possível detectar, nas entrelinhas, a construção de uma ideia de aparência feminina em oposição a um “essencialismo genético” (MACHADO, 2012:69) definidor da identidade. Mas a perícia não foi requerida para sugerir, e sim para afirmar – acionado para, com clareza e precisão, penetrar as frestas do corpo e ler, ouvir, tocar o que é indecifrável a leigos/as, o olhar esquadrinhador do perito produziu inconclusões.

A psicóloga, por sua vez, apresenta a cisão tão mencionada por operadores/as do direito e verificada pelo perito como problemática e contornável. Se Victoria possui **características e aspirações femininas** e se adaptou à estrutura psicológica **própria** do sexo feminino, a fonte de incongruência e constrangimento estaria unicamente no nome masculino. Da mesma forma que o advogado em petição inicial, alerta que o nome é fundamental à construção de sua auto-imagem e ao reconhecimento social de identidade – a sua não conformidade com o gênero ao qual se identifica pode ser prejudicial do ponto de vista psicológico. A especialista silencia, porém, sobre a possibilidade de mudança do “sexo” constante em documento.

O resultado destes laudos é a produção de subjetividades diferentes e conflitantes no que toca a uma mesma pessoa. Enquanto no primeiro a anatomia, o corpo construído socialmente se opõe ao que é acenado como verdade natural (os genes), no segundo a personalidade, a estrutura psicológica e as aspirações naturais se opõem a um nome socialmente construído, escolhido pelos pais e resguardado pelo Estado. A identidade e as experiências de gênero são corporificadas, mas em lugares distintos e sobre bases científicas distintas.

Mas estou me detendo demais neste ponto; esta não é uma dissertação sobre como personagens e saberes biomédicos e *psi* apreendem a transexualidade, o sexo e a identidade de gênero, mas como julgadores/as, em decisões judiciais, valem-se de diferentes saberes, representações e valores na construção de seus argumentos, produzem sentidos às categorias mencionadas e a outras, mobilizam a autoridade estatal que lhes é concedida e produzem verdades e efeitos de Estado. E, já que neste capítulo estamos acompanhando outras personagens e narrativas até o desfecho do processo, como estas também mobilizam regras jurídicas, códigos morais e saberes médico-científicos em suas estratégias de convencimento de magistrados/as? Sigamos para o próximo conflito e para a conclusão provisória dada pela juíza de 1º grau.

O segundo conflito – disputando a verdade científica e a razão jurisdicional

Após a juntada dos laudos e do exame de cariótipo aos autos, o advogado se manifestou em duas páginas sobre a prova pericial. Citando o relato do perito em **discussão e conclusão** até a parte em que constata ter Victoria fenótipo feminino, bem como o encerramento favorável ao pedido do laudo psicológico, o representante legal reitera que os documentos são conclusivos em **confirmar as alegações do Autor e os graves problemas psicológicos e sociais** que sofre com a manutenção do nome masculino; a relevância de suas pretensões teria restado comprovada, pelo que seu pedido deveria ser julgado totalmente procedente.

A representante do Ministério Público logo em seguida apresentou alegações finais ao caso, mas não se trata da mesma que primeiro se manifestou; Vilma Hayek agora personifica a instituição e – supostamente – o interesse público no processo. Como veremos, a mudança de personagens acarretará uma reestruturação do posicionamento atribuído ao Ministério Público. Mas o que ocasionou essa descontinuidade argumentativa? Divergências internas à instituição, mudanças táticas? Só é possível especular. De todo modo, conflitos entre personagens e convicções dentro do próprio MP provocam implicações em sua atividade externa de “fiscal da lei”, exercida por seus componentes, nas formas que caracterizam a instituição aos olhos externos, nas reações de julgadores/as a suas alegações e no resultado do processo.

A nova promotora, após a já corriqueira síntese do pedido e de todos os atos processuais até então, anuncia que se trata de demanda que mereceria procedência parcial – a mudança do nome deve prosperar, mas não do “sexo”. Acreditando ser necessário que o caso seja analisado à luz dos princípios constitucionais e que se sopesem as **consequências individuais e sociais do decreto judicial**, afirma que desde logo é possível antever que o direito à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem, bem como o princípio da dignidade da pessoa humana amparam o uso de nome feminino por Victoria; o contrário apenas provocaria situações embaraçosas e violações a estes direitos fundamentais, sendo ela **pessoa identificada psicológica e fisicamente – em particular quanto às estruturas corporais externas – como mulher** e tendo que se identificar com nome masculino no meio social. A possibilidade de mudança, ressalta, é inclusive prevista em âmbito infraconstitucional: a Lei de Registros Públicos, em art. 55, §único, autoriza a alteração de nomes capazes de expor seus portadores ao ridículo.

No que toca ao “sexo”, contudo, afirma que é necessário dedicar interpretação constitucional

mais aprofundada; é que enquanto a mudança de nome não acarretaria nenhum prejuízo à comunidade, a de “sexo” poderia provocar inconstitucionalidades que se deve evitar. A primeira a ser vislumbrada é a lesão às instituições do casamento e da união estável, presentes na Constituição Federal, ambas caracterizadas como comunhão entre pessoas de “sexos” opostos.

De acordo com Vilma, o laudo médico manteve a dúvida quanto ao **SEXO verdadeiro** de Victoria: citando o trecho (agora completo) da conclusão do perito, afirma não ser possível **afirmar nem que o autor se trata de pessoa do sexo masculino, nem que se constitui indivíduo do sexo feminino, e que as características bastante conclusivas de indivíduo do sexo masculino** mencionadas no documento não permitem dizer que Victoria é mulher. Assim, caso se casasse ou constituísse união estável, ou haveria enlace entre pessoas de mesmo “sexo” ou entre uma pessoa de um “sexo” e outra que é **em parte de um, em parte de outro**, ambas figuras não previstas no ordenamento jurídico.

O problema não residiria na união entre a requerente e **pessoa que conhece e aceita plenamente** o procedimento cirúrgico pelo qual passou e suas consequências, mas com **terceiro de boa-fé que ignora seu passado**. Esta pessoa poderia sofrer violações aos mesmos direitos que se pretende tutelar ao autorizar a mudança de nome da requerente, como à honra, à imagem e à dignidade, atravessando **situação igualmente vexatória ao se ver casado com alguém que alterou suas características sexuais, sem que disso tivesse ciência**. As pessoas próximas a ele não aceitariam tal situação sem ressalvas, e diante disto entende a promotora que o eventual prejuízo de Victoria em ver mantido “sexo” masculino em seu registro civil seria diminuto perto dos danos causados a potenciais pretendentes desavisados.

Cerca de dois meses depois, a sentença foi publicada; da mesma forma que diferentes personagens se manifestaram em nome do Ministério Público, este caso vê diferentes julgadores/as avaliando os pedidos e conflitos que encerra. A esta decisão elaborada pela juíza Anna Paula Dala Déa, contudo, não podemos contrapor a de José Antônio Manfré; embora tenha sido favorável à continuidade do caso, reprovado o parecer de representante do MP e requerido a produção de prova pericial, não se pode ter certeza de como este primeiro juiz avaliaria os laudos e as alegações das partes caso elaborasse a sentença. A sua decisão lacônica também dificulta a comparação de diferentes tessituras argumentativas.

A decisão de Anna Paula foi bastante eloquente. Após um breve relatório dos fatos e argumentos que embasaram o pedido, bem como das alegações do MP e das etapas do processo que

se deram, reconhece que o tema é delicado e controverso, mas opina pela procedência da ação – assim, legalizaria **situação existente de fato** que, da forma como se dá hoje, provoca inúmeros transtornos a Victoria. Enquanto não houver regulamentação sobre o tema, afirma, o Direito não pode ignorar a **realidade tormentosa vivida pelo transexual**, que se identifica física e psiquicamente com o “sexo” oposto e assim é reconhecido **fenotipicamente** por qualquer pessoa, mas apresenta em seus documentos atributos do seu **sexo biológico**. Seria uma questão de compromisso político do Poder Judiciário, que

Tem que estar atento às questões geradas pelo conflito de identificação de transexuais, humanizando suas decisões, aliviando o sofrimento daquele que, não por opção mas por desígnios da natureza, decorrentes da má formação genética, sofrem com a situação que lhes é imposta pelos registros.

Para ressaltar a particularidade do caso, destaca que transexuais, enquanto **portadores de distúrbio sexual** que os/as fazem sentir e agir como pessoas do sexo oposto e rejeitar o “sexo” de seu nascimento, são completamente diferentes de travestis e homossexuais: estes são **os** que **efetivamente revelam desvios de conduta e instabilidades emocionais** que não autorizam a mudança de registro, sob pena de se gerar insegurança no sistema de identificação civil.

Afirma, ademais, que a feminilidade de Victoria em termos de fenótipo e órgãos genitais restou comprovada pelas fotografias e pelo laudo médico pericial; citando o mesmo trecho que o advogado e a promotora de justiça, declara que o documento é conclusivo neste sentido. O pertencimento ao gênero feminino e a imprescindibilidade da mudança de seus dados também não albergariam dúvidas devido às conclusões inscritas no laudo psicológico produzido por perita e à afirmação constante tanto em laudo médico de seu cirurgião plástico quanto no do perito de que Victoria **vive maritalmente com um homem, tendo relacionamento normal como uma mulher após a cirurgia**.

Para fundamentar seu posicionamento, apresenta trechos do voto do desembargador Ênio Santarelli Zuliani em acórdão que julgou a Apelação Nº052.672-4/6, no TJSP⁶³. Neste caso muito similar, Ênio sustenta que **o transexual não é um perverso por satisfações eróticas homossexuais, mas um doente, vítima de má-formação genética e de um erro da natureza que causa crises de identidade psicossocial constantes e irreversíveis**, tendo como **única perspectiva de recuperação a reversão sexual**

⁶³ Procurei este acórdão no endereço eletrônico do TJSP, mas não obtive sucesso.

integral. O nome, continua o desembargador, **atributo divino, nunca será desumano a ponto de prejudicar a saúde psíquica do indivíduo que o carrega, um atributo da cidadania**; e sendo provado que o registro lavrado quando do nascimento – momento em que era impossível detectar seu **distúrbio** – apenas **degrada o indivíduo já humilhado por crise existencial**, faz-se necessário mudá-lo.

Embora vá retomar diversos aspectos desta decisão que dialogam de alguma maneira com o alegado por outras personagens no decorrer do processo, é necessário desde logo chamar a atenção a um fator importante que se pode depreender do documento: da mesma forma que o primeiro juiz, Anna Paula não aciona artigos de lei, mas apenas um julgado para embasar juridicamente a sentença – e ainda que ele mencione princípios e garantias constitucionais, penso que é trazido pela juíza não em virtude de sua interpretação das normas, mas da defesa feita por um Poder Judiciário sensível à **realidade tormentosa** e ao sofrimento **de fato** dos que o acionam – sofrimento este que não foi acarretado por **excessos ou perversões, mas por doença que, desígnio da natureza**, vitima indivíduos sem culpa. Em outras palavras, a imperatividade de se ultrapassar a lei e incorporar um ideal de justiça que transcende códigos escritos e se sustenta no reconhecimento de uma dor qualificada pela doença, alçada a status de realidade, é o núcleo argumentativo tanto do discurso elaborado por Anna Paula quanto do excerto da decisão que cita. Há um ditame moral e humanitário, não legal sobre magistrados.

Aqui, também, o debate sobre a possibilidade jurídica ou não da retificação de registro civil perpassa não critérios estritamente legais, mas se concentra na avaliação diagnóstica e no sofrimento causado e qualificado pela doença, merecedor de compaixão. Saberes biomédicos, ao indicarem a origem puramente aleatória da transexualidade/ismo, isentam a requerente de qualquer “culpa” e tornam sua dor legítima, e o provimento é alcançado não porque é um sujeito de direitos, mas porque é uma vítima da natureza e da patologia – ou, mais acertadamente, torna-se um sujeito de direitos por ser uma vítima da natureza e da patologia. O decidir da juíza é marcado por um discurso de simpatia e humanitarismo, mas não sem parâmetros muito claros de quem é merecedor/a desses sentimentos – enquanto a pessoa transexual alcança essa posição de eterna e involuntária vítima-doente, outros sujeitos são expulsos do rol de legitimidade porque enquadrados no âmbito do desvio por outro viés não patológico: são os instáveis, inaceitáveis e culpados saudáveis-perversos.

Mas voltarei a isso depois; por enquanto, vamos acompanhar os últimos passos, sujeitos e lógicas que surgem no caso Victor/Victoria.

O terceiro conflito – quando promotora e procurador discordam

Vilma Hayek, a promotora de justiça responsável pelas alegações finais do MP, não aceitou a sentença publicada: pretendendo que fosse reformada parcialmente e à Victoria se autorizasse apenas a mudança de nome, não de “sexo”, apelou ao TJSP⁶⁴. Não nos deteremos sobre este documento; ele é uma cópia quase integral das alegações finais, salvo formalidades específicas e esperadas em um recurso, como endereçamento e formulação do pedido.

Em contra-razões de apelação, espécie de resposta da outra parte aos argumentos apresentados em apelação e pedido de manutenção da sentença prolatada em 1ª instância perante o TJSP, o advogado também basicamente repetiu o que havia escrito em petição inicial, com algumas inclusões: após ser submetida a cirurgia de transgenitalização (cuja extensa e indecifrável descrição feita por Jalma Jurado em seu laudo é copiada quase integralmente na peça), Victoria teria todas as **características fenotípicas e órgão genital** correspondentes ao “sexo” feminino; o laudo do perito teria chegado à mesma conclusão. O laudo psicológico também teria comprovado que, diante de personalidade e corpo femininos, o nome seria o único aspecto incongruente a sua auto-identificação enquanto mulher e poderia acarretar prejuízos a sua elaboração de auto-imagem e reconhecimento social.

Acrescenta, ademais, que a mudança apenas do nome e manutenção de “sexo”, “na sociedade em que vivemos”, não lhe seria benéfica – pelo contrário, a disparidade entre nome feminino e “sexo” masculino continuaria suscitando preconceito e embaraços e prejudicando sua vida social. E não obstante entenda como legítima a preocupação de representante do Ministério Público com uma futura violação às regras constitucionais do casamento e da união estável, ressalta que a cirurgia de transgenitalização foi autorizada no país por meio de Resolução Nº 1482/97 do CFM e Victoria, tendo sido a ela submetida, não é mais indivíduo do “sexo” masculino e sim pertence ao feminino, como restou comprovado nos autos **inclusive pelos exames periciais**. Não se realizaria, portanto, união entre pessoas do mesmo “sexo”.

Após manifestação de ambos/as, coube a um representante da procuradoria de justiça emitir parecer sobre o caso. Procuradores/as de justiça são também membros do Ministério Público, mas atuam como “fiscais da lei” apenas em 2ª instância – ou seja, compõem a mesma instituição e têm a mesma função, mas são alocados/as em instâncias distintas do Poder Judiciário. É interessante notar como, ainda que ambos/as cumpram este papel e personifiquem o mesmo órgão, não é raro que promotor/a e procurador/a discordem nas ações que compõem meu *corpus* de pesquisa; nestes,

⁶⁴ De acordo com o art. 499, §2º do Código de Processo Civil, “O Ministério Público tem legitimidade para recorrer assim no processo em que é parte, como naqueles em que oficiou como fiscal da lei” (BRASIL, 1973).

como no caso Victor/Victoria, seus entendimentos das normas legais e de interesse público se tensionam e conflitam.

O procurador de justiça designado ao caso, Luiz Antonio Orlando, no documento mais extenso de todo o processo, é taxativo – crê que a sentença deve ser mantida integralmente. O primeiro argumento que aciona para justificar seu posicionamento é a comprovação, ao longo dos autos, de que a requerente apresentaria **quadro patológico de transexualismo, (...) síndrome que representa absoluta desarmonia entre o sexo morfológico e o psicológico (...) [e] não passível de retração via tratamento psicoterápico.** Confirmado o diagnóstico positivo, afirma, Victoria se submeteu a cirurgia de transgenitalização e o laudo médico pericial juntado aos autos atestaria que, após o procedimento cirúrgico, seu fenótipo, órgãos genitais e papel sexual são próprios ao sexo feminino. As informações constantes em seus documentos de identidade, assim, seriam claramente incongruentes ao seu visual e causas de constrangimento e embaraço.

A partir de trechos do texto “Direito à adequação de sexo do transexual”, da advogada Tereza Rodrigues Vieira, caracteriza a transexualidade/ismo como a firme convicção de pertencer a “sexo” oposto ao registrado em documentos e o desejo veemente de se livrar dos órgãos sexuais externos, algo natural e incontrolável. **O transexual masculino é uma mulher com corpo de homem** e

o direito à busca do equilíbrio corpo-mente do transexual, ou seja, à adequação de sexo e prenome, está ancorado no direito ao próprio corpo, no direito à saúde (art. 6º e 196 da Constituição Federal), principalmente no direito à identidade sexual, a qual integra um poderoso aspecto da identidade pessoal.

O segundo argumento se dá em torno da divergência sobre o **verdadeiro sexo** de Victoria. Em longa citação de parecer do promotor de justiça Eduardo Caetano Querebim sobre o tema, afirma-se que o conceito de “sexo”, de acordo com a medicina legal, corresponde à conjugação de cinco fatores: o sexo genético (XX ou XY); o sexo endócrino ou gonádico (resultante da presença de testículo ou ovários, como os hormônios); o sexo morfológico (formas externas genitais); o sexo psicológico (normalmente predisposto por fatores endócrinos, mas também suscetível de interferência de ordem familiar, escolar, de adaptação social, etc); e sexo jurídico (constante em registro civil). Estes se subdividem em critérios específicos, mas de todo modo **embora se tenha tomado o determinismo biológico como fator categórico do sexo**, no caso de pessoas transexuais já submetidas à operação não é este que deve prevalecer.

Reconhecer **o requerente como pessoa do sexo feminino** seria

um imperativo vinculado ao princípio da dignidade da pessoa humana, base nuclear de um Estado de Direito que tem como objetivos fundamentais promover o bem, o respeito e a felicidade de todos/as sem discriminação, **a realização da pessoa enquanto ser único**. O que se precisa, assim, é acolher **o requerente com almejada dignidade no corpo desta sociedade, para realizar-se plenamente como ser humano** e participar da **construção do bem comum**. No caso em tela, afirma o procurador encerrando a citação, Victoria **sob os aspectos morfológico, gonádico e psicológico** é de ser vista como do “sexo” feminino e precisa ver resguardada sua dignidade humana, ser protegida contra a marginalização e garantida a inviolabilidade de sua honra, imagem e intimidade.

Ressalta que antes a permissão de mudança de registro a pessoas **comprovadamente transexuais** poderia ser rechaçada nos Tribunais, mas atualmente já constitui precedentes – por exemplo, os de relatoria de Boris Kauffman e Elliot Akel, mencionados pelo juiz que ordenou a realização de perícia, dentre outros. A produção doutrinária recente também seria favorável em casos como este, como demonstra apresentando trechos de algumas obras.

Em concordância com o advogado, expõe, então, suas declarações finais: primeiro, afirma que mudar apenas o nome e manter “sexo” masculino poderiam provocar outra incompatibilidade e causar ainda mais constrangimentos. Segundo, não haveria como se falar em possível casamento ou união estável entre pessoas de mesmo “sexo”; pelos aspectos já mencionados Victoria não seria considerada homem e a modificação registrária teria o condão de torná-la juridicamente pertencente ao “sexo” feminino.

O último conflito – quando desembargadores discordam

Após as manifestações das partes e a apresentação de parecer pelo procurador de justiça, finalmente cabe ao Tribunal de Justiça julgar a demanda. Em ações de apelação, embora a competência para decidir seja de toda a câmara⁶⁵ que recebe o caso, em cada julgamento são tomados os votos de apenas três magistrados/as. Quem lê primeiro o caso é o/a relator/a, desembargador/a designado/a para estudar o caso e fazer uma breve exposição de seus pontos principais e da matéria em embate; logo depois, os autos são remetidos ao/à revisor/a, que deverá

⁶⁵ De acordo com o Regimento Interno do TJSP, o órgão é composto por uma seção criminal, uma civil e uma de direito privado. Cada seção é, por sua vez, composta por câmaras, e em cada câmara são alocados 5 desembargadores. É esta câmara que tem a competência para julgar recursos de decisões do 1º grau. Ver o regimento na íntegra em: <https://esaj.tjsp.jus.br/gcnPtl/downloadNormasVisualizar.do?cdSecaodownloadEdit=9&cdArquivodownEdit=89> (último acesso em: 04/06/2014)

analisá-los, avaliar o relatório do/a primeiro/a desembargador/a e confirmar ou corrigi-lo; e ao terceiro membro do grupo, por fim, apenas cabe deliberar sobre a ação.

Na pasta do caso Victor/Victoria, o relatório elaborado por Salles Rossi é seguido de seu voto, contrário à apelante. Afirmar ter restado incontroverso ser Victoria portadora de transexualidade/ismo, ter se submetido à cirurgia de transgenitalização, implantado **neovagina** e adotado nome feminino; a perícia médica (e aqui cita o mesmo trecho que quase todas as personagens processuais copiaram em suas peças) também teria verificado órgãos genitais e fenótipo condizentes com os do “sexo” feminino.

Da mesma forma que advogado, promotora e procurador de justiça, o relator dedica espaço considerável de seu documento para definir e caracterizar a transexualidade/ismo: baseando-se em um texto de Aracy Klabin citado por Boris Kauffmann em seu voto na ação de apelação nº 165.157-4/5 (voto este também citado pelo advogado, pelo juiz que determinou realização de perícia e pelo procurador), define ser transexual o indivíduo anatomicamente de um “sexo” que acredita firmemente pertencer a outro. Diferencia, como também é usual, transexuais de travestis e homossexuais (atribuindo a cada grupo características similares às outras distinções apresentadas pelas personagens processuais anteriores) e – uma novidade – transexuais primários de secundários.

De acordo com a professora da USP, os/as primeiros/as seriam os/as cujo **problema de transformação do sexo é precoce, impulsivo, insistente e imperativo, sem ter desvio significativo, tanto para o travestismo quanto para o homossexualismo**. Os secundários seriam os que gravitam em torno do transexualismo somente para manter períodos de atividades homossexuais ou de travestismo; seu impulso é flutuante e temporário, e não são considerados transexuais verdadeiros.

Prossegue o desembargador, alegando que realizada a cirurgia e a construção de um **simulacro órgão sexual feminino** – e ainda mais com a autorização judicial para utilização de um nome feminino –, mostra-se **inviável que em seus documentos continue constando estado sexual (ou sexo jurídico) que não corresponde a sua atual realidade, sob pena de lhe causar evidente sofrimento, constrangimento**. E, como o procurador, assinala ser este um entendimento costumeiro do TJSP citando o já mencionado acórdão de relatoria de Elliot Akel e novamente o de Boris Kauffman.

Também rebate os argumentos de possibilidade de casamento ou união estável entre pessoas do mesmo “sexo” declarando que de acordo com a prova pericial, Victoria seria agora psicológica e

morfologicamente do “sexo” feminino. A possibilidade de danos a terceiros/as de boa-fé também é afastada com a averbação, no registro civil de que a mudança decorreu de ordem judicial, preservando as consequências jurídicas do que a requerente teria realizado antes da alteração. Nega, assim, provimento ao recurso.

Seu voto, embora seguido pelo 3º juiz e declarado vencedor, não teve aceitação unânime: o revisor se manifestou contrariamente, em apoio à apelação do MP. Afirmar que, de fato, sendo Victoria portadora de transexualidade/ismo, a alteração de seu nome lhe trará melhoras **no aspecto social, sexual e psicológico**; a mudança do “sexo”, contudo, poderia provocar futuras inconstitucionalidades, como a união civil entre pessoas do mesmo “sexo”, e esse seria o momento de evitá-las. Isso se daria porque, de acordo com o laudo médico pericial (e cita o mesmo trecho que todos), não se pode saber se **Victor é portador do sexo masculino ou feminino**, e tendo características marcantes do primeiro não se pode dizer que pertence ao segundo. Seu prejuízo, de todo modo, não seria considerável, já que o registro geral suprime o “sexo” e este é o documento utilizado cotidianamente, não a certidão de nascimento. Sendo assim, optou pelo acolhimento da Apelação.

Cabe, aqui, fazer um exercício comparativo entre dois pares de personagens que compõem, respectivamente, as mesmas instituições e ainda assim possuem diferenças consideráveis na elaboração e exposição de argumentos: a promotora e o procurador de justiça, o relator e o revisor. Os conflitos internos que revelam fraturas na magistratura paulista e no MP estadual não provocam efeitos apenas no caso aqui em debate, em termos de autorização ou não de mudança, mas também na produção jurisprudencial de sentidos de “sexo”, do papel atribuído aos saberes biomédicos e da função que definem enquanto própria ao direito e ao Poder Judiciário.

A promotora de justiça e o revisor entendem possível a retificação do nome – afinal, Victoria é portadora de transexualidade/ismo, há autorização infraconstitucional e seria uma forma de garantir a proteção à dignidade humana e à inviolabilidade de sua intimidade e imagem, bem como preservá-la de situações constrangedoras. No entanto, defendem, o direito encontra um limite de intervenção representado pela ciência: o laudo médico ficou inconclusivo na determinação de seu “**sexo**” **verdadeiro**, e ao ter características masculinas marcantes não se pode dizer que é mulher – é como se se tratasse de um obstáculo biológico intransponível ao reconhecimento da identidade de gênero alegada. Victoria poderia ser qualificada, no máximo, como metade um e metade outro, mas não existe categoria jurídica identificadora de algo assim; na dúvida, creem ser melhor manter o registro original de modo que a ameaça de uma união civil entre pessoas do mesmo sexo não se concretize. A preservação de terceiros/as e da figura constitucional do casamento prevalece.

O procurador de justiça e o revisor, por sua vez, instituem um novo sopesamento de normas constitucionais e da autoridade epistêmica dos saberes biomédicos em relação às funções e escopo

do Poder Judiciário. Não negam, como está óbvio nas suas manifestações, a preponderância de categorias, representações, instituições e agentes da medicina na produção de sentidos judiciais sobre o tema: o diagnóstico positivo (em oposição a outras **patologias e desvios**) continua sendo um argumento central e pré-requisito à concessão de direitos; o sentido de “sexo” desenvolvido nos documentos continua dependente de literatura e termos médicos como **fenótipo** e **endócrino**; e o poder de transformá-lo continua concebido como nas mãos de agentes da medicina por meio da cirurgia de transgenitalização. Contudo, o que antes era apresentada como uma posição hegemônica de produção de verdade e intervenção sobre o indivíduo transexual se desloca – técnica jurídica e operadores/as do direito dividem esse lugar.

Isso se torna patente quando o procurador, apesar de apresentar cinco critérios diferentes para aferição do sexo instituídos pela medicina legal, afirma que no caso do **transexual operado** é possível que não se o vincule estritamente ao determinismo biológico. Ele estipula uma espécie de gradação cumulativa desses critérios, um contínuo que tem como polos o completamente feminino e o completamente masculino na determinação do “sexo” de uma pessoa – não apenas as três categorias discretas e excludentes (homem, mulher, e metade um, metade outro) apresentadas pela promotora e pelo revisor –: pode possuir certos aspectos definidos como masculinos (o genético, por exemplo) e outros como femininos (o psicológico, por exemplo), ambos coexistindo sem negar um ao outro, e isso não impede que sustente identidade de gênero feminina.

A definição se dá não por conta de uma estipulação apenas médica, que imprime critérios de averiguação do “sexo” determinante ou “majoritário” conforme o acúmulo destes cinco fatores; o que nos discursos do procurador e do relator determina a identidade de gênero de uma pessoa é uma espécie de conjugação desse contínuo cumulativo (sendo aqui pré-requisitos o diagnóstico positivo e a cirurgia de transgenitalização) com princípios constitucionais que têm como orientação o bem comum e a não discriminação, a inclusão da pessoa transexual enquanto sujeito de direitos.

Crítérios jurídicos que caracterizam e tutelam um sentido de cidadania são fundamentais ao reconhecimento de Victoria enquanto mulher – e mais, têm o poder de dizê-lo e impô-lo como verdade, donde o procurador dizer que a modificação registrária teria o condão de torná-la **juridicamente** do sexo feminino. O princípio da dignidade da pessoa humana e o direito à inviolabilidade da honra e da imagem, no discurso tanto do membro do MP quanto do relator ultrapassam a justificação da possibilidade de mudança de nome e penetram o que, pela promotora e pelo revisor, era considerado o domínio da ciência: autorizam a mudança do “sexo” legal.

Temos, então, duas diferenças cruciais nos discursos destes dois grupos: enquanto promotora e revisor sustentam um ideal de “sexo” que se baseia em categorias estanques de fronteiras bem estipuladas pelo conhecimento médico-científico para demarcar os limites da intervenção jurídica, procurador de justiça e relator afirmam que “sexo” é uma linha que, entre polos, demarca diferentes

níveis de combinação entre masculino e feminino; o que estipularia o prevalecente seriam normas jurídicas, informadas por pré-requisitos médicos e por princípios de cidadania. Dar esse papel definidor a operadores/as e princípios do direito é uma forma de demonstrar que não se trata apenas de acatar e fazer valer discursos elaborados por agentes da medicina, mas também assegurar um protagonismo a operadores/as do mundo jurídico que apreendem, ressignificam, manipulam e até afastam estes discursos conforme finalidades que atribuem ao próprio ordenamento (por exemplo, o reconhecimento de pessoas transexuais como cidadãos). Estas ressignificações destes discursos e finalidades atribuídas à lei podem ser as mais variadas, como veremos no decorrer da dissertação; o verificado no caso Victor/Victoria é apenas um exemplo.

O que encontramos pelo caminho

Ligar os pontos que compõem esse denso e longo caso é tarefa árdua, e não creio que neste capítulo serei capaz de apreender todas as dimensões que ele nos informa. De todo modo, sinalizar o que me pareceu mais significativo em seu desenrolar específico – tão comum aos outros que compõem minha amostra – e pode já anunciar o que será debatido mais detidamente nos capítulos seguintes se torna tarefa mais factível.

Creio que as discussões ao longo do processo se estruturaram em torno do seguinte eixo: partindo do pressuposto de que Victoria é transexual, a que teria direito em virtude disto? Qual seria seu **sexo verdadeiro**? O que e quem permitiria localizá-lo? E quais seriam as consequências decorrentes?

Todas as personagens processuais foram unânimes em reconhecer Victoria como transexual e dedicaram grande parte de suas manifestações à definição e caracterização da transexualidade/ismo, demarcando suas particularidades e diferenças enquanto **doença**; mas subjacente a isto está a construção, a partir da explicação, da transexualidade como imperativo normativo, composta por requisitos – em termos de gênero, orientação sexual e posição assumida no ato sexual, emoções e moralidades – considerados fundamentais à apreensão da pessoa enquanto transexual.

Quem pleiteia a retificação de seus dados e se apresenta como transexual deve comprovar que de fato o é pela satisfação de todos estes componentes necessários, que envolvem desde experiências de infância até suas práticas sexuais contemporâneas – e à Victoria apenas foi concedido este estatuto por ter conseguido cumprir esta condição. Michel Foucault (1988:50), ao analisar formas de exercício de poder não-repressivo e produtivo em torno do controle da sexualidade no século XIX, lista, dentre elas, o processo de especificação de indivíduos e categorização de homossexuais. Postula estar-se diante da criação de “uma personagem: um

passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa”. Impossível não pensar que a partir de meados do século XX até este início do XXI, esta categorização atinge transexuais.

Como já afirmei, “transexualismo” é uma categoria de origem médica⁶⁶; mas ela não é usada apenas por médicos/as e psicólogos/as que têm voz no processo. Em verdade, os/as que mais se preocupam em conceituá-la e qualificá-la são os/as operadores/as do direito: em praticamente todas as manifestações das partes e decisões de magistrados/as, houve uma clara dedicação em explicar o que ela seria, suas causas, sintomas e implicações. Este exercício pedagógico, penso, relaciona-se a um processo de construção judicial de uma norma extralegal – de certa forma, operadores do direito colonizam a categoria, (re)produzem-na, (re)significam-na e a dotam de uma natureza jurídica de lei: assim como qualquer regra, é como se estivesse inscrita em texto legal e coubesse às partes e julgadores/as compreender se o caso concreto corresponde ou não à figura normativa.

“Transexualismo” consta, de fato, em documentos como o CID-10 da OMS e tem conceitualização estabelecida na Resolução 1482/97 do CFM; no entanto, a sua incorporação enquanto regra jurídica não apenas sinaliza a centralidade de saberes biomédicos ao deslinde de casos como este, mas também a captura da medicina em termos de conhecimento e conjunto de técnicas para a atribuição de legitimidade científica aos discursos no Judiciário e à resposta estatal ao conflito. Novamente, como afirma Foucault (1979:12), julgadores/as acolhem e fazem funcionar discursos científicos que produzem como verdadeiros, e ao mesmo tempo são esses mesmos discursos reconfigurados aos interesses de personagens processuais que geram efeitos específicos de poder.⁶⁷

No processo judicial a categoria não é construída em si mesma, de modo autônomo, mas relacional – e por um motivo muito claro. As partes, ao elaborarem-na, empreendem a consolidação de seus significados e implicações jurídicas em oposição a outras categorias, cujos sentidos também são produzidos no decorrer do processo, demarcando quem teria acesso legítimo a direitos e quem não teria. Assim, os/as favoráveis à retificação do registro contrapõem a transexualidade/ismo ao **homossexualismo** e ao **travestismo** - enquanto a primeira seria um **distúrbio**

⁶⁶ De acordo com Fátima Lima Santos (2010), embora haja registros de que desde a Antiguidade há pessoas que vivem experiências de gênero distintas das socialmente esperadas, apenas a partir de meados do século XX a essa vivência se atribuiu não apenas um nome - a saber, “transexualismo” – como uma significação patológica. A partir de debates e intervenções suscitados por John Money, Robert Stoller e Henry Benjamin, a medicina (e, em especial, a psiquiatria) foi capturando essa prática social e a consolidando enquanto transtorno de identidade de gênero – a ela se associaram causas, sintomas, efeitos e práticas terapêuticas; o transexualismo foi inventado. Para mais detalhes sobre essa invenção, ver a mencionada tese de doutorado da antropóloga.

⁶⁷ Afirma Foucault também que “somos submetidos pelo poder à produção de verdade e só podemos exercê-lo através da produção de verdade. [...] O poder não para de nos interrogar, de indagar, registrar e institucionalizar e profissionalizar a busca de verdade, profissionaliza-a e a recompensa. Por outro lado, estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder. Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder” (1979:180).

natural e constante de identidade que acarretaria disparidade entre o **sexo psicológico** e o **biológico**, vontade **permanente** de pertencer ao “sexo” oposto, **ódio das genitais** e sofrimento, a segunda corresponderia a uma aceitação de seu **sexo natural** e desejo por pessoas de mesmo “sexo”. A terceira, por sua vez, é descrita como também identificação com seu “sexo” de nascimento, mas uso de vestimentas femininas para satisfazer **fetiches, desejos eróticos**. Estabelece-se uma diferença de natureza entre doença e desvio, entre o que é inato e o que é produto de escolhas e hábitos condenáveis: o advogado e o cirurgião Jalma Jurado, no início do processo, afirmaram que o distúrbio de identidade de gênero transexualidade/ismo foi assim reclassificado no CID-10, após sair de **desvios de comportamento sexual**; assim, não se poderia mais **confundi-los** com os outros dois supracitados e outras práticas como a prostituição e a drogadição.

A base argumentativa da sentença elaborada por Anna Paula Dala Déa, como vimos, é justamente a imperatividade de o Poder Judiciário assumir um compromisso político de **humanização** de suas decisões em prol de um indivíduo que vive **realidade tormentosa** e **sofre não por opção**, mas em virtude de **desígnios da natureza** que causaram **má formação genética** – o distúrbio que o acomete e causa sofrimento em nada se assemelharia, assim, aos **desvios de conduta e instabilidades emocionais** de travestis e homossexuais.

Enquanto a transexualidade/ismo é elaborada como doença que atinge o **ser** e acarreta uma incongruência permanente entre mente e corpo, homossexualismo e travestismo são comportamentos, **práticas desviantes**. Enquanto a primeira provoca sofrimento, frustração, ódio das genitais, as outras duas são formas de obtenção de desejo e satisfação de fetiche, e o falo seria um instrumento para tanto. Enquanto da primeira se desassocia sentidos de promiscuidade e hábitos reprováveis, as outras duas são justamente marcadas por essas características, ao comporem o mesmo grupo no qual se inserem tráfico de drogas, prática de contravenções penais e prostituição.

A moralização da figura da pessoa transexual é construída em torno da ideia de que a doença que a atinge é um erro da natureza que tem origem em seu processo de concepção e foge a sua vontade; é uma **vítima**, portanto a ele não se pode atribuir culpa – tanto é que sofre com sua **condição**, mas mantém comportamento apropriado. Advogados/as neste caso e em muitos outros que compõem minha amostra fazem questão de ressaltar que requerentes cuidam de sua saúde, nunca se envolveram em **práticas desviantes** como a prostituição, trabalham e estudam, etc. Homossexuais e travestis, no entanto, **escolhem** ter uma vida permeada por comportamentos imorais e por satisfação de desejo; são indivíduos **voluntariamente perversos**,

mas sua identidade de gênero é íntegra, coerente – normal. É como se houvesse um processo de deliberação e a responsabilidade pelo envolvimento em atividades como esta fosse de inteira responsabilidade do indivíduo.

A mesma operação de distinção tendo como intuito a demarcação dos sujeitos cujo acesso ao direito de retificação de registro seria legítimo é feita pelas promotoras de justiça, mas em outros termos. Contrárias à possibilidade de pessoas transexuais alterarem “sexo” (e, inicialmente, nome) em seus documentos de identificação, estabelecem diferenças entre elas e pseudo-hermafroditas: enquanto as primeiras teriam unicamente um problema em seu **“psicológico”, emocional**, mas genótipo e aparelhos reprodutores externos e internos normais, as segundas de fato teriam genitália ambígua e portanto tornariam difícil a determinação de seu “sexo” verdadeiro. Erros de identificação seriam possíveis.

Aqui o processo de determinação de sujeitos de direitos se dá pelo estabelecimento do aparelho reprodutor e genes como fontes de identidade e verdade sobre o “sexo”; a pessoa pseudo-hermafrodita tem direitos porque um primeiro procedimento de identificação não alcançou o seu **sexo verdadeiro**, confundido pelas aparências. A transexual, por sua vez, tem constituição biológica indubitosa – qualquer aspecto emocional e psicológico é secundário e não tem autoridade para deslocar a preponderância da anatomia e da genética. Seu sofrimento, em oposição ao argumentado pelos/as favoráveis à mudança, é deslegitimado como frívolo (pela primeira promotora de justiça, com o uso de aspas nas palavras psicológico e emocional) ou insuficiente para ensejar a alteração documental (pela segunda promotora, que reconhece o desconforto e a frustração de Victoria mas apresenta o laudo inconclusivo do perito como barreira à mudança).

O que nos leva ao segundo aspecto do conflito entre as partes: não basta ser a pessoa diagnosticada enquanto transexual, e o debate sobre as implicações jurídicas disto não é o único; é necessário que, a partir do diagnóstico positivo, determine-se qual o seu **sexo real** a ser inscrito no documento de identidade. Aqui, novamente o conflito se instaura, não apenas sobre significados de “sexo”, “masculino” e “feminino” e as possibilidades de passagem de um a outro, mas também sobre as articulações entre natureza e cultura, medicina e direito – ora tensas, ora complementares, mas tendo sempre em jogo disputas de poder e de autoridade de fala.

A primeira promotora de justiça responsável pelo caso, como vimos, localiza nos aparelhos reprodutores interno e externo, bem como no genótipo, a fonte de expressão de gênero da pessoa transexual, atribuindo certa irrelevância em termos de **verdade objetiva e normalidade** à autodeterminação – influenciada pelo que ela qualifica como o “psicológico” e “emocional” de Victoria. Não se refere, contudo, a um sistema reprodutor passível de transformações, mas ao que acompanha o sujeito desde seu nascimento, em consonância com seus genes. A segunda reconhece que, como afirma o perito, o **fenótipo** e a genitália reconstruída

cirurgicamente comunicam certa feminilidade – insuficiente, todavia, para enfrentar **características médicas bastante conclusivas como sendo do sexo masculino** (como já afirmamos, é possível inferir que aqui ele se refere ao cariótipo XY). A natureza impôs uma fronteira intransponível, a ciência personificada pelo perito reconheceu a coexistência de gêneros imiscíveis e a passagem do “sexo” masculino ao feminino não foi considerada completa; o seu **sexo natural, original**, deve falar mais alto.

O advogado, por sua vez, ao longo de todo o processo tenta comprovar que, sendo transexual, Victoria **sempre** teve uma mente feminina aprisionada em um corpo masculino; a realização da cirurgia teria encerrado a anormal discrepância entre mente e corpo e, após sua concretização, a requerente poderia ser reconhecida enquanto mulher. Após a juntada dos laudos periciais e em contra-razões de apelação, reitera que os próprios peritos atestam a identidade de gênero feminina de Victoria – o médico, avaliando suas características físicas e a psicóloga, sua **estrutura psíquica**.

É interessante notar como o representante legal cria uma junção entre o que considera ações da natureza e intervenções culturais na determinação do **sexo verdadeiro** da requerente⁶⁸. Assim, embora sustente que desde a infância manifestava identidade de gênero feminina e que o diagnóstico positivo de transexualidade/ismo comprova ter uma mente de mulher, é apenas após ser submetida a um procedimento cirúrgico de transgenitalização que poderia ser reconhecida enquanto tal. A natureza fixa e estável não tem lugar no genótipo ou no sistema reprodutor, mas na psique – contudo, não se basta ou impõe sua imutabilidade à cultura; ela depende da cultura e de suas técnicas para atingir a integralidade e coerência do “sexo”. As genitais, assim, ainda têm papel fundamental na constituição de um “sexo” **verdadeiramente** feminino.

A juíza Anna Paula e o desembargador relator também claramente atribuem centralidade à cirurgia como mecanismo de passagem e transformação do sexo e da **realidade** em suas decisões que, embora tenham o mesmo resultado (são favoráveis à retificação tanto de nome quanto de “sexo”), divergem amplamente em termos de vias argumentativas. Da mesma forma, o reconhecimento do compromisso e da autoridade do Poder Judiciário em manipular o discurso médico requisitado a ler, extrair e comunicar a verdade sobre o sexo da requerente, assim como o lugar em que se encontra, é patente tanto nas manifestações dos/as dois/duas julgadores/as quanto

⁶⁸ Não estou dizendo que natureza e cultura sejam categorias discretas e ontológicas; apenas interpreto aqui a lógica presente nos argumentos dos atores processuais. Sigo Bruno Latour (1997), Anne Fausto-Sterling (2000; 2001) e Fabíola Rohden (2003) ao afirmar que existe um processo conturbado, conflituoso e contraditório de naturalização de fatos científicos que obscurece as tensões e controvérsias entre pessoas e práticas, bem como as circunstâncias políticas, econômicas e sociais que influenciam e determinam esse processo e seu produto. Em especial, atento para o processo histórico de (naturalização de) normalizações de indivíduos e comportamentos, objeto de extenso estudo realizado por Michel Foucault (1988; 2010) e também aspecto relevante das pesquisas realizadas pelas duas autoras citadas. A patologização da transexualidade, assim, está inserida no rol de identidades de gênero que diferem do “normal” produzido pela medicina e pela psicologia.

na do procurador de justiça.

Aqui vemos que os corpos são reduzidos e esquadrihados a zonas e órgãos, substâncias e anatomias que comunicam masculinidades ou feminilidades, mas a intensidade de seus sentidos é assimétrica: enquanto para o advogado a psique é considerada espaço significante, para as promotoras ela adquire caráter subsidiário quando em comparação com o genótipo. No corpo de Victoria (e de muitos/as requerentes) as personagens processuais leem diferentes verdades biológicas e disputam o lugar que, por excelência, expressa a verdade imutável e portanto prevaiente⁶⁹; também disputam os limites da natureza, os espaços de fixidez e as formas de intervenção legítimas à transformação do que não é fixo.

Para essa leitura, não dispõem do letramento específico fornecido pelos saberes biomédicos; no entanto, acionam suas lentes e traduzem, reescrevem e reproduzem precariamente seus textos. Em questão, está não só o que estes comunicam, mas a exclusividade de sua autoridade na construção de identidades sexuadas.

A importância e a legitimidade epistêmica dos laudos periciais, assim como de outros discursos, práticas e agentes médicos/as são indubitáveis. Seus sentidos, de fato, são disputados a todo momento pelas personagens processuais: como vimos, pessoas em posições distintas utilizam o mesmo excerto do laudo médico-pericial para fundamentar seu discurso. Seja crendo possível a passagem de “sexo” masculino ao feminino, seja sustentando a impossibilidade científica, seja localizando nos genes a verdade sobre a identidade de gênero de um indivíduo, seja fazendo-o nos genitais, recorrem à autoridade dos saberes biomédicos para tanto. A intencionalidade dos escritos do perito é performatizada de diferentes e contraditórias formas pelas diferentes personagens.

O contexto de elaboração dos laudos, no caso aqui em questão, não pode ser recuperado e revivido; o documento se separa dele, e as partes vinculam a ele significados variados. Mas ainda que não recuperada sua intencionalidade, ele adquire vida no processo e sua citabilidade e circulação indicam a manutenção dessa legitimidade, do seu poder enquanto referência.

É claro que, em última medida, julgadores/as podem negar a esses saberes o monopólio de decisão sobre a verdade da identidade de gênero de um indivíduo – e é isso que fazem aqui. Como já afirmei anteriormente, essa verdade pode ser informada não só pela medicina, mas também pelo que depreendem ser a razão de Estado; e aí há que se levar em consideração não apenas a legibilidade de textos e relatórios médicos, mas também de regras jurídicas que levam a assinatura do Estado. A dificuldade de apreender suas regras e as díspares formas de sua interpretação não

⁶⁹ Como afirma Paul B. Preciado (2002:21), há uma temporalidade em que “as tecnologias sexuais se apresentam como fixas. Tomam emprestado o nome de ‘ordem simbólica’, de ‘universais transculturais’ ou simplesmente de ‘natureza’. Toda tentativa de modificá-las seria julgada como forma de psicose coletiva ou como um ‘Apocalipse da humanidade’”. Isto é o que fundamenta a constituição performativa dos “sexos”, por exemplo: os imperativos normativos, os lugares de inteligibilidade do masculino/feminino aceitável são produzidos como verdade biológica a ser protegida de qualquer ameaça de transformação – justamente porque se os constrói como expressão da verdade do “sexo” e do sujeito.

impedem seu contínuo acionamento e performance. Muito pelo contrário – garantem, de diferentes formas e sentidos, a sua presença e a produção de seu poder.

Por fim, isto nos permite pensar no terceiro ponto que gostaria de ressaltar: as consequências jurídicas da autorização – ou não – da retificação. Enquanto advogado, procurador de justiça e julgadores/as, assim como a psicóloga perita, viam a negativa judicial como forma de manutenção de sofrimento e de incompatibilidade de gêneros vivenciada por Victoria que prejudicaria sua reinserção social e exercício de cidadania, as promotoras de justiça e o revisor viam a concessão do pedido como ameaça a terceiros específicos: possíveis homens pretendentes que se vinculassem em casamento ou união estável a Victoria. Estamos diante não só de dois argumentos distintos, mas que partem de pressupostos distintos em torno da essencialização e fixidez de identidades.

Um dos grandes problemas associados a Victoria pelos/as operadores/as do direito, mas também por agentes da medicina e da psicologia foi a incompatibilidade entre corpo e mente, ou entre corpo, mente e registro civil. Ela, vimos, é considerada patológica e ao longo de todo o processo, os/as defensores/as da possibilidade de mudança a veem como necessária justamente para compatibilizar essas dimensões díspares do sujeito e **torná-lo um ser único**. Apenas assim poderia ser um indivíduo completo, saudável e apto para interagir e ser aceito socialmente.

Subjacente a esse discurso reside uma norma de pessoa que é reproduzida continuamente pelos documentos: a de uma pessoa coerente, homogênea, estável, cuja identidade é íntegra e sem fissuras; em termos de gênero, uma pessoa que não oscila entre um e outro, não alberga ambos, mas sustenta de modo estável apenas um. O efeito totalizador dessa identidade se dá porque a categoria pessoa/indivíduo não se constitui apenas como materialidade, mas como **valor**⁷⁰.

Mas ao assumir que se trata de um valor, os/as defensores/as da retificação se contrapõem às promotoras e ao revisor. Na medida em que os/as primeiros/as apontam que se trata de algo a ser alcançado, reconhecem que existe uma instabilidade e uma cisão (ainda que patológicas) nas experiências de gênero deste indivíduo que constituem o que se entende como identidade. Os/as segundos/as, por sua vez, veem essas experiências em si como patológicas – elas, proporcionadas pelo “psicológico” e pelo “emocional” tentam encobrir a verdadeira essência e totalizadora do sujeito – o genótipo. Este produz e comunica uma identidade que é em si mesma coerente e homogênea, que acompanha o indivíduo e o faz único; sendo assim, a discrepância não precisaria ser combatida em prol de uma coerência desejada. A coerência existe e a discrepância é produto da cabeça – ou do capricho – da requerente que **quer ser o que não é**.

⁷⁰ Pretendo desenvolver melhor esse ponto no terceiro capítulo, mas de todo modo sigo um debate já clássico na antropologia, informada principalmente pelos trabalhos de Marcel Mauss (2003[1950]) e Louis Dumont (1985) sobre as transformações históricas que a ideia de indivíduo ou pessoa sofreu em diferentes culturas. A proficuidade dessa categoria analítica em estudos sobre experiências trans se revelou a partir das leituras de Larissa Pelúcio (2007) e Silvana Nascimento (2014) e sua mobilização para apreensão dos documentos que compõem minha “aldeia-arquivo” se mostra fundamental.

Temos, assim, uma disputa entre as partes instituída em torno da ideia de pessoa enquanto valor/norma ou enquanto ontologia, e cada representação interfere nas consequências desejadas ao caso: se a coerência e totalidade são buscadas, é claro que a mudança dos documentos há de ser defendida; ela é o que viabiliza essa totalização. Contudo, se se entende que a dita coerência já existe e é apenas ofuscada por aparências construídas pela mente e pela vontade da pessoa, negar a retificação é uma forma de garantir que a **realidade** seja protegida, não as ficções do desejo e da psique. Evitar que o Estado dê o aval de uma falsidade.

A mudança representa, assim, para uns/mas, a possibilidade de corrigir um problema e uma doença; para outros, a de produzir mentiras. Para os/as primeiros/as, de garantir a sua equivalência aos demais indivíduos coerentes e saudáveis, o seu reconhecimento enquanto sujeitos (porque agora unos) e cidadãos/ãs e a sua inclusão em um espaço de bem comum e igualdade; para os/as segundos/as, de produzir enganos, lesar terceiros de boa-fé e causar danos a um dos pilares da ordem social: a instituição heteronormativa da família. São diferentes sentidos de pessoa e diferentes sentidos de lei e cidadania, mas a produção normativa de um casal enquanto formado por homem e mulher, necessariamente, é algo consonante entre os atores processuais.

Em havendo uma identidade ontológica, biologicamente comprovável, a possibilidade de mudá-la em favor do “psicológico” de Victoria significaria reconhecê-la enquanto mulher que não é, e viabilizar a oportunidade de ela se relacionar com homens e induzi-los a erro, produzindo um enlace contrário à Constituição Federal: a união entre pessoas do mesmo sexo. Para além da impensabilidade da formação de uma família homoafetiva, tema que tratarei com mais apuro nos próximos capítulos, o que merece ser ressaltado é a unânime reprovação dessa possibilidade.

Os/as favoráveis à mudança afirmam que a preocupação das promotoras é legítima, mas injustificada, porque a mudança cirúrgica do sexo teria compatibilizado mente e corpo e a mudança do registro compatibilizaria corpo, mente e identificação civil, produzindo uma **pessoa feminina**. Como já vimos, as representantes do MP, por sua vez, defenderam que a ameaça é presente justamente porque tecnologias médicas e Estado têm um limite de intervenção, e a **pessoa masculina** estaria constituída desde seu nascimento.

Não só documentos médicos e legais são ilegíveis e provocam tensões entre personagens processuais; os corpos e identidades dos sujeitos são submetidos a negociações de sentido, e seus efeitos de interação com a sociedade (e especificamente possíveis interesses erótico-afetivos) ganham espaço no debate público. Magistrados/as decidem e a seus argumentos se outorga a legitimidade e autoridade da assinatura do Estado – mas ele não é produzido sozinho. É a síntese de um longo conflito de leituras e significados, que no entanto em comum podem ter princípios informadores – como o binarismo e as normatividades de gênero, a imprescindibilidade dos saberes biomédicos, a defesa da união erótico-afetiva e da família heteronormativas e a invenção

tecnológica da natureza e sua imutabilidade em relação e oposição à cultura e à ciência.

Concluindo

Ter a oportunidade de acompanhar um caso do início ao fim possibilita o vislumbre de vários elementos fundamentais ao seu desfecho e aos sentidos de Poder Judiciário e Estado que ele veicula. Um deles, não tão aparente quando se pretende estudar as decisões judiciais, é o de que não se trata apenas de um conflito entre personagens processuais e instituições, mas de conflitos que ultrapassam o cenário do litígio e se inserem dentro das próprias instituições, entre seus membros. Temas controversos como este suscitam discordâncias e o exercício de funções e práticas cotidianas descontínuas. Quando se dão em um mesmo processo, contudo, essas práticas menores ganham relevo e as tensões internas aos aparelhos estatais se tornam mais visíveis. No caso Victor/Victoria, as substituições de promotores/as e julgadores/as possibilitaram ver se não os próprios conflitos em si, seus efeitos sobre o processo.

Isso nos leva a problematizar a própria ideia de Estado enquanto um aparato coerente e racional, e do Poder Judiciário como o lugar por excelência das leis e do conflito entre partes. Há muitas fissuras neste aparato. Como afirma Didier Fassin (2005:366), no que toca à avaliação moral das diferenças, Estados contemporâneos são tudo menos indiferentes. Regras jurídicas e os significados de seus textos estão, de fato, em conflito nos tribunais, mas não só; categorias médicas, representações de gênero, políticas de legitimação de sujeitos e seus direitos (em oposição a sua negação para outros) ganham centralidade no decorrer do processo, mais do que apenas um debate sobre a legislação.

O objetivo, aqui, não foi analisar a fundo cada documento que faz parte do processo, mas sinalizar as personagens, estratégias, dinâmicas e conflitos que levam à decisão judicial – ou decisões. Da petição inicial com documentos anexos, passando por manifestações do MP, decisões interlocutórias, laudos periciais, sentenças, recursos e contra-razões, até o acórdão elaborado pela comissão julgadora, muitos pontos fundamentais à pesquisa foram levantados; mas isso não se deu por acaso. Espero que, mais à frente, seja possível notar que a importância deles mantém regularidade em minha “aldeia-arquivo”.

Julgando identidades, prescrevendo diagnósticos: o lugar dos saberes médicos e científicos nas decisões judiciais

*God created Mahtab within this body. You are my second God, that you can create Mahtab*⁷¹.

The Birthday (2007)

Me: I don't understand what the problem is. You have my fee, you have my correctly filled-out application, and you have a letter from a surgeon saying that I had sexual reassignment surgery and have lived as a man for several years.

Department of State: It doesn't say you had complete sexual reassignment surgery.

Me: I see. Well, what does complete sexual reassignment entail?

D.O.S.: Um. [Ruffles papers]. It requires, um. It requires full, complete surgery.

Me: What is full, complete surgery?

D.O.S.: What you are calling "bottom" surgery.

Me: So essentially, in order to have a passport that I can safely travel with, I need to disclose what is in my pants.

D.O.S.: I suppose you could put it that way.

Me: So I could have a penis and giant boobs but you'd still let me have the M?

D.O.S.: I didn't make up the rule, sir; I'm just telling you what it says.

Me: Did you have to tell the government what is in your pants in order to get your passport?

D.O.S.: Uh, sir, I did not have to, no.

Me: Does it seem fair that I have to?

D.O.S.: I can't speak to that.

A situação ao mesmo tempo cômica e trágica é narrada por T. Cooper, escritor, em "Real Man Adventures" (2013), uma compilação de textos autobiográficos centrados basicamente em experiências de vivência, problematização e reinterpretação de masculinidades e seus padrões normativos. Neste capítulo em específico, o autor narra seu encontro com um órgão burocrático estadunidense e explicita as exigências feitas por este braço do Estado para o reconhecimento, em um documento de identificação, de sua identidade de gênero masculina: não apenas se requer um

⁷¹ Comentário feito por Mahtab, mulher transexual no Irã, em conversa com o médico que iria realizar sua cirurgia de transgenitalização. Mahtab é um nome persa que comumente se atribui a mulheres.

atestado médico qualquer (o que por si só já poderia ser questionado⁷²), mas também que este documento certifique que a cirurgia de transgenitalização foi efetuada. Ao dar a esta prática interventiva o caráter de “cirurgia de redesignação sexual completa”, em oposição ao determinado pelo próprio médico responsável pelo procedimento ao qual se submeteu Cooper – no caso, o de mamoplastia masculinizadora –, o Estado norte-americano demonstra claramente a relação que estabelece com saberes biomédicos: embora estes sejam absolutamente necessários à comprovação da ocorrência do evento qualificado como “mudança de sexo”, o que o evento significa, a forma como é realizado e o ato de atestar se dá, bem como o lugar que recebe no sistema administrativo de emissão de documentos de identificação são determinados pelo próprio Estado, talvez até por leigos/as que não têm formação na área médica.

Esta não se trata de uma peculiaridade norte-americana; assim como no caso Victor/Victoria narrado no primeiro capítulo, as articulações que se dão entre Estado e medicina são hoje um dos elementos que estruturam o reconhecimento – ou não – da titularidade de direitos de pessoas trans*. Em instituições públicas nas quais o tema da transgeneridade é posto em debate e, aqui especificamente no que toca ao Poder Judiciário e a pedidos de retificação de registro civil, literatura, categorias, profissionais e normas de áreas médicas são não apenas uma constante – sua presença, características e modos de uso são exigidos, elaborados e postos em funcionamento pelos/as próprios/as operadores/as do direito.

Este capítulo tem como propósito apontar algumas das principais formas de protagonismo que regulamentos, práticas e linguagem vinculados/as à medicina assumem na feitura do convencimento em decisões judiciais. Retomando papéis assumidos ou atribuídos à medicina já mencionados no capítulo anterior e os relacionando com as decisões de minha amostra, pretendo visibilizar as interações entre ciências biomédicas, Estado e direito que subjazem essa dinâmica de incorporação vigente no Poder Judiciário brasileiro quando se fala na possibilidade de mudança de nome e “sexo” de pessoas transexuais em documentos oficiais de identificação.

As leis da medicina, ou: a medicina como lei

Começemos do começo – o primeiro esforço argumentativo empregado por julgadores/as quando da elaboração de suas decisões. Como no caso Victor/Victoria, a conceitualização e qualificação da transexualidade/ismo é não só quase unânime nas decisões que compõem meu recorte como, em sua maioria, é a porta de entrada de seus argumentos. Embora o texto se

⁷² A própria pergunta feita por Cooper ao atendente demonstra algo também notado por mim ao longo da leitura das decisões: para acesso aos mesmos direitos, pessoas cisgêneras e transgêneras são submetidas a procedimentos e demandas distintos. Pretendo, no terceiro capítulo, discorrer melhor sobre o que Cabral e Viturro definem como “cidadania (trans)sexual” (2006).

modifique entre os diferentes documentos, desembargadores/as e Tribunais, o já mencionado intuito pedagogizante de descrever e qualificar extensivamente o fenômeno como uma doença marcada pela incompatibilidade entre o gênero expresso pela mente e o expresso pelo corpo é o primeiro passo no caminho da exposição de motivações. O uso de literatura jurídica especializada e precedentes jurisprudenciais, longos trechos sobre possíveis causas e formas de tratamento da doença, assim como uma exposição evolucionista dos modos como a medicina produziu conhecimento sobre e enfrentou a transexualidade/ismo ocupam espaço considerável antes até de qualquer manifestação sobre o deferimento ou não do pedido realizado na ação.

Este é também o primeiro sinal dado por julgadores/as de que a transexualidade/ismo é uma questão médica, patologia presente na Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde atualmente em vigor. Inclusive magistrados/as usam frequentemente este documento como referência: apenas no que toca, por exemplo, ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, das 22 decisões a que tive acesso entre 2000 e 2014, 7 apresentam explicitamente os termos “CID-10” e “F64.0”, quando não a própria definição da OMS. A influência do CID também se manifesta indiretamente quando da definição da transexualidade/ismo feita pelos/as desembargadores/as: os elementos internacionalmente reconhecidos como característicos da doença têm lugar na maioria das definições livres e das extraídas de literatura jurídica ou jurisprudência.

O fato de este ser o primeiro argumento apresentado sinaliza de antemão que o reconhecimento de uma pessoa enquanto transexual se dá, pelo menos na maior parte dos casos, não apenas a partir de categorias médicas, mas a partir de uma comprovação diagnóstica: assim como o reconhecimento de um sujeito enquanto portador de doença requer a análise clínica e conferência da existência ou não de sintomas específicos a esta determinada patologia, a transexualidade/ismo da forma como é representada nos Tribunais também elenca uma série de elementos cuja presença é esperada e evidência exigida a uma pessoa que se identifica enquanto transexual – ou, mais especificamente, a seus/suas médicos/as e peritos/as.

Estes elementos, embora sejam com frequência os mesmos que se pode identificar na categoria “F64.0”, não se limitam às normas médicas; como vimos no caso Victor/Victoria, critérios como orientação heterossexual, posições assumidas no ato sexual e modelos de feminilidade e masculinidade, dentre outros, podem ser acionados no processo de verificação do “distúrbio”. Por mais que termos médicos povoem decisões judiciais, não esqueçamos que quem os diz (na verdade, escreve) são magistrados/as – e, como podemos ver ao longo da dissertação, eles/as se apropriam, organizam-nos, reorganizam-nos e os ressignificam livremente.

Como vimos no primeiro capítulo, a patologização da transexualidade/ismo é construída também de modo relacional, em notável semelhança com o realizado pelos precursores de tentativas de categorização médico-patológica de transformações de gênero e práticas sexuais consideradas

desviantes. Richard Von Krafft-Ebing (2006[1877]), Magnus Hirschfeld (2006[1910]), David Cauldwell (2006[1949]) e Harry Benjamin (2006[1954]), por exemplo, são médicos que tentaram elaborar sistemas classificatórios que diferenciassem, descrevessem e qualificassem transexualidade, travestilidade, homossexualidade e intersexualidade (à época mas também nas decisões referida como “hermafroditismo”) enquanto distúrbios psicosssexuais entre fins do século XIX e meados do século XX. Fatores utilizados para a particularização das “doenças” – como a associação entre identidade de gênero e orientação sexual no caso do primeiro médico, a generificação de atributos físicos e práticas sexuais no caso do segundo, a importância dada à predisposição genética no caso do terceiro e a distinção entre travestis e transexuais com base na potencialidade de prazer obtido com os órgãos genitais no caso do quarto –, veremos, atravessaram décadas e tomam lugar em grande parte dos documentos.

Embora a homossexualidade não seja mais considerada uma doença pela OMS (ela foi retirada do CID na já citada 10ª versão) e a intersexualidade esteja inserida na Classificação como uma malformação congênita e não propriamente um transtorno de identidade, julgadores/as muito frequentemente procuram distinguir a transexualidade/ismo destas e outras categorias que inserem – sutilmente ou não – em um quadro desviante. Assim, no acórdão prolatado em Apelação Nº 1.0232.10.002611-0/001, tramitada no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e julgada em 18/09/2012, a desembargadora relatora Sandra Fonseca assim disserta sobre a situação particular da apelante, interessada em ver autorizado seu pedido de mudança de nome e “sexo”:

O transexualismo, enquanto distúrbio que demanda acompanhamento médico e psicológico, não se identifica, portanto, com o travestismo ou com a homossexualidade; cuida-se de transtorno que submete a pessoa a grave sofrimento, já que não se auto identifica como sendo do gênero próprio da morfologia que possui. A literatura médica esclarece: “[...] No transvestismo a pessoa não sente que sua identidade de gênero está trocada (por exemplo, homem com corpo de homem sentindo-se homem), mas usa roupas do sexo oposto com objetivo de ter prazer erótico, para se excitar. Apenas em casos em que a pessoa passa a se vestir como mulher a maior parte do tempo e ter dúvidas e sofrimento em relação a sua identidade de gênero é que se deve pensar que possa haver transexualismo latente. Já no homossexualismo, a pessoa também se sente adequada quanto à determinação de seu sexo (tem corpo de homem, sente-se homem), porém tem atração afetiva e erótica por outra pessoa do mesmo sexo que ela.” (ABUCHAIM, Cláudio Moojen, Transtorno de Identidade de Gênero). Reconhece-se, então, que o transexual sofre importante conflito de identidade e, por essa razão, empreende meios para adequar sua aparência ao gênero que sente pertencer.

Recupero, aqui, a discussão feita no primeiro capítulo sobre a produção relacional de sentidos de transexualidade/ismo: gostaria de atentar à produção de especificidades exclusivas a cada categoria enquanto entidade discreta e aos subjacentes regimes de moralidade que a alimentam. Por mais que recuperem definições e caracterizações elaboradas por médicos entre os séculos XIX e XX, julgadores/as não produzem um sistema de patologias: a homossexualidade em momento algum é apresentada como uma doença e embora haja duas formas de “travestismo” previstas enquanto “transtornos de identidade e comportamento” no CID-10⁷³, magistrados/as – em clara distinção à forma como apresentam a transexualidade/ismo – não as citam sequer uma vez em toda a minha amostra. A diferença que se constrói entre homossexualidade e “travestismo” de um lado e transexualidade/ismo de outro sugere uma base de dessemelhança entre hábitos e práticas não-patológicos, embora condenáveis, e doenças que fogem à vontade de seu/sua portador/a, portanto o/a redimindo de culpa.

A relação entre saúde e doença é reconfigurada de modo que o primeiro caso não implica ausência de problemas ou aceitabilidade – muito pelo contrário: a liberdade e a vontade de certos indivíduos em seguir por uma vida de “fetiche” e de relações erótico-afetivas com pessoas do mesmo “sexo”, como magistrados/as os qualificariam, seriam altamente reprováveis. A escolha feita foi pelo desvio. Mas essas duas dimensões, como afirma José Ricardo Ayres (2007), não são polos opostos; estão inseridas em outras esferas de racionalidade. Não é

da ordem do como fazer, segundo interesses e recursos conhecidos, que trata a saúde. É da ordem do que fazer frente à necessidade de reacomodar-se continuamente [...]. A experiência de saúde envolve a construção compartilhada de nossas ideias de bem-viver e de um modo conveniente de buscar realiza-las na nossa vida em comum. (ibid.:50).

A partir daí, penso que existem paradigmas normativos relacionados à saúde que produzem expectativas em relação ao que almejar e ao que fazer para alcançá-lo – não os seguir não realoca a pessoa necessariamente no domínio da doença, mas a qualifica negativamente e marca seus processos de subjetivação.

O mesmo não se pode dizer de pessoas transexuais: como o caso Victor/Victoria demonstra e como veremos ao longo deste capítulo, o Poder Judiciário elabora uma representação de pessoa

⁷³Uma é o “travestismo bivalente”, classificada enquanto “transtorno de identidade sexual” sob o código F64.1 da seguinte forma: “Este termo designa o fato de usar vestimentas do sexo oposto durante uma parte de sua existência, de modo a satisfazer a experiência temporária de pertencer ao sexo oposto, mas sem desejo de alteração sexual mais permanente ou de uma transformação cirúrgica; a mudança de vestimenta não se acompanha de excitação sexual. Transtorno de identidade sexual no adulto ou adolescente, tipo não-transexual”. A segunda, “travestismo fetichista”, classificada enquanto “transtorno da preferência sexual” sob o código F65.1, tem definição ligeiramente diferente: “Vestir roupas do sexo oposto, principalmente com o objetivo de obter excitação sexual e de criar a aparência de pessoa do sexo oposto. O travestismo fetichista se distingue do travestismo transexual pela sua associação clara com uma excitação sexual e pela necessidade de se remover as roupas uma vez que o orgasmo ocorra e haja declínio da excitação sexual. Pode ocorrer como fase preliminar no desenvolvimento do transexualismo. Fetichismo com travestismo”.

transexual que, por ser **comprovadamente** doente – a doença tem causas (supostas), sintomas e formas de intervenção específicas que sinalizam um raciocínio causal-controlista de caráter instrumental (ibid.:47) – e por não ter a doença qualquer origem na vontade mas em “descargas hormonais”, “desígnios da natureza”, etc., garante à portadora da patologia uma espécie de legitimidade no âmbito do direito de acesso a direitos; a pressuposição da heteronomia, a certeza de que o/a requerente nunca escolheria livremente ser transexual é um imperativo existencial descrito em termos patológicos (CABRAL; VITURRO, 2006: 264). Não se trata, assim apenas de ser ou não doente, mas de hierarquias valorativas que se dão entre e no interior destas categorias, produzindo doentes mais ou menos legítimos, bem como pessoas “saudáveis” mais ou menos legítimas⁷⁴.

Em muitos casos, julgadores/as desfavoráveis à possibilidade de alteração de registro civil de pessoas transexuais utilizam a mesma lógica, aplicada inversamente, como motivação de seu voto: com argumentos similares aos de uma das promotoras de justiça que acompanhamos no primeiro capítulo, afirmam que transexualidade/ismo é apenas uma crença, um produto do “psicológico” da pessoa – algo completamente diferente do real problema médico vivenciado, por exemplo, por “pseudo-hermafroditas”. A diferenciação não é tão rígida e os deslocamentos são mais sutis: a transexualidade/ismo, nos discursos destes/as magistrados/as, é extraída de lugares como “cérebro” e “sistema nervoso central” e reposicionada no “psicológico” e na “crença”; não se relaciona mais a “desenvolvimento fetal” e “descarga hormonal”. Deixa de ser uma questão “biológica”, como o “pseudo-hermafroditismo”, cujo portador teria sim direito à retificação de nome e “sexo”. Psicologizar a transexualidade/ismo implica, aqui, reduzir sua gravidade, refutar sua natureza patológica e consequentemente excluí-la do conjunto de condições de acesso a direitos.

Mas voltemos à maioria que compõe narrativas sobre a transexualidade/ismo como uma doença. Como afirmei anteriormente, a construção da patologia em decisões judiciais não se dá apenas pela reiteração do CID-10; há outras características associadas ou decorrentes que são apresentadas pelos/as julgadores/as. No processo Nº 693/00, que tramitou no Tribunal de Justiça do Estado do Amapá e foi julgado em 05/06/2001, o desembargador relator do acórdão Raimundo Vales assim caracteriza o “distúrbio”:

⁷⁴ Jorge Leite Jr. já havia indicado a produção de diferenças em termos de valor no discurso médico-científico do século XIX – desta vez a partir do posicionamento de todos os indivíduos considerados “desviantes” no polo da doença: “[...] os ‘desviantes sexuais’ são então silenciosamente divididos pela psiquiatria em duas categorias: os ‘bons’ e os ‘maus’”. Para este discurso do período, entre os primeiros estão as pessoas respeitadas por seus bens, capacidades intelectuais e um sobrenome socialmente reconhecido. Eles são objetos de compaixão, compreendidos como infelizes sobre os quais um destino trágico se abateu, muitas vezes de origem biológica ou congênita. Para tais indivíduos, são desenvolvidos todos os esforços médicos e jurídicos visando curá-los ou livrá-los das prisões. Os centros de reabilitação, as termas e os balneários contavam com este público. Estes são os perversos. Já os segundos, sem posses, considerados astuciosos e cuja imagem é quase sinônimo de marginalidade, são encarados com rigor, receio e desprezo. A ciência considera-os mais próximos do vício que da doença, da perversidade que da perversão, e as faltas por eles cometidas declaram de antemão a condição de culpados, pois acumulam ‘desvios’ de uma vida ‘desregrada’ ou trazem na carne os estigmas da degeneração hereditária, fruto de pais também envolvidos em ‘excessos’ de toda ordem. Para eles, os manicômios judiciários, as prisões e a psiquiatria forense. Esses são os perversos” (2011: 102-103).

A Associação Paulista de Medicina (*sic*) conceitua o transexual como sendo o indivíduo com identificação psicosssexual oposta aos seus órgãos genitais externos, com o desejo compulsivo de mudança dos mesmos. Para a abalizada literatura médica, o transexual é essencialmente fêmea, embora o sexo biológico seja de um macho. Ele não tem prazer sexual real proveniente de seu pênis e não detém o sentido de masculinidade por saber que o mesmo é parte integrante do seu corpo.

Além do problemático não reconhecimento da possibilidade de transexualidade/ismo masculina, o excerto sugere as implicações desta incompatibilidade entre o “sexo” aferido psiquicamente e o que se expressa pelos órgãos genitais: o estranhamento (e em outras decisões, ódio e abjeção) que estes causam e a completa incapacidade de proporcionarem prazer sexual. Daí o desejo de realização de cirurgia de transgenitalização seria imperativo entre pessoas transexuais, tendo como intuito eliminar um dos elementos causadores de sofrimento e adequar o corpo à identidade de gênero representada “psiquicamente”.

As características apresentadas, ainda que passíveis de reformulação por julgadores/as, não carecem de fundamento: o texto da Resolução 1482/97 do Conselho Federal de Medicina é claro no que toca às exigências a serem cumpridas para o reconhecimento de que o indivíduo seria portador do “desvio” não só no preâmbulo que o define⁷⁵ como também no artigo segundo: desconforto com o “sexo” anatômico “natural”, desejo expresso de eliminar os genitais e adquirir características do “sexo” oposto, estabilidade e permanência do “distúrbio” por no mínimo dois anos e ausência de outros “transtornos mentais” são fatores cuja presença é considerada imprescindível.

Citado por desembargadores/as muitas vezes em sua íntegra, o regulamento assume caráter normativo fundamental à resolução do mérito da questão – ao disposto no texto devem se adaptar os/as requerentes sob o risco de indeferimento do pedido, assim como sua observância aumenta, em quase todos os Tribunais, a probabilidade de ver a mudança autorizada. Novamente no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em decisão prolatada em 23/02/2006 no processo N°. 1.0543.04.910511-6/001, uma mulher transexual teve seu pedido de mudança de sexo negado por não ter seguido o disposto em Resolução. Afirma o relator Roney Oliveira:

No caso em tela, desnecessário adentrar nas várias questões que envolvem a matéria, em decorrência do não preenchimento, pelo autor, das condições exigidas pela Resolução do Conselho de Medicina, já que ele realizou sua cirurgia no exterior. Encontra-se nos autos, tão somente, o estudo cromossômico do autor, concluindo que seu sexo genético é o masculino e, posteriormente, um atestado médico (fls.90) constatando que a cirurgia foi realizada, o que, por si só, não basta para que a sua certidão seja modificada no que se refere ao sexo. O autor não

⁷⁵ “CONSIDERANDO ser o paciente transexual portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenotipo e tendência à auto mutilação e ou auto-extermínio (...)” (Conselho Federal de Medicina, 1997).

seguir os trâmites exigidos pela Resolução do Conselho Regional de Medicina (*sic*), procedimento que antecede a discussão sobre a questão de poder ou não o transexual operado mudar o sexo do registro de nascimento para feminino. [...] **Não comprovando o autor que sua cirurgia tenha sido realizada em conformidade com a legislação brasileira sobre o tema, impossível analisar o pedido sucessivo, qual seja, alteração de seu registro civil de masculino para feminino.** (negrito inserido por mim)

Embora a Resolução trate especificamente dos parâmetros que autorizam a realização de cirurgia de transgenitalização – portanto sem qualquer vínculo direto com o registro civil – e embora um documento legal como este esteja posicionado nos níveis mais baixos da hierarquia legislativa brasileira, nas decisões judiciais seu texto é ungido de autoridade legal incontestável que serve não apenas à qualificação de uma pessoa enquanto transexual ou não de acordo com os códigos médicos e seu acesso a intervenções cirúrgicas, mas também à aferição de seu direito à mudança de nome (em alguns casos) e “sexo” (em quase todos) em documentos de identificação.

De todo o ordenamento jurídico do país, a escolha da regulamentação de autarquia como norte legislativo no tratamento da possibilidade e de requisitos à mudança de registro chama a atenção não apenas pela motivação de seu acionamento como também pelas implicações que gera. Alçar regras como esta ao mesmo patamar das produzidas pelo Poder Legislativo expande a autoridade da classe médica, mas também de uma certa medicina burocrática, vinculada ao Estado, e representada como produtora de leis enquanto regras jurídicas - não apenas de regulamentos enquanto modelos e técnicas de normalização, nos termos de Michel Foucault (2010).

No Poder Judiciário estes saberes médicos são capturados pelas instituições do direito e se tornam preceitos legais aplicados por representantes da vontade da lei e do Estado; seu processo de legitimação, contudo, não é o mesmo. Ainda que seja um ato oficial de entidade de administração pública indireta, o que dá legitimidade ao documento não é só a natureza jurídica da Resolução, mas também sua apreensão como produto de conhecimento científico. É justamente sua afirmação enquanto ciência que a partir da manipulação de técnicas e conhecimentos específicos, objetivos e generalizáveis consegue atingir a verdade que lhe dá autoridade normativa.

Bruno Latour (1997) afirma que a criação de um fato científico se dá a partir justamente do apagamento do processo social de sua construção e das evidências históricas desse processo. Enquanto um fato científico, ele “perde todos os seus atributos temporais e integra-se em um vasto conjunto de conhecimentos edificados por outros fatos” (ibid.:101-102). Sem referenciais históricos, como contestar sua veracidade? O conteúdo produzido se estabiliza como fato da realidade “descoberto” por especialistas que apenas precisavam, para alcançá-lo, das ferramentas necessárias fornecidas pelo saber; desconectá-lo do contexto social que orienta as faculdades de

cognição, os referenciais teóricos e os interesses políticos de se produzir tal fato viabiliza a formação de representações de objetividade e imparcialidade associadas à ciência.

No que toca à temática de gênero e sexualidade, Anne Fausto-Sterling (2000), Bruno Latour (2001), Fabíola Rohden (2003) e Jorge Leite Jr. (2011), dentre outros, já efetuaram investigações sobre os fatores sociais, políticos e históricos que afetaram e influenciaram a formação de discursos na ciência sobre a diferença entre corpos sexuais, identidades de gênero e desejos possíveis e impossíveis, normais e doentes, aceitáveis e reprováveis. Este último autor, em específico, acompanhou o desenvolvimento das categorias “travesti” e “transexual” enquanto objetos de estudo científico e seu processo de naturalização nosológica, demonstrando como uma identidade clínica e patológica surge e se estabiliza enquanto ontologia no âmbito da ciência.

Em comum, estes estudos empreenderam não uma desvalorização do conhecimento científico produzido sobre o tema, mas a exposição de seu caráter historicamente situado e dos procedimentos de blindagem que garantem seu prestígio e dificultam seu questionamento. Este conhecimento, ademais, não paira no ar como uma verdade pacificada; ele afeta profundamente o mundo ao qual se impõe.

Nas decisões judiciais, a manipulação de discursos biomédicos se dá porque justamente enquanto produto de uma série de procedimentos científicos, a eles se associa a “noção de uma ‘verdade’ que (...) se organiza como um porto seguro às estratégias de biopoder de nossa cultura” (Leite Jr., 2011:196). É essa atribuição de verdade às categorias, lógicas e normas médicas que seriam oriundas de saberes sacralizados e manipulados por poucos – e, portanto, questionáveis por poucos – que autoriza as motivações de juízes/as e que consolida o exercício de poder em parte já garantido pelo seu próprio lugar de enunciação: são representantes do Estado em tese responsáveis por e autorizados/as a comunicar a voz da justiça⁷⁶.

Mas essa verdade, como já afirmei, não é apresentada como simples norma produzida por um saber científico. Há particularidades aqui referentes não só à utilização específica da medicina como à forma com que é mobilizada que permitem uma articulação peculiar entre ela e o direito. Para acompanhar a tessitura dessas relações, começemos pelo ponto subsequente à determinação da transexualidade/ismo enquanto doença: o diagnóstico.

Charles Rosenberg (2002:237) afirma que a história do diagnóstico se relaciona diretamente com o processo de especialização de doenças e de sua elaboração enquanto ontologias, dados da realidade existentes para além de suas manifestações no corpo humano. Seu impacto não se restringiu à área médica; a produção de conceitos de doença vem servindo à gestão e planejamento

⁷⁶ Ao contrário do que Bruno Latour afirma, em minha amostra o tempo da ciência não se apaga. De fato, o passado e as circunstâncias históricas e sociais de produção da verdade científica não têm lugar; mas narrativas sobre o futuro e a sua orientação contínua para o progresso estão presentes com frequência nas decisões judiciais.

de políticas públicas e interferindo na forma como categorias identitárias e auto-representações são produzidas. A contínua proliferação de novas doenças implica controle e classificação de comportamentos enquanto saudáveis ou patológicos, mas não só; ela qualifica experiências, emoções e processos de subjetivação. Ao se constituírem, também constituem modelos discretos de pessoa (FAUSTO-STERLING, 2000:14).

A negociação de sentidos de doença também extrapola o meio científico e atinge o espaço público, servindo como princípio organizador de acesso a direitos e legitimação de sujeitos – médicos/as, cientistas, doentes. Principalmente nestas circunstâncias, afirma Rosenberg, o diagnóstico tem se mostrado fundamental: ele é o ponto de articulação entre uma norma geral e seu caso concreto, entre o saber médico e sua aplicação. É o momento de comunicação da verdade da categoria desenvolvida cientificamente pelo reconhecimento de sua manifestação na realidade em certos indivíduos e não em outros.

Em outras palavras, o diagnóstico serve ao reconhecimento da autoridade epistêmica da comunidade médico-científica ao constatar – e produzir performativamente a partir da constatação – a expressão da doença habitando pessoas, ao mesmo tempo em que produz efeitos políticos aos/às considerados/as portadores/as e aos não-portadores/as. Sua semelhança ao processo judicial de subsunção de fato à lei, de nomeação de uma conduta particular como legalmente prescrita, autorizada ou proibida com base em um conjunto de regras gerais que atingem um status de verdade incontestável e ocultam o processo histórico e político de sua produção justamente pela sua contínua reiteração é notável.

Aqui, nas decisões judiciais, o diagnóstico e descrição de sintomas de uma doença se tornam corpo de regras cuja observância provoca uma resposta positiva do Poder Judiciário e o reconhecimento do direito de acesso a direitos – no caso, ao nome, à personalidade, etc., mencionados nos documentos como base jurídica autorizativa da mudança. Ao vincular os dois elementos, julgadores/as transformam o preenchimento de normas de determinação de pessoa enquanto portadora de uma doença em requisito de afirmação de cidadania, excluindo os/as considerados saudáveis ou não diagnosticados/as enquanto “verdadeiros/as” transexuais do grupo restrito formado por detentores/as de direitos. Pretendo chamar esse processo de naturalização e compulsoriedade da transexualidade/ismo enquanto doença, formada por expectativas e prescrições de pertencimento, de **patonormatividade**.

A cunhagem do termo tem como referência a categoria heteronormatividade, fundamental aos estudos *queer*⁷⁷: ela corresponde ao posicionamento da heterossexualidade como propriedade

⁷⁷ A categoria “heteronormatividade” ou a expressão “heterossexualidade compulsória” estão presentes em uma série de trabalhos, além do aqui citado de Michael Warner, como os de Adrienne Rich (1980), Judith Butler (2013[1990]),

inata a seres humanos e fundamento da sociedade, “deeply embedded by now in a indescribably wide range of social institutions” (WARNER, 1991:6). Subjacente a essa lógica aparentemente constativa, desvelar-se-iam mecanismos de normatização e gestão da sexualidade e do desejo, criando modelos de indivíduos aceitáveis, coerentes (que seguiriam o modelo elaborado), e outros anormais e desviantes (que não se enquadrariam nele). Mais do que forma de classificação, a heteronormatividade sugere mecanismos de inteligibilidade e legitimação de sujeitos, implicando acesso a prerrogativas no meio social – como a visibilidade não estigmatizada.

Mais claramente, partindo dessa categoria, entendo como patonormatividade o conjunto de expectativas, prescrições e limites que orientam a lógica argumentativa dos/as magistrados/as e que tomam como dado inquestionável da realidade serem a doença “transexualismo” e a pessoa transexual o esperado, aceitável e legítimo no contexto de reivindicação do direito de mudança de nome e “sexo” em documentos de identificação. Ela é a base de orientação do pensamento e da tomada de decisão de julgadores/as, naturalizando e essencializando a transexualidade enquanto doença, bem como seu diagnóstico, sintomas, características e práticas interventivas, produzindo-os performativamente enquanto tais a partir de sua constatação, criando padrões normativos a serem seguidos e orientando mecanismos de controle que regulam pessoas, suas experiências, corpos e emoções em um modelo classificatório e hierarquizado.

A norma, aqui, é a patologia, e esse “aqui” precisa ser reiterado: quando uso patonormatividade me refiro especificamente a este contexto etnográfico. A doença – e não qualquer doença, o “transexualismo” – é norma que atribui pertencimento a esfera de direitos individuais a “doentes” e nega esse espaço a “saudáveis”, mas apenas no âmbito destas decisões judiciais. Em outra escala se insere a heteronormatividade, que consegue ser muito mais disseminada enquanto padrão de regulação social.

Mas assim como a heteronormatividade também estabelece modelos que exercem sua influência sobre homossexuais e os/as enreda em sua lógica (MISKOLCI, 2009:157), a patonormatividade não apenas produz a doença e o/a doente, mas também o/a saudável: ela é responsável por vincular necessariamente ao sujeito de direitos uma classificação médica e excluir desse grupo os/as que nela não se enquadram, e essa vinculação tem como pressuposto uma dinâmica de elaboração relacional de categorias patológicas e não patológicas. Como vimos, ao construir discursivamente o que seria a transexualidade/ismo e uma pessoa transexual “verdadeira”, magistrados/as produzem o que ela não seria – travesti ou homossexual⁷⁸. Os/as enquadrados/as

Monique Wittig (1992), etc. Os autores não necessariamente compreendem estes termos como sinônimos ou a eles atribuem os mesmos sentidos, mas o debate se apresenta em seus escritos.

⁷⁸ A produção relacional da transexualidade em oposição à travestilidade e as essencializações e idealizações que acompanham essas construções identitárias a partir da diferença entre as próprias pessoas trans* já foram tratadas por Elizabeth Zambrano (2003), Berenice Bento (2006), Bruno Barbosa (2010) e Lucas Freire (2015). Bruno Barbosa, em

nestes dois grupos que de algum modo demandem a retificação de registro, quer assim se autodefinam ou não, são afetados/as pela forma como a patonormatividade opera nos Tribunais: no mínimo o modo como fundamenta e opera a instrumentalização de produções escritas, regulamentos e códigos médicos como leis determina que a eles/as seja negada a plausibilidade do pedido e o direito à retificação de registro.

Nessa perspectiva, a categoria analítica “cidadania biológica”, desenvolvida por Adriana Petryna (2003), é particularmente eficaz à apreensão das relações entre o entabulamento dessas classificações por uma burocracia formada por agentes da medicina e a redistribuição de direitos. O termo, de acordo com a autora, denota a “massive demand for but selective access to a form of social welfare based on a medical, scientific and legal criteria that both acknowledge biological injury and compensate for it” (ibid.:6), inspirando-se no processo de formação de grupos sociais e identidades individuais e coletivas a partir de saberes médicos e biológicos como a genética e da gestão administrativa do risco em detrimento de intervenções terapêuticas descrito por Paul Rabinow (1999).

Adriana Petryna chama a atenção aqui para a forma como linguagem e conceitos científicos se tornam parte da lógica de funcionamento estatal e reconfiguram o processo político de reconhecimento do direito de acesso a recursos sociais. A administração pública soviética cria padrões de normalização de ambientes e pessoas afetados pela catástrofe de Chernobyl, hierarquiza experiências de sofrimento e dano com base e no interior da relação normal-patológico, bem como se vale de sintomas, resultados de exames e diagnósticos cuidadosos e fartamente produzidos em arquivos médicos para delimitar não só os/as “verdadeiramente” doentes, mas os/as que foram afetados/as de uma forma específica e desenvolveram uma enfermidade específica, e portanto estariam intitulados/as a receber compensações do Estado.

Nos casos analisados nesta dissertação, não se está falando de um parâmetro de pertencimento a corpo de sujeitos intitulados a direitos sociais ou compensações, mas a direitos civis, individuais – à identidade, à personalidade, ao nome etc. Contudo, a dinâmica de regulação e seleção de indivíduos que detêm essa titulação também se dá por meio de uma intrincada articulação entre produção médico-científica das propriedades da transexualidade enquanto patologia e a atualização destas enquanto prescrições legais por julgadores/as, fundamento central do acesso ao direito à mudança de nome e “sexo”. Também aqui funcionários/as do Estado se

especial, também demonstrou como a produção destas categorias se dá pela articulação de marcadores sociais da diferença como raça e classe. Muitos dos critérios mobilizados por magistrados/as estão também presentes nos seus sistemas conceituais; outros são vistos claramente como estratégias discursivas a serem acionadas “que lhes possibilitam sobreviver nos campos sociais fundados na heteronormatividade” (BENTO, 2006:62). O mais importante é pontuar que esses processos de elaboração de categorias são articulados, fluidos e descontínuos; influenciam-se mutuamente – não são uma imposição de instituições da medicina e do direito sobre pessoas trans*, e sim correlações de força que atravessam sujeitos e discursos.

apropriam de certo letramento científico, reestruturam os sentidos de seus códigos, manipulam-nos para produzir padrões normativos a serem cumpridos para o recebimento do diagnóstico positivo e associam diretamente a esse diagnóstico a pertinência do pedido de retificação, a juridicidade da experiência de conflito do/a requerente e, em certa medida, a lidimidade do indivíduo enquanto merecedor de uma resposta judicial positiva. Aferir a presença da doença em sua vida biológica é (não o único) requisito indispensável ao seu posicionamento na seara da vida política.

O uso da medicina como lei denota não apenas uma vinculação direta entre dano biologicamente aferível e direitos, mas também sugere que subjacente a este discurso de reconhecimento de uma pessoa doente enquanto sujeito de direitos há certa legitimação moral que se sustenta na biologia. Como o próprio Didier Fassin alerta, biolegitimidade, assim como bio-desigualdade (2009:50), produzem a cidadania biológica: ao narrar a economia moral que rege as políticas de atendimento a imigrantes na França, o autor sugere que o sentido político e o passado de sofrimento que marcam a vida de refugiados/as é relegado em prol da dor presente e sua evidência física na vida de estrangeiros/as doentes, e desta maneira a concessão de direitos se pauta pela prova da patologia, do dano físico – negando aos/às considerados/as não afetados/as biologicamente o mesmo status político (ibid:52).

Aos/às antigos/as “heróis”/“heroínas”, os/as refugiados/as políticos/as, se constrói uma suspeita: estariam mentindo seu status no país natal para imigrar a um país europeu? Estariam querendo se beneficiar de Estado de bem-estar social francês? O mesmo não ocorre com os/as comprovadamente doentes: a ciência atesta a ameaça iminente a sua integridade física e a urgência de uma resposta estatal. Em meio a discursos conservadores e políticas humanitárias, Fassin reivindica um afastamento em relação à biopolítica idealizada por Michel Foucault: mais do que olhar para as tecnologias de controle da vida, temos que atentar às dinâmicas de atribuição de diferentes valores e sentidos a suas diferentes formas.

Trata-se, afirma, não só de atribuir à vida e seu processo de normalização a qualidade de tema central do domínio político, mas de decidir quais vidas são mais importantes do que outras e que tipos de vida as pessoas podem viver ou não. Este é um exercício constante feito por instituições estatais em casos como o estudado por Fassin (2005), Mark Graham (2002) e outros/as mas também em situações tais quais as aqui analisadas – e como acompanhamos no primeiro capítulo, não se trata de prática racional e objetiva. O ato diagnóstico que distingue transexuais de travestis e homossexuais tem como princípio organizador um regime de moralidades que contrapõem desejo a sofrimento como categorias discretas e excludentes, e é este mesmo regime que é operado para determinar quais vidas são dignas e merecedoras de ser vividas e contempladas por direitos, bem como quais não o são.

Nas decisões judiciais, a vida como valor é anunciada e a patonormatividade estrutura as

dinâmicas de averiguação da plausibilidade de reivindicação por direitos e de reconhecimento de subjetividade política⁷⁹: se a contradição entre gênero vivenciado e expresso na mente e o vivenciado e expresso no corpo é uma doença objetiva e institucionalmente aferível que ameaça a integridade física e a saúde mental do/da seu/sua portador/a, o direito a partir da retificação de registro pode e deve minimizar a contradição e consequentemente a ameaça à vida a partir da harmonização entre documento e identidade de gênero⁸⁰. Em não sendo considerado/a doente, não haveria sofrimento ou ameaça à vida a serem combatidos e portanto não haveria motivo para se conceder a retificação. Assim como saberes biomédicos atuam como lei, a decisão judicial de deferimento é produzida como parte da terapia a que se submete a pessoa diagnosticada enquanto transexual, e apenas a ela.

Mas a medicina alcança protagonismo na avaliação de possibilidades e critérios à retificação de registro civil de pessoas transexuais não apenas a partir de seu corpo de regras que toma caráter de lei, reestruturando os padrões normativos de inteligibilidade e aceitabilidade de indivíduos, e como consequência os termos definidores de cidadania; relacionadas a isto, as intervenções operadas por manipuladores/as da medicina enquanto técnica assumem em grande parte dos casos natureza de etapa preliminar ao acionamento do Poder Judiciário, que dá continuidade à terapia. A esse debate quanto à capacidade e limitações da prática cirúrgica subjaz uma das principais questões da contenda judicial: a *verdadeira* mudança de “sexo” é possível? Quando e como ela se realiza? Onde o “verdadeiro sexo” está localizado?

A chegada do segundo Deus: intervenções médicas e gênero em transformação

A minha amostra sugere que os Tribunais Estaduais brasileiros têm trajetórias ligeiramente diferentes no que toca ao entendimento da possibilidade ou não de retificação de nome e “sexo” e à motivação que sustenta seus votos. Os/as julgadores/as do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por exemplo, entre 2004 e 2013 apresentaram oscilações quanto ao deferimento da mudança – principalmente no que toca ao “sexo” – não apenas entre diferentes casos, mas também no julgamento de um mesmo caso: como vimos no primeiro capítulo, não é incomum que os/as três magistrados/as que compõem o grupo julgador da ação tenham visões distintas em termos de decisão final, assim como justificativas distintas para tanto. Não há um padrão que se delineia;

⁷⁹ No próximo capítulo pretendo tratar com mais detalhes sobre a construção desta subjetividade política específica atribuída a pessoas transexuais, que tem como um dos fundamentos de instituição a imperatividade do sofrimento e a equiparação a um sentido de vítima.

⁸⁰ Como exemplo, ressalto uma frase recorrente em decisões elaboradas por julgadores do Tribunal de Justiça de Sergipe: “fechar os olhos para a situação vexatória que vem sendo submetido o apelante, a qual, destaque-se, é reconhecida pela própria medicina, implicaria numa ofensa sem medida ao princípio da dignidade da pessoa humana [...]”.

embora seja possível notar mais autorizações à mudança de nome ao longo do tempo, no caso do “sexo” a descontinuidade é clara. É possível observar, contudo, que uma das causas justificadoras da autorização ou não é, respectivamente, a realização ou não da cirurgia de transgenitalização.

O corpo de decisões do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e do Tribunal de Justiça do Paraná têm histórico mais sólido: de 2003 a 2013 no caso do primeiro, e de 2005 a 2010 do segundo, ainda que a autorização de mudança de nome não esteja vinculada a nenhuma intervenção médica além da realização do diagnóstico positivo de “transexualismo” (e ainda assim em alguns casos a autoidentificação enquanto transexual e o direito de autodeterminação são reconhecidos em detrimento da classificação médica)⁸¹, é quase impossível obter uma decisão favorável de retificação de “sexo” sem que a ocorrência do procedimento cirúrgico seja comprovada.

Em outros Estados, como nos Tribunais de Justiça da Bahia, Rio Grande do Norte, Pará e Espírito Santo, a menção à prática também é uma constante⁸². Neste último, em ação de Apelação Nº 0011782-84.2010.8.08.0024, julgada em 19/06/2012, o desembargador revisor Namy Carlos de Souza Filho se manifesta favoravelmente ao direito de retificação de “sexo” e não apenas prenome da requerente tendo em vista a realização da cirurgia:

no que concerne ao mérito do Recurso de Apelação Cível interposto por Marcelo, atinente à possibilidade de alteração de dados no Registro Civil, assinala-se que o deslinde da pretensão exige o esclarecimento prévio de que a transexualidade é considerada pela Organização Mundial de Saúde como condição de *“transtorno de identidade de gênero”* e que, diante da seriedade dessa espécie de transtorno, o Ministério da Saúde formalizou as diretrizes para o Processo de Transexualização realizado pelo Sistema Único de Saúde - SUS, uniformizando as ações para a atenção à saúde, nessa hipótese, e, na mesma linha, o Conselho Federal de Medicina - CFM, desde 1997, **reconhece o caráter terapêutico das cirurgias de transgenitalização**, sob o fundamento de que *“o paciente transexual é portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação ou auto-extermínio.”* Ressalta-se que a intervenção cirúrgica em exame é precedida de criteriosa investigação do paciente, por equipe multidisciplinar, e acompanhamento psiquiátrico pelo período mínimo de 2 (dois) anos, para a identificação dos critérios necessários ao diagnóstico do transexualismo. Nessa toada, em compasso com o amplo reconhecimento científico e político da necessidade de se assegurar ao transexual atenção especial à

⁸¹ É necessário ressaltar que as decisões do TJRS são muito distintas das prolatadas pelos demais TJEs do país e usualmente assumem um papel de vanguarda jurisprudencial: são citadas por desembargadores/as que pretendem modificar o entendimento vigente em seu Tribunal, elaboram primeiro argumentações que se disseminarão anos depois em outros estados, etc. Exatamente em virtude disso merecem atenção, mas sua dinâmica discursiva não pode ser generalizada ao resto do país.

⁸² Não é possível, contudo, fazer uma análise diacrônica da forma como estes Tribunais reagiram à demanda de retificação; eu apenas consegui obter uma ou duas decisões de cada um deles.

efetivação do seu direito à saúde e à vida, **o Egrégio Superior Tribunal de Justiça há muito se pronuncia acerca da implementação de medidas destinadas à inclusão social daquele que se submete ao processo de transgenitalização**, referentes à alteração dos dados constantes do Registro Civil de Nascimento relativos ao prenome e o gênero. (itálico conforme o original, negrito inserido por mim)

Reiterando o regulamento elaborado pelo CFM, o julgador defende o caráter terapêutico quase emergencial atribuído à cirurgia de transgenitalização, diante de uma “tendência” à mutilação e ao suicídio que pessoas transexuais inevitavelmente teriam devido à incompatibilidade de gêneros que abarcam. A menção a essa ameaça é frequente entre magistrados/as e acentua a valoração atribuída à principal característica da “doença”, bem como à imprescindibilidade de seu tratamento.

A construção da prática cirúrgica como único meio possível de obstar eventual auto-infligência de ferimentos graves e dirimir o conflito vivenciado pela pessoa transexual a posiciona como elemento fundamental da interação que se dá entre médico/a e “doente”. Muitos/as magistrados/as inclusive afirmam que o desejável talvez fosse submeter os indivíduos a psicoterapia ou a qualquer tipo de intervenção neurológica, de modo a adequar a mente ao corpo tal qual foi feito pela natureza; mas seja pela recusa dos/as pacientes, seja pela ineficácia do tratamento ou até pela impossibilidade de, com as técnicas atuais, atuar cirurgicamente no seu sistema nervoso (lugar em que o “problema” residiria, de acordo com uma grande parte deles/as), o procedimento de transgenitalização é apreendido como um “mal necessário” para evitar outros maiores⁸³.

A probabilidade de que essa ameaça se apresente de fato existe, e intervenções cirúrgicas são realmente almejadas por muitos/as; pesquisadores/as que acompanharam pessoas trans*, contudo, vêm demonstrando que essa universalidade construída é questionável. Elizabeth Zambrano (2003:56), por exemplo, afirma que para muitos/as os procedimentos médicos disponíveis eram vistos como os meios mais avançados de concretização de um sonho, do desejo de “mudança real” de “sexo”. Berenice Bento (2006:52), por sua vez, declara que entre alguns/mas de seus/suas interlocutores/as, a cirurgia representaria a sonhada “possibilidade de ficarem ‘livres’ de partes do corpo consideradas responsáveis pela rejeição que sentem de si mesmos”. A esperança de ver seu corpo se transformar apenas seria equiparada ao medo de não serem aceitos/as no programa que gerenciava a transição no Hospital das Clínicas de Goiânia.

⁸³ Este é motivo de discussão já há alguns anos entre médicos/as. Harry Benjamin (2006[1954]) argumentava que a psicoterapia seria completamente improdutiva enquanto forma de lidar com o “transexualismo”, já que sua causa estaria em fatores genéticos e endocrinológicos – ainda que o condicionamento psicológico e de ambiente provocassem efeitos a serem reconhecidos. Berenice Bento (2006) recupera o debate entre seguidores/as deste endocrinologista e do psiquiatra Robert Stoller, que via a origem da transexualidade principalmente na relação estabelecida entre mãe e filho e nas consequências que ela engendraria na formação do complexo de Édipo; a reversão da “patologia” estaria, portanto, na prática psicoterapêutica a ser realizada ainda na infância e que “reordenasse” essa relação e seus efeitos na identidade de gênero da criança.

A socióloga, contudo, também menciona uma série de outros casos de pessoas que não só conviviam muito bem com seu aparelho genital e outros sinais físicos aos quais usualmente se vincula uma significação de gênero (como seios e demais órgãos reprodutores, por exemplo, no caso de homens trans*), sentindo prazer com eles, como também não planejavam realizar um, alguns ou todos os procedimentos cirúrgicos esperados. Ela, assim como Flavia Teixeira (2013), inclusive menciona casos de requerentes que não efetuaram ou não desejavam essa forma de “terapia” e tiveram seus pedidos de mudança de nome e “sexo” negados por magistrados/as.

Isto é, na verdade, uma constante em minha amostra: apenas no TJSP, de 2010 a 2014, entre os 14 casos julgados, 10 trataram quase exclusivamente da ocorrência ou não de cirurgia de transgenitalização, bem como de sua comprovação – fazendo com que, respectivamente, pedidos fossem negados ou concedidos e ações anuladas para que houvesse produção de prova que atestasse a ocorrência da prática. Se se demonstra que essa não é necessariamente a forma desejada de lidar com a transexualidade pelos próprios indivíduos, por que apresentá-la como requisito?

Não se trata apenas de apreender a cirurgia de transgenitalização como prática terapêutica. O excerto citado acima sugere que a comprovação da ocorrência da cirurgia se torna também fator de prova: ela demonstra a certeza da existência e da veracidade de fatos alegados. Um deles, por exemplo, é a certeza dada pela medicina de que a pessoa é, sim, transexual.

Embora, como afirma Berenice Bento (2006: 67), esse acúmulo científico de evidências para a elaboração do diagnóstico ao longo de no mínimo dois anos de acompanhamento não ocorra de modo objetivo⁸⁴ e se baseie principalmente em normas de gênero, a linguagem e as práticas médico-científicas, já vimos, são a fonte de legitimidade e a base explicativa⁸⁵ nas quais a dinâmica argumentativa de juízes/as se ampara. A evidência da cirurgia demonstra a chegada do esperado ponto quase final⁸⁶ do longo e aparentemente rigoroso processo de diagnose e tratamento de pessoas transexuais: sua comprovação garantiria que todos os passos anteriores – de acompanhamento da pessoa por equipe multidisciplinar e detecção da doença, avaliação de possibilidades terapêuticas, hormonoterapia, procedimentos cirúrgicos secundários, etc. – teriam sido dados.

No Tribunal de Justiça do Paraná, em ação de Apelação Nº 350.969-5 julgada em 07/04/2007, o desembargador relator Rafael Augusto Cassetari sublinha a imperatividade da

⁸⁴ De fato, como vimos, os requisitos apresentados tanto pela OMS quanto pelo CFM para diagnóstico não são “objetivamente” (com todas as problematizações que essa palavra merece) aferíveis – não há nenhum fator biologicamente detectável que comprove sem nenhuma dúvida que a pessoa seja transexual. E é justamente essa fragilidade do processo diagnóstico que permite que indivíduos negociem suas apresentações de si, construam uma performance crível e convençam a equipe médica de que são “doentes”. É o que permite a agência dos/as que se submetem à avaliação médica.

⁸⁵ Veremos isso melhor na última seção.

⁸⁶ Digo “quase” porque, como asseverei na primeira seção, muitos/as magistrados/as apontam a mudança de nome e “sexo” nos documentos como uma etapa conclusiva no processo terapêutico de pessoas transexuais. Muitos/as usam, inclusive, essa expressão. Para uma análise mais detida deste fator, ver Elizabeth Zambrano (2005), Miriam Ventura (2010) e Flavia Teixeira (2013).

cirurgia, mas também contrapõe a sua natureza de enfrentamento de uma doença à simples “manifestação da vontade” de realizar processos de transformação de gênero de algumas pessoas não doentes. Sinaliza, assim, que a lógica patonormativa é posta em funcionamento no discurso de averiguação dos sujeitos que têm direito à intervenção cirúrgica: sua realização é vedada a qualquer um/a, e apenas se autoriza enquanto tratamento aos/às que efetivamente são classificados/as como transexuais e, portanto, portadores/as de uma enfermidade ameaçadora:

Então, o transexual é aquele que, **à medida que se intensifica o seu desejo e irresignação, com sua natureza biológica, pode desenvolver sintomas de automutilação, nos casos mais patológicos, afora a tendência suicida, considerada uma doença rara da psique humana e, não um mero capricho ou vaidade**, já que, tais indivíduos possuem um 'enxergar' de si mesmos, no espelho, de forma equivocada que, ao longo dos anos e maturidade pessoal, acentua-se a ponto de possuírem uma certeza inabalável de que "nasceram no corpo errado". E, esta compulsividade (sic), desenvolve a aversão pelos seus atributos sexuais dados pela natureza, a dificuldade de relacionar-se intimamente com outrem, a convicção de pertencer ao sexo oposto, desde a infância e, o interesse pela adequação de caráter definitivo através de cirurgia ablativa. **Destarte, o transexual, reconhecidamente pelo aspecto médico e psiquiátrico, só possui um tratamento viável, qual seja, a cirurgia ablativa de conformação sexual, por ser inoperante a psicoterapia tradicional, não sendo uma manifestação de vontade simples, neste sentido, mas uma recomendação médica, para curá-lo de sua doença psíquica**, adaptando-o e lhe dando equilíbrio emocional para o sexo que, só será novo, pelo aspecto da formação de genitália, de maneira cirúrgica, vez que, em seu interior e personalidade, já o manifesta e vive em sociedade, como se assim já o fosse, desde seu nascimento. (Negrito inserido por mim)

Esse excerto também aponta o efeito que se considera produzido única e exclusivamente pela cirurgia: a compatibilização física à identidade de gênero que se manifesta psiquicamente. Em muitos outros casos, o procedimento também é visto como uma forma de harmonização da contraposição entre corpo e mente, como espécie de última etapa do processo de resolução de uma contradição patológica no que toca ao gênero expresso e vivenciado.

Podemos articular, então, dois fatores que demarcam a importância do procedimento: assim como a ocorrência da cirurgia de transgenitalização possui natureza de evento incontestável e, no que toca ao aspecto probatório, demonstra a evidência do aval médico e da ocorrência dos procedimentos anteriores cuja presença é forçosa, ela atribui definitividade à determinação da pessoa enquanto transexual e à harmonização entre corpo e mente – e isso não pode ser ignorado pelo Direito. Exemplo eloquente é a decisão prolatada nos autos do já citado processo N° 693/00,

tramitado no Tribunal de Justiça do Amapá, na qual o desembargador relator Raimundo Vales afirma que “o direito não pode furtar-se aos fatos e o procedimento de ablação dos órgãos genitais do apelado apresenta-se consumado”. Mas voltarei a isso no fim da seção.

A que se refere essa harmonização definitiva? O que está sendo harmonizado a partir de qual transformação? A resposta é clara: na grande maioria dos casos ao procedimento é atribuído o poder de transformar o gênero que se detecta inscrito no corpo, fabricando uma nova identidade sexuada ao indivíduo que se adequa à subjetividade por ele reivindicada e, assim, institui-se uma nova realidade a ser admitida pelo Poder Judiciário⁸⁷. No acórdão elaborado em sede da Apelação Nº 70013909874, tramitada no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e julgada em 05/04/2006, o revisor Luiz Felipe Brasil Santos defende o indeferimento à retificação do “sexo” com base justamente na não ocorrência de procedimento que, ao alterar a realidade, permitiria que o direito assim reconhecesse o novo gênero da requerente:

[...] nos casos anteriormente trazidos a apreciação nesta Corte, a parte requerente já havia se submetido a todas as etapas cirúrgicas de redefinição sexual. Aqui, embora o requerente há longo tempo venha se submetendo a acompanhamento por equipe multidisciplinar do Hospital de Clínicas, ainda não ingressou na etapa cirúrgica de modificação de seus órgãos sexuais. **Ou seja: fisiologicamente o requerente ainda é homem**, embora psicologicamente se perceba como mulher. [...] **No entanto, enquanto não extirpados os órgãos sexuais masculinos do requerente este estará, em tese, apto a reproduzir como homem**. Logo, deferir-se a modificação do registro, desde já, para que conste que é mulher, poderá ensejar situação verdadeiramente kafkiana, pois, podendo potencialmente vir a fecundar uma mulher, será pai. E teríamos então uma mulher pai! (grifos inseridos por mim)

A cirurgia, centrada na alteração do aparelho genital, aos olhos deste magistrado demarca a fronteira que separa “ser homem” de “ser mulher”; enquanto não realizada, inviabiliza o reconhecimento da requerente como pessoa do “sexo” feminino e prenuncia o risco de “reproduzir como homem”⁸⁸ – algo “kafkiano”, impensável ao que o revisor considera mulher.

No mesmo Tribunal, no acórdão em autos da apelação Nº 70022952261 julgada em 17/04/2008, sustenta o desembargador relator José Trindade, favorável à retificação do “sexo”, que o CFM já teria estabelecido regras atinentes ao “acompanhamento terapêutico” e à cirurgia de transexuais, apenas realizada caso o diagnóstico se confirme. Observando o caso da apelante e os documentos acostados, notou que ela havia realizado os dois anos de monitoramento, sido diagnosticada como transexual e realizado a cirurgia:

⁸⁷ Obviamente, nem todos/as os/as magistrados/as pensam assim – como já se pôde vislumbrar no capítulo anterior. Muitos/as expõem as limitações da medicina e consequentemente a inviabilidade da retificação de registro justamente a partir de uma linguagem médica. Pretendo recuperar esse ponto na próxima seção.

⁸⁸ Eu pretendo recuperar esse ponto não só na próxima seção mas também no próximo capítulo.

Mais. Conforme se extrai do mencionado laudo médico de fl. 18, o autor foi examinado e já considerado como ‘A paciente’, porque constatado “*a presença de genitália externa feminina, e mamas bem desenvolvidas, vagina medindo 17 cm de comprimento, grandes e pequenos lábios, clitóris presentes e meato uretral tópico. Não há qualquer resquício de genitália masculina no seu corpo. O fenótipo é totalmente feminino*”. Ora, de que adianta ao insurgente ter reconhecido o direito de alterar o seu nome de PAULO para PAOLA, e continuar sendo designado como do gênero masculino em seus documentos de identificação? Nesse aspecto, verifica-se quão adiantada está a medicina do nosso Estado e país, que oportuniza a “*redesignação sexual*” – termo utilizado pelos *experts*. Ora, **redesignação sexual à evidência que significa a mudança do gênero/sexo masculino para o feminino**. Conforme os pareceres da equipe que acompanhou o recorrente, colacionados aos autos, ele não apresenta qualquer resquício de genitália masculina no seu corpo, seu “*fenótipo é totalmente feminino*” (fl. 18), e, o papel que desempenha na sociedade se caracteriza como de cunho feminino. Como impor ao apelante que permaneça no gênero masculino, se seu corpo é de mulher, psicologicamente é uma mulher, na sociedade desempenha papel feminino, e seu fenótipo é totalmente feminino? (itálico, sublinhado e negrito conforme o original)

É interessante notar o valor atribuído pelo desembargador ao saber e prática médicos: não apenas cita a detalhada descrição feita dos órgãos genitais da apelante, conforme consta em laudo médico, como também elogia os avanços da medicina e **seu poder de mudar o “gênero/sexo”**. Realizada a cirurgia, verificada a presença de elementos e características esperados e considerados apropriados à genitália feminina e a ausência de qualquer resquício da masculina, a retificação de “sexo” em registro pode ser autorizada.

Existem dois aspectos gerais às decisões apresentadas, intrinsecamente relacionados, que ressaltam: um é a imprescindibilidade de se definir um marco obrigatório de transformação que altera a realidade e as características de um sujeito consideradas fundamentais; o outro é a determinação de que este momento seja a realização da cirurgia de transgenitalização, dando centralidade às alterações genitais realizadas por um corpo autorizado de profissionais, mas alçadas ao status de transfiguradoras de um sujeito e da verdade de seu “sexo” por julgadores/as. Assim como Mahtab afirma no documentário “The birthday”, o/a médico/a cirurgião/ã é um segundo deus por poder dar vida a sua identidade sexuada – mas quem lhe atribui o status divino, aqui, são os/as magistrados/as.

Afirma Eduardo Viveiros de Castro (2008) que a atividade de determinação oficial do que algo é ou deixa de ser, de produção de essências, categorias e classificações que se pretendem fixas e totalizantes é característica dos aparelhos de Estado – em especial, os jurídico-legais. “O que não é carimbado pelos oficiais existentes não existe – não existe porque foi produzido fora das normas e

padrões” (ibid.), e portanto não faz parte da esfera de admissibilidade de funcionários/as de Estado.

São ficções jurídicas que, sem dúvida, estabelecem critérios mínimos e pontos de partida à necessária tomada de decisões⁸⁹, diminuindo – em tese – as margens de discricionariedade de julgadores/as e garantindo modelos avaliativos comuns a casos de mesma temática; operadores/as do direito costumam defender o papel de “moinho produtor de substâncias” (ibid.) do Estado em prol da segurança que os padrões representariam não apenas a juízes/as quando da elaboração de decisões mas também a pleiteantes, para que saibam onde estão pisando e até onde podem ir em seus pedidos.

Essa segurança, como é patente, deriva aqui da construção do procedimento cirúrgico como uma decorrência natural e necessária da “terapia” a que são submetidas pessoas transexuais “verdadeiras”, como uma urgência que parte da imperatividade probatória referente à transexualidade como condição patológica e ao aval da medicina. A atividade aparentemente constativa da naturalidade desta decorrência produz, no ato de declarar, a cirurgia e todo o procedimento clínico e terapêutico anterior como norma ao reconhecimento da transformação de gênero, excluindo de sua margem de aceitabilidade os/as não inseridos/as no espaço de institucionalização médica e inscrição formal na categoria patológica “transexualismo”.

Mas não só; a declaração da cirurgia como algo esperado, necessário também reitera a autoridade de instituições médicas como responsáveis pela avaliação, averiguação do preenchimento de requisitos necessários ao diagnóstico, bem como acompanhamento e vigilância destes indivíduos – o que nos leva de volta à primeira seção e às figuras norteadoras de patonormatividade, biolegitimidade, biodesigualdade e cidadania biológica: a cirurgia de transgenitalização, instituída e praticada por médicos/as, demarcaria clara e peremptoriamente os/as “doentes” que teriam direito a tratamento e, como consequência, à retificação de registro, e os/as “saudáveis” aos quais tais direitos seriam negados.

Mas há um aspecto que diferencia a cirurgia do mero diagnóstico, e é exatamente isto que demarca a distinção entre possibilidade de autorização de mudança do nome e a de mudança do “sexo”: a cirurgia de transgenitalização é elaborada como mecanismo de passagem de um gênero a outro, ou pelo menos de uma situação de contradição a uma de coerência. Reconhecimento social, autodeterminação, técnicas corporais, vestimentas, hormônios, e outras cirurgias (como a extração do pomo de adão) tornam-se secundários; o processo de construção de gênero é deslocado da esfera de agência do indivíduo e nos Tribunais é reduzido ao momento de operação médica de substituição dos aparelhos genitais, operada por agentes da medicina. Eles/as têm o poder de determinar o

⁸⁹ Institui o Código de Processo Civil: “Art. 126. O juiz não se exime de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei. No julgamento da lide caber-lhe-á aplicar as normas legais; não as havendo, recorrerá à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito” (BRASIL, 1973).

gênero de uma pessoa e comunicá-lo, a partir da confirmação da realização da cirurgia, a julgadores/as. Mas por que justamente o aparelho genital?

Isso ocorre, penso, porque não obstante outras formas de demonstração de uma contínua, coerente e crescente “identificação sexuada” (BUTLER, 2008:19) sejam valorizadas em algumas das decisões de minha amostra – como o reconhecimento social da identidade de gênero dos/as requerentes por suas redes de sociabilidade e a reconstrução biográfica, dentre outras formas –, nenhuma delas tem o poder de, materializada, construir uma aura de estabilidade e permanência como o “sexo” entendido enquanto órgãos genitais. Nenhuma com tanta potência é investida de naturalidade e objetividade. A verdade é inscrita como propriedade deste sentido de “sexo” – produzido por médicos/as, mas também por discursos de operadores/as do direito que, a ele, laboriosamente associam padrões, papéis, moralidades; e ele, carregado de valores e sentidos, produz pessoas e as torna juridicamente possíveis ou não. Nos dizeres de Butler:

La categoría de “sexo” es, desde el comienzo, normativa; es lo que Foucault llamó um “ideal regulatório”. Em este sentido, pues, el “sexo” no sólo funciona como norma, sino que además es parte de una práctica reguladora que produce los cuerpos que gobierna, es decir, cuya fuerza reguladora se manifiesta como una especie de poder productivo, el poder de producir – demarcar, circunscribir, diferenciar – los cuerpos que controla. [...]

El “sexo” no es pues sencillamente algo que uno tiene o una descripción estática de lo que uno es: será una de las normas mediante las cuales ese “uno” puede llegar a ser viable, esa norma que califica un cuerpo para toda la vida dentro de la esfera de inteligibilidad cultural. (2008:18-19).

Esse processo de inscrição de ontologias através da invocação performativa de um corpo sexuado já havia sido mencionado também por Paul B. Preciado (2002). De acordo com o autor, esta é uma operação de redução “que consiste em extrair determinadas partes do corpo e isolá-las para fazer delas significantes sexuais” (ibid:22) – em outras palavras, produz corpos cujo contexto de significação adquire estabilidade a partir da invocação metonímica de sua materialidade e de sua verdade pré-discursiva⁹⁰: a parte – os genitais – dá sentido ao todo – o corpo, a identidade – tendo como base o dimorfismo sexual e, mais especificamente, o binarismo de gênero.

Preciado dirá que às pessoas trans* se impõe a submissão a uma mesa de cirurgias duas

⁹⁰ Essa “verdade pré-discursiva”, nas decisões às quais me refiro aqui, não significa a impossibilidade de mudança de “sexo” da pessoa transexual. Muito pelo contrário, é o que a torna o procedimento cirúrgico imprescindível. Se o “sexo” de uma pessoa pode e deve ser mudado, é porque o seu sentido está localizado em determinados aparelhos genitais que carregam consigo essa verdade pré-discursiva. Assim, embora neo-vaginas (com maior frequência) e neo-falos (mais raramente e em caráter experimental) sejam construídos pelos/as médicos/as e, defendendo aqui, seus sentidos sejam produzidos por um conjunto de tecnologias discursivas pelos/as magistrados/as, essa atribuição de verdade do “sexo” é incontestável. Assim, o “sexo” de uma pessoa pode ser mudado pela transformação de seus genitais – porque estes carregam em si a verdade pré-discursiva e as expandem ao corpo, transformando sua identidade.

vezes: a primeira, a qual todos/as nós fomos submetidos/as, corresponde ao sistema de atribuição de identidade de gênero a partir da fragmentação de nossos corpos e de uma série de técnicas médicas, jurídicas e familiares postas em prática visual e discursivamente para que se torne socialmente inteligível. A segunda, na qual ocorre o procedimento conhecido como de “mudança de sexo”, dá lugar apenas a uma renegociação do trabalho de recorte inicialmente realizado restrita a casos “problemáticos, atípicos, anormais”. É o resultado de uma empreitada anatômico-política de garantia da coerência e da exclusividade do corpo sexuado (ibid: 102-103).

A imperatividade da intervenção cirúrgica como uma forma de se garantir a coerência, o sentido esperado e a possibilidade desses corpos e sujeitos é presente em grande maioria dos acórdãos de minha amostra: desde descrições em laudos médicos das novas vaginas de pleiteantes e a garantia dada por especialistas de que mulheres transexuais após o procedimento não têm “resquício de genitália masculina no seu corpo”, até laudos comprovando que a cirurgia não se realizou e portanto “sua identidade biológica ainda é a masculina [...] e seu registro deve estar em consonância com sua realidade morfológica”⁹¹, “sexos” enquanto órgãos genitais são elaborados como propriedades significantes da “realidade” e das “verdadeiras” identidades de gênero exclusivas e mutuamente excludentes – mantendo o sistema binário. As técnicas “corretivas”, normalizadoras da medicina e a lógica discursiva dos/as magistrados/as produzem e são produzidas por normas corporais responsáveis por regular identidades possíveis, aceitáveis (homens “verdadeiros” têm pênis; mulheres “verdadeiras” têm vagina) e produzir outras inabitáveis, impossíveis, ininteligíveis (como mulheres com pênis) tendo como pressuposto a diferença sexual.

Por fim, gostaria de ressaltar um ponto já mencionado que também justifica o protagonismo atribuído à cirurgia enquanto condição ao pedido de retificação de “sexo”. Como afirmei, para muitos/as magistrados/as a cirurgia é também o evento em que essas identidades produzidas, reguladas, tornadas inteligíveis e coerentes tendo o corpo como fonte de sentido se tornam **definitivas**. Em que toda a instabilidade e ambiguidade causadas pelo “transexualismo” encontram um fim e uma solução. Trata-se, assim, de uma imutabilidade garantida por meio de um procedimento específico que se estende ao futuro, ainda que tenha sido obstada no passado: embora a incompatibilidade entre corpo e mente tenha sido uma constante na trajetória de vida do indivíduo transexual e o tenha levado a pôr em funcionamento técnicas de transformação de gênero – como mudança de vestimenta, exigência de tratamento pelo gênero com o qual se identifica, uso de hormônios, etc. – a intervenção cirúrgica seria o quase último momento de transformação, e a partir daí o resultado em termos de identidade de gênero se cristalizaria e se manteria por toda a vida. É

⁹¹ Argumento central apresentado pelo desembargador relator Ruy Pinheiro da Silva, do Tribunal de Justiça de Sergipe, para o indeferimento de pedido de mudança de sexo feito por uma mulher transexual em decisão prolatada nos autos de Apelação Nº 9895/2013 e julgada em 13/01/2014.

também em virtude disto que se transforma em um imperativo imposto pelo Poder Judiciário. Mas seria essa uma afirmação que se baseia em evidências médicas?

Paisley Currah e Lisa Jean Moore (2013), analisando um cenário de controvérsia muito semelhante que se deu na cidade de Nova Iorque, asseveram que não. A equipe médica que compunha o conselho municipal responsável por deliberar sobre as novas regras de retificação de “sexo” de pessoas transgêneras em certidões de nascimento foi clara em afirmar que não havia consenso no que toca a qual procedimento garantiria a irreversibilidade da transformação de gênero, embora burocratas exigissem a determinação de uma intervenção específica que produzisse e atestasse a sua permanência.

Mais: grande parte destes/as médicos/as declarava que esta dita irreversibilidade tão requerida pelos órgãos burocráticos seria impossível e o próprio conceito não faria sentido de um ponto de vista científico (ibid.: 616) – até cirurgias de transgenitalização teoricamente poderiam ser realizadas uma segunda vez. Garantir, contudo, que uma certa “topografia corporal” considerada estável correspondesse à classificação legal de “sexo” acabou prevalecendo em detrimento das próprias argumentações dos/as especialistas convidados/as e a constatação da definitividade da cirurgia de transgenitalização se tornou a base de apoio do corpo administrativo responsável pela implementação de alterações nas normas, bem como critério necessário à concessão dessa mudança.

Da mesma forma, nas decisões judiciais analisadas o caráter irreversível do procedimento cirúrgico e sua capacidade de alterar o “sexo” de uma pessoa não são necessariamente argumentos que se remetem diretamente a declarações de médicos/as: o desembargador Fortes Barbosa, relator da Ação de Apelação Nº 0004142-59.2012.8.26.0541 tramitada no TJSP e julgada em 06/06/2013, por exemplo, afirma em seu voto que

Tem sido admitida a possibilidade de retificação do registro civil, **apenas quando foi realizada uma intervenção capaz de tornar irreversível a alteração na forma do corpo do ser humano**, fazendo-o qualificar-se de maneira diversa daquela estabelecida originalmente. A disparidade precisa ser flagrante e total sob pena de ser inútil a modificação realizada no Registro Civil. Retificar quer dizer tornar reto ou tornar correto e a própria petição inicial indica não passar a pretensão do autor de uma mudança sem lastro na realidade, em razão da manutenção da genitália masculina. (negrito inserido por mim)

O desembargador Paulo Eduardo Razuk, relator da Ação de Apelação Nº 0006114-48.2010.8.26.0472 (também tramitada no mesmo Tribunal, mas julgada em 17/04/2012), por sua vez, afirmou categoricamente que a não ocorrência da cirurgia leva ao indeferimento do pedido: o “fenótipo masculino” quedaria conservado e “o registro civil goza de fé pública e deve espalhar a verdade, que resultaria ferida com a alteração pretendida”. O que leva à atribuição desta

propriedade à intervenção é uma certa razão de Estado, não evidências científicas – embora os códigos, as normas e as práticas médicas sejam fundamentais ao processo decisório, como é possível notar ao longo deste capítulo.

Razão de Estado, digo, nos termos de Michel Foucault (2008): uma arte, forma de governar que garanta a manutenção, a majoração e aperfeiçoamento dos componentes que constituem o Estado – seu território, suas leis, suas instituições, sua população, etc. Ela tem um intuito inegavelmente conservador de preservar a integridade do Estado e se articula diretamente a saberes que possibilitam seu exercício eficaz: a produção de conhecimento científico se torna necessária ao exercício do poder, alimenta e fundamenta suas práticas. O filósofo francês afirma que esta relação entre poder e saber, governo e ciência vai se fortalecendo e se acentuando tanto que os resultados desta produção de conhecimento aos poucos vinculam as instituições estatais e a eles se atribui uma imprescindibilidade incontestável (ibid.: 472).

Assim como Foucault também afirma que esta razão de Estado protege suas leis mas as acomoda a suas necessidades – não comandando assim “segundo as leis”, mas, se necessário, “as próprias leis” (ibid.:349) –, libertando-se delas e as infringindo se preciso for em nome da própria manutenção da estrutura estatal, arrisco dizer que o mesmo se faz atualmente com estes saberes quase entranhados às práticas de governo: embora seus efeitos de verdade sejam o que garante a legitimidade destas práticas, o lugar que ocupam é de meio, de instrumento ao exercício do poder estatal; não fim. Sua manipulação, resignificação e até descarte são postos em funcionamento caso seja imperativo preservar um elemento necessário ao que se considera a integridade do Estado.⁹²

Espero que a liberdade de magistrados/as no que toca à manipulação de saberes médico-científicos esteja ficando cada vez mais evidente ao longo desta dissertação. De todo modo, o tema ainda não se esgotou: ainda que a cirurgia de transgenitalização seja um critério quase majoritário à autorização da retificação de “sexo”, não é o único mobilizado por magistrados/as; há uma série de outros aos quais também, de certo modo, vincula-se uma ideia de estabilidade – alguns em outra dimensão temporal: a cristalização da verdade do “sexo” se daria desde o passado, e nada (nem a medicina) teria o poder de alterá-la. Na próxima seção veremos um pouco mais sobre essa busca por uma ontologia do “sexo” do sujeito, e mais especificamente no próximo capítulo me deterei com mais atenção aos regimes estatais que fundamentam o desejo, as expectativas e as prescrições de permanência do “sexo” e da identidade – e talvez seja possível entender mais a fundo esta razão de Estado que subjaz o processo decisório.

⁹² Com isso não quero insinuar que Foucault – ou eu! – defende uma visão coerente e monolítica de Estado. Muito pelo contrário, como já afirmei na introdução: é uma instituição viva e dinâmica, atravessada por relações de poder, tensões e descontinuidades. Em suas palavras, “[não erijamos] o Estado [como] uma realidade transcendente cuja história poderia ser feita a partir dela mesma. A história do Estado deve poder ser feita a partir da própria prática dos homens, a partir do que eles fazem e da maneira como pensam. O Estado como maneira de fazer, o Estado como maneira de pensar” (ibid.:481).

“A medicina pode aliviar o peso da dubiedade”⁹³: sentido, estabilidade e legitimidade

O diagnóstico e os demais parâmetros previstos nas Resoluções do Conselho Federal de Medicina – como a cirurgia de transgenitalização – são fundamentais à grande parte dos casos, seu deslinde processual e resposta jurisdicional, mas não são unanimidade. Certos/as julgadores/as mobilizaram outros critérios que não estes na elaboração de suas motivações. Se não considerarmos os/as poucos/as que sequer mencionaram a representação da transexualidade como patologia⁹⁴ quando da avaliação da possibilidade de retificação de nome, duas possibilidades restam: os/as que autorizaram e os/as que negaram a retificação de “sexo” sem considerar a já supracitada intervenção cirúrgica como definidora da análise do pedido. Vejamos a primeira.

No Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, nos autos do processo Nº 0005650-64.2012.8.19.0208, um homem transexual apela de decisão que julgou extinto por carência de ação seu pedido de mudança de nome e “sexo”, e tem resposta favorável da desembargadora relatora Norma Suely Fonseca Quintes em julgamento realizado em 25/02/2014. Após a exposição do quase onipresente argumento sobre a definição e caracterização da transexualidade enquanto doença e da importância da cirurgia de transgenitalização que levou ao reconhecimento estatal da necessidade de realizá-la no sistema de saúde pública (conforme a já citada Resolução do CFM), disserta a relatora sobre o caso específico do requerente:

Como se vê, Larissa possui diagnóstico médico definitivo de transexualismo, tendo se submetido a histerectomia, a ooforectomia e a mastectomia para masculinização do tórax, bem como a terapia hormonal corretiva e de cunho terapêutico masculinizante visando a adequação de seu corpo à identidade de gênero que possui. O sucesso dos procedimentos de readequação da parte recorrente é atestado pelo profissional que a assiste, tendo o Dr. Marcio Litleton assegurado às fls. 42, que Larissa possui corpo e mente masculinos (...).Adverte, ainda, aquele profissional, que a ausência da genitália masculina não altera sua identidade de gênero, ressaltando que a cirurgia de construção do pênis se encontra em fase experimental. *In verbis*:

“Não se pode transformar um homem em mulher apenas amputando-lhe o pênis.

⁹³ Como tentarei argumentar nesta seção, magistrados/as usam saberes biomédicos como linguagem para compreender o que lhes parece um fenômeno muito estranho – a transexualidade. Os termos médicos a tornam inteligível, e nada é mais eloquente desta representação construída sobre esses saberes do que a frase citada pelo desembargador revisor Mello Castro na já mencionada decisão referente à Apelação Nº 693/00 no Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.

⁹⁴ Como eu disse anteriormente, há uma minoria de julgadores/as, concentrada em grande parte no TJRS mas também vista em um caso no TJPI, que defende o direito de autodeterminação de indivíduos na elaboração, transformação e expressão de sua identidade de gênero. Com base em direitos individuais como a liberdade, a inviolabilidade da intimidade e direitos de personalidade, autorizam a retificação de prenome – o mesmo argumento, no entanto, é deixado de lado neste mesmo Tribunal, pelos/as mesmos/as julgadores/as e inclusive nas mesmas decisões quando têm que julgar a possibilidade de retificação de “sexo” também. A cirurgia, novamente, é considerada requisito necessário à autorização.

Um paciente que tem seu pênis amputado por alguma doença ou acidente, não vira uma mulher. Um homem que nasce com malformação do pênis, micropênis ou a ausência de pênis não se converte em uma mulher. Da mesma forma, o transexual masculino não necessita de um pênis para ser homem, mesmo porque a cirurgia para construção do pênis é experimental. O que o paciente precisa para ser homem é uma mente normal masculina, aceitação social como homem pelos seus pares, tratamento específico para a disforia de gênero e do reconhecimento legal”. Com efeito, a Resolução n.º 1.652/2002, do Conselho Federal de Medicina, informa ainda haver dificuldades técnicas para obtenção de bom resultado estético e funcional por meio de neofaloplastia, autorizando a realização da intervenção cirúrgica apenas a título experimental. Não se pode, pois, ter como essencial à caracterização da identidade de gênero a presença da genitália, seja masculina, seja feminina. Aliás, seria absolutamente desumano exigir que o transexual se submetesse a uma cirurgia em fase experimental, sem garantia mínima de sucesso, como condição para deferir-lhe a alteração do prenome e do gênero. Como dito inicialmente, o direito ao nome está associado à dignidade humana, não havendo que se cogitar de uma relação formal-descritiva de genitália. (itálico conforme o original)

O inteiro discurso da desembargadora contradiz esta última afirmação e nos garante: não é apenas uma questão de dignidade humana. O diagnóstico positivo, o acompanhamento médico e as demais intervenções cirúrgicas aqui são apresentadas como fundamentais à concessão do pedido. Ademais, ainda que questione a capacidade da cirurgia de transgenitalização – e, conseqüentemente, das genitais – em determinar a identidade de gênero, o faz tomando como referência declarações do médico responsável pelo tratamento do requerente e, novamente, a afirmação quanto ao caráter experimental da cirurgia de transgenitalização de homens transexuais feita pela Resolução do CFM.

O mesmo ocorre com os casos em que o pedido é indeferido. No já citado processo de apelação Nº. 1.0543.04.910511-6/001, tramitado no Tribunal Justiça de Minas Gerais, o terceiro desembargador também se opôs ao pedido de retificação de “sexo” da requerente – mas ao contrário do relator, não em virtude de não realização do “processo transexualizador” no Brasil e portanto em não-conformidade com a “legislação brasileira”; afirma Silas Vieira:

Outrossim, levando em consideração que o registro de nascimento deve conter a realidade, não considero possível a retificação do sexo no registro civil. Isso porque, apesar da intervenção cirúrgica e da alteração de nome, o autor ainda é, geneticamente, do sexo masculino, o que pôde ser constatado através do exame acostado às f. 60, onde se constatou a presença de cromossomos XY, pertinentes exclusivamente ao sexo masculino.

A linguagem médica novamente se faz presente na elaboração de argumento fundamental à

tomada de decisão. A cirurgia de transgenitalização não é considerada relevante a este julgador, mas isso se dá porque o *locus* que comporta a verdade do “sexo”, em seu discurso, é o gene. Em verdade, a partir desta linha argumentativa, qualquer transformação de gênero seria impossível; o corpo guardaria a essência identitária de uma pessoa em seu material genético, imutável e portanto cristalizador de uma certa masculinidade ou feminilidade inexorável.

O uso de testes cromossômicos vem se tornando cada vez mais comum na busca pelo “sexo verdadeiro” no corpo dos indivíduos. Julie Greenberg (1999:273) apontou para o início de seu uso, por exemplo, pelo Comitê Olímpico Internacional nas últimas décadas, e para a polêmica envolvendo a atleta espanhola Maria Patiño nos anos 80. De acordo com a autora, durante a tentativa de Patiño de competir pelos Jogos Universitários Mundiais, a realização do exame levou à descoberta de que possuía genótipo XY, não XX – assim, embora possuísse aparelho genital e estrutura corporal comumente designados como femininos, foi considerada um indivíduo de “sexo” masculino. A detecção ocasionou seu banimento da competição e da seleção espanhola, bem como a perda de seus títulos já conquistados.

Também tratando do tema, Anne Fausto-Sterling (2000:2) afirmou que eventualmente após uma série de exames a atleta descobriu ter nascido com uma condição denominada insensibilidade androgênica, que basicamente corresponderia a uma não detecção da testosterona pelas suas células, embora o hormônio fosse produzido regularmente pelos testículos (ocultados pelos lábios vaginais). Por conta disso, seu corpo nunca desenvolveu características masculinas.

Paul Rabinow já havia indicado o protagonismo a ser assumido pela genética na reconfiguração da sociedade e da vida social; a sua penetração na dinâmica contemporânea através da medicina levaria à reestruturação de formas de identificação e sociabilidade (1999:143-144). Marko Monteiro (2012), pesquisando artigos científicos que avaliam as causas de disparidades raciais observadas na incidência e gravidade do câncer de próstata, mostra-nos como essa crescente importância do DNA na vida social reestrutura as formas de produção da diferença a partir de uma base biológica no meio científico e influencia o processo de elaboração, priorização e implementação de políticas públicas sem em momento algum desautorizar as conclusões produzidas cientificamente – ainda que a incerteza, a fragilidade metodológica e conceitual e as ambiguidades estejam presentes nesse corpo de produção. A genetização da diferença, afirma, impede o reconhecimento de outras problemáticas como diferenças de classe ou de acesso a serviços e dá preponderância ao financiamento estatal de pesquisas altamente tecnologizadas em detrimento de outras menos custosas e de cunho mais social – como programas de acesso a informação e saúde em bairros mais pobres, por exemplo.

No Poder Judiciário, o uso de tecnologia genética vem se tornando uma prática usual. A vantagem que se atribui a ela é a de alcançar cientificamente as características próprias e únicas de

cada indivíduo que possibilitem distingui-lo dos demais; essa aptidão se basearia na presumida existência de uma estrutura biológica única que representaria o sujeito e apenas estaria esperando para ser descoberta. Não que não haja questionamentos dos poderes atribuídos a essa tecnologia no meio científico: não só a técnica em si mas o que essas informações genéticas significariam estão em constante debate em diferentes instâncias da ciência. Contudo, a ilusão de certeza produzida pela crença na infalibilidade da tecnologia genética vem sendo uma importante base justificadora e legitimadora de argumentos no Poder Judiciário.

Helena Machado (2012), estudando o papel que a genética assume no sistema de justiça criminal em Portugal, utiliza a expressão “máquina de verdade” para se referir às representações de personagens processuais sobre a eficácia da ferramenta e aos resultados que é capaz de atingir. Ela gradualmente é alçada à posição de instrumento de classificação social de sujeitos pelo seu atributo potencial de individualização e autoridade epistêmica. Uma das consequências do recurso a essa tecnologia é a crescente adoção e expansão do paradigma do “essencialismo genético” nos Tribunais – que, de acordo com a autora,

corresponde a ações coletivas que reduzem e equacionam os seres humanos, na sua complexidade social, histórica e moral, aos seus genes. Nas narrativas populares o DNA torna-se, então “... um equivalente secularizado à alma cristã. Independentemente do corpo, o DNA parece ser imortal. Fundamental para a identidade, o DNA parece capaz de explicar diferenças individuais, a ordem moral e o destino humano (Nelkin e Lindee, 1995:2). (ibid., 2012:69)

Vê-se que novamente se trata não só de determinar a verdade sobre um indivíduo, de intensificar as relações entre a ciência e o campo jurídico, mas também de produzir estabilidades. A colaboração e a cumplicidade destas duas instituições não apenas concedem aos saberes científicos uma posição de autoridade devido ao monopólio das técnicas de alcance da verdade e a magistrados/as a credibilidade, infalibilidade e eficácia que se relacionam aos primeiros; o efeito ao qual quero chamar a atenção aqui é a imobilidade, imutabilidade desta verdade buscada.

Mas continuemos: outro argumento presente em algumas decisões junto ou independentemente à teoria do “essencialismo genético” definidor de identidade, em defesa da recusa ao direito de retificação de “sexo”, é o que segue: Na Ação de Apelação Nº 1.0024.07.769997-3/001, tramitada no Tribunal de Justiça de Minas Gerais e julgada em 15/10/2009, o desembargador relator Barros Levenhagem afirma que “geneticamente, o apelante sempre será do sexo masculino, pela presença dos cromossomos sexuais ‘XY’, que são imutáveis, associado à total impossibilidade de procriar, pela ausência de ovários e útero”. Por sua vez, na Ação de Apelação Nº 1.0024.07.595060-0/001 tramitada no mesmo Tribunal e julgada em 26/03/2009, o desembargador relator Dárcio Lopardi Mendes afasta o argumento dos genes e assim

justifica seu voto:

Malgrado o indivíduo transexual, após a realização da cirurgia de transgenitalização, pareça fisicamente com o sexo oposto, (sexo anatômico), e sinta-se como tal, (sexo psicológico), tenho que o sexo biológico permanece inalterado. **O transexual masculino, por exemplo, apesar de após cirurgia e tratamento hormonal, passe a ostentar mamas salientes e uma espécie de vagina, não possuem útero nem ovários. Seus órgãos internos são de um homem. Situação inalterável, perene. Não há, nem jamais haverá, possibilidade de transformar um indivíduo nascido homem em uma mulher, ou vice versa.** Por mais que esse indivíduo se pareça com o sexo oposto e sinta-se como tal, sua constituição física interna permanecerá sempre inalterada. Daí, ao meu sentir, não deve ser retificado o assento de nascimento, no que tange ao gênero do Apelante. Cumpro salientar trecho da decisão proferida pelo I. Colega de Câmara Des. Almeida Melo, por ocasião de julgamento da apelação nº 1.0000.00.296076- 3/000; **"O Direito é a organização da família e da sociedade. Não pode fazê-lo para contrariar a natureza.** Ainda que a aparência plástica ou estética seja mudada, pela mão e pela vontade humana, **não é possível mudar a natureza dos seres."** (negrito inserido por mim)

Em ambos os julgados, a impossibilidade de mudança do “sexo” em documentos se relaciona principalmente à limitação da medicina em reconstruir órgãos reprodutores aos quais os magistrados vinculam o significado da identidade de gênero. Uma nova via argumentativa se abre: ser mulher ou ser homem não depende apenas da posse de determinado aparelho genital ou de certo gene; a cada um se atribuem funções na atividade reprodutora, diretamente vinculadas à estrutura fisiológica esperada respectivamente. Homens devem produzir esperma, e mulheres devem, com seu útero, ovários, trompas, etc., armazenar, desenvolver e parir o feto após relações sexuais (única e exclusivamente) com homens; assim formam uma “família”.

Estamos falando, assim, tanto da presença ou não de órgãos genitais, como também da sua funcionalidade – como a já citada aptidão ou não para produzir prazer – e de sua relação com os demais órgãos reprodutores. Mas não é só: poder ou não ter filhos/as e assumir uma posição de pai ou mãe significa cumprir papéis diretamente relacionados a gêneros específicos ou ameaçá-los: ser uma “mulher-pai”, como no caso discutido na seção anterior, provoca rupturas não apenas a um modelo de gênero como a seu associado direto em posição de parentesco (mulheres são mães, não pais); neste mesmo sentido, aqui o pedido de retificação feito pela requerente foi negado por não ser possível reconstruir cirurgicamente um aparelho reprodutor que a medicina designa como feminino e portanto não ser ela capaz de ter filhos/as. A forma como essa capacidade reprodutiva é acionada pode pôr em xeque a fixidez de sentidos de feminino e masculino e expor a fluidez das

transformações de gênero.

As relações entre a produção de diferenças entre homens e mulheres e a atribuição de papéis em práticas procriativas já foram tratadas por Marilyn Strathern (1995). Ela afirma que nas sociedades euro-americanas a relação sexual é produzida como requisito à concepção não apenas enquanto exigência técnica; trata-se de apreender a reprodução como produto da união entre duas pessoas que se distinguem pelo gênero. A divisão de papéis apropriados a homens e mulheres define, portanto, o ato sexual, a concepção, a reprodução e a parentalidade. Embora Strathern não dê foco às normas que elaboram as relações erótico-afetivas heterossexuais como modelo, por trás destes padrões de relações íntimas entre pessoas com base na procriação (pai-filho/a, mãe-filho/a, pai-mãe) subjaz uma produção de papéis de gênero assimétricos porém complementares – ou seja, ambos/as doadores de material genético teoricamente em mesma quantidade, mas que exercem funções desiguais, discretas e excludentes na vida da criança produzida.

É justamente a cristalização destas normas de gênero que se vinculam a papéis específicos e subsequentes que tornaria tão difícil compreender, afirma, uma mulher virgem que deseja ser mãe e procura clínicas de fertilização. Diferentemente de casais heterossexuais que podem praticar sexo com frequência mas têm dificuldades de gerar filhos e procuram assistência médica, estas mulheres às quais Strathern se refere não desejam ou realizam qualquer ato sexual e não têm parceiros. De um certo modo, elas rejeitam a elaboração conceitual em torno da reprodução que naturaliza não só práticas mas também personagens consideradas imprescindíveis a sua realização: enquanto no que toca a casais heterossexuais a prática da inseminação apenas substituiria atos ou pessoas ineficazes ao fim reprodutivo, o caso de mulheres virgens desafiava a própria necessidade desse algo ou alguém a ser substituído. O resultado deste conflito é esperado: “uma aura de perversão cercou os pedidos das mulheres, que foram identificadas com uma síndrome” (ibid.: 308).

A preocupação demonstrada por médicos/as em entender o porquê de se desejar um/a filho/a sem qualquer tipo de intercurso sexual levou à suspeita de que houvesse algum mal oculto por trás deste desejo – alguma outra necessidade frustrada, reprimida, perversa e anormal. Embora a maternidade seja um atributo do feminino alçado a um status factual, incontestável – o processo visível de gestação –, a paternidade não seria menos necessária. Esta, por sua vez, ainda que presumida e em alguns casos contestada (exames de DNA, abandono familiar, inseminação artificial), é apreendida como fundamental em termos de um pré-requisito de dupla exercendo papéis de gênero distintos em termos de relação sexual, de formação de vínculos de afeto e de criação de um ambiente seguro à vinda de uma criança.

Assim como o desejo de ter filhos sem um/a dos/as componentes desta dupla causou polêmica, o que também está em jogo é a permanência e distinção destes dois papéis necessários à parentalidade. Nas decisões judiciais, por exemplo, nega-se o direito de retificação de “sexo” a uma

mulher transexual seja porque, tendo o genital, ainda é capaz de inseminar uma mulher e inegavelmente ser “pai”, seja porque, após a cirurgia de transgenitalização, não houve possibilidade de reconstrução de outros órgãos reprodutores.

Em ambos os casos, a requerente é considerada incapaz de performatizar o que se espera de uma mulher – por ser inserida em um possível exercício de paternidade, própria a homens com suas características específicas e excludentes, ou por lhe ser negado o exercício de maternidade, já que não poderia engravidar. Da mesma forma, homens transexuais que ainda não realizaram a cirurgia de extração do aparelho reprodutor têm invariavelmente seu pedido de retificação de “sexo” negado – o risco de uma possível gestação (e da existência de um homem grávido) ameaçaria a identidade de gênero pleiteada. Ambos os tipos de sujeito ameaçam a estabilidade do sistema conceitual-normativo que relaciona gênero, funções reprodutivas e exercício de parentalidade.

Subjacentes a essas diferentes formas de apreensão do lugar da verdade do “sexo” em indivíduos e à elaboração discursiva dos parâmetros que pautam a tomada de decisão dos/as julgadores/as, dois eixos se articulam: a operacionalização de saberes biomédicos como matriz de inteligibilidade do fenômeno da transexualidade e a construção da certeza de que necessariamente há, em algum lugar inscrita no indivíduo, uma verdade coerente, estável e substantiva que pauta sua identidade. A doença transexualidade/ismo da qual o indivíduo é portador (ou não) apenas torna necessário um segundo olhar mais atento do que o usualmente dedicado a saudáveis.

Por “matriz de inteligibilidade” entendo os códigos, sistemas classificatórios, expectativas e leis que estabelecem e regulam o significado e as características que estruturam a transexualidade, tornando-a apreensível no âmbito do Poder Judiciário. Uso novamente como referência teórica e campo análogo a produção conceitual que se deu nos estudos *queer*, aqui em especial a obra de Judith Butler: Em “Problemas de gênero”, a filósofa emprega a categoria “matriz de inteligibilidade” para nomear a “matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível [e que] exige que certos tipos de identidade não possam existir” ou sejam considerados “falhas de desenvolvimento” (2013[1990]:39). O principal fator que tornaria o gênero inteligível seria a instituição e manutenção de relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. A quebra dessa coerência e continuidade produziria confusão, impossibilidade, ilegibilidade.

As dimensões normativa e performativa, relacionadas à categoria, são patentes: a produção de condições, prescrições e definições em torno do que se considera dado da realidade, possível e compreensível se dá quando de sua constatação, de sua descrição. Assim, embora haja uma aura de certeza e estabilidade de sentidos, a sua contínua reiteração é fundamental para que ela se mantenha – e explica sua fragilidade, limites e possibilidade de subversão, multiplicação de representações.

Neste sentido, os saberes biomédicos fornecem a linguagem na qual esses modelos e pontos

de partida são construídos, limites estabelecidos, assim como o inimaginável e o inaceitável, falso e ilegítimo também o são. E com isso não quero dizer que haja fixidez de sentido: a apreensão de categorias como doença, gênero, sexo, corpo, etc. não é pacífica; embora a sua elaboração seja considerada imprescindível por magistrados/as, a economia de seus sentidos está constantemente em debate – esses modelos, pontos de partida e limites, assim, não são tão seguros e em absoluto estáveis. E embora esse conflito de significados seja visível, quando da elaboração de decisões as ferramentas de discurso aplicadas constroem enunciados que se pretendem e se apresentam como descritivos da realidade, objetivos. Inquestionáveis.

Como consequência, múltiplos sentidos de mesmas categorias circulam, tensionam-se, contradizem-se, “reivindicam para si o estatuto de pura constatação” (FELTRAN, 2010:571): alguns/mas dizem que o “sexo” está nos órgãos genitais, outros/as afirmam taxativamente que se define pelos genes, e há os/as que declaram sem sombra de dúvidas que sem aparelho reprodutor não se pode ser mulher. Estabelecem margens móveis e inscrevem significados contraditórios nos corpos dos indivíduos. Limitam seus processos de subjetivação e produzem sujeições⁹⁵ (ibid.).

Justamente para que se garanta que a produção discursiva desses sistemas regulatórios adquira uma aura de dados objetivos apreendidos da realidade o uso de saberes biomédicos e seus códigos é tão potente; é a sacralização da ciência que garante a legitimidade do discurso judicial e sustenta sua certeza, ainda que este mesmo saber esteja em constante transformação e disputa ao longo dos anos – como podemos ver pela contínua reformulação e reclassificação da categoria “transexualismo” na Classificação Internacional de Doenças da OMS, pelos conflitos entre médicos/as até os anos 90 quanto a qual seria a atitude ética e adequada de tratamento institucional da transexualidade pelo CFM e pelas reelaborações periódicas das Resoluções da autarquia que tratam do tema e da regulamentação da cirurgia de transgenitalização (TEIXEIRA, 2013).

Assim como em Veena Das (1996), o reconhecimento judicial do/a pleiteante como indivíduo com direito a direitos depende necessariamente da tradução de sua experiência em linguagem médico-científica porque esse registro vem norteando reiteradamente o fazer decisório dos/as juízes/as ao longo dos anos. A apreensão de sintomas e diagnóstico como lei, de intervenções cirúrgicas como eventos transformadores têm como pressuposto a necessidade de dar sentido a indivíduos que convergem diferentes propriedades e expectativas de gênero considerados distintos e excludentes, desafiando a noção jurídica de pessoa enquanto ser uno, estável e homogêneo.

⁹⁵ Não creio que magistrados/as, por meio de tal aparato discursivo, exerçam dominação sobre pessoas trans* ou imponham seus sentidos de “feminino” e “masculino” sem enfrentar qualquer resistência. Estou ciente de que a agência delas é mobilizada de diversas formas, como o acionamento estratégico dos padrões normativos de gênero que vigem no Poder Judiciário. Da mesma forma, juízes/as não são funcionários/as do Estado por 24 horas; “they may be charged with implementing the rules and regulations of the state, but they do not cease being members of local worlds with their own customs and habits” (DAS, 2004: 236). As estruturas de significação que se pode depreender de suas decisões são alimentadas por e alimentam ao mesmo tempo outras redes de sociabilidade que não a jurídica-legal, outras moralidades, outros saberes e experiências.

Classificar a transexualidade/ismo como doença, como erro da natureza permite que essa experiência de transformações e superposições de gênero seja apreendida em meio ao modelo normativo não só de cidadania mas de pessoa que tem como fundamento norteador a identidade internamente coerente que se pauta por uma substância definidora. Assim, uma mulher cidadã “normal” tem constituição biológica classificada como feminina, psique e comportamento culturalmente esperado femininos, e se relaciona erótico-afetivamente com homens. Como apreender quem apresenta os dois últimos fatores mas foi designada como homem ao nascer, em virtude dos sentidos atribuídos a sua anatomia? Como doente.

Em sendo doente, para alguns/mas julgadores/as é possível pensar em terapia que enfrente a insalubridade e anormalidade causadas pela patologia: assim, a cirurgia de transgenitalização permitiria enfrentar a superposição de gêneros vivenciados pelo/a doente e fazer vigorar o “sexo” verdadeiro de uma pessoa – o que rege sua identidade. Para outros/as, a transexualidade/ismo afeta a mente e os/as faz acreditar em ilusões; nada poderia negar ou alterar seu “sexo” verdadeiro, inscrito em seus genes/aparelho reprodutor/etc.

De algum modo, seus discursos sugerem que a verdade substancial está em algum lugar, e a estabilidade do sentido de pessoa que se constitui pela coerência de suas características internas e, principalmente, pelo gênero como (um, dentre os dois possíveis e aceitáveis) atributo intrínseco é preservada. Neste ínterim, magistrados/as reproduzem, afirmam e colocam em funcionamento matrizes de inteligibilidade que ao serem invocadas reificam, naturalizam e racionalizam modelos de pessoa, de masculinidade, feminilidade e cidadania. Mas veremos isso melhor no capítulo seguinte.

3 **Das reelaborações de leis, princípios, pessoas e cidadanias**

Quem nunca pôs coisas suas nas estrofes dos outros? É o que sempre se fez em toda parte. Cada um de nós, sem o fazer de propósito, acrescenta à dor do outro sua indignação, ao ardor do outro sua combustão. Se um total pobre de espírito tentasse traduzir a obra alheia, ainda assim lhe ajuntaria algo de seu: o operário, seu suor; e o indolente, água pura.
Leoníd Martýnov – O problema da tradução (2007)

Ao longo dos dois primeiros capítulos, pudemos ver como a atividade judicial é dinâmica e produtora de sentidos – como as relações que se travam entre personagens processuais e principalmente entre magistrados/as é, ao contrário do que se pensa, muito menos hermética e limitada pelo ordenamento jurídico e mais aberta a sujeitos que não os operadores do direito, normas que não leis e práticas que não as criadas e desenvolvidas pelo direito. O Poder Judiciário, assim, mostra-se menos ossificado do que os/as próprios/as julgadores/as o definem e isso se dá, em grande medida, pelas práticas por eles/as postas em prática quando do processo decisório.

Ao tratar deste constante caráter realizativo e transformador das práticas, não pretendi, contudo, excluir desta esfera o acionamento de leis e princípios jurídicos que compõem o corpo legislativo nacional – muito pelo contrário. Embora não haja regras específicas sobre a possibilidade de pessoas transexuais efetuarem a retificação de seu nome e “sexo” constantes em documentos de identificação, magistrados/as não deixam de mencionar e instrumentalizar uma série de documentos legais para o sustento de suas motivações.

Os principais, em termos de frequência de citação em meu recorte, são: a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República constituída como um Estado de Direito (art. 1º, III), o objetivo de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idades e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, IV), a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas (art. 5º, X), e a família como base da sociedade, objeto especial de proteção do Estado, bem como a extensão da proteção jurídica à união estável

entre homens e mulheres (art. 226, *caput*, e §3º)⁹⁶, princípios e regras inscritos na Constituição Federal (BRASIL, 1988); os direitos de personalidade como intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo seu exercício sofrer limitação voluntária (art. 11), o direito ao nome, nele compreendidos prenome e sobrenome (art. 16), a obrigação, em relações contratuais, de guardar os princípios de probidade e boa-fé (art. 422), e o casamento como união juridicamente declarada e reconhecida entre homem e mulher (art. 1514) constantes no Código Civil (BRASIL, 2002); e, por fim, os seguintes artigos inscritos na Lei de Registros Públicos (BRASIL, 1973):

Art. 55. (...) Parágrafo único. Os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores. Quando os pais não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá por escrito o caso, independente da cobrança de quaisquer emolumentos, à decisão do Juiz competente.

Art. 56. O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa.

Art. 57. A alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandado e publicando-se a alteração pela imprensa, ressalvada a hipótese do art. 110 desta Lei. (...)

Art. 58. O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios.

A leitura destes textos e as representações comuns sobre leis podem sugerir uma certa estabilidade de sentido, um impedimento de novas possibilidades juridicamente autorizadas em virtude da fixidez da escrita. Sabemos, também, que o processo de aprovação de uma lei é longo, depende de circunstâncias de formação de alianças e de representatividade política nas casas do Congresso que permitam sua tramitação sem entraves e aceitação de seu texto sem deturpações. Uma interpretação disto poderia ser: estamos presos a uma legislação anacrônica e a regras fixas; nada pode ser feito. Será?

Max Gluckman (1963) já nos havia sugerido que o direito é muito mais complexo do que se

⁹⁶ Em 05/05/2011 os/as ministros/as do Supremo Tribunal Federal, ao julgarem a Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 4277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental Nº 132, reconheceram a união estável entre pessoas do mesmo “sexo”. Recentemente, em 14/05/2015, o Conselho Nacional de Justiça aprovou e publicou a Resolução Nº 175 que proíbe a recusa, por autoridades competentes em cartórios, de habilitar ou celebrar casamento civil ou de converter união estável em casamento entre pessoas homossexuais. A maior parte das decisões aqui citadas teve julgamento antes dessas manifestações de órgãos superiores do Poder Judiciário; contudo, mesmo as julgadas após maio de 2011 assumem, em sua maioria, o pressuposto de que a união estável e o casamento entre pessoas do mesmo “sexo” não são legalmente possíveis em virtude da vedação constitucional e da norma inscrita no Código Civil. Como vivemos em um país de *civil law*, a preponderância da lei na organização do campo jurídico e do processo decisório nas cortes é uma estratégia constantemente empregada por magistrados/as e tem como efeito a manutenção de conservadorismos.

imagina. Afirmar o autor que embora o texto escrito não mude, as definições dadas às palavras que o compõem são constantemente reinterpretadas por juízes/as na prática judicial. Há uma incerteza que reside na escrita e se relaciona, defende, à passagem da abstração e generalidade da norma aos fatos concretos da vida cotidiana – e é justamente essa incerteza que permite que leis mantidas por muitos anos e cuja reforma é lenta e dificultosa se adaptem, no Poder Judiciário, às transformações históricas e sociais principalmente em termos de opinião pública, valores e morais.

Essas formulações teriam, assim, duas propriedades principais: seriam absorventes, porque “absorvem em suas categorias abstratas o material cru da vida”; e seriam permeáveis, porque embora possam estar presentes em diferentes ordenamentos jurídicos do mundo inteiro e se construam com base em princípios comuns ou similares, operam em condições sociais diferentes e “são permeadas pela experiência social” (ibid.: 205). Essa flexibilidade é o que permite a manipulação de seus sentidos por julgadores/as e cria margens largas de discricionariedade – porém, mais do que detectar a formação destas margens, o que interessa antropologicamente é saber como e por que eles/as operam essa imprecisão dos textos legais.

Jacques Derrida (1988) também tratou da impossibilidade de saturação de sentidos que se poderia associar à escrita. De acordo com o autor, duas das principais características desta são: a ausência completa de um ou ambos polos costumeiramente envolvidos – portanto, quebra de presença que pode se dar tanto por estarem emissor/a e receptor/a em lugares e/ou tempos diferentes quanto pela ausência de intenção do/a emissor/a em comunicar o que foi materializado em inscrição – quanto a ruptura do texto com o contexto no qual foi elaborado. Seu conteúdo ainda pode ser reiteradamente citado, mas essa citacionalidade é inserida em múltiplas outras cadeias contextuais que não a “original” na qual o texto foi produzido.

Derrida reitera que de modo algum quer dizer que o material escrito pode ser repetível fora de contexto, mas que sua contínua vinculação a contextos diferentes demonstra que ele sobrevive sem qualquer centro de ancoragem original. Veena Das (2004), recuperando esta ideia, afirma que o que permite que textos sejam interpretados e citados de diferentes formas é a ruptura e a instabilidade entre a escrita e sua performance; o texto, embora repetível, é ilegível em seu sentido original de elaboração, ainda que isso não limite as possibilidades de representação mimética de seu poder.

Assim, voltando ao tema em questão, a contínua menção dos artigos de lei ao longo de todo o tempo em que se mantenham em vigor pode implicar que se digam as mesmas palavras – mas não o que elas significam originalmente e de que modo seu sentido se estabiliza conforme as circunstâncias históricas, sociais e discursivas de sua citação. Aí reside a polissemia, a “não saturação” – nos termos de Derrida – e a natureza “absorvente” e “permeável” – nos termos de Gluckman – da palavra escrita que aqui, especificamente, é representada pela lei. E é isso que a

torna antropológicamente interessante.

De todas as regras mencionadas acima, pretendo, neste capítulo, concentrar-me em poucas: a proteção jurídica a terceiros/as de boa-fé em relações contratuais; o casamento como instituição que envolveria necessária e exclusivamente o par homem e mulher; e os princípios da dignidade da pessoa humana e da inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem.

A escolha se deu, no primeiro caso, pela intensa preocupação de juízes/as no que toca à possibilidade de pessoas transexuais prejudicarem terceiros/as de boa-fé incorrendo no que se classifica como “fraude” principalmente no que toca ao casamento, e, como veremos, pelos motivos que subjazem a lógica explicativa desse pânico. O tema da possibilidade e das condições jurídicas de reconhecimento de uniões civis envolvendo pessoas transexuais ainda não é algo que venha recebendo atenção nos estudos que conheço sobre transgeneridade, e acredito que esta dissertação possa então contribuir para que ele ocupe mais espaços de pesquisa e debate acadêmicos.

No que toca aos princípios constitucionais, a escolha se deu porque, como salientei ao longo dos dois primeiros capítulos, subjacente à lógica argumentativa que classifica e normaliza indivíduos, bem como mobiliza práticas e saberes médicos como leis, condições pré-judiciais e matriz de inteligibilidade de sujeitos, há um padrão normativo continuamente sendo reelaborado que estabelece modelos de pessoa e cidadania, bem como suas respectivas condições de pertencimento.

Os princípios citados são instrumentalizados por julgadores/as que não só criam fronteiras entre indivíduos que deteriam sua titularidade e os que a têm negada, mas também nos fazem pensar no que se quer dizer quando se fala em “pessoa humana”, em quem é enquadrado como “todos” e é submetido a um processo de produção de diferenças que os inclui na esfera de sujeitos inteligíveis, aceitáveis, legítimos, e tem sua privacidade e imagem asseguradas – em detrimento de outros/as. Neste último capítulo, pretendo me concentrar nessa dinâmica de produção de subjetividade política e seus elementos caracterizadores a partir dos sentidos atribuídos a esses princípios e regras e das razões de Estado que se insinuam através da atividade de elaboração argumentativa.

A ameaça do engano: sobre famílias possíveis, identidades verdadeiras e tempo

Michael Dorsey: You should have seen the look on her face when she thought I was a lesbian.

George Fields: "Lesbian"? You just said gay.

M.D.: No, no, no - SANDY thinks I'm gay, JULIE thinks I'm a lesbian.

G.F.: I thought Dorothy was supposed to be straight?

M.D.: Dorothy IS straight. Tonight Les, the sweetest, nicest man in the world asked me to marry him.

G.F.: A guy named Les wants YOU to marry him?

M. D.: No, no, no - he wants to marry Dorothy.

G.F.: Does he know she's a lesbian?
M.D.: Dorothy's NOT a lesbian.
G.F.: I know that, does HE know that?
M.D.: Know WHAT?
G.F.: That, er, I... I don't know".
Tootsie (1982)

“Tootsie” é um filme muito popular lançado em 1982 que conta a história de Michael, um ator desempregado que resolve fingir ser uma atriz (Dorothy) tendo como objetivo ser contratado para interpretar um papel feminino. Como é comum em outras películas com a mesma temática, conforme a narrativa se desenvolve Michael se apaixona por uma atriz, Julie, que não sabe ser ele “na verdade” um homem; ela, que se considera heterossexual, sente afeto por Dorothy e a admira, mas não crê ser o suficiente para ter um relacionamento aparentemente lésbico. Neste ínterim, seu pai, Les, começa a se interessar por Dorothy sem também saber que ela é um disfarce de Michael. A comicidade do filme se concentra principalmente no constante risco (nunca concretizado) de possíveis relações homoeróticas acontecerem entre Julie e Dorothy, Les e Michael.

Esse efeito de humor que permeia a história do cinema estadunidense⁹⁷ se dá em virtude de certa travestilidade construída pelas personagens, caracterizada pelo excesso próprio do gênero de comédia mas que não gera suspeitas entre as demais pessoas de modo que leve ao questionamento de suas expressões de gênero – embora desestabilizem padrões de masculinidade e feminilidade e isso, de certa forma, seja concebido de modo a provocar risadas⁹⁸, a crença na identidade reivindicada pela figura travestida é o que mantém a ansiedade em torno de possíveis relacionamentos homoeróticos que apenas se resolve quando a personagem que se traveste admite sua identidade de gênero “real” ou quando esta é descoberta – e é a partir deste momento que se torna possível formar os desejados casais heterossexuais “de verdade” (BUTLER, 2008:185).

O cinema hollywoodiano tem muito mais em comum com o cenário judicial brasileiro do que se poderia imaginar. Estes meios tão díspares fabricam identidades, compartilham ansiedades e participam de um processo de elaboração do tempo que podem servir tanto à geração e perpetuação de mais angústias quanto a sua resolução, tendo como causa geradora de toda esta dinâmica a

⁹⁷ Alguns dos que também manipulam e estendem a possibilidade de encontros homoeróticos ao longo da história são: *Some Like It Hot* (1952), *Victor Victoria* (1982), *Just One Of The Guys* (1985) e *She's The Man* (2006), entre outros.

⁹⁸ Em “Tootsie”, por exemplo, Dorothy/Michael transforma completamente sua personagem na novela inserindo falas de improviso, como no seguinte caso: uma enfermeira vítima de assédio sexual pelo médico mais importante do hospital admite, enquanto chora, que se aproveita da beleza e que não deveria ter ido à sala dele tão tarde; a personagem de Dorothy, administradora do hospital, diz “isso não é verdade. Dr. Brewster tentou seduzir várias enfermeiras desta ala sempre alegando um impulso incontrolável. Darei para cada enfermeira deste andar um bastão de dar choque para que elas fritem o pingolim dele”. Enquanto isso, no *teleprompter*, a sua fala deveria ser: “Dr. Brewster tem alguns problemas causados pela meia-idade e nosso trabalho é vê-lo além deste momento difícil. Essa é a única forma de ajuda-lo”. As constantes alterações do texto causam exasperação na equipe de gravação e nos/as atores/atrizes com os/as quais contracenam, mas a tornam uma personagem popular entre os/as espectadores/as, que a vêem como uma mulher forte e de personalidade. Algo muito similar ocorre nas demais películas citadas na nota acima e que exploram a travestilidade como em “Tootsie”.

probabilidade de envolvimento entre a pessoa cujo gênero alegado deveria, mas não está sob suspeita e terceiro/a que desconhece a “verdade” sobre ela.

Um dos elementos mais comuns e importantes considerados por julgadores/as, quando da feitura de decisões judiciais que compõem meu recorte, é o resguardo de terceiros/as de boa-fé em relações contratuais envolvendo o/a requerente – em possível observância ao artigo 422 do Código Civil, mas também tendo como referência os artigos 113 e 187⁹⁹; não há citação direta a artigos de lei, apenas a contínua menção da necessidade de proteção desta modalidade de sujeito. A boa-fé, de todo modo, é um princípio geral do direito que costuma ser classificado de duas formas: como “crença de que se procede com lealdade, com a certeza da existência do próprio direito, donde a convicção da licitude do ato ou da situação jurídica”; e como “a consideração dos interesses alheios, ou a imposição de consideração pelos interesses legítimos da contraparte” (AMARAL, 2006:420).

Sem entrar em minúcias técnicas, poderíamos interpretar, com base nas decisões que veremos em seguida, que essa figura de terceiro/a seria representada pelo primeiro tipo – o que desconhece a potencial “fraude” da qual é vítima ou “ilicitude” da relação na qual se envolve, acreditando na sua juridicidade –, ao passo que a obrigação de lealdade e honestidade seria atribuída à/ao requerente.

Essa proteção poderia se dar tendo em mente quaisquer tipos de relações nas quais a mudança de nome e “sexo” causaria transformações – como as de trabalho, em termos da diferença entre homens e mulheres quanto ao tempo máximo de serviço para pleitear a aposentadoria, ou de financiamento de bens como imóveis ou carros nas quais o/a requerente ocupe a posição de devedor/a, usualmente contratos de longo prazo nos quais a retificação deve ser comunicada à instituição credora de modo que continue se vinculando a obrigação à pessoa que a contraiu. Embora julgadores/as demandem, na maioria dos casos, comprovações de que o pedido feito não tem como motivo o não cumprimento de obrigações ou a fraude de relações que assumiu, a principal causa do medo não reside em compromissos firmados no passado – mas na probabilidade de ocorrência futura de casamento entre pleiteante e terceiro/a, bem como possível engano deste/a potencial cônjuge quanto ao passado daquele/a e à realização de processo transexualizador.

Essa possibilidade aparece em dois momentos nas decisões judiciais que compõem a minha amostra: o primeiro é a avaliação quanto à possibilidade de retificação do “sexo”. O segundo é a deliberação sobre a necessidade ou não de se escrever na certidão que a mudança decorreu de decisão judicial, com mais ou menos detalhes – que se trata de ação de retificação de registro civil, que seria o/a pleiteante transexual, etc. Partamos do primeiro, já sinalizado no primeiro capítulo

⁹⁹ “Art. 113. Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração” e “Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes” (BRASIL, 2002).

pela reiterada menção de personagens processuais no caso Victor/Victoria.

Dentre os Tribunais Estaduais brasileiros, o que mais possui magistrados/as que levam esse fator em consideração e desenvolvem essa linha argumentativa é o de Minas Gerais. Embora haja diferenças quanto à frequência com que esse elemento aparece e à validade atribuída a ele ao longo dos anos – vai claramente perdendo força e deixa de ser mencionado principalmente a partir de 2011 –, ainda assim é no estado mineiro em que ele teve mais espaço.

Podemos começar, inclusive, por um caso paradigmático, mencionado após sua publicação em uma série de outras decisões: trata-se de acórdão que julgou Embargos Infringentes Nº 1.0000.00.296076 em 22/04/2004 e que teve Almeida Melo como desembargador relator. Os Embargos resultaram de um longo embate judicial que começou com uma decisão favorável, em primeira instância, ao pedido de mudança de nome e “sexo” efetuado pela requerente – mulher transexual que será aqui chamada de Carla. O Ministério Público recorreu da decisão em apelação e o Tribunal de Justiça deu provimento ao recurso, o que levou Carla a apresentar embargos, requerendo a manutenção da autorização de mudança. Em debate sobre o que se deveria judicialmente apreender como “sexo”, afirma o relator:

O sexo integra os direitos da personalidade e não existe previsão de sua alteração¹⁰⁰; a identidade sexual deve ser reconhecida pelo homem e pela mulher, por dizer respeito à afetividade, **à capacidade de amar e de procriar, à aptidão de criar vínculos de comunhão com os outros. A diferença e a complementação físicas, morais e espirituais estão orientadas para a organização do casamento e da família. A diferença sexual é básica na criação e na educação da prole.** Embora homem e mulher estejam em perfeita igualdade, como pessoas humanas, são também iguais em seu respectivo ser-homem e ser-mulher. A harmonia social depende da maneira como os sexos convivem a complementação, a necessidade e o apoio mútuos. [...]

A satisfação egocêntrica não deve comprometer a ordem bem como captar, indevidamente, contra a natureza, a vontade das pessoas de boa-fé, que compõem a sociedade juridicamente organizada. É o caso dos que se relacionam com o naturalmente homem e aparentemente mulher no pressuposto desta. Sobre o interesse individual há o coletivo, aquele que vem da

¹⁰⁰ Não pretendo me deter neste ponto, mas gostaria de chamar a atenção para a lógica muito peculiar que rege os direitos de personalidade: como tais, visariam resguardar bens e valores essenciais ao que se entende como “pessoa humana” (repito, retomaremos isso posteriormente) – pro exemplo o nome, a identidade pessoal e o corpo. Ocorre que duas das propriedades fundamentais deste tipo específico de direito são a irrenunciabilidade e a indisponibilidade. Mesmo que este seja o desejo do indivíduo detentor destes direitos, sua liberdade de autodeterminação tem caráter subsidiário à imposição do que a doutrina e a jurisprudência brasileiras entendem como garantia de proteção fundamental à pessoa. É claro que isto não é uma prática universal; no caso de pessoas trans* que reivindicam judicialmente o reconhecimento de novas identidades e transformações corporais, essa lógica se repete com frequência claramente maior.

tradição que é colhida dos feitos humanos, mas que brota da realidade natural.
(negrito inserido por mim)

Ao fim, os outros dois desembargadores discordaram de Carreira Machado e permitiram que Carla tivesse nome e “sexo” femininos inscritos em seus documentos de identificação. No entanto, atentemos para a argumentação deste relator que, tão poderosa, será mencionada continuamente como referência argumentativa por outros/as julgadores/as: ele afirma que o pressuposto de inteligibilidade do “sexo” é o reconhecimento de seu caráter binário e da complementaridade dos seus elementos. Masculino e feminino existiriam apenas em relação e oposição permanente entre um e outro, como fundamento do afeto, da formação de uma família, da procriação.

Voltamos ao que já havia sido ressaltado no segundo capítulo: a capacidade reprodutiva e a atribuição de uma propriedade natural ao binarismo de gênero são elementos que estruturam a lógica heteronormativa de produção de “sexos” possíveis e aceitáveis – mas também de uniões legítimas. Essa diferença permanente representada como natural é o que se insinua como requisito essencial à existência do amor romântico, à viabilidade do casamento e à formação de uma família.

Não importa o quanto uma pessoa transexual pleiteie o direito à autodeterminação e/ou se empenhe em alterações corporais; ela nunca poderia ter sua identidade de gênero reconhecida porque a sua “essência” determinada pela natureza tornaria impossível que exercesse os papéis esperados – no caso de mulheres transexuais, amar um homem, casar-se, reproduzir e criar filhos/as. Mesmo que amasse e se envolvesse erótico-afetivamente com um homem, essa união não seria considerada conforme à ordem “natural” das coisas: tratar-se-ia de um “simulacro” de mulher, porque negaria em aparência a “verdade” inalterável comunicada por seu corpo e seria incapaz de “funcionar” como uma.

Essa naturalização do binarismo de gênero se torna fundamento não só da formação de casais e famílias, mas também da harmonia social – da “ordem” que supostamente estrutura a sociedade e estabiliza os sentidos compartilhados entre os/as que dela fazem parte. Permitir a mudança de “sexo” corresponderia, então, ao endosso de uma mentira que apenas serviria à satisfação egoísta de um indivíduo e levaria, dentre outras consequências, ao engano de algum sujeito (aqui, necessariamente masculino, supondo também que Carla seria necessariamente heterossexual) de boa-fé e ao comprometimento da base comum de sentidos e relações que vige na sociedade tendo como fundamento a tradição e, mais profundamente, a própria natureza.

A certeza da inalterabilidade do “sexo” e de que no futuro um/a possível pretendente seria levado a erro é constante entre julgadores/as do TJMG. Na decisão referente à Ação de Apelação Nº 1.0024.05.778220-3/001, julgada em 06/03/2009, o desembargador relator Edivaldo George dos Santos assim fundamenta o indeferimento ao pedido feito pela requerente:

Especificamente quanto à desejada alteração de sexo, de masculino para feminino,

é necessário ter em mente que **o registro de nascimento deve conter a realidade**, pelo que, não se me apresenta possível a retificação desejada, mesmo porque, o fato de ter experimentado a intervenção cirúrgica não tornou o autor, do ponto de vista genético, do sexo feminino, mas, apenas, o adequou ao seu sexo psicológico.

Noutras palavras, a cirurgia teve apenas o condão de dar aparência feminina ao apelante, mas não lhe tornou mulher na acepção da palavra, já que não lhe tornou dotada de útero, ovários, e outras características próprias e peculiares das mulheres.

Não se deve perder de vista, ainda, que a pretensão deduzida pelo apelante, caso acolhida, por certo que **poderá trazer sérios e graves transtornos a toda a sociedade, ou ao menos a parte dela.**

É que, por exemplo, **seria possível ao apelante, até mesmo, contrair núpcias com alguém que desconhecesse a sua realidade, e que, então, poderia ser enganado porque o apelante jamais poderá gerar filhos, já que, do ponto de vista genético, é masculino e não feminino.** (negrito inserido por mim)

A assunção de que a mudança de “sexo” é necessariamente impossível está presente neste fragmento também; contudo, o que se torna o fundamento de imutabilidade não é mais uma natureza em abstrato; aqui nesta decisão a impossibilidade de transformação se reporta a dois *loci* corporais: os genes e o aparelho reprodutor, embora a sua relevância tenha a mesma finalidade – garantir o papel natural e necessariamente esperado a uma mulher, a saber, a reprodução fundamental ao reconhecimento de uma união afetiva entre duas pessoas de “sexos” opostos como família. A incapacidade atual da medicina de alterar esses fatores causa a permanência do gênero designado ao nascer, inviabiliza o reconhecimento de sua transformação e torna a alteração registral uma espécie de fraude que teria uma vítima determinada: um/a terceiro/a heterossexual, levado/a a erro até o momento do casamento.

O medo da ameaça representada pelo engano também foi identificado por Paisley Currah e Lisa Jean Moore (2013) em sua já citada investigação sobre as negociações empreendidas pelos órgãos administrativos da cidade de Nova Iorque quando da avaliação da possibilidade legal de retificação de “sexo” requerida por transexuais, bem como das eventuais condições de autorização, dos anos 1960 aos 2000. De acordo com os/as autores/as, a preocupação com provável fraude era o principal fator de refutação à mudança sob quaisquer circunstâncias pelo governo municipal na década de 60: embora não considerassem possível transformar o “sexo de verdade”, a reestruturação da aparência física era incontestável e viabilizava a “*passing*” a homens e mulheres transexuais.

Permitir a retificação significaria, de acordo com o discurso dos/as agentes de Estado, ajudar transexuais a esconder sua “identidade verdadeira” do público (ibid.:611). Subjacente a essa lógica, reside o que os autores denominam “noção de ‘atitude natural’” (ibidem): diante da incontestável

permanência do “sexo verdadeiro”, qualquer sugestão ou performance de gênero oposto seria mentira, recusa da correspondência esperada e vista como necessária e incontornável entre a “essência” corporal presente, o passado e a expressão de gênero que a pessoa apresenta perante o mundo. Não se trata apenas do corpo da pessoa e da busca, nele, de uma ontologia do “sexo”; trata-se, também, de resguardar uma história particular deste corpo – uma história de permanência.

Ainda que a cirurgia seja vista como elemento autorizativo à retificação do “sexo” em documentos de identificação, a quebra da permanência seja aceita e a decisão seja favorável aos/às requerentes, a ameaça do engano permanece – o que leva ao segundo momento mencionado acima: muitos/as magistrados/as, após a fundamentação do deferimento do pedido, discutem longamente sobre a necessidade ou não de averbação, na certidão de nascimento, de que a mudança teria se dado por ordem judicial, de que seria o/a requerente transexual, etc. Julgadores/as favoráveis à inscrição afirmam que esta seria uma garantia de cumprimento de possíveis obrigações assumidas antes da retificação do “sexo” e a ele relacionadas, sem dar muitos detalhes de quais estas poderiam ser. Mas será que eventos do passado são realmente a maior preocupação destes/as magistrados/as?

Subjacente a essa justificativa, está a presunção de que o/a requerente muito provavelmente estaria propenso/a a enganar futuro/a parceiro/a erótico-afetivo/a¹⁰¹. Isso pode ser visto no acórdão produzido em Ação de Apelação Nº 352.509-4/0, tramitada no Tribunal de Justiça de São Paulo e julgada em 24/05/2006. O desembargador revisor, Arthur Del Guércio, foi minoria e portanto vencido em sua defesa da inscrição de dados na certidão de nascimento; a lógica de sua argumentação, porém, é facilmente identificável em e representativa de uma série de outros casos:

Contudo, tenho para mim que deve constar do mesmo, no campo relativo às OBSERVAÇÕES, que o registro foi alterado por sentença proferida no processo em que "a registranda"¹⁰² figurou como requerente. Referida observação tem por finalidade **precaver pessoas que porventura venham se relacionar com o autor,**

¹⁰¹ Isso resta claro, novamente, em voto de desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais na já citada Ação de Apelação Nº 1.0024.07.769997-3/001. Afirma Nepomuceno Silva em acórdão julgado em 15/10/2009: “Aquele que obtém do Judiciário o direito de alterar seu prenome e sexo no registro das pessoas naturais e que, posteriormente, se casa com outrem sem lhe revelar tais fatos, estaria praticando ato ilícito, pois, dolosamente, excederia de seu direito, exercendo-o fora dos limites impostos pelo seu fim social, pela boa-fé ou pelos bons costumes (Cód. Civil, art. 187). A espécie, ademais, restaria enodada por vício do consentimento - erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge - restando o casamento passível de anulação (Cód. Civil, arts. 1.556/1.557, I). Não se olvide, ainda, que a boa-fé se presume”.

¹⁰² Não pretendo me deter no porquê do interessante uso de aspas aqui para se referir à requerente, apenas lembrar que ele é muito comum entre operadores/as do direito e sugere uma certa intenção de questionar a validade do que a palavra denota. Gostaria, também, de citar um caso muito parecido narrado por Ivan Coyote, pessoa trans canadense, e deixá-lo para reflexão: “[...] and some specifically directed towards trans-masculine people having ‘top surgery’, written for some reason in quotations. I always question the use of quotations around things that are not actually quotes. Did the author mean for us to read the words with one eyebrow raised, as in ‘top surgery, question mark, question mark?’ What are we being asked to double check? Is this an invitation to question the honesty of the speaker, or the subject matter? Is this an alias? Who is suspect here, and why? Quotation marks around words that are not actually quotes are the literary equivalent of being told to report all suspicious behaviour and not to leave your bag unattended and not to accept any packages from strangers. The orange alert of sentence structure”. (COYOTE, 2014: 109-110).

em termos amorosos, tendo possibilidade de ter conhecimento do que ocorreu em sua vida, evitando-se no futuro eventuais alegações de erro quanto à pessoa, se de casamento tratarmos. Tal decorre do fato de que **nosso ordenamento jurídico traz uma série de impedimentos relacionados a este tema e aquele que amorosamente se relacionasse com o (a) interessado (a) não teria como saber daquilo que outrora ocorreu** (letras maiúsculas e aspas conforme o original; negrito inserido por mim).

Veja que aqui o desembargador parte do pressuposto de que a mais presumível forma de descoberta de ter a requerente passado por processo de transformação de gênero e de mudança legal de “sexo” se daria pelo acesso à certidão de nascimento – afinal, de outro modo “não teria como saber daquilo que outrora ocorreu”. Novamente, o que fundamenta essa lógica é a assunção de que este/a eventual parceiro/a seria enganado/a pela pessoa que pleiteia a retificação. Embora ela seja autorizada, o “pânico moral”¹⁰³ (MISKOLCI, 2007) permanece.

Como já sinalizei, há algo além da possibilidade de fraude que estrutura esse pânico e precisa ser sublinhado: as suas vítimas são construídas em duas escalas – a sociedade como um todo, e o/a parceiro/a heterossexual em particular. Essa lógica nos sugere que não apenas uma razão de Estado – expressão aqui entendida nos termos de Michel Foucault (2008), conforme salientei no segundo capítulo – centrada na defesa de um corpo indiscriminado de pessoas qualificado como “sociedade” em detrimento de “cidadãos perigosos” (PANOURGIÁ, 2009) se delineia como uma de suas principais propriedades é ressaltada: a expectativa de uniões erótico-afetivas mas principalmente conjugais heterossexuais como estruturantes da ordem social.

Aqui, o objeto de resguardo é uma parcela da população considerada legítima, normal e moralmente correta em oposição a indivíduos que surgem do próprio corpo social e se tornam um perigo à estabilidade desse corpo e à dinâmica das instituições estatais. Nas palavras de Neni Panourgíá, trata-se de pessoas que

Posits a danger not because of the acts that she commits and the gestures that she makes, but because she (and those like her) thinks such acts and imagines such gestures. Her body, as flesh and bone, enfleshes the danger that she has come to embody and represent. Her presence becomes dangerous for the polis, as she is always suspected of thinking up thoughts of exploding (the categories, the borders, the classifications, the complicities, the secret treasures of) this city. She becomes a suspicious enemy [...] (ibid.: 7).

Michel Foucault também nos mostra em outro momento (2010) como esse discurso de poder que cria pessoas perigosas pode funcionar como “princípio de eliminação, segregação e, finalmente,

¹⁰³ Afirma o sociólogo que entende por pânicos morais “o mecanismo de resistência e controle da transformação societária [...], aqueles que emergem a partir do medo social com relação às mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e, talvez por isso mesmo, ameaçadoras” (ibid.: 103).

normalização da sociedade” (ibid.: 52), produzindo ao mesmo tempo o dever do Estado de contê-las e restringir seu contato com o público. Ele aqui está falando especificamente de um “discurso da luta das raças” que posiciona a ameaça não no/a outro/a que vem de um lugar exterior ao Estado, que invade a sociedade, mas no que é gerado/a e desenvolvido/a dentro desta e que estabelece com os/as demais uma relação de hierarquia: fabricam-se representações de uma “sub-raça” constituída pela própria sociedade, ainda que involuntariamente, e que apresenta propriedades biológicas nocivas a sua pureza. Trata-se, em última medida, de uma estratégia de instituição de um racismo de Estado que serve aos desejos de preservação de conservadorismos sociais – “um racismo que uma sociedade vai exercer sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social” (ibidem).

Esse desejo de purificação e ordem e esse medo constante de um grupo de pessoas apreendidas como biologicamente perigosas que ameaçam tanto a integridade do meio social quanto a manutenção da estrutura e dos valores do Estado, ainda que não sob a ótica da “raça”, está presente nas decisões que compõem meu recorte. Da mesma forma que no cenário narrado por Foucault, agentes de Estado arrogam para si o poder-dever de proteger a pureza, a coerência e a coesão da sociedade postas em perigo por um grupo específico, qualificado como seu subproduto biologicamente estranho, acidental.

Também no que toca à produtividade de estudos de raça para pensar este cenário, uma figura igualmente ameaçadora não só às instituições do matrimônio e da família, mas também à sociedade concebida por órgãos estatais como grupo selecionado de pessoas é a do homem “*coloured*” na África do Sul antes e durante a vigência do *apartheid*, conforme demonstra Laura Moutinho (2004). De acordo com a antropóloga, diante da contínua preocupação africâner em estabelecer categorias classificatórias discretas e inscrevê-las em documentos legais como uma forma de tornar a preservação da pureza racial e a separação entre “raças” finalidades do Estado, as pessoas “*coloured*” elaboradas como fruto de relações erótico-afetivas “inter-raciais” representam perigo por dois motivos: primeiro, porque em muitos casos não possuíam sinais externos que denunciassem sua mestiçagem. A dificuldade tanto em determinar elementos característicos próprios e distintivos da categoria “*coloured*” quanto em detectá-los nos indivíduos de modo a concretizar o sistema classificatório vulnerabilizava a dinâmica de cristalização de identidades individuais e coletivas que estruturava o regime político e fundamentava sua razão de Estado.

Segundo, porque as principais práticas estatais que respondiam a esse intuito de separação e pureza raciais tinham como foco de atenção preponderantemente os arranjos afetivo-sexuais “inter-raciais”: duas das leis mais importantes implementadas pelo regime foram a *Immorality Act*, que criminalizava contatos sexuais “inter-raciais” extra-maritais e foi aprovada em 1927, e a *Mixed Marriages Act*, que proibia casamentos “inter-raciais” e foi aprovada em 1949. Neste cenário, os

indivíduos aos quais se atribuía o papel de “sujeito perigoso” e promotor da miscigenação tinham gênero específico: eram tanto homens “brancos” como “*coloured*”.

Os perigos engendrados por eles eram, no entanto, de ordens distintas: enquanto os primeiros se envolviam sexualmente com mulheres “não brancas”, dissimulavam estas práticas, podiam gerar descendentes mestiços e mantinham publicamente uma imagem de lisura e probidade – omitindo, assim, o que **faziam** –, os segundos podiam passar por africanos, relacionar-se com mulheres “brancas” e contaminá-las com seu sangue impuro – omitindo, assim, quem **eram**.

Homens “*coloured*”, assim, além de ser considerados uma ameaça a suas potenciais parceiras erótico-afetivas “brancas”, o eram também para o *volk* – noção de comunidade diretamente expressa em termos raciais, fundamental ao pensamento africano. A possibilidade de promoção de futuros contatos sexuais pelo acionamento do engano era vista como um risco aos imperativos da natureza (para os/as intelectuais africanos, indivíduos instintivamente desejariam os de sua própria “raça”), à vontade divina e à integridade do grupo.

Podemos ver claramente aqui uma semelhança entre os elementos que produzem estes homens como perigosos e os operacionalizados pelos/as magistrados/as em meu recorte, de modo a posicionar os/as requerentes como futuros/as ofensores/as da boa-fé de terceiros/as. Explicito aqui a lógica discursiva de oposição entre indivíduos suspeitos e uma coletividade a ser protegida, que de certa forma tem elementos em comum com várias decisões e mais claramente com o já citado voto de Almeida Melo referente aos Embargos Infringentes Nº 1.0000.00.296076: Laura Moutinho, ao salientar como Geoffrey Cronjé (considerado o principal ideólogo do regime do *apartheid*) participou do processo de elaboração de homens “*coloured*” como principal ameaça à existência do *afrikanervolk* (ibid.: 371) e se tornou inspiração à constituição de um Estado fundado na proteção de grupos através do isolamento e da segregação, cita o seguinte texto por ele elaborado:

O indivíduo é responsável perante a comunidade por suas ações. A comunidade de *volk* tem o direito de chamar à responsabilidade qualquer um que atente a seu mais alto interesse. É dever da comunidade de *volk* punir tais atrocidades. O interesse do *volk* pesa sempre mais que o interesse pessoal (ibid.: 376). (itálico conforme o original)

Neni Panourgíá (2009) nos mostra como essa lógica, essa estratégia e o discurso que as aciona e justifica foram postos em funcionamento na Grécia durante os anos de instabilidade política e guerra civil que assolaram o país ao longo do século XX: a contínua prática legislativa que se sustentava sob argumentos de proteção da ordem legal, social e dos/as cidadãos/ãs produzia concomitantemente violações e abusos flagrantes a direitos humanos e civis. A estabilidade interna do país e sujeitos políticos legítimos eram contrapostos à figura do/a inimigo/a, por meio de tecnologias de alteridade que constituíam a própria legitimidade a partir do estranhamento e da

inaceitabilidade deste/a outro/a, inserido/a no Estado nacional mas ainda assim estrangeiro/a radical que oferece perigo. É claro que se trata de uma outra escala de violência e de produção de diferença, mas o mesmo mecanismo se evidencia nas decisões judiciais de meu recorte¹⁰⁴.

Lembremos do caso Victor/Victoria, narrado no primeiro capítulo: o principal argumento elaborado pela segunda promotora do caso partia da assunção de que a mudança do “sexo” de Victoria em sua certidão de nascimento necessariamente violaria a regra constitucional que determina o casamento e a união estável como laços juridicamente possíveis apenas entre homem e mulher. Como o laudo médico teria restado inconclusivo quanto ao verdadeiro “sexo” da requerente e, portanto, não seria possível afirmar taxativamente que Victoria seria uma mulher, sua certa e futura união se daria com um homem e seria contrária ao principal horizonte normativo do país – a Constituição Federal.

Contudo, salienta a promotora, a situação provocaria outra violação constitucional que não atinge apenas uma instituição protegida pelo Estado mas também um direito fundamental individual: a saber, a prescrição de inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem. Para proteger o resguardo deste direito à Victoria, possibilitar-se-ia sua lesão no que toca a outra pessoa:

O problema, todavia, não reside neste indivíduo, que sabe e consente com a reportada condição, mas no terceiro de boa-fé, que, eventualmente sem conhecê-la, se propõe a casar com o indivíduo que ostenta o sexo feminino em sua certidão de nascimento. Em que pese a hodierna modificação nos costumes, tal hipótese não se figura completamente impossível e improvável.

Que dizer, por exemplo, do indivíduo fervorosamente religioso que pratica o celibato pré-nupcial? Pessoa nesta situação acabaria por sofrer violação aos mesmos direitos constitucionais que se pretende tutelar ao admitir a alteração do nome pelo autor, tais sejam, a intimidade, a honra, a imagem e a dignidade porquanto igualmente atravessará situação vexatória ao se ver casado com alguém que alterou suas características sexuais, sem que disso tivesse ciência. Quem dera não existisse mais preconceito em nossa sociedade e um indivíduo nas vezes do exemplo levantado, bem assim as pessoas próximas dele, aceitassem sem ressalvas a aludida situação. Infelizmente não se trata da atual realidade, razão pela qual propalados direitos poderiam ser alvo de violação.

¹⁰⁴ Lucas Freire (2015) afirma que esse medo de uma potencial má-fé faz parte de uma mais geral “lógica da suspeição na administração pública, isto é, existe uma presunção de culpa que implica a adoção de uma série de procedimentos que visam comprovar a inocência de quem se põe sob o escrutínio do Estado” (ibid.: 91). Embora concorde com o antropólogo no que toca à existência dessa lógica, creio que aqui o medo que se opera e cuja legitimidade se sustenta a partir da proteção de terceiros “de bem” sugere uma dinâmica situada de produção de diferenças a partir da articulação de marcadores sociais como gênero, sexualidade, raça e classe que leva à fabricação de sujeitos perigosos em oposição à “sociedade” representada como homogênea. Donde a produtividade em me valer da obra de Michel Foucault e de Laura Moutinho para analisar o processo decisório destes/as julgadores/as.

É possível notar que, como afirmei, há aqui uma vítima específica que merece atenção: o/a parceiro/a heterossexual cisgênero/a. Em nenhuma das decisões magistrados/as aventam a possibilidade de união homossexual a partir do reconhecimento da identidade de gênero reivindicada pelos/as requerentes entre pessoas cisgênero e trans* ou entre duas pessoas trans* – por exemplo, entre um homem cisgênero e um homem transexual, ou dois homens transexuais, ou entre uma mulher cisgênera e uma mulher transexual, ou duas mulheres transexuais. Eles/as partem do pressuposto de que os pares homem-mulher e cis-trans seriam a norma, embora a fragilidade dessas categorias se imponha a todo momento¹⁰⁵.

Como exemplo, cito mais um acórdão, referente à Ação de Apelação Nº 165.157-4/5-00, julgada em 22/03/2001 e que teve como relator o desembargador Boris Kauffman, caso paradigmático citado amplamente em outras decisões – inclusive, lembremos, por diversos/as operadores/as do direito envolvidos/as no caso Victor/Victoria – como paradigma argumentativo e decisório. Mesmo que o relator tenha sido favorável à retificação tendo como motivo fundamental o sofrimento vivenciado pela requerente, causado pela doença e majorado em caso de manutenção das informações inscritas em seu registro ao nascer, os sentidos de “sexo” produzidos são instáveis:

[...] com o desenvolvimento científico e tecnológico, pode-se afirmar que, hoje, existem vários elementos identificadores do sexo, apontando Tereza Rodrigues Vieira os seguintes: o cromossômico ou genético; o cromatínico, o gonádico, o anatômico, o hormonal, o social, o jurídico e o psicológico ("Direito à adequação de sexo do transexual", in Repertório IOB de Jurisprudência, n. 3/96, pág. 51). Adverte Aracy Klabin que qualquer dos critérios poderia ser tomado isoladamente para determinar o sexo da média das pessoas, podendo, no entanto, qualquer deles falhar em relação a alguns indivíduos (op. cit, pág. 201). No caso em exame, o único elemento dissonante era o sexo psicológico, pois, como transexual primário, o autor acreditava e acredita firmemente ter o sexo feminino, erroneamente envolvido num corpo masculino, que ele alterou. **Como transexual e em face da crença firme do seu sexo feminino, o relacionamento sexual ocorre com pessoas do sexo oposto, ou seja, do sexo masculino, podendo-se dizer que o transexual masculino é um heterossexual, do ponto de vista do sexo**

¹⁰⁵ Como exemplo da presunção de heterossexualidade, cito excerto do voto do desembargador Elliot Akel na Ação de Apelação Nº 209.101-4/0-00, tramitada no Tribunal de Justiça de São Paulo e julgada em 09/04/2002: “**Se mantiver união com homem, exercendo, presumivelmente, a função feminina dentro da entidade familiar**, não há porque impedir a atribuição de efeitos jurídicos a esse união, desde que satisfeitos todos os requisitos legais para tanto.[...] Se o requerente já se submeteu a intervenção médica que resultou na extirpação dos órgãos sexuais externos, do sexo masculino, e na construção cirúrgica de um simulacro do órgão sexual feminino, a neovaginoplastia, **de modo a permitir-lhe a prática do coito vaginal** [...] insistir em manter, em seu assento de nascimento (e, conseqüentemente, em seus documentos de identidade) a indicação de prenome e estado sexual que não correspondem, em absoluto, à maneira como aparece em suas relações com o mundo exterior, significa condená-lo a uma situação de incerteza, angústias e conflitos, impedindo-o, ou ao menos dificultando-lhe o exercício das atividades habituais dos seres humanos.” (negrito inserido por mim)

psicológico. [...]

A alteração da indicação do sexo necessita exame mais cuidadoso. Obviamente, como concluiu a perícia, as alterações sofridas pelo autor, com a extração do pênis e do escroto, a construção de uma neo-vagina e vulva, a implantação de próteses de silicone nas mamas e a redução do pomo-de-Adão, isto é, da saliência da cartilagem tireóide, **não fizeram do autor uma mulher, no aspecto da capacidade de procriação. Destarte, a alteração poderá eventualmente viabilizar um casamento inexistente, se o autor contrair núpcias com um homem, já que, por enquanto, o ordenamento jurídico só reconhece o casamento de pessoas de sexos diferentes. Se se adotar, como critério distintivo dos sexos, o psicológico, aí o casamento existiria**, mas, se o fato da transexualidade era ignorado pelo cônjuge, poderá ser causa de sua anulação em virtude de erro (Cód. Civil, arte. 218 e 219, I). (negrito inserido por mim)

O tratamento destes/as possíveis parceiros/as como vítimas se dá porque, ainda que uma parte dos/as julgadores/as aceite a possibilidade jurídica de retificação do “sexo” em registro, tanto estes/as quanto os/as que a refutam têm algo em comum que fundamenta o medo desta ameaça de engano: não crêem que a mudança de “sexo” seja ontologicamente possível, e o maior de seus efeitos seria o surgimento do risco de ocorrência de casamento homossexual – homossexualidade esta que se fundaria na permanência do “sexo verdadeiro” a eles/as atribuído ao nascer e definidor de sua identidade, o que faria com que uma união “aparentemente” heterossexual fosse, “na realidade”, união homossexual¹⁰⁶. Essa confusão, que produz tanta comicidade em filmes como “Tootsie”, aqui faz subentender que o “sexo” de pessoas transexuais é elaborado como permanente, inalterável e verdadeiro em essência – opondo-se à “falsidade” da identidade de gênero reivindicada em autodeterminação –, e que a negativa de direitos a essas pessoas será uma constante.

Andrew Sharpe (2006), em estudo sobre ações judiciais nas quais se reivindica o reconhecimento legal de uniões entre pessoas cisgêneras e transgêneras nos Estados Unidos, sugere a ansiedade em torno da perspectiva de um “casamento homossexual”: o desejo entre duas pessoas de mesmo “sexo” não é considerado condizente com as figuras de matrimônio e de família e o processo decisório posto em prática pelos/as julgadores/a acaba por distanciar essas instituições tão qualificadas como de domínio exclusivo da heterossexualidade de quaisquer corpos possivelmente classificáveis como homossexuais. O “processo de homossexualização” de pessoas transexuais (em

¹⁰⁶ Ao mesmo tempo em que magistrados/as afirmam que a cirurgia de transgenitalização e o “processo transexualizador” como um todo seriam incapazes de alterar ontologicamente o “sexo” de pessoas transexuais, justamente o medo da ameaça por eles/as elaborado sugere, paradoxalmente, a extrema eficácia desses mecanismos pelo menos no que toca a performances de gênero. De que outro modo o engano seria possível, se a pessoa não tivesse condições de viabilizar o *passing*? Assim, julgadores/as podem criar limitações a práticas de transição e transformação de gênero e reduzir a importância de seus efeitos, mas ao mesmo tempo reiteram sua competência ao criar “simulacros” de feminilidade e masculinidade críveis o suficiente para levar terceiros/as a crer em sua veracidade e ser “enganados”.

sua pesquisa isso não ocorreria com estas em geral, mas principalmente com as que não realizaram a cirurgia de transgenitalização e demais processos de transformação corporal) não apenas implicaria não reconhecimento de sua identidade de gênero e da autodeterminação de sua orientação sexual como também negaria o exercício de titularidade do direito à união civil – já que o Estado não reconheceria o casamento que magistrados/as categorizavam como homossexual.

Ruthann Robson, também sobre o tema, afirma que “the legal discourse surrounding transgendered marriage too often serves to recapitulate and reinscribe the most traditional visions of marriage and heterosexuality” (2013: 624), conforme modelos de “sexo verdadeiro”, feminilidade e masculinidade que se inserem em uma lógica heteronormativa, produzindo certa “ansiedade homofóbica” em torno da validação judicial de certas uniões. Subjacente a esse discurso que teme a possibilidade de uniões consideradas homossexuais, está uma tentativa de preservação da matriz de inteligibilidade heterossexual que por mais que institua mudanças consideráveis – como o deferimento do pedido de retificação de “sexo” –, mantém os mesmos arranjos políticos, sociais e legais heteronormativos que estruturam a razão de Estado.

Assim, por trás da persuasão argumentativa da ameaça está não só essa matriz heteronormativa abstrata; estão sentidos de casamento e família possíveis que fazem parte do sistema de apoio do próprio Estado. Relações de afeto recebem seu aval ou são vistas como transgressões à norma que levam à impossibilidade de posicionamento dos indivíduos que dela fazem parte no espectro de subjetividade política – assim, é como se o fato de serem inseridos em uma rede de práticas erótico-afetivas posicionasse ou excluísse sujeitos de um determinado regime político ou de um corpo de cidadãos/ãs: a homossexualidade não é vista como possível, mas em diversos casos às relações reivindicadas pelos/as pleiteantes como heterossexuais tal classificação é negada. A mesma dinâmica discursiva que impõe a heterossexualidade como norma e expectativa nega a determinados sujeitos a possibilidade de leitura de suas uniões como heterossexuais.

Esse processo precisa receber visibilidade porque a produção de um “sexo” feminino e de um “sexo” masculino apenas se dá relacionalmente nas decisões judiciais – como se ser “mulher” significasse necessariamente ter aptidões físicas e emocionais para se relacionar com esse outro polo determinado como “homem”; a produção histórica e discursiva desses sentidos é ocultada e a esses modelos de “sexos” e sujeitos é dado o status de estruturas elementares e atemporais. É essa lógica de encontros que fundamenta a avaliação judicial da possibilidade de retificação de registro e as representações de “sexo” produzida por magistrados/as. É essa mesma lógica que, quando acionada, determina as condições de inteligibilidade de certos amores e produz outros como impossíveis. Eles são instituições fundamentais à ordem social e estatal.

O indeferimento de pedidos de retificação de “sexo” muitas vezes é baseado nesta lógica normativa de estrutura familiar heterossexual (em diversos casos diretamente equiparada ao

dimorfismo sexual, à capacidade reprodutiva e ao genótipo) formada por polos de indivíduos cuja história de permanência corporal produz “identidades verdadeiras” e torna certas uniões possíveis. E embora alguns/mas julgadores/as não proibam necessariamente uma possível futura união entre o/a requerente em questão e um/a parceiro/a heterossexual, defendendo apenas a imprescindibilidade da averbação da mudança, o que está em jogo continua sendo o mesmo: o poder do Estado de defender uma seleta sociedade contra indivíduos considerados perigosos porque potenciais enganadores, bem como pôr em xeque o reconhecimento jurídico das uniões destes com pessoas citadas como possíveis, legítimas e – no fundo, é disto que se trata – heterossexuais.

Mas a ameaça do engano também traz subjacente um elemento que estrutura a sua materialidade e a imperatividade do acionamento de formas de intervenção: a temporalidade. Os argumentos que delineiam esse medo não só protraem o passado como exigência de inteligibilidade do presente como também transformam um futuro incerto em uma certeza que se concretiza neste mesmo presente. Começemos por uma análise mais detida dessa primeira dimensão.

No caso de decisões que negam o pedido de retificação de “sexo” em documentos de identificação tendo como justificativa a impossibilidade de se transformá-lo ontologicamente, o que se impõe aqui, como já citamos brevemente acima, é uma produção normativa da permanência. Específicos e selecionados eventos do passado como o desenvolvimento fetal que constituiu a carga genética do/a requerente e sua estrutura física, bem como a lavratura da certidão de nascimento se estendem no tempo e ganham um caráter definidor do presente e do futuro, de modo que nenhum outro acontecimento em qualquer dimensão temporal teria o poder de alterar essa permanência – apenas construir um simulacro de transfiguração.

Isso ocorre, retomando um tema enfrentado no segundo capítulo, porque um sentido de “sexo” está sendo produzido por esses/as magistrados/as – “sexo” detectável em específicos *loci* corporais como genes e aparelho reprodutor, uma verdade material que guarda em si e cristaliza a essência identitária do indivíduo. E são estas mesmas verdade e identidade que irão assombrar futuros relacionamentos “aparentemente” heterossexuais e refutar qualquer possibilidade de seu reconhecimento enquanto tais. O passado de uma pessoa transexual se transforma no espaço de identificação de eventos incontornáveis que enfrentam e se sobrepõem a qualquer prática de um passado não tão longínquo ou do presente.

O “sexo” é produzido como efeito do passado e, como este, penetra o presente em completa imunidade a tentativas de modificação; em discursos de magistrados/as nos quais a ameaça do engano ocupa um lugar central, a permanência deste dado a que se atribui uma propriedade natural – aferível ou não por meio de técnicas biomédicas – tem preponderância na hierarquia de performances de gênero que se estabelece, justamente por conta da atribuição de um caráter incontestável e inexorável a sua materialidade. Não se pode – ainda – reconstituir todos os

aparelhos reprodutores ou alterar o código genético em que alguns/mas magistrados/as localizam a essência da masculinidade e da feminilidade, e é neste processo de seleção de *loci* e de elaboração da impossibilidade de mudança de evidências produzidas como naturais, concretas, materiais que reside o poder estabilizador do passado protraído. Judith Butler (2008: 28-29) também sinaliza o caráter construído desta constatação de materialidade:

[...] un retorno a la noción de materia, no como sitio o superficie, sino como un proceso de materialización que se estabiliza a través del tiempo para producir el efecto de frontera, de permanencia y de superficie que llamamos materia. Creo que el hecho de que la materia siempre esté materializada debe entenderse en relación con los efectos productivos, y en realidad materializadores, del poder regulador en el sentido foucaultiano. [...] La construcción no sólo se realiza en el tiempo, sino que es en sí misma un proceso temporal que opera a través de la reiteración de normas; en el curso de esta reiteración el sexo se produce y a la vez se desestabiliza.

Não se trata apenas de cristalizar o “sexo” de um indivíduo, mas também de pôr em funcionamento normas de estabelecimento de relações estreitas e determinadas entre “sexo”, identidade de gênero e desejo. Se o primeiro é considerado imutável e portanto não condiz com a forma como o/a requerente se autodetermina, a base explicativa para isso é a homossexualidade: quando juízes/as se veem diante de uma mulher transexual que, a seus olhos não pode ser classificada como do “sexo” feminino, ainda assim sua apresentação de si e as transformações corporais criam uma “aparência” de feminilidade que apreendem como propriedade que evidencia sua homossexualidade e ao mesmo tempo leva ao engano de possíveis parceiros no futuro. A homossexualidade masculina é associada aqui necessariamente a uma feminilidade, conectando de modo direto orientação sexual e gênero, e é a partir desta dinâmica de significação que pessoas transexuais se tornam inteligíveis.

O que nos leva à segunda dimensão temporal. Assim como essa extensão do passado no presente faz parte do processo de atribuição de sentido ao corpo e à pessoa requerente, representando assim a origem da lógica de sua homossexualização, a construção e resgate de um futuro incerto ao presente é o que torna a ameaça concreta e o medo justificável. A cada referência a um futuro potencial enlace entre o/a requerente e terceiro/a não definido/a porém qualificado/a como certamente cisgênero/a e heterossexual, o foco se desloca de um direito cujo reconhecimento se reivindica naquele momento pelo/a própria/a pleiteante para uma ocorrência futura cuja certeza é apresentada como inquestionável e cujos danos a pessoas indeterminadas embora concebíveis são atribuídos como inexoráveis.

A lógica constativa deste discurso é o que atribui legitimidade ao medo da ameaça

construído pelos/as magistrados/as e é o que torna aceitável uma intervenção presente que permita refazer o futuro. Em outras palavras, a certeza que se constrói no presente quanto à ocorrência de acontecimento danoso no futuro produz ao mesmo tempo o medo de sua inevitabilidade e a imperatividade de uma ação contemporânea tendo como objetivo evitá-lo. Judith Butler, em “El grito de Antígona”, já havia sinalizado o poder das palavras em produzir acontecimentos em escalas temporais distintas: tratando de uma maldição pronunciada por Édipo a Antígona, a filósofa demonstra seu poder de “adiantamento do tempo” concomitante ao efeito de inevitabilidade de sua ocorrência (2001:85-87):

¿Pueden entenderse en retrospectiva las implicaciones de la maldición, entendida como extensión de la acción? La acción que la maldición predijo para el futuro resulta ser una que ha estado presente durante todo el tiempo, de manera que precisamente lo que se invierte a través de la temporalidad de la maldición es el adelanto de tiempo. La maldición establece una temporalidad para esta acción que precede a la propia maldición. Las palabras trasladan al futuro lo que ya ha estado ocurriendo siempre.

[...] En verdad, las palabras ejercen aquí algún poder que no queda claro de forma inmediata. Las palabras actúan, ejercen un cierto tipo de fuerza realizativa, algunas veces son claramente violentas en sus consecuencias, como palabras que o bien constituyen o bien engendran violencia. Algunas veces parece que actúan de formas ilocucionarias, representando el hecho que se nombra en el mismo momento que se está nombrando.

Veja-se que aqui a extensão da ação não se dá a partir de seu alargamento para adiante, como no caso do passado protraído que afirmei acima; de acordo com a filósofa, a elasticidade temporal do que ocorre no futuro se volta para “trás”, para o presente. A convicção no que toca à ocorrência de um evento em algum momento nos anos que seguem produz como efeito a sensação de que ele já aconteceu, de que está acontecendo. A maldição recai sobre um indivíduo não quando da sua concretização no futuro, mas no momento em que é entoada: ele é amaldiçoado e sofre suas consequências a partir de então. Da mesma forma, ao afirmarem um perigo que pode se abater sobre terceiros/as nos anos que seguem, magistrados/as produzem como efeito a materialização contemporânea do prejuízo e a periculosidade contemporânea da pessoa transexual.

A lógica de operação do tempo que orienta a formação de profecias e maldições é mais próxima à que rege o processo decisório comum a instituições estatais do que se imagina. Reinhart Koselleck (2006[1979]), em ensaio sobre o desenvolvimento de modos particulares de aceleração do tempo e formação do que designa de “temporalização da história” (ibid.:23) na idade moderna, narra como a aproximação do futuro ao presente por meio de discursos proféticos, após uma série de transformações e reestruturações, foi incorporada ao cálculo político e aos campos de decisão e

formação da vontade política. A constituição de poderes políticos independentes de instituições religiosas levou a um combate de narrativas de abreviação do tempo centradas na ocorrência do fim do mundo e fundadas na vontade divina, mas, afirma, “ao reprimir as previsões apocalípticas e astrológicas, o Estado apropriou-se à força do monopólio da manipulação do futuro” (ibid.: 29) e a adaptou aos ideais de racionalidade que vigiam nas cortes europeias dos séculos XVII e XVIII.

A partir de então, surge a ideia de prognóstico como contraponto à de profecia. Ela se associa preponderantemente a um campo finito de possibilidades aferível e organizável em termos de probabilidade, permitindo então prever os acontecimentos e preveni-los antes da ocorrência de qualquer mal. É, assim, uma forma tanto de produzir tempo – no sentido de criar um futuro ameaçador – quanto de torna-lo sujeito à capacidade de intervenção de um Estado que, em tese, não é seu contemporâneo, mas não deixa de considera-lo quando do cálculo de estratégias de ação política, de nele intervir e, assim, de estender sua margem de controle para além das práticas, pessoas e moralidades que lhe são coetâneas.

A possibilidade de transformação, de revolução futura é limitada justamente a partir da narrativa presente quanto à fatalidade de sua ocorrência, da estipulação de meios para evita-la e da manutenção da estabilidade nos anos que se seguirão. De todo modo, o futuro é regulado nas ameaças que podem surgir, na sua repressão e nos efeitos conservadores de atividades repressivas:

Sub specie aeternitas nada de fundamentalmente novo pode acontecer, seja o futuro perscrutado com a reserva do crente ou com o prosaísmo do calculista. Um político poderia tornar-se mais inteligente ou mais esperto, refinar suas técnicas, tornar-se mais sábio ou mais cuidadoso; entretanto, a história jamais o levaria a regiões novas e desconhecidas do futuro. A transmutação do futuro profetizado em futuro prognosticável não destruiu, em princípio, o horizonte das previsões cristãs. É isso que une a república soberana à Idade Média, também ali onde a primeira não mais se considera cristã. (ibid.: 35).

Embora o autor se refira ao período inicial da Idade Média, é possível que vejamos, pelo menos no que toca ao recorte aqui considerado, semelhanças no modo como uma instituição estatal como o Poder Judiciário, nas últimas décadas, operacionaliza diferentes dimensões temporais e assim amplia a gestão contemporânea de pessoas e eventos. Como já afirmei ao longo da dissertação, isso se dá a partir principalmente da sua capacidade de realização de atos performativos – a ameaça futura se concretiza a partir do momento de sua enunciação, e é a sua criação que torna o Estado e as intervenções que põe em prática ainda mais necessários.

Essa “força realizativa” das palavras – nos termos de Judith Butler – é verificada aqui: ao aventar a possibilidade de casamento, magistrados/as imediatamente produzem a sua materialidade, sua inexorabilidade, da mesma forma que produzem a permanência dos “sexos” dos/as requerentes

ao classifica-lo como união homossexual. Os textos inscritos na Constituição Federal e no Código Civil são os mesmos, mas os termos que os constituem são sujeitos a uma profusão hermenêutica: que casamento é, em termos legais, enlace juridicamente reconhecido entre homem e mulher, não há dúvidas; mas o que se entende por estes termos “homem” e “mulher”?

É isso que está em questão, mas não só: e a afirmação de não existência, de impossibilidade jurídica de famílias e enlaces formados por pessoas do mesmo “sexo”, produzida não só por uma prescrição legal – facilmente contornável através de interpretações de princípios e garantias constitucionais, prática já de praxe de magistrados/as –, mas também por ideais heteronormativos de dimorfismo sexual, de binarismo e complementaridade de gêneros, de essencialismo genético, de finalidades procriativas de uniões erótico-afetivas e de parentesco heterossexual (como afirmei no segundo capítulo)?

Pessoas transexuais, as transformações de gênero que empreendem e a incitação do Poder Judiciário para que enfrente suas demandas e elabore um lugar a elas no campo dos direitos levam, de um jeito ou de outro, a uma reflexão em torno de e à exposição de significados atribuídos a categorias – como “casamento” e “família”, mas também as designativas de “sexo” – que estruturam relações sociais e estabilizam normas de gênero e sexualidade conforme uma certa razão de Estado que não é única, mas tem como intuito a manutenção da integridade de seus elementos constitutivos. O medo do futuro e a afirmação da constância do passado são estratégias fundamentais, aqui, à defesa presente de seus conservadorismos, mas também são produtivos porque explicitam as lógicas que dirigem, no Poder Judiciário, a produção de famílias possíveis e identidades verdadeiras.

Mas o que merece atenção também é a sutil tessitura de elementos que caracterizam e essencializam o que se entende como pessoa transexual: alguns/mas magistrados/as exigem a comprovação de que seriam indivíduos doentes, em observância a um fundamento patonormativo; outros/as temem suas interações com indivíduos “normais” e os definem como perigosos. Como já vimos anteriormente e veremos a seguir, a lógica da aplicabilidade de leis não se dá apenas a partir da análise da ocorrência ou não de fatos, mas também da legitimidade e inteligibilidade de pessoas enquanto tais e enquanto cidadãos. E que cidadania seria essa?

Em busca da pessoa transexual “verdadeira”: sobre a produção de dignidade e cidadania diferenciais

Ao longo da dissertação, vim sinalizando uma série de elementos que compõem a construção de uma certa *persona* esperada por magistrados/as quando falam em “pessoa transexual”. Mais do que meros requisitos criados e impostos para a ratificação estatal de que o/a

requerente é quem diz ser, trata-se aqui de condições responsáveis pela sua inclusão ou não nas categorias de pessoa e cidadão/ã – em outras palavras, apenas a uma certa imagem, especificamente, de pessoa transexual considerada “verdadeira” é atribuída subjetividade política; mas, em última instância, não é só isso que está em jogo.

Nesta subseção final pretendo finalmente sintetizar os fatores cuja presença é elaborada como fundamental para que a transexualidade afirmada pelo/a requerente seja reconhecida, de que modo isso se relaciona com a mobilização do princípio da dignidade da pessoa humana pelos/as julgadores/as e de que modo as palavras “pessoa humana” e “cidadania” são reelaboradas em oposição ao modelo universalizante afirmado pelo direito a partir da articulação de marcadores sociais da diferença¹⁰⁷ como gênero e sexualidade.

Inicialmente, gostaria de me deter sobre essa figura do/a “verdadeiro transexual”: ela já havia sido detectada por outros/as pesquisadores/as, como Berenice Bento (2006). A socióloga, pensando especificamente nos saberes biomédicos e *psi*, apresenta e indica a formação de protocolos e características produzidas como compartilhadas por todas as pessoas transexuais e concorrem para a generalização da experiência da transexualidade. Ao mesmo tempo, Bento sinaliza que subjacente a esse discurso que tenta estabilizar identidades é possível mapear conflitos e discordâncias entre áreas de conhecimento, tais quais a medicina e a psicologia; de todo modo, os efeitos produzidos são o de estabelecimento “como verdadeira uma única possibilidade de resolução para os conflitos entre corpo, subjetividade e sexualidade” (ibid.: 151).

Flávia Teixeira (2013), centrada mais diretamente na interseção direta entre direito e medicina, demonstra de que modo estes influenciam discursos de agentes do judiciário como promotores/as de justiça, mas também ressalta o processo discursivo de apropriação dos códigos e disputa de saberes em torno da reconfiguração de propriedades outras de modelos de masculinidade e feminilidade, regimes de moralidade e desejo.

Considerando meu recorte, embora discordâncias entre julgadores/as sejam frequentes, a lógica discursiva varie entre os diferentes TJEs e haja notáveis contradições na própria construção argumentativa de magistrados/as, é possível delimitar, com evidente cuidado para não produzir generalizações, determinadas características aventadas pelas decisões judiciais como constitutivas

¹⁰⁷ De acordo com Lília Schwarcz, por marcadores sociais da diferença “entende-se raça, gênero, sexo, geração, região e classe como categorias classificatórias compreendidas como construções situadas – locais, históricas e culturais – que tanto fazem parte das representações sociais como exercem influência real no mundo, por meio da produção e reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais politicamente efetivas. Esses ‘marcadores’ são, por sua vez, regulados por convenções e normas e podem ser considerados categorias que, apesar de sua singularidade contextual, não adquirem seu sentido e eficácia isoladamente. É a íntima conexão – as relações que diferentes marcadores estabelecem entre si – que lhes confere sentido. Melhor dizendo, embora não sejam redutíveis umas às outras, essas categorias refletem, assim como produzem, cotidianamente, modelos, costumes, ideologias, mitos e representações e mostram-se sempre ‘em relação’. Na verdade, a própria efetividade de sua percepção se dá a partir do confronto, do contraste, da tensão ou do entrelaçamento de diferentes marcadores de diferença” (2015:8).

da pessoa “transexual verdadeira”. Eu já tratei de diversas delas ao longo da dissertação, então aqui o trabalho será de recapitular e sublinhá-las.

A primeira é o diagnóstico positivo. Como afirmei no capítulo anterior, a transexualidade nos Tribunais apenas se torna inteligível a partir de uma matriz patonormativa: sem a atribuição, por agentes da medicina e dos saberes *psi*, da condição de doente ao/à requerente de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo CID-10 e pelo CFM, o caso é negado sem qualquer ressalva. Embora haja tribunais que venham relativizando a importância de documentos comprobatórios produzidos por autoridades destas áreas – como o TJRS – a linguagem utilizada para tratar do tema ainda é carregada de elementos patologizantes. Veja-se o voto do desembargador relator Alfredo Guilherme Englert no que toca à Ação de Apelação Nº 70011691185, julgada em 15/09/2005:

Inicialmente, julgo pertinentes algumas considerações conceituais sobre transexualidade (estado apresentado por J. A. P., e **devidamente diagnosticado** – F64.0 CID-10), homossexualismo e transvestismo, a saber:

(...) “Para se entender o transexualismo, primeiramente é importante se compreender o que é identidade de gênero e como se forma. A identidade de gênero refere-se à masculinidade e à feminilidade, ou melhor, à convicção que cada um tem sobre si de ser masculino ou feminino. Isso se forma muito precocemente, desde o estágio intra-uterino, e decorre: da soma de causas genéticas e hormonais (vão determinar os caracteres físicos do bebê, se vai nascer com características de menino ou menina); da atitude dos pais ao aceitar ou não o sexo do bebê, a forma como esse bebê vai ser manuseado e tratado (a menininha ou o garotão); da interpretação do bebê a respeito dessas atitudes paternas; da formação do ego corporal (o bebê vai formando uma idéia a respeito de si a partir de sensações que surgem com a manipulação de seu corpo). Também é importante termos conhecimento do conceito de identidade de gênero nuclear, que significa a convicção de que a designação do sexo da pessoa foi corporalmente e psicologicamente determinada, por exemplo, “tenho corpo de mulher e me sinto mulher”.

Em tal hipótese, o transexual sente *“um sofrimento psíquico por acreditar que houve um erro na determinação do sexo anatômico. É devido a esse sentimento que muitos buscam a cirurgia para mudança de sexo, na tentativa de correção do erro que sentem haver lhe acontecido e assim aliviar o sofrimento”*.

Quanto ao diagnóstico médico, psiquiatras ou psicólogos o fazem *“através de várias conversas com o paciente, para determinar corretamente os sentimentos dele”*, sendo que um *“tratamento psicológico se faz necessário para entender a alteração apresentada e apenas em alguns casos específicos será indicado a*

cirurgia de alteração do sexo, a qual só se faz após cuidadosa avaliação psicológica e física da pessoa”. (negrito e itálico conforme o original)

Os termos acionados, pode-se notar, são próprios dos saberes biomédicos: fala-se na etiologia da “doença”, em sintomas como o sofrimento psíquico e na importância do diagnóstico – cuja presença é ressaltada pelo julgador. Mesmo com o passar do tempo, embora o Tribunal assumia posições cada vez mais favoráveis ao não tratamento da transexualidade enquanto experiência determinada e qualificada por agentes da medicina e da psicologia, o discurso de defesa da autodeterminação de pessoas transexuais enfrenta a referência sutil a distúrbio, anormalidade, crença e elementos probatórios produzidos por especialistas. Na decisão referente aos Autos de Apelação Nº 70041776642, prolatada em 30/06/2011, o desembargador relator Alzir Felipe Schmitz junta ao voto o laudo pericial elaborado por psicóloga na íntegra: no documento, ela assevera que “a avaliação psicológica permite concluir que a(o) periciada(o) é portador(a) de Transexualismo, patologia em que o indivíduo se sente pertencente a gênero de identidade sexual diferente de seu gênero biológico”.

Mas a lógica patonormativa que torna a pessoa transexual inteligível e aceitável, já afirmei, é muito mais complexa do que a simples afirmação de que uma pessoa é doente ou não: há elementos apresentados como sintomas que se tornam, de certo modo, requisitos para a atribuição do diagnóstico e, ao mesmo tempo, definidores de uma “identidade transexual” esperada¹⁰⁸. Assim, como no caso Victor/Victoria, espera-se a completa aversão ao aparelho genital do modo como é conformado antes da cirurgia de transgenitalização e a incapacidade de sentir prazer com ele, uma performance de gênero (usualmente comprovada por fotografias) construída a partir de vestimentas, técnicas e intervenções corporais, sociabilidades e indicativos de comportamento¹⁰⁹ que corresponda a modelos tradicionais de feminilidade e masculinidade¹¹⁰, e uma narrativa

¹⁰⁸ Na área dos estudos de deficiência, Pedro Lopes (2014) indica a ambivalência que se estabelece entre diagnóstico e identidade, principalmente quando se leva em conta a formação e organização de espaços de militância. Embora o espaço aqui analisado seja completamente outro – julgadores/as, não os próprios indivíduos e suas reivindicações e conflitos identitários –, a articulação entre saberes biomédicos e elaboração de categorias identitárias é clara.

¹⁰⁹ Lembremos do que foi dito no primeiro capítulo: nas fotografias que encontrei em autos de processo aos quais tive acesso, era muito comum que mulheres transexuais fossem retratadas com amigas ou familiares mulheres em momentos de descontração – quando não com namorados, noivos, companheiros homens. Os homens transexuais, por sua vez, apresentavam registros de práticas de esportes e cenários de confraternização com amigos homens. Também há outros elementos característicos destas imagens: as de mulheres se dão em meio a bichos de pelúcia, animais de estimação, ou em poses sensuais em seus quartos, na praia, etc. As de homens mostram brincadeiras agressivas entre amigos e uma apresentação de si mais casual – menos “montada”. É possível notar modelos de masculinidade e feminilidade sendo acionados por meio da representação imagética. Para uma análise mais detida disto, ver Flávia Teixeira (2013) e Lucas Freire (2015).

¹¹⁰ É interessante notar como julgadores/as demandam uma observância tão estrita a modelos “hegemônicos” (com todas as aspas e críticas que o termo merece) de masculinidade e feminilidade de modo que não haja dúvidas de que se está diante, respectivamente, de homens e mulheres – é um certo imperativo estético, seguindo raciocínio similar ao de Andrew Sharpe (2006).

biográfica¹¹¹ que ateste a inadequação ao gênero designado à pessoa ao nascer e a constante e progressiva construção da identidade de gênero por ela reivindicada ao longo da vida.

E não só: assim como apresentado no segundo capítulo, é frequente que se exija que essa narrativa biográfica seja também uma narrativa de sofrimento, produzido por uma sensação de desajuste fundamental entre corpo e mente, pelo anseio por reconhecimento social quanto ao pertencimento a outro “sexo” e pelos conflitos sociais gerados por esse descompasso entre qualificação oficial do sujeito e a forma como reivindica ser identificado; que o/a requerente esteja passando pelo chamado “processo transexualizador” no momento da análise do caso, quando não que este já tenha sido encerrado com a realização da cirurgia de transgenitalização; e que a pessoa sinta desejo e se envolva em relações erótico-afetivas com pessoas de outro “sexo”, como vimos na seção anterior.

Voltaremos às narrativas de sofrimento mais à frente; agora gostaria de me deter no que essa formação de propriedades características esperadas e cujo cumprimento é obrigatório para o acesso à retificação de registro sugere. Não apenas estamos diante de discursos que estabelecem prescrições de gênero, regimes de moralidade e são postos em funcionamento a partir de matrizes de inteligibilidade hetero e patonormativas; isso é feito a partir da criação de um modelo jurídico de pessoa que se torna o paradigma fundamental de análise de quaisquer requerentes que demandarem a mudança de nome e sexo: o de pessoa transexual verdadeira. É a partir dela, da delimitação dos elementos que a caracterizam, das expectativas de comportamento aceitável e das proibições de atitudes que não seriam consideradas apropriadas ao lugar que ocupam e à pessoa que se espera que sejam que o Poder Judiciário constrói certa estabilidade no ato de julgar – principalmente levando-se em consideração, reitero novamente, a ausência de regras específicas quanto à possibilidade de pessoas transexuais retificarem seu registro civil.

Max Gluckman (1955) já havia se detido sobre uma figura semelhante quando da sua investigação sobre os/as barotse, na região do centro-sul da África. Afirmo o autor que, da mesma forma que no direito britânico, o que ele denomina “homem razoável” tem protagonismo no sistema judiciário barotse porque é justamente o meio pelo qual normas abstratas se tornam aplicáveis a diferentes circunstâncias concretas da vida. Não se trata de um simples modelo ideal de indivíduo produzido de modo imparcial e objetivo, mas é elaborado a partir de valores e representações presentes no meio social, conforme produções de diferença que se dão através de articulações de

¹¹¹ Como afirma Cynthia Sarti (2009) a partir de Durkheim, podemos mostrar a estabilidade da regra pelo acionamento de sua exceção: usualmente os/as requerentes apresentam narrativas biográficas que demonstram certa permanência do desconforto causado pelo descompasso entre o gênero designado ao nascerem e a identidade de gênero que reivindicam, mas isso não se deu na Ação de Apelação Nº 048090177907, processada no Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo e julgada em 25/05/2010. O desembargador relator Ney Batista Coutinho, em meio a outros motivos acionados para negar o pedido de retificação, mencionou este fator: “de mais a mais, sequer mostrou ter crescido e se desenvolvido como se mulher fosse, apesar de deixar clara sua orientação sexual”.

gênero, sexualidade e geração, bem como status e moralidades que formam e são formadas por esses marcadores. Assim, nota Gluckman, este “homem razoável” nunca é apresentado como uma figura de sujeito universal – ao longo dos julgamentos que acompanhou, fala-se em “esposa sensata”, “pai decente”, “bom chefe”, etc.

Em outras palavras, não só fatores extralegais concorrem para a formação deste modelo de “pessoa razoável”, mas a sua própria conduta é avaliada conforme costumes e padrões específicos de uma certa posição social, diferenciando-se o que se espera, exige e veda a pessoas distintas que ocupam lugares sociais distintos, e se distanciando, portanto, de uma simples aplicação de legislação ou de jurisprudência que em tese seria generalizável a qualquer cidadão/ã. Em verdade, Gluckman assevera que a determinadas figuras sociais é razoável esperar o não cumprimento de determinadas normas e seguimento de outras, criando-se assim zonas de permissividade e controle conforme o papel que exerce:

The concept of ‘reasonable’ measures the range of allowed departure from the highest standards of duty and absolute conformity to norm, and the minimum adherence which is insisted on. (...) If the reasonable man is more precisely the man who conforms reasonably to the customs and standards of his social position, clearly he corresponds closely with the concept of the rôle of a particular status, which has become so important in current anthropology and sociology. The rôle of a status – for which I prefer the term (social) position) to avoid the plural ‘statuses’ – is that series of actions which a person ought to perform, and which his fellows are entitled to expect from him. (ibid.: 128-129)

O autor não quer dizer com isso que esses modelos seriam estáveis, cristalizados; muito pelo contrário. Em outro momento (1963) ele reitera que é justamente a sua porosidade ao meio social que permite a adequação de regras e normas jurídicas fixas às transformações sociais: o que se entende por esposos/as, parentes, líderes razoáveis sofre transformações ao longo do tempo, e julgadores/as constantemente reelaboram seus modelos de modo a acompanhar essas mudanças e absorver novos preconceitos, costumes, hábitos, interesses individuais e coletivos com uma velocidade que o Poder Legislativo não consegue alcançar (ibid.: 192).

A figura da “pessoa média” – mãe média, vítima média, marido médio, etc. –, similar à teorizada por Gluckman, é muito comum no direito brasileiro, ainda que não tenha sido objeto de estudo detido. Com frequência ela representa uma imagem de sujeito cujas ações seriam vistas como socialmente aceitáveis, legítimas, esperadas; é uma espécie de parâmetro de avaliação social que alarga e pluraliza a dimensão hermenêutica da legislação e atua diretamente na definição de determinada conduta enquanto juridicamente admissível ou reprovável.

Um exemplo é o caso estudado por Ana Lucia Pastore Schritzmeyer (2012): trata-se do

julgamento e condenação de uma mulher, “R”, por omissão na tortura, estupro e homicídio de sua filha de 5 anos “T”, em cumplicidade com seu companheiro “V” – também condenado, mas nos moldes da conduta comissiva dos tipos penais.¹¹² De acordo com a antropóloga, não havia arsenal probatório suficiente que pudesse levar à condenação de “R”; a decisão do júri em reconhecer a sua culpa no homicídio da filha teria sido provocada principalmente pela representação da ré como mulher de desejo sexual incontrolável e paixão pelo companheiro de tal modo “desviante” que eclipsava seu papel de mãe: por meio da projeção de imagens de “R” semi-nua encontradas no computador de “V” durante a audiência, da afirmação de que teria trabalhado em um *site* pornográfico e da recuperação de testemunhos de que teria chegado ao hospital com a filha no dia de sua morte maquiada e bem arrumada, os dois membros do Ministério Público reiteraram ao longo de suas falas que a sexualidade que qualificam como exacerbada cria um impeditivo moral para que “R” exercesse o papel de “mãe razoável”.

Nas decisões que compõem meu recorte, a figura de uma “pessoa transexual média” – ou “verdadeira” – vai se delineando, como já vimos, a partir de uma série de elementos que trazem consigo expectativas de gênero, sexualidade e doença. Contudo, aqui gostaria de ressaltar um elemento que não recebeu a atenção devida: as narrativas de sofrimento que, esperam os/as desembargadores/as, façam parte da reconstituição biográfica dos/as requerentes e/ou sejam atestadas pelos laudos médicos e psicológicos.

Digo isso porque esse sofrimento tão aguardado e descrito como elemento necessário da vida da “pessoa transexual verdadeira” é apresentado a partir de duas origens explicativas distintas. Uma é de ordem biológica: como já mencionei nos capítulos anteriores, diversos/as julgadores/as assumem que o “transexualismo” enquanto doença provoca o descompasso entre o gênero expresso pela mente e o expresso pelo corpo, e essa incoerência geraria uma dor profunda – como na decisão do TJRS citada acima. Em voto referente à Ação de Apelação Nº 5751/2012, processada no Tribunal de Justiça de Sergipe e julgada em 30/10/2012, o desembargador relator Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima assim explica:

Pois bem, o transexualismo, definido como patologia pela Classificação Internacional de Doenças, consiste em uma anomalia da identidade sexual, em que o indivíduo se identifica psíquica e socialmente com o sexo oposto ao que lhe fora determinado pelo registro civil. **O transexual não aceita seu sexo biológico, buscando na cirurgia de redesignação sexual o fim de todo aquele sofrimento causado pela incoincidência entre sua identidade sexual física e psíquica. Essa angústia não se resume no fato de a sociedade o encarar como indivíduo do**

¹¹² Um crime cometido por comissão corresponde à prática ativa de um determinado ato – por exemplo, enforcar uma pessoa. Um crime cometido por omissão, por sua vez, corresponde à não realização de ação que poderia evitar a ocorrência – por exemplo, não alimentar uma criança e deixa-la morrer de fome.

outro sexo, mas se agrava quando o próprio transexual não consegue conciliar seu corpo à sua mente: ele se olha no espelho e vê algo que repudia, que reprova.
(negrito inserido por mim)

Notemos, para além do indicativo de elaboração de uma figura generalizada de “pessoa transexual verdadeira” (“O transexual não aceita...”), a afirmação de que o sofrimento é causado pela patologia e o descompasso que ela provoca; os conflitos sociais desencadeados em reação ao desejo de reconhecimento da identidade de gênero reivindicada e distinta da designada ao nascer não são considerados a verdadeira fonte de desconforto e desolação de uma pessoa transexual. Como já afirmei, o conflito é posicionado não no meio social e nas normas e prescrições de gênero que nele se desenvolvem e regulam condutas e subjetividades – mas no próprio indivíduo, tendo a doença como fundamento. Despolitiza-se e se medicaliza esse regime de emoções¹¹³.

Há desembargadores/as que reconhecem a produção de sofrimento a partir de interações sociais vivenciadas por pessoas transexuais; essa é, de fato, a segunda origem explicativa possível e presente em parte considerável das decisões que compõem meu recorte. Uma das possibilidades de produção desse sentimento se dá a partir da diferença entre a apresentação de si e os dados registrados em documentos de identificação: situações triviais como viagens de avião (nas quais há que se apresentar o registro civil, carteira de habilitação ou passaporte), compras com cartão de crédito, exercício do direito de voto ou candidatura para emprego provocam desconforto ao tornar pública a discordância entre a identidade de gênero reivindicada pela pessoa pleiteante de mudança e a forma com que é registrada e classificada pelo Estado. Na Ação de Apelação Nº 2011.034720-1, processada no Tribunal de Justiça de Santa Catarina e julgada em 23/08/2011, o desembargador relator Saul Steil segue esta linha argumentativa:

A situação relatada na inicial e corroborada pela prova documental e testemunhal deixa antever que a parte autora é alvo constante de constrangimento e de exposição ao ridículo, porque o nome que porta é de uso predominantemente do sexo oposto àquele que ostenta, resultando em evidente desconforto e sofrimento psicológico, pois desnatura a sua personalidade. O constrangimento mencionado se

¹¹³ Ressalto que a medicina não é um todo homogêneo que associa necessariamente um regime de emoções a saúde e doença, sem qualquer consideração de sua relevância política; há pesquisadores/as voltados a formas de humanização do atendimento e a novos mecanismos de abordagem do saber para além da dimensão técnico-científica que vêm considerando os fatores sociais de promoção de estados considerados saudáveis ou patológicos, problematizando sua relação a, respectivamente, felicidade e sofrimento e reivindicando o caráter de proposta política da reforma da atenção à saúde. Assim, José Ricardo Ayres afirma que “Ao se conceber a saúde como um ‘estado’ de coisas, e ‘completo’, inviabiliza-se sua realização como horizonte normativo, já que este, como qualquer horizonte, deve mover-se continuamente, conforme nós próprios nos movemos, e não pode estar completo nunca, pois as normas associadas à saúde, ao se deslocarem os horizontes, precisarão ser reconstruídas constantemente. Já a noção de felicidade remete a uma experiência vivida valorada positivamente, experiência esta que, freqüentemente, independe de um estado de completo bem-estar ou de perfeita normalidade morfofuncional. É justamente essa referência à relação entre experiência vivida e valor, e entre os valores que orientam positivamente a vida com a concepção de saúde, que parece ser o mais essencialmente novo e potente nas recentes propostas de humanização” (2004:19).

repete cada vez que o nome da parte autora é pronunciado, o que não corresponde à expectativa dos atributos que associamos ao prenome, parecendo-nos que isto causa desassossego que deve ser evitado.

Note-se, no entanto: ainda que se afirme que a angústia pode ter origem social, ela é apresentada como possível apenas a partir do descompasso entre corpo e mente, ou entre identidade de gênero e apresentação de si e documentos de identificação causados pela doença “transexualismo”; o que gera o conflito não seriam, por exemplo, normas de gênero que regulamentam a forma como as pessoas agem, sentem e elaboram suas subjetividades. É usual que desembargadores/as justifiquem a autorização da mudança como uma forma de evitar o sofrimento possibilitado em virtude da susceptibilidade de pessoas transexuais a situações de preconceito¹¹⁴ – mas não costumam especificar que situação seria essa e o que entendem por tal palavra.

Não se trata, assim, de alegações aleatórias de experiência de sofrimento que convencem magistrados/as sentimentais e suscetíveis; as decisões indicam que há expectativas de um sofrimento qualificado, autorizado, legítimo – e necessário. É o que vitimiza a pessoa transexual e torna a concessão de direitos justificável. O ato discursivo de qualifica-lo enquanto característica inerente à pessoa transexual produz, simultaneamente, a exigência de sua verificação e suspeita no caso de sua ausência – assemelhando-se ao cenário analisado por Mark Graham (2003).

O autor, em artigo sobre a expressão emocional e o contato travado entre funcionários/as públicos/as e imigrantes (em sua maioria, refugiados/as) que requerem e/ou utilizam serviços sociais em um subúrbio de Estocolmo, analisa como estas pessoas que dependem de ações e salvaguardas estatais para se firmar econômica e socialmente no país elaboram narrativas sobre os motivos de tal dependência a partir de relatos de trajetórias trágicas e dolorosas. Seu acionamento, deliberado ou não, faz parte do processo de requisição de inclusão em projetos de assistência social.

A heterogeneidade e variedade cultural da população imigrante se traduzem em uma complexidade emocional que tenta ser apreendida pelos/as servidores/as por meio do que o autor chama de “cartografia emocional” (ibid.:208): a elaboração de um panorama de expressão de emoções, no qual diferentes grupos étnicos teriam diferentes formas de demonstrar o que sentem. Não se trata apenas de uma forma de melhor lidar com atitudes emocionais amplamente distintas da

¹¹⁴ É interessante notar como são poucas as decisões que falam da possibilidade de pessoas transexuais serem vítimas de crimes de ódio que acarretam danos físicos. No máximo, mencionam este “preconceito” geral – como na decisão referente à Ação de Apelação Nº 70006828321, processada no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e julgada em 11/12/2003. Em seu voto, a desembargadora relator Catarina Rita Krieger Martins afirma que “se o apelado optou por mudar a sua vida dessa forma tão radical, isso se deu em virtude dos preconceitos que a sociedade estabeleceu para a convivência entre os cidadãos, porque, se assim não o fosse, não haveria razão de tantas mudanças, pois não teria problemas com a discriminação que hoje tem”. Algo muito similar pode ser visto no voto do desembargador relator Expedito Ferreira na Ação de Apelação Nº 2007.006948-3 tramitada no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte e julgada em 11/02/2008: “Não se pode negar que a sociedade edifica-se sobre valores e preceitos morais que, mais das vezes, estratifica conceitos e legitima a intolerância como postura, sobretudo em relação a temas versantes sobre a sexualidade. A cultura nacional, ainda em parte reticente em aceitar a diferença como marca indelével da sociedade no novo milênio, já não mais pode cegar frente às novas relações que se estabelecem entre os indivíduos (...)”.

que seria comum na Suécia (a saber, uma certa reserva, seriedade e controle), mas também da elaboração de expectativas quanto ao que seria adequado e próprio a cada imigrante:

The arrival of significant numbers of refugees from an unfamiliar national or ethnic group provided the occasion for discussions of emotion among staff of different bureaus. Such discussions included the **kinds of emotions ‘typical’ of the new group** and the practico-emotional consequences for the civil servant. (...) **Individual refugees who did not conform to emotional expectations were sometimes viewed as suspect. Their status as true refugees was called into question** if, for example, they were too cheerful or appeared to be enjoying themselves too much. **Refugees were often expected to ‘perform’ emotionally in accordance with stereotypes of ‘appropriate’ refugee behavior.**(...)” (ibid.:209. Negrito inserido por mim).

Esse sofrimento e forma de agir esperados e a conformação (ou não) de imigrantes a essas expectativas em grande parte definiam as reações dos/as servidores/as públicos/as e a sua predisposição (maior ou menor) à concessão do que estava sendo solicitado. Assim, não se trata de uma simples verbalização de experiências traumáticas que levaria a uma automática e imediata resposta positiva de instituições estatais; a especificação e dosagem deste sofrimento são fundamentais neste contato entre burocratas e público.

Sofrer e fazê-lo pelos motivos e de formas esperados têm tanta preponderância nas decisões quanto a certeza da vontade dos/as requerentes de eliminar a dualidade insuportável provocada pela doença e de serem “reintegrados/as” à sociedade como pessoas “normais”. A cirurgia, vista como atividade terapêutica, e a retificação de nome e “sexo” seriam responsáveis por, nas palavras do advogado de Victoria já citadas, garantir ao indivíduo o direito de “ser ele mesmo, quem escolheu, em que a personalidade tem proteção integral e o ser humano se torna um ser único”.

Esse tipo de narrativa tem dois pressupostos: um é o desejo de eliminação de qualquer dualidade que habite o/a requerente, própria da patologia; o outro é a imperatividade dessa eliminação para que se integre à sociedade. O primeiro já recebeu atenção ao longo da dissertação – julgadores/as elaboram uma lógica valorativa em torno da experiência da transexualidade que necessariamente representa a dualidade como negativa. Isso se dá porque, como afirmei no primeiro capítulo, uma das chaves de compreensão do “sexo” é a de estabelecimento de duas categorias opostas e discretas, excludentes e exclusivas: masculino e feminino. A “mistura”, a coabitação entre elas, assim, não é vista como natural, saudável ou aceitável. Qualquer indicação de sua existência é justificada a partir de uma linguagem de doença que precisa ser tratada.

Mas outro motivo possível para essa valoração é o também já afirmado paradigma explicativo que, de acordo com Judith Butler (2013[1990]), produz identidades sexuadas possíveis a partir do estabelecimento de uma ordem compulsória, linear e coerente entre sexo, gênero, prática

sexual e desejo: supõe-se que o gênero seria a manifestação cultural necessária do sexo produzido pela natureza, pré-discursivo, e que essa relação entre ambos levaria ao desejo por uma pessoa do “sexo” oposto e complementar, expressa por meio de práticas sexuais.

Seguindo os argumentos da filósofa, esses dois pressupostos não correspondem a uma base meramente factual, fundada em uma realidade objetivamente aferível, que orienta o fazer decisório de magistrados/as; trata-se, como já afirmei, de elementos que compõem uma prática reguladora de identidades, criadora de ideais normativos caracterizados pela unicidade, coerência e permanência em oposição a tipos de identidade que não podem existir ou devem ser corrigidos. E especificamente no que toca a este campo de pesquisa, sofrer com a dualidade e reivindicar sua resolução é condição para o pertencimento à categoria de “pessoa transexual média” ou “verdadeira”, para o seu reconhecimento enquanto pessoa possível, legítima, e, em última instância, para a autorização de seu ingresso no rol de cidadãos/ãs.

Para pensar a produção de pessoa enquanto uma categoria moral e normativa, parto inicialmente da problematização da noção e seu deslocamento do âmbito do inato e do natural feitos por Marcel Mauss (2003[1938]): o sociólogo francês, a partir de um estudo comparativo, demonstra como ao longo da história e em diversas sociedades o conceito foi passando por transformações e assumindo formas distintas com base em sistemas jurídicos, estruturas sociais, costumes e mentalidades específicos.

A pessoa enquanto valor metafísico e moral, substância racional indivisível – donde “indivíduo” – que atinge certo caráter sagrado se delineia a partir do desenvolvimento do cristianismo e da equiparação da unidade das três manifestações representadas pela Trindade, bem como da unidade das duas naturezas de Cristo à do ser humano em corpo e alma. Assim, “é a partir da noção de uno que a noção de pessoa é criada [...] a propósito das pessoas divinas, mas simultaneamente a propósito da pessoa humana” (ibid.: 393). Com o Renascimento, a categoria seria definida como fundamento da consciência e da razão.

Seguindo os passos de Mauss, Louis Dumont (1985) também se dedica à história de sistemas e valores ocidentais que levaram à vigência do individualismo enquanto valor fundamental das sociedades modernas. De acordo com o autor, aos poucos a noção de indivíduo enquanto sujeito empírico, amostra indivisível e observável da espécie humana se distingue e cede lugar, em termos de preponderância ideológica, à de indivíduo enquanto ser moral, independente, autônomo, à medida que o protestantismo institui o comprometimento deste nas coisas do mundo (em oposição ao ascetismo do início da religião cristã), influencia o Iluminismo e orienta, ainda que residual e sutilmente, os pilares do ordenamento jurídico moderno ocidental como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão adotada em 1789 – evento que, de acordo com o antropólogo francês, demarca o “triunfo do Indivíduo” (ibid.: 109). Trata-se de uma ideologia, nos termos do autor, que

atribui importância valorativa ao indivíduo em detrimento das relações sociais às quais está vinculado e do meio social no qual se encontra, destituindo-os de influência na formação desta figura de sujeito¹¹⁵.

Mais recentemente, pesquisas nas áreas de gênero e sexualidade têm incorporado esses estudos para analisar os mecanismos de produção das noções de identidade e pessoa postos em funcionamento a partir da forma como esses marcadores sociais da diferença e outros como raça, classe, geração, etc., se articulam e são articulados em contextos locais, mas ocultados nas elaborações de narrativas de categorização identitária. Larissa Pelúcio, em sua tese de doutorado, demonstra como a categoria pode ser relacionada à teoria foucaultiana de constituição de sujeitos a partir da “emergência dos saberes especializados e produzidos por meio de práticas discursivas, objetivadas em técnicas e prescrições institucionalizadas, permeadas por relações de poder” (2007:275). Acrescenta a autora que a produção desta “verdade de si” observa padrões de gênero e sexualidade que definem técnicas e intervenções corporais de modo que qualquer ambivalência seja eliminada e subjetividades, controladas¹¹⁶.

Assim como a pesquisadora afirma que a construção da Pessoa travesti se dá a partir de práticas e comportamentos produzidos por discursos situados em relações de poder e conformes a padrões de gênero e sexualidade que privilegiam a coerência e refreiam ambiguidades, o mesmo ocorre aqui em meu campo no que toca à Pessoa transexual: como afirmei no segundo capítulo, os saberes biomédicos operacionalizados como matriz de inteligibilidade servem aqui para dar sentido, para estabilizar a experiência de ser transexual perante o Judiciário e para estabelecer um lugar de verdade coerente e permanente em quem requer a mudança de nome e “sexo”.

A linguagem, as intervenções e as regulamentações da medicina (mas não só – lembremos que trajetórias biográficas que narram o desconforto e a inadequação com o “sexo” designado “desde a tenra infância” são esperadas por magistrados/as) são o meio de resolução adotado por julgadores/as para enfrentar as transformações pelas quais pessoas transexuais passam, dá-las sentido e minorá-las em prol de uma substância definidora que as equipararia a indivíduos “normais” e ao mesmo tempo preservaria o modelo sexo-gênero-desejo, construído como um dado da natureza. É uma forma de não só reconhecer a pessoa transexual enquanto Pessoa, encontrando um lugar para ela na lógica de apreensão de indivíduos como coerentes, indivisíveis, estáveis, como também uma forma de preservação da heteronormatividade e de normas que produzem gêneros

¹¹⁵ Sobre a impressionante influência de elementos religiosos em instituições, fenômenos e discursos que de modo algum sugerem uma aparente relação com a religião, afirma Robert Hertz: “As ideias secularizadas que ainda dominam nossa conduta nasceram em forma mística, no reino das crenças e emoções religiosas [...]. A vida em sociedade envolve um grande número de práticas que, sem ser integralmente parte da religião, estão estreitamente ligadas a ela” (1980: 104; 118).

¹¹⁶ Para acesso a outras formas de uso da noção de Pessoa para pensar em transformações de gênero e processos de subjetivação de pessoas trans*, ver Silvana Nascimento (2014).

enquanto binários, atemporais, categorias discretas imiscíveis e excludentes¹¹⁷.

Mas não só. O reconhecimento da/o requerente como pessoa faz parte de um processo mais amplo de reconhecimento de cidadania. Atestar que se está diante de uma pessoa transexual média ou verdadeira – e os requisitos para que esta afirmação se dê – é condição necessária para, em grande parte dos casos, afirmar sua titularidade a direitos. O mecanismo de passagem de uma ponta a outra – da pessoa, e, porque pessoa, à cidadã – se dá principalmente a partir de dois fatores: a mobilização do princípio da dignidade da pessoa humana e da averiguação do sofrimento que alocaria a pessoa transexual em um papel de vítima.

O princípio da dignidade da pessoa humana é uma das normas mais versáteis do ordenamento jurídico: ela pode ser acionada em diversos contextos distintos justamente em virtude do caráter vago e geral de seu texto e da natureza jurídica de princípios em contraposição a regras, como afirmei na introdução. No que toca aos casos que compõem meu recorte, quando magistrados/as pretendem autorizar a retificação, a presença do princípio na teia de argumentos tecida é quase unânime. Na Ação de Apelação Nº 0368330-41.2012.8.05.0001, tramitada no Tribunal de Justiça da Bahia e julgada em 22/10/2013, a desembargadora relatora Marcia Borges Faria, logo após demonstrar que este seria “um caso concreto de transexualismo”, assim afirma:

Conquanto é consabido que o direito ao nome e a dignidade da pessoa humana, consagrada como direito fundamental da ordem jurídica constitucional, **distingue a pessoa na sua vida em sociedade**, tutelando a sua filiação, sexo, nacionalidade, o momento de seu nascimento, **passando a significar a marca distintiva do indivíduo, sua indivisibilidade. O direito à personalidade, por sua vez, diz respeito à essência do indivíduo**, que deve ser respeitada em qualquer grau de jurisdição e em qualquer situação, **levando-se em conta que o transexual, antes de tudo, é cidadão**. Conforme disposto no art. 5º da Lei de Introdução ao Código Civil, deve o juiz, ao aplicar a lei ao caso concreto, atender e preservar o bem comum, delimitando não só a sociedade como um todo, mas o próprio indivíduo em si, sob pena de violar o princípio da dignidade da pessoa humana, elencado na Constituição da República Federativa do Brasil/1988. Nesta linha de raciocínio, depreende-se que se o sujeito se identifica com determinada identidade sexual, não podendo ser impedido de exercê-la, plenamente, em qualquer esfera social e jurídica. (negrito inserido por mim)

¹¹⁷ Esse reconhecimento de pessoas transexuais enquanto Pessoas se dá, concomitantemente, através da alocação de travestis e outras experiências de transformação de gênero em uma zona de ilegitimidade e desvio – reproduzindo, em muito, os fundamentos que subjaziam a produção das propriedades e fronteiras entre normalidade e monstruosidade. A ambiguidade, no que toca a gênero e sexualidade, ainda é temida – principalmente em instituições como o direito e a medicina que funcionam a partir de um sistema classificatório de identidades, corpos e comportamentos e a ele atribuem assimetrias de valor. Para uma análise mais detida do desenvolvimento das categorias “travesti” e “transexual” ao longo da história, da passagem da monstruosidade para o desvio e da conquista do protagonismo da ciência no processo de produção de verdades, ver Jorge Leite Jr. (2011).

Aqui já se nota a pressuposição de indivisibilidade de um indivíduo e a presença de certa essência enquanto elementos da pessoa humana e objeto de proteção. Da mesma forma, a reiteração de que “o transexual, antes de tudo, é cidadão” também é eloquente: não se diz “a requerente”, ou “a apelante”, ou sequer “o indivíduo”; diz-se “o transexual”. Mas a que melhor explicita a preeminência do princípio enquanto base de garantia de acesso a direitos a informar a interpretação de regras jurídicas é a Ação de Apelação Nº 1.0024.05.778220-3/001, processada no Tribunal de Justiça de Minas Gerais e julgada em 06/03/2009: afirma o desembargador Wander Marota, intercalando seu discurso sobre a importância do princípio com explicações sobre o que seria “transexualismo” e evidências de que a requerente não só seria portadora da “anomalia” como já teria sido submetida a cirurgia de transgenitalização:

As relações entre os particulares, atualmente, não são mais regidas pelo Direito Civil clássico, que consagrava o individualismo econômico e a propriedade. A Constituição Federal consagra em todo nosso ordenamento jurídico a proteção aos direitos fundamentais, buscando evitar transtornos decorrentes do direito positivista.

Os direitos fundamentais, hoje, são considerados como um conjunto de princípios que exprimem uma ordem de valores objetivada na Constituição. E, além da eficácia vertical, que obriga os poderes da República, possuem eficácia horizontal, aplicando-se de forma imediata nas relações entre os particulares.

Estes direitos estão todos calcados no princípio da dignidade da pessoa humana, dito elemento estruturante do Estado Democrático de Direito, e segundo o qual todo ser humano tem direito a ser respeitado como ser individual. [...]

A dignidade da pessoa humana, atributo fundamental do próprio Estado Democrático de Direito, consagra, de igual forma, e inclui, direitos da personalidade que devem ser observados por todos. A dignidade é um conceito plástico, abrangente, que ganha a dimensão que se convém prestar-lhe em cada caso concreto.

Os direitos da personalidade, segundo a doutrina mais aceita hoje, decorrem do reconhecimento da dignidade; a personalidade é o atributo genérico reconhecido a alguém para que seja sujeito de direitos e deveres; é a aptidão para titularizar a relação jurídica, tornando-se portador de todos os atributos decorrentes dos direitos da personalidade, dentre eles o direito ao nome.

A personalidade tem início com o nascimento com vida e só termina com a morte, sendo intransmissível e irrenunciável. Além disso, a personalidade confere ao ser humano os chamados "direitos da personalidade", que estão vinculados ao reconhecimento dos valores inerentes à pessoa humana,

imprescindíveis ao desenvolvimento de suas potencialidades físicas, psíquicas e morais, tais como a vida, a incolumidade física e psíquica, o próprio corpo, o nome, a imagem, a honra e a privacidade, entre outras. (negrito inserido por mim)

Mas usualmente esse princípio não é apenas afirmado enquanto parâmetro de avaliação do caso, enquanto fundamento de direitos básicos à vida como o direito à personalidade; com considerável frequência ele é relacionado não só à lógica patonormativa da “transexualidade/ismo” em geral mas especialmente com o sofrimento acarretado pela doença. Neste sentido, uma das decisões mais eloquentes é a que se refere à Ação de Apelação Nº 2012.0001.008400-3, processada no Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e julgada em 04/12/2013.

Os desembargadores concordaram unanimemente com a possibilidade de a requerente ter seu nome alterado, mas o que chama a atenção é a centralidade dada pelo relator Brandão de Carvalho às normas e regras jurídicas: mais do que as outras que compõem minha amostra, nesta o processo argumentativo se vale muito pouco de saberes biomédicos ou de qualquer esforço de categorização e classificação¹¹⁸; o voto do relator se limita a explorar princípios constitucionais, a Lei de Registros Públicos e jurisprudência. Isso não significa, contudo – e creio que ao longo da dissertação isso veio se tornando cada vez mais evidente – que se trate de um discurso objetivo, racional, duro; uma economia moral e de afetos está sendo acionada continuamente, como se pode ver no voto de Brandão de Carvalho:

A manutenção em registro de nascimento e em seus documentos de identificação da indicação de prenome que não corresponde ao modo pelo qual a parte recorrente aparece em suas relações com a sociedade, **equivale a deixa-la em situação incômoda, de incertezas, de conflitos, de retração, de angústia, o que causa abalos e embaraços múltiplos. É negar-lhe o direito de exercer sua cidadania em sua forma mais plena, de alçada constitucional.** [...] Não se pode permitir ou cancelar tratamento discriminatório, sendo explicitamente vedadas as que objetivem prejudicar, restringir ou até acabar com o exercício de direitos e liberdades, que por motivos de sexo, raça, etnia, cor, idade, origem e religião. **Não se pode olvidar que no exercício de sua mais ampla e irrestrita liberdade, o Sr. Pedro Rafael tem direito de buscar melhor qualidade de vida por meio de satisfação de suas aspirações**, e sua pretensão está representada, neste momento, pela alteração de seu prenome, o que, segundo consta em seu recurso, ficará ela “plenamente satisfeita com a mudança do prenome”.

De fato, o que se verifica é que sua satisfação é sentir-se bem com a sua

¹¹⁸Para explicitar esse aspecto da decisão que em tanto se distingue da maioria, cito: “Segundo consta na inicial e na Apelação bem elaboradas por Defensor Público Igo Castelo Branco Sampaio, Pedro Rafael é transexual. Não se pretende aqui definir o que é transexual, travesti, homossexual, não é atribuição da ciência de Ulpiano defini-los ou diferenciá-los, mas se deve voltar os olhos para critérios que igualem a todos e sejam capazes de permitir o exercício de sua condição de pessoa humana, sobrelevando-se o direito à liberdade e à dignidade humana”.

condição expressada por meio do seu nome e o que ele representa para si e para a coletividade, concretizando o seu direito à liberdade e à dignidade. É a identificação social e psicológica, conformação social entre o nome e a aparência, reconhecimento de sua condição de ser humano digno. Suas ações, modo de vida e opção pessoal não podem se constituir em meio de discriminação, mas, em realidade, **são motivos que revelam sua verdadeira identidade.** (negrito inserido por mim)

Notemos, aqui, a associação feita pelo relator entre uma decisão favorável e a eliminação de um possível sofrimento; o reconhecimento da cidadania e do acesso a direitos se dá justamente a partir desta eliminação e da viabilização de “melhor qualidade de vida” à requerente. Para além da já mencionada expectativa de narrativas de dor produzidas e qualificadas pela “doença”¹¹⁹, próprias de uma “pessoa transexual verdadeira”, há uma lógica de reconhecimento da titularidade a direitos como parte de uma economia moral que aciona a vulnerabilidade do/a requerente e sua exposição a riscos à integridade física – representados principalmente, já vimos em outras decisões, por atos auto infligidos como “mutilação e autoextermínio” – e psicológica – representadas pela não aceitação social, pelo preconceito e pelas interações sociais que evidenciam a transformação de gênero, como a apresentação de documentos nos quais consta o nome e o “sexo” designados a/ao requerente ao nascer.

É como se a experiência de “adoecimento” requeresse como contrapartida formas de promoção ou recuperação de saúde que apenas poderiam se dar no âmbito judicial – como se os Tribunais pudessem exercer um tipo de cuidado, nos termos de Ayres (2004:22), que ultrapassa aspectos meramente técnicos, alcança uma dimensão existencial e reivindica para si a responsabilidade de uma atitude terapêutica que possa levar o indivíduo a retomar seus projetos de vida e de felicidade¹²⁰ de certo modo determinados pelo contexto no qual se insere, mas também abertos à possibilidade de interação e reconstrução de elementos contingentes. A incompatibilidade entre identidade de gênero e documentos de identificação provocada em última medida pela doença causa sofrimento à pessoa transexual – e julgadores/as se veem no papel de corrigir esse descompasso e promover o bem-estar, a “normalidade” do/a requerente em termos jurídicos.

¹¹⁹ A ameaça do sofrimento e a imperatividade de o Judiciário combater sua possibilidade também são explicitadas na decisão referente a Ação de Apelação Nº 2011.034720-1, processada no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e julgada em 23/08/2011. O desembargador relator Saul Steil afirma: “Princípios fundamentais como a dignidade da pessoa humana devem ser resguardados, em um âmbito de tolerância, para que as decisões judiciais efetivamente sejam eficientes para amenizar o sofrimento humano, no sentido de amparar o ser humano em sua integralidade - física psicológica social e espiritual”.

¹²⁰ O autor define em outro momento “projeto de felicidade” como a “totalidade compreensiva na qual adquirem sentido concreto as demandas postas aos profissionais e serviços de saúde pelos destinatários de suas ações. Por isso mesmo, os projetos de felicidade constituem a referência para a construção de juízos acerca do sucesso prático de ações de saúde, seja no seu planejamento, execução ou na sua avaliação” (2007: 54-55). É possível estabelecer uma clara relação de analogia entre o sentido que a categoria assume no sistema de saúde e a lógica subjacente de julgadores/as que autorizam a mudança de nome e “sexo” a partir dos argumentos aqui elaborados.

Isso se dá porque o sofrimento posiciona a pessoa transexual em um status de vítima de uma patologia causada por um “desígnio da natureza”, como afirmou a juíza no caso Victor/Victoria, da incoerência e dualidade que a doença suscita, do preconceito generalizado. E é justamente esse lugar na qual os/as requerentes são inseridos que os/as tornam **merecedores/as** de intervenção e proteção estatal. Como afirma Lucas Freire (2015: 128), a construção de pessoas transexuais enquanto sujeitos de direitos se dá, inicialmente, a partir de sua produção enquanto indivíduos em situação de vulnerabilidade, enquanto vítimas, e pelo enfrentamento do principal fator que criou esse estado ao longo da vida da pessoa e ameaça seu futuro: a incompatibilidade.

Não pretendo aqui me estender na associação feita entre acesso a direitos, compaixão e economia moral; este tema foi tratado detidamente na já supracitada dissertação de mestrado de Freire. Aqui, gostaria de me centrar na relação entre sofrimento qualificado, vítima legítima e cidadania específica que ronda minha amostra. O primeiro e o segundo pontos já receberam maior atenção ao longo da dissertação, então o foco se dará sobre a relação entre eles e o terceiro ponto.

Cynthia Sarti (2009;2011) já havia demonstrado como a inserção na categoria de vítima foi se tornando um meio de legitimação moral de indivíduos e como isso se relaciona com uma resposta positiva a suas demandas de reivindicação de direitos. Afirma a autora que a forma como os movimentos sociais de cunho identitário penetraram e ganharam espaço na esfera jurídica marcou o modo como as esferas do Direito e da Saúde articularam violência, a construção prévia de uma figura legítima de vítima e o direito à atenção. Laura Moutinho também já ressaltou como a abertura política, o processo de elaboração de uma nova Constituição Federal e o corpo de direitos nela inscrito “consolidar[am] de modo complexo o capital social e político da ‘vítima’ no interior de uma ampla economia moral que articula demandas sociais e identitárias” (2014: 214-215).

Mas, como as duas autoras sugerem, “vítima” não se torna uma categoria universal, na qual quaisquer indivíduos se inserem: o processo de cristalização de identidades de determinados grupos sociais em cenários institucionais como o do Direito e o da Saúde faz com que recortes de gênero, raça, geração e classe se articulem na afirmação do merecimento dessa inserção – ao passo que a outros é negado o reconhecimento de que possam sofrer violência ou de algum modo ser vitimados. Sarti nos mostra, por exemplo, como um homem que afirma ter sido vítima de violência sexual é visto com confusão e perplexidade no serviço de atendimento a violência de um hospital, acostumado a tratar mulheres como únicas vítimas possíveis. A organização do serviço, assim, funciona a partir de uma definição prévia do que se entende como vítima e casos como este narrado por Sarti desestabilizam a norma.

Por trás da criação de padrões de sujeito autorizados a ocupar o espectro de vítima e a ter acesso a direitos específicos como à saúde – tanto no cenário estudado por Sarti quanto no meu –, há uma associação entre vitimização, merecimento e cidadania: com isso, quero dizer não apenas

que pessoas específicas (“pessoas transexuais verdadeiras”) e sofrimentos qualificados (causados pelo “transexualismo”) são reconhecidos judicialmente, mas que o reconhecimento de sua titularidade a direitos se dá porque, sendo pessoas específicas e tendo sofrimentos qualificados, são consideradas merecedoras de um rol determinado de direitos. Proponho, aqui, que a noção de cidadania não é universal ou garantida igualmente e nos mesmos termos a todos os indivíduos que nascem no território brasileiro; direitos (bem como a negativa deles, a possibilidade de sua violação e abuso) e obrigações são determinados a partir do reconhecimento da pessoa enquanto Pessoa e a partir da articulação de marcadores sociais como gênero, sexualidade, classe e raça.

José Murilo de Carvalho (2013[2001]) já havia dissertado longamente sobre o quanto o fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido: pensado enquanto titularidade a três grupos distintos de direitos – a saber, direitos políticos, civis e sociais – o caminho de acesso a sua totalidade, bem como as dimensões que preponderam ao longo do tempo e conforme variados grupos de indivíduos seriam diferentes em cada país (já que a luta por direitos se deu majoritariamente, por muitos anos, de modo circunscrito a suas fronteiras geográficas¹²¹) – e, dentro de cada país, marcados por uma série de recortes sociais.

Investigando a lógica de conquista de direitos ao longo da história brasileira de 1822 ao governo FHC, o autor sinaliza que diferentemente do padrão proposto por T.A. Marshall a partir do caso inglês, não tivemos o surgimento primeiro dos direitos civis, com ele os direitos políticos e apenas então os direitos sociais; Carvalho nos mostra como no Brasil a maior ênfase se deu, inicialmente, aos direitos sociais, implantados por Getúlio Vargas em um cenário ditatorial de supressão de direitos políticos e repressão de direitos civis. Para se referir a esse momento inicial de consolidação de garantias de direitos tão específico que se deu nos anos 30, o autor se vale de um termo de Wanderley Guilherme dos Santos: **cidadania regulada**. De acordo com este, trata-se de um conceito

cujas raízes encontram-se não em código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido como norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em leis. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que

¹²¹ Não pretendo me deter sobre este tema, mas tenho consciência do processo que vem se consolidando nas últimas décadas de internacionalização de instituições políticas, do reconhecimento de pessoas jurídicas globalizadas como ONGs, da influência de normativas internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e – principalmente nos últimos anos – do fortalecimento de instituições jurídicas transnacionais como espaço acionado para resolução de conflitos. Diversos fenômenos como esse influenciam meu campo de pesquisa – como a linguagem dos direitos humanos – mas não de modo acentuado o suficiente para merecer maior atenção nesta dissertação.

por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei (1979:75).

Esse rol de direitos diferenciados conforme a profissão ocupada pela pessoa e o seu reconhecimento estatal, afirma Carvalho, marcou o desenvolvimento da cidadania brasileira: quando da Constituinte de 1988, a organização de grupos específicos como forma de reivindicação e garantia de direitos também específicos influenciou esse momento pós-ditadura militar de reestruturação de um corpo de regras e normas próprios a um regime que se pretendia democrático e a um Estado de Direito. De acordo com o autor, “os benefícios sociais não eram tratados como direito de todos, mas como fruto da negociação de cada categoria com o governo” (2013:223).

Embora Carvalho se refira ainda a categorias profissionais e ao corporativismo que teria influenciado a reelaboração do rol de direitos em geral, mas em particular neste documento apelidado de “Constituição Cidadã”, gostaria de estender a lógica da cidadania regulada e da associação direta entre grupos de sujeitos e grupos de direitos ao modo como recortes de gênero, sexualidade, raça e classe produzem indivíduos cuja titularidade a certos direitos é reconhecida e a outros é negada. O caso de pessoas transexuais que requerem a retificação de nome e “sexo” em seus documentos é uma prova da produção estatal de atribuição diferenciada de direitos especiais.

A regulação não se dá apenas pelo meio legislativo. A produção discursiva de julgadores/as marcada pelo esforço pedagógico em determinar o que é transexualidade, travestilidade, homossexualidade, ser homem e ser mulher, dentre tantos outros, produz um sistema classificatório normativo. Quando as mesmas personagens transformam o encaixe perfeito de um indivíduo a uma dessas categorias em condição de acesso a direitos determinados – a cirurgias de transgenitalização, a hormonoterapia, a retificação de nome e “sexo”, por exemplo – está-se diante de algo muito próximo à cidadania regulada de Santos.

Mauro Cabral e Paula Viturro, analisando um campo muito similar na Argentina, utilizam a noção de “cidadania (tran)sexual” para designar o conjunto de expectativas estabelecidas a pessoas transexuais como requisito ao reconhecimento legal de sua identidade de gênero e do acesso a direitos específicos, mas também para ressaltar que a produção de uma cidadania diferenciada implica, no contexto observado, a produção de desigualdades e de hierarquias de cidadãos/ãs:

By sexual citizenship, we refer to that which enunciates, facilitates, defends and promotes the effective access of citizens to the exercise of both sexual and reproductive rights and to a political subjectivity that has not been diminished by inequalities based on characteristics associated with sex, gender and reproductive capacity. [...] (Trans)sexual citizenship in Argentina may be identified as a diminished, decreased citizenship and that the natures of such diminution seriously

compromises not only the *citizen* status of trans persons but also, centrally, their *human* status.

Esta categoria, bem como as já mencionadas “cidadania biológica” e “cidadania regulada” permitem compreender não só o processo de produção de subjetividade política de “pessoas transexuais verdadeiras” através de uma linguagem médico-científica e por meio de diagnóstico positivo e intervenções corporais – tendo, subjacente, a elaboração de uma matriz patonormativa de elaboração de identidades –, mas também a tessitura, prescritiva a partir de sua descrição, de pessoas legítimas, sofrimentos esperados e direitos diferenciados a serem concedidos em oposição a pessoas ilegítimas, sofrimentos invisibilizados e direitos negados a outras como travestis, por exemplo.

O que chama a atenção, contudo, é a forma como esse processo de validação de indivíduos e acesso a direitos controlados é apresentado como porta de entrada do pertencimento ao meio social “normal” – como se todos os requisitos, imperativos e limites apresentados à possibilidade de retificação de nome e “sexo” servissem apenas como formas de controle de sujeitos e de determinação dos que merecem ser tratados e inseridos no domínio de homens e mulheres “verdadeiros/as”. Novamente, a ação do Poder Judiciário e a decisão elaborada são representadas enquanto parte conclusiva da prática terapêutica iniciada com a inserção dos/as requerentes em programas de acompanhamento médico, e, portanto, última etapa do processo de “correção” do descompasso vivido pela pessoa ao longo de sua vida – desta vez, o reparo se dá não apenas em termos individuais, mas na forma como a pessoa se relaciona na sociedade na qual se insere.

A doença é retratada como o motivo pelo qual o indivíduo sofre e não se relaciona bem consigo mesmo – vide a possibilidade de auto inflição de dano –, mas também como a causa de sua marginalização e não participação do corpo social. O seu enfrentamento, assim, tanto na esfera da Saúde quanto do Direito é visto como fundamental à resolução de conflitos nestes domínios de escalas distintas, e para que, enquanto pessoa então “normal” que se amoldou aos padrões sociais – um “ser único”, como o advogado afirmou no caso Victor/Victoria – possa fazer parte enquanto sujeito político da sociedade na qual se insere. Assim podemos ver no voto do desembargador relator Rodrigues de Carvalho, na Ação de Apelação Nº 86.851-4/7, tramitada no Tribunal de Justiça de São Paulo e julgada em 21/08/2000:

Há uma dualidade dentro do próprio ser, que o impede de se bem relacionar e situar dentro da sociedade em que vive, dada a discriminação social existente, a ponto de se mutilar, sofrer, para não ser excluído. Note-se que entre um dos princípios que regem atualmente a Constituição Federal está a igualdade entre as pessoas. Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações perante a lei. Como não reconhecer essa igualdade aos que querem participar do convívio social,

submetendo-se à cirurgia de mudança de sexo, não para optar pelo gênero sexual masculino ou feminino, pois que não se trata de opção deliberadamente pensada, mas para encontrar sua própria personalidade, seu eu interior. **Portanto, não se pode deixar de reconhecer ao autor o direito de viver como ser humano que é, amoldando-se à sociedade em que quer fazer parte. E não quer viver o autor como marginalizado, como discriminado, num estado de anomia e anomalia. Ele quer simplesmente merecer o respeito de sua individualidade, de ser um cidadão, um indivíduo comum.** (negrito inserido por mim)

O relator, aqui, afirma taxativamente que o caráter marginalizador e desestabilizador da “doença” e que seu enfrentamento tanto em âmbito médico quanto jurídico são as soluções encontradas para que abandone o “estado de anomia e anomalia” – para que deixe de ocupar o exterior da norma e da normalidade. Essa transição de espaços ocupados se dá, como vimos ao longo da dissertação, pela demonstração do diagnóstico positivo e da permanência da doença, pelo seu tratamento a partir da cirurgia de transgenitalização e pela conformidade a padrões de gênero e sexualidade articulados a moralidades de modo que, no entendimento de magistrados/as, se não podem ser, pelo menos pareçam homens e mulheres verdadeiros/as, legítimos/as, aceitáveis.

A busca dessa harmonia pela observância de normas sociais, e não problematização dessas próprias normas que conformam subjetividades e patologizam experiências também pode ser notada na Ação de Apelação Nº 168.241-3, processada no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e julgada em 28/06/2005. Ao direito se atribui o dever de enfrentar o problema e reinserir a requerente à sociedade a partir da mudança do nome. O desembargador Mario Helton Jorge afirma:

A situação de fato (realidade) apresentada pelo requerente não pode ser ignorada, pela ausência de legislação específica para a solução da questão, **sob pena de mantê-lo esquecido e marginalizado, condenado a viver no submundo**, obrigando-o a utilizar-se de documentos que o exponham a vexame e humilhação, em flagrante afronta ao exercício do direito fundamental de personalidade da pessoa humana. [...] É nos princípios que reside o aporte seguro para a solução da mudança do **sexo jurídico** e conseqüentemente do nome do requerente, porquanto sem a alteração será violado o seu direito à intimidade e a honra, em face do constrangimento a que está submetido, em cada oportunidade que se identifica. **A busca da felicidade (emancipação) do requerente não pode ser impedida pelo direito, mantendo-o no estado de anomia e a anomalia, de forma a expressar o desprezo da realidade em flagrante discriminação.** (negrito inserido por mim)

Quando se leva em consideração tanto a exigência de se submeter a experiência transexual a um paradigma patonormativo quanto a expectativa de criação de aparência de homens e mulheres “normais”, o efeito é tanto contraditório quanto eloquente no que toca aos mecanismos de controle

estatal das identidades de gênero e dos processos de subjetivação de pessoas transexuais. Sobre o tema, afirma Toby Beauchamp:

Thus two major forms of surveillance operate relative to trans people in the medical and psychiatric institutions. The first is the monitoring of individuals in terms of their ability to conform to a particular medicalized understanding of transgender identity and performance. But more salient to my argument is the second component, which is the notion that the primary purpose of medical transition is to rid oneself of any vestiges of non-normative gender: to withstand and evade any surveillance (whether visual, auditory, social, or legal) that would reveal one's trans status. To blend. To pass. Medical Science relies on standardized, normative gender presentation, monitoring trans individuals' ability to pass seamlessly as non-trans. Medical surveillance focuses first on individuals' legibility as transgender, and then, following medical interventions, on their ability to conceal any trans status or gender deviance (2013:47).

Isso pode ser aplicado da mesma forma ao Poder Judiciário brasileiro. A cidadania transexual, para usar o termo de Cabral e Viturro, apresenta uma série de condições e limites aos indivíduos que pleiteiam sua aquisição porque se apresenta como uma porta de entrada ao mundo da “normalidade”, da verdade, da legitimidade. É o que permite que, pelo menos “em aparência”, a pessoa transexual seja vista como um indivíduo comum em suas relações econômicas, políticas, jurídicas, de afeto. Todo esse doloroso processo ao qual se submetem corresponde a um intrincado mecanismo de adequação a normas de gênero e à matriz heteronormativa apresentadas enquanto naturais, dados da realidade que organizam a sociedade e a subjetividade política. Primeiro os/as requerentes são lidos/as pela lógica do problema – afinal, a instabilidade e fluidez de seus corpos e gêneros precisam de uma explicação que não vulnerabilize as ditas matriz e normas –; depois, encontra-se uma solução. E, por fim, eliminada ou escondida qualquer forma de doença, podem ser reconhecidos/as enquanto normais, comuns.

Isso não significa que não continuem representando perigo; vimos como o risco de casamento causa pânico, bem como a possibilidade de “contaminação” que possam representar a cidadãos/ãs “de boa-fé”. Também não significa que, mesmo com a autorização ao pertencimento, não sejam submetidos/as a exclusão, violações de direitos ou qualquer forma de violência em virtude de não reconhecimento de sua cidadania ou sequer de seu caráter de pessoa após a autorização de mudança de nome e “sexo”. Contudo, saber os efeitos produzidos pelo encontro entre pessoas transexuais e Estado representado por magistrados/as foge ao escopo desta pesquisa e apenas é possível enquanto elucubração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dizem que pesquisa boa é aquela que, no seu desenrolar, nos faz abandonar nossas hipóteses, tem reviravoltas de campo, nos estimula a repensar as certezas que tínhamos e os caminhos que traçamos no início. Neste sentido posso dizer, sem sombra de dúvidas, que a pesquisa empreendida aqui foi ótima: nesta reta final, ainda tento entender todas as transformações que revolucionaram – no sentido de “modificar”, mas também “convulsionar” – meu olhar sobre as decisões e os/as que as produziram.

Quando da elaboração do projeto de pesquisa para a seleção de mestrado, minhas impressões sobre o Poder Judiciário eram consolidadas: tratava-se de uma instituição hermética, que acionava o monopólio da aridez do linguajar jurídico e dos caminhos labirínticos do processo para dificultar o acesso e a compreensão de seu *modus operandi*. Estava certa de que era isso que permitia seu encastelamento e sua contínua produção de verdades que poderiam ser dificilmente questionadas. Ao longo da coleta e da análise de dados, esse lugar ocupado pelos Tribunais foi aos poucos sendo problematizado e refeito.

O Judiciário é considerado por muitos/as como a instituição mais antidemocrática dos três Poderes: é o único em que seus/suas principais representantes não são eleitos/as por voto popular, mas por concurso público de provas e títulos para ingresso na carreira na função mais “baixa” de juiz/a substituto/a – tendo acesso ao segundo grau pelo que a Constituição Federal determina como “antigüidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância” (BRASIL, 1988)¹²². É também fortemente elitizado, já que para se alçar ao cargo de juiz/a, desembargador/a ou ministro/a é necessário, no mínimo, bacharelado em Direito, e apenas nos últimos anos o aumento considerável do número de Faculdades privadas vem levando à popularização do curso e à proliferação de bacharéis¹²³.

Mas os Tribunais vêm se mostrando um espaço cada vez mais aberto à resolução de conflitos e à regulamentação de temas contemporâneos, de modos completamente distintos. No que toca a casos como o da retificação de registro civil, a existência de diversos projetos de lei que

¹²² Com exceção do quinto constitucional, previsto na Constituição Federal. De acordo com seu artigo 94: “Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes”.

¹²³ De acordo com essa matéria publicada em 2011 pelo Jornal do Brasil, existiriam à época 1.174 cursos de direito no país – um aumento de 612% em relação aos 165 registrados em 1991. O então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante, afirmou à época que o aumento do acesso de pessoas ao curso não seria necessariamente positivo se o ensino oferecido é de má qualidade. Ele chegou a utilizar a expressão “estelionato educacional” para se referir aos serviços prestados por certas faculdades privadas. Para ler a notícia na íntegra, ver: <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2011/06/17/numero-de-faculdades-de-direito-chega-a-mais-de-mil/> (último acesso em: 19/06/2015)

pretendam regulamentar o tema é conhecida: de acordo com o Estudo Sobre Direitos Sexuais e LGBT* no Brasil, há Projetos de Lei sobre o tema apresentados desde 1995 (OLIVEIRA, 2013). O mais recente é o PL Nº 5002/2013 baseado na Ley de Identidad de Género argentina, mais conhecido como PL João Nery, de autoria de Jean Wyllys (PSOL/RJ) e Erika Kokay (PT/DF).

Nenhum dos PLs sobre o tema (em verdade, 6 foram apensos ao de 1995) está sequer perto de ser aprovado¹²⁴, e o congresso eleito em 2014 foi considerado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar o mais conservador da história brasileira desde 1964¹²⁵. A confiança da população brasileira no Legislativo é historicamente baixa, como o próprio José Murilo de Carvalho afirma (2013: 222) e dados atuais atestam: de acordo com pesquisa do Datafolha publicada em março de 2015, 9% da população brasileira avalia positivamente o Congresso Nacional e outros 50% acreditam que sua atuação seja ruim ou péssima¹²⁶. O trâmite de deliberação de um Projeto de Lei é também consideravelmente lento e influenciado por interesses políticos da bancada. Não me parece possível que haja qualquer possibilidade de garantia de direito a identificação civil de pessoas transexuais em termos de Poder Legislativo na atual conjuntura política.

Em comparação, o Judiciário vem se tornando cada vez mais atraente enquanto via de demanda por direitos, a começar pelo acesso facilitado à justiça nos últimos anos. A criação e expansão das Defensorias Públicas Estaduais vêm permitindo que pessoas que não teriam condições de arcar com os honorários de advogados/as e com as custas exigidas ao longo do processo pudessem enfim ter assistência jurídica gratuita e acesso aos serviços do Judiciário com uma redução considerável de gastos. Também é necessário ressaltar que a institucionalização dos movimentos sociais de populações LGBT* e sua maior participação em projetos governamentais levou a uma expansão de serviços de assessoria jurídica promovidos por ONGs e à criação de núcleos especializados em Defensorias Públicas. O foco nesta temática facilitou o atendimento a demandas específicas e a expansão de plataformas de reivindicação de direitos.

Aliada a essa conjuntura de suspeição do Legislativo, de desenvolvimento de canais institucionais de movimentos sociais LGBT e de popularização do acesso à justiça, vemos um histórico processo de expansão do acionamento do Poder Judiciário para viabilizar, restringir e/ou

¹²⁴ O primeiro PL apresentado, de acordo com o registro feito por Rosa Oliveira, é o de número 70/1995 e sua última movimentação ocorreu em 19/03/2014; o deputado Jean Wyllys havia feito dois requerimentos – um que demandava o desapensamento do PL João Nery deste PL de 1995 e outro que pleiteava que fosse declarada a sua prejudicialidade, em virtude de seu anacronismo causado pela série de novas regulamentações sobre o tema que ocorreram no decorrer de quase 20 anos desde sua apresentação. O primeiro requerimento foi concedido em fevereiro e o segundo foi negado em março, na data citada. Mais dados em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15009> (último acesso em 20/06/2015)

¹²⁵ A mídia se manifestou profusamente sobre o tema, como podemos ver em:

<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528> (último acesso em 20/06/2015) e <http://www.valor.com.br/politica/3843910/nova-composicao-do-congresso-e-mais-conservadora-desde-1964> (último acesso em 20/06/2015)

¹²⁶ Leia a íntegra dos dados publicados em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/03/1604505-reprovacao-ao-governo-dilma-atinge-62-e-e-mais-alta-desde-collor.shtml> (acesso em 20/06/2015)

operar ingerência sobre a administração de políticas públicas e legislar. O evento que facilitou o exercício destas atividades, afirmam cientistas políticos como Matthew Taylor e Luciano Da Ros (2008), foi o estabelecimento na Constituição Federal de 1988 de um sistema de controle judicial da constitucionalidade das leis sob responsabilidade das Cortes Superiores – a saber, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal. Esse poder de revisão constitucional dá autoridade necessária a julgadores/as que compõem esses Tribunais para invalidar atos do Poder Executivo e do Legislativo sob a justificativa de que violam regras inscritas na Constituição Federal.

O seu acionamento se dá cada vez mais a partir de um intuito de política legislativa na medida em que o interesse dos/as que propõem a demanda é a mudança de políticas públicas e regras – que nos últimos anos envolvem cada vez mais temas relacionados a questões de gênero e à temática LGBT*¹²⁷: assim, por exemplo, em maio de 2011 os/as ministros/as do STF reconheceram a união estável entre pessoas do mesmo “sexo”¹²⁸; em abril de 2012, por sua vez, decidiram por oito votos a dois descriminalizar a interrupção de gravidez em caso de anencefalia do feto¹²⁹.

Contudo, afirma Alec Stone-Sweet (2000:21), essa manipulação de normas constitucionais em casos nos quais há um vácuo legal não ocorre apenas em Cortes Superiores; juízes/as ordinários/as também interpretam e aplicam artigos e incisos do principal documento legal do país em um processo que pode parecer de simples tomada de decisão, mas que se torna, nesse espaço de litigância, reelaboração judicial de regras que se referem, de certo modo, a capacidades e limitações de diferentes órgãos do Estado. Trata-se de uma forma de problematizar e repensar a separação entre os Poderes, mas também de instituir, em muitos casos, um imperativo político e moral de reelaboração de parâmetros jurídicos.

Em minha amostra isso é evidente. A tomada de uma decisão que contrarie preceitos legais

¹²⁷ Ainda tramita no STF a Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 4275, proposta pela então procuradora geral da república Débora Duprat e que pleiteia o reconhecimento do direito de pessoas transexuais de mudarem prenome e “sexo” em documentos de identificação independentemente de cirurgia de transgenitalização. O pedido de Duprat foi protocolado em 21/07/2009.

¹²⁸ A decisão corresponde a julgamento da Ação Direta de Constitucionalidade Nº 4277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental Nº 132, e os votos elaborados pelos/as ministros/as têm uma importância política que precisa ser ressaltada em termos de reconhecimento de direitos e de cidadania e de condenação a moralidades que levam a suas violações. Ayres Britto afirma, por exemplo, que “em suma, estamos a lidar com um tipo de dissenso judicial que reflete o fato histórico de que nada incomoda mais as pessoas do que a preferência sexual alheia, quando tal preferência já não corresponde ao padrão social da heterossexualidade. É a velha postura de reação conservadora aos que, nos insondáveis domínios do afeto, soltam por inteiro as amarras desse navio chamado coração”. Para ler os votos dos/as julgadores/as na íntegra:

<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635> (último acesso em 22/06/2015)

¹²⁹ O acórdão referente a essa Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental Nº 54 também é paradigmático. Marco Aurélio e Cármen Lúcia citaram Simone de Beauvoir, e Ayres Britto fez a seguinte declaração: “[...] ‘o grau de civilização de uma sociedade se mede pelo grau de liberdade da mulher’. Sentença oracular de Charles Fourier. Foi nesse momento que, na penúltima assentada, eu pude dizer que se os homens engravidassem, a autorização, a qualquer tempo, para a interrupção da gravidez anencéfala já seria lícita desde sempre. E, aqui, o que se pede – não me custa lembrar – é o reconhecimento que tem a mulher gestante de um organismo ou de um feto anencéfalo, o direito que ela tem de escolher, de optar”. Para ler os votos dos/as julgadores/as na íntegra:

<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3707334> (último acesso em 22/06/2015)

mais estritos é vista como necessária, obrigatória até, para se garantir a observância de preceitos constitucionais mais amplos e para que o Judiciário não permaneça “estagnado” diante da passagem do tempo, das transformações sociais e da mudança de valores como o Legislativo. No acórdão referente à Ação de Apelação Nº 2007.3.004934-0, tramitada no Tribunal de Justiça do Pará, o desembargador relator Leonam Gondim da Cruz Junior faz a seguinte afirmação:

Assim, devem ser considerados, no momento da interpretação, além das normas determinadas, os princípios constitucionais e a realidade a ser tratada com suas metamorfoses e necessidades. Como lecionava Carlos Maximiliano (1984, 126): como todo cultor de ciência relacionada com a vida do homem em comunidade, **não poderá fechar os olhos à realidade; acima das frases, dos conceitos, impõem-se, incoercíveis, as necessidades dia a dia renovadas pela coexistência humana, proteiforme, complexa.**

O dinamismo da vida moderna não pode ser limitado por regramentos conflituosos entre a realidade fática e o ordenamento abstrato e muitas vezes arcaico. As leis, lato sensu, devem acompanhar a evolução da sociedade. Sua interpretação deve levar à solução dos conflitos gerados pelas novas tecnologias e possibilidades de alteração de situações extraordinárias. (negrito inserido por mim)

Podemos ver que a preocupação em se deter sobre a realidade e em seguir o “dinamismo da vida moderna” se dá em oposição ao “ordenamento abstrato e muitas vezes arcaico”, como se a função do/a julgador/a fosse justamente servir de intérprete e reelaborador/a de regras escritas de modo que elas se adequem às transformações e demandas do meio social; mas afirmações quanto à lentidão do processo legislativo e à reforma de documentos legais pode ser melhor observada no já citado acórdão referente à Ação de Apelação Nº 168.241-3, processada no Tribunal de Justiça do Paraná e julgada em 28/06/2005. O desembargador relator Mario Helton Jorge declara que

Nota-se que as normas registrais ao acolherem a declaração do sexo apenas pela observação do aspecto morfológico (genitália), ignorou, ao seu tempo, a possibilidade de a verdade sexual morfológica não corresponder a verdade sexual psicológica, **não acompanhando a evolução da ciência para se antecipar das demandas sociais.**

É certo que dormita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 70, prevendo a modificação do art.129 do CP e art. 58 da LRP para a alteração do sexo.

É evidente, ao contrário do que se possa imaginar, que **não existe em nenhum lugar, como registra Novoa Monreal, “legislador atento a essas transformações, e ágil em sua elaboração preceptiva”, de forma a evitar desequilíbrios “elaborando novas normas que tivessem por finalidade pôr em dia as regras ultrapassadas, para manter sempre um direito viçoso e atualizado”.**

O legislador não é capaz de se antecipar às demandas sociais, razão pela qual

se torna imprescindível a intervenção do juiz para o exame de todas as particularidades, que fazem brotar, caso a caso, a antiga discussão sobre a existência, ou não de lacunas no ordenamento jurídico, que, contudo, perdem a relevância, à luz da diretriz que o obriga a julgar nos termos do artigo 4º da LICC e 126 do CPC, o que induz a conclusão de que o ordenamento é dinamicamente completo, através de uma auto-referência ao próprio sistema jurídico, ou aos sistemas estrangeiros, no contexto da heterointegração das normas, no dizer de Lênio Streck.

Para tanto, embora seja clássica a afirmação de que o ordenamento jurídico nem sempre contém regra específica para solucionar a questão concreta, a boa exegese não pode dispensar embasamento em valores e princípios. (itálico conforme o original, negrito inserido por mim)

O Judiciário é apresentado, assim, não como hermético, encastelado, insensível às demandas e às transformações sociais. Muito pelo contrário: de acordo com os/as magistrados/as, aos Tribunais e seus/suas representantes cabe a tarefa imprescindível de atentar para práticas, conflitos, valores e saberes que se apresentam e se transformam com o passar dos anos, de modo a interpretar o corpo de normas e regras de acordo com a “realidade” – mediando a relação entre sociedade e ordenamento jurídico e superando a fixidez das regras escritas.

Isso se daria, inclusive, através de uma maior porosidade a certos saberes, como os biomédicos e *psi* – com os quais uma relação já histórica vem se consolidando. Seus termos, no entanto, estão em constante transformação e reelaboração: assim, por exemplo, se antes apenas uma avaliação anatômica poderia ser suficiente para determinar se uma pessoa é homem ou mulher, nos últimos anos testes como o de cariótipo são cada vez mais requeridos como uma forma de “descobrir” seu “sexo verdadeiro”. Em verdade, muitos/as julgadores/as instam o Poder Judiciário ao rompimento com conservadorismos e à abertura para novas identidades, formas de afeto, práticas e valores tendo a ciência e o que consideram seu progresso contínuo como modelo – ainda que os sentidos de ciência sejam limitados a domínios específicos¹³⁰. No também já citado acórdão que julgou a Ação de Apelação Nº 86.851.4/7, tramitada no Tribunal de Justiça de São Paulo e julgada

¹³⁰ Ainda que paulatinamente, outras disciplinas vêm ganhando espaço enquanto referências de produção de conhecimento sobre transexualidade: nos acórdãos referentes às Ações de Apelação Nº 70022504849, Nº 70030772271 e Nº 70030504070, processadas no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e julgadas respectivamente em 16/04/2009, 16/07/2009 e 29/10/2009, o desembargador relator Rui Portanova chega a citar um excerto do livro “O que é transexualidade”, de Berenice Bento; em verdade, nesta última decisão ele assevera que “ao direito não cumpre definir o que é um transexual ou um travesti. Tais categorias fazem parte sim da esfera de atuação das demais ciências sociais, como a sociologia e a antropologia. Aliás, em pesquisas que fiz [...], ficou claro o quão avançados encontram-se tais ramos das ciências sociais no que diz com o presente tema”. A visibilização de ciências sociais como antropologia e sociologia e de seus/suas respectivos/as pesquisadores/as ainda é muito restrita ao TJRS, e por isso não recebe maior destaque nesta dissertação – contudo, esta especificidade é digna de nota e indica o diálogo que seus/suas representantes estabelecem com áreas para além das biomédicas, bem como de que modo esse diálogo influencia seu fazer decisório.

em 21/08/2000, o desembargador relator faz uma defesa da inspiração dada pela ciência:

O Direito é dinâmico e temporal, devendo, por isso mesmo, amoldar-se às necessidades sociais, assim entendido como técnica de equilíbrio dos interesses coletivos. É certo que é difícil para o Direito acompanhar, no mesmo ritmo, o desenvolvimento da sociedade como um todo, mormente no campo social e científico. E isto é devido à celeridade, rapidez desses processos evolutivos que, ajustados aos meios de comunicação - satélites, telefonia celular, internet -, tornaram o mundo globalizado. Contudo, não se pode ficar indiferente às modificações sociais e científicas em nosso meio. Elas existem e contrastam com os arquétipos que herdamos dos povos e civilizações que nos precederam. [...] Devemos sempre olhar para o futuro, para a modernidade. [...] Vejam-se, aqui, como exemplo, os progressos da medicina, uma das áreas científicas que mais se destacou neste século, com um crescimento alarmante. Lembre-se que, no início deste século, as pessoas padeciam de males que hoje são tratados com extrema facilidade, dada a existência de diversos medicamentos, mesmo que se considere a desproporção entre a porcentagem da população mundial daquela época e a contemporânea. Também, o diagnóstico das doenças atualmente é bem mais incisivo e eficaz. De outra parte, novas doenças foram descobertas pela humanidade, ainda que, para algumas, não se conheça a cura. Mas tudo isto é uma questão de tempo.

A crença no poder da medicina de descobrir a verdade e de se superar e sofisticar a cada momento é explicitada em oposição às dificuldades do Direito em “acompanhar, no mesmo ritmo, o desenvolvimento da sociedade como um todo” – em termos de elaboração e reforma de leis ainda mais do que no Judiciário. É claro que, em última instância, essa crença é problemática; é só atentarmos para a última frase do excerto, sobre as “novas doenças [que] foram descobertas pela humanidade”: a preponderância dada aos saberes biomédicos é o que permite, como vimos no segundo capítulo, naturalizar normas de gênero, patologizar vivências, exigir intervenções e criar uma matriz de inteligibilidade que torne certas pessoas inteligíveis e legítimas porque obedientes ao modelo cuja adequação é apresentada como necessária e outras ininteligíveis e ilegítimas porque não se adequam a esse modelo e desafiam seu paradigma explicativo.

Não pretendo me deter sobre o lugar desigual em que são inseridos grupos de pessoas e cidadãos/ãs: creio que ao longo da dissertação isso deve ter se mostrado cada vez mais óbvio. Gostaria, aqui, de ressaltar que o Poder Judiciário, ainda que seja um espaço de silenciamento de indivíduos, imposição de padrões de gênero e sexualidade pautados por regimes de moralidade e reprodução de um olhar patologizante sobre as experiências de transformação de gênero, é também um cenário possível de negociação em meio a sistemas classificatórios e de reivindicação de

direitos determinados.

Mais do que isso: ele é um espaço cada vez mais aberto e acessível de contínua (re)produção e (res)significação de categorias, normas e valores. Se há algo que, creio, as decisões e quem as escrevia foram me mostrando é que nada está dado ou fixo, estável ou harmonioso: há uma contínua tensão e conflito entre julgadores/as e legisladores/as, julgadores/as, advogados/as e promotores/as, juízes/as e desembargadores/as, bem como desembargadores/as entre si; os Tribunais se apropriam da linguagem, regras e procedimentos de outros saberes, transformam o sentido de regras e princípios, produzem novas leis. Dar conta de tudo isso em uma dissertação de mestrado é fisicamente impossível – mas esse é só o começo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMS, Philip. Notes on the Difficulty of Studying the State. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (ed.). **The anthropology of the state: a reader**. Malden, Oxford and Victoria: Blackwell Publishing, 2006.
- ABREU, Caio Fernando. **Onde andar Dulce Veiga?** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- ADAMS, Tony et al; EDWARDS, Blake. **Victor Victoria**. [Filme-vídeo]. Produção de Tony Adams et al, direção de Blake Edwards. Estados Unidos da América, Warner Brothers Archive Collection, 1982. 1 DVD, 133min. Cores, som.
- AMARAL, Francisco. **Direito civil**: introdução. 6^a ed. revista, atualizada e aumentada. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- ANDRADE, Carlos Drummond. Essência, existência. In: **Fala, amendoeira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- AUSTIN, John Langshaw. **How to do things with words**. 2nd edition. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1975.
- AYRES, José Ricardo Carvalho de Mesquita. O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde. In: **Saúde e Sociedade** V. 13, n. 3, p. 16-29, set.-dez. 2004.
- _____. Uma Concepção Hermenutica de Saúde. In: **PHYSIS**: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 17(1): 43-62, 2007.
- BARBOSA, Bruno. **Nomes e diferenças**: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- _____. “Doidas e putas”: usos das categorias travesti e transexual. In: **Sexualidad, Salud y Sociedad** - Revista Latinoamericana. N. 14, ago.2013, pp. 352-379, dossier n. 2.
- BEAUCHAMP, Toby. Artful Concealment and Strategic Visibility: Transgender Bodies and U.S. State Surveillance After 9/11. In: STRYKER, Susan; AIZURA, Z. Aren (ed.). **The Transgender Studies Reader 2**. New York and London: Routledge, 2013.
- BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BENJAMIN, Harry. Transsexualism and Transvestism as Psycho-Somatic and Somato-Psychic Syndromes. In: STRIKER, Susan; WHITTLE, Stephen (ed.). **The Transgender Studies Reader**. New York: Routledge, 2006
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BIEHL, João; PETRYNA, Adriana. Bodies of rights and therapeutic markets. In: **Social Research**,

2011, 78(2), pp. 359-386.

BIEHL, João *et al.* Between the Court and the clinic: Lawsuits for medicines and the right to health in Brazil. **Health and Human Rights: An International Journal**, 2012, 14(1), pp. 1-17.

BRASIL. **Lei 3.268, de 30 de setembro de 1957**. Dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 30 set 1957.

_____. **Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 fev 1967.

_____. **Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan 1973.

_____. **Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Diário Oficial, p. 13528, 31 dez 1973.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 191-A, 5 out 1988.

_____. **Lei 8.625, de 12 de fevereiro de 1993**. Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências. Diário Oficial, p. 1997, 15 fev 1993.

_____. **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p.1, 11 jan 2002.

BUTLER, Judith. **El grito de Antígona**. Barcelona: El Roure Editorial, 2001.

_____. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. 2ª ed. Buenos Aires: Paidós, 2008.

_____. Desdiagnosticando o gênero. In: **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 19 [1]: 95-126, 2009.

_____. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CABRAL, Mauro; VITURRO, Paula. (Trans)Sexual Citizenship in Contemporary Argentina. In: CURRAH, Paisley; JUANG, Richard M.; MINTER, Shannon Price (ed). **Transgender Rights**. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2006.

CARRARA, Sergio. **Crime e loucura**: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século. Rio de Janeiro: EdUERJ; São Paulo: EdUSP, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CAULDWELL, David O. Psychopathia Transexualis. In: STRIKER, Susan; WHITTLE, Stephen (ed). **The Transgender Studies Reader**. New York: Routledge, 2006

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Candido Rangel. **Teoria geral do processo**. 24^a ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM N° 1246/1988**. Código de Ética Médica. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 26 jan 1988. Seção 1, p. 1574-77.

_____. **Resolução CFM N° 1482/1997**. Autoriza a título experimental, a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia e ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários com o tratamento dos casos de transexualismo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 set 1997. Seção 1, p. 20.994.

_____. **Resolução CFM N° 1652/2002**. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM n° 1482/1997. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 232, 2 dez. 2002. Seção 1, p. 80.

_____. **Resolução CFM N° 1955/2010**. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM N° 1652/2002. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 set. 2010, seção 1, p.109-110.

COOPER, T. **Real Man Adventures**. New York: McSweeney's, 2013.

CORRÊA, Mariza. A toca do coelho: o que há num nome? In: CABRAL, João Pina & VIEGAS, Susana de Matos (org.) **Nomes: gênero, etnicidade e família**. Coimbra: Edições Almedina, 2007.

COYOTE, Ivan. Top Surgery. In: SPOON, Rae; COYOTE, Ivan. **Gender Failure**. Vancouver: Arsenal Pulp Press, 2014.

CURRAH, Paisley; MOORE, Lisa Jean. “We won’t know who you are”: Contesting Sex Designations in New York City Birth Certificates. In: STRYKER, Susan; AIZURA, Z. Aren (ed.). **The Transgender Studies Reader 2**. New York and London: Routledge, 2013.

DAS, Veena. Suffering, Legitimacy and Healing: The Bhopal Case. In: **Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India**. New Delhi: Oxford University Press, 1996.

_____. The Signature of the State: The Paradox of Illegibility. In: DAS, V.; POOLE, D. (ed.). **Anthropology in the Margins of the State**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

DERRIDA, Jacques. Signature Event Context. In: **Limited Inc**. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 1988.

DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

ENKE, A. Finn. The Education of Little Cis: Cisgender and the Discipline of Opposing Bodies. In: STRYKER, Susan; AIZURA, Z. Aren (ed.). **The Transgender Studies Reader 2**. New York and London: Routledge, 2013.

EVANS, Charles et al; POLLACK, Sydney. **Tootsie**. [Filme-vídeo]. Produção de Charles Evans et al, direção de Sydney Pollack. Estados Unidos da América, Sony Pictures Home Entertainment,

1982. 1 DVD, 116min28s. Cores, som.

FASSIN, Didier. Compassion and Repression: The Moral Economy of Immigration Policies in France. In: **Cultural Anthropology**, vol. 20, n.3, pp.362-287, aug. 2005.

_____. **When Bodies Remember**: Experiences and politics of AIDS in South Africa. Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press, 2007.

_____. Another Politics of Life is Possible. In: **Theory, Culture & Society** 2009 (SAGE, Los Angeles, London, New Delhi, and Singapore), Vol 26(5): 44-60.

FAUSTO-STERLING, Anne. Sexing the Body: Gender Politics and the Construction of Sexuality. New York: Basic Books, 2000.

FELTRAN, Gabriel. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. **Revista de Antropologia**, 53(2), São Paulo, USP, 2010.

FOGELSON, Andrew et al; GOTTLIEB, Lisa. **Just One Of The Guys**. [Filme-vídeo]. Produção de Andrew Fogelson et al, direção de Lisa Gottlieb. Estados Unidos da América, Sony Pictures Home Entertainment, 1985. 1 DVD, 90min. Cores, som.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder; O nascimento da medicina social; Soberania e disciplina. In: **Microfísica do poder**. 27ª reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. Introduction. In: BARBIN, H. **Herculine Barbin**: being the recently discovered memoirs of a nineteenth-century French hermaphrodite. New York: Vintage Books, 1980.

_____. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. 19ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

_____. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **Os anormais**. 2ª ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2012.

FREIRE, Lucas Magalhães. **A máquina da cidadania**: uma etnografia sobre a requalificação civil de pessoas transexuais. 2015. 192f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: **Para inglês ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GINSBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIUMBELLI, Emerson. Para além do “trabalho de campo”: reflexões supostamente malinowskianas. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** Vol. 17, nº 48, fevereiro/2002.

GLUCKMAN, Max. **The Judicial Process Among the Barotse of Northern Rhodesia**. Manchester: Manchester University Press, 1955.

_____. The Reasonable Man in Barotse Law. In: **Order and Rebellion in Tribal Africa: Collected Essays with an Autobiographical Introduction**. London: Routledge, 1963.

GRAHAM, Mark. Emotional Bureaucracies: Emotions, civil servants and immigrants in the Swedish Welfare State. In: **Ethos**, 30 (3), pp.199-226, 2003.

GREENBERG, Julie A. Defining Male and Female: Intersexuality and the Collision Between Law and Biology. In: **Arizona Law Review**, Vol. 41, 1999. Pp. 265-328.

GUPTA, Akhil. Blurred Boundaries: The Discourse of Corruption, the Culture of Politics, and the Imagined State. In: **American Ethnologist**, 22(2), 1995, pp. 375-402.

_____. **Red tape: bureaucracy, structural violence and poverty in India**. Durham and London: Duke University Press, 2012.

HERTZ, Robert. A preeminência da mão direita: um estudo sobre as polaridades religiosas. In: **Revista Religião e Sociedade**, v. 6, 1980. pp. 99-128.

HIRSCHFELD, Magnus. Selections from The Transvestites: The Erotic Drive to Cross-Dress. In: STRIKER, Susan; WHITTLE, Stephen (ed). **The Transgender Studies Reader**. New York: Routledge, 2006

KOSELLECK, Reinhart. O futuro passado dos tempos modernos. In: **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KRAFFT-EBING, Richard von. Selections from Psychopathia Sexualis with Special Reference to Contrary Sexual Instinct: A Medico-Legal Study. In: STRIKER, Susan; WHITTLE, Stephen (ed). **The Transgender Studies Reader**. New York: Routledge, 2006.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LATOUR, Bruno. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Tendências e Impasses – o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEITE JR., Jorge. **Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti e “transexual” no discurso científico**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2011.

LESLIE, Ewan et al; FICKMAN, Andy. **She's The Man**. [Filme-vídeo]. Produção de Ewan Leslie et al, direção de Andy Fickman. Estados Unidos da América, Warner Brothers, 2006. 1 DVD, 105min. Cores, som.

LOPES, Pedro. **Negociando deficiências: identidades e subjetividades entre pessoas com “deficiência intelectual”**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

MACHADO, Helena. Crime, bancos de dados genéticos e tecnologia de DNA na perspectiva de presidiários em Portugal. In: FONSECA, Claudia; ROHDEN, Fabíola; MACHADO, Paula Sandrine (org.). **Ciências na vida: antropologia da ciência em perspectiva**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MÃE, Valter Hugo. **O filho de mil homens**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MARTYNOV, Leoníd. O problema da tradução. In: COELHO, Lauro Machado (seleção, tradução e notas). **Poesia soviética**. São Paulo: Algor Editora, 2007.

MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: A noção de pessoa, a de “eu”. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. In: **cadernos pagu** (28), janeiro-junho de 2007:101-128.

_____. A Teoria *Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, No 21, jan/jun 2009, pp.150-182.

MITCHELL, Timothy. Society, Economy and the State Effect. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (ed.). **The anthropology of the state: a reader**. Malden, Oxford and Victoria: Blackwell Publishing, 2006.

MONTEIRO, Marko. Controvérsias sobre genética e diferença: a pesquisa com câncer de próstata e disparidades raciais. In: FONSECA, Claudia; ROHDEN, Fabíola; MACHADO, Paula Sandrine (org.). **Ciências na vida: antropologia da ciência em perspectiva**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MOUTINHO, Laura. **Raço, “cor” e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul**. São Paulo: Unesp, 2004.

_____. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. In: **cadernos pagu** (42), janeiro-junho de 2014. Pp: 201-248.

NADAI, Larissa. **Descrever crimes, decifrar convenções narrativas: uma etnografia entre documentos oficiais da Delegacia de Defesa da Mulher de Campinas em casos de estupro e atentado violento ao pudor**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

NASCIMENTO, Silvana. Variações do feminino: circuitos do universo trans na Paraíba. In: **Revista de Antropologia**, SP, USP, 2014, v. 57, nº 2.

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. **Isto é contra a natureza? Decisões e discursos sobre conjugalidades homoeróticas em Tribunais brasileiros**. 2009. 256f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC).

_____. **Direitos sexuais de LGBT* no Brasil: jurisprudência, propostas legislativas e**

normatização federal. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria da Reforma do Judiciário, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID-10**. São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

PANOURGIÁ, Neni. **Dangerous Citizens**: The Greek Left and the Terror of the State. New York: Fordham University Press, 2009.

PELUCIO, Larissa. **Nos nervos, na carne, na pele**: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS. 2007. 312f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos (SP), 2007.

PETRYNA, Adriana. **Life Exposed**: Biological Citizens after Chernobyl. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2003.

PRADO, Luis Regis. **Curso de direito penal brasileiro**, volume 1: parte geral, arts. 1º a 120. 7 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

PRECIADO, Beatriz. **Manifiesto contra-sexual**. Madrid: Editorial Opera Prima, 2002.

RABINOW, Paul. Artificialidade e iluminismo: da sociobiologia à biosociabilidade. In: **Antropologia da razão**: ensaios de Paul Rabinow. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

ROBSON, Ruthann. Reinscribing Normality? The Law and Politics of Transgender Marriage. In: STRYKER, Susan; AIZURA, Aren Z. **The Transgender Studies Reader 2**. New York: Routledge, 2013.

ROHDEN, Fabíola. A construção da diferença sexual na medicina. In: **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 19 (Sup 2): S201-S212, 2003.

_____. Prescrições de gênero via autoajuda científica: manual para usar a natureza? In: Fonseca, C.; ROHDEN, F.; MACHADO, P.S. (orgs.). **Ciências na vida**: Antropologia da ciência em perspectiva. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

ROSENBERG, Charles. The Tyranny of Diagnosis: Specific Entities and Individual Experience. In: **The Milbank Quarterly**, Vol. 80, No. 2 (2002), pp.237-260.

SANTOS, Maria de Fatima Lima. **A construção do dispositivo da transexualidade**: saberes, tessituras e singularidades nas experiências trans. 182f. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social. 2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Campos, 1979.

SARTI, Cynthia. Corpo, violência e saúde: a produção da vítima. In: **Sexualidad, Salud y Sociedad** – Revista Latinoamericana. N.1, 2009, pp. 89-103.

_____. A vítima como figura contemporânea. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 61, p. 51-61, Jan./Abr. 2011.

SCHRITZMEYER, Ana Lucia Pastore. **Sortilégio de saberes**: curandeiros e juízes nos tribunais brasileiros (1900-1990). São Paulo: IBCCRIM, 2004.

_____. Nomes em julgamento: práticas judiciais padronizando identidades sexuais. In: CABRAL, João Pina & VIEGAS, Susana de Matos (org.) **Nomes**: gênero, etnicidade e família. Coimbra: Edições Almedina, 2007

_____. Formalmente sujeito de direitos, mas socialmente incapaz de efetivá-los. Etnografia de um júri (São Paulo/SP, 2008). **36º Encontro Anual da Anpocs**. Mesa Redonda “Direitos Humanos: direitos do sujeito e sujeito de direitos. Anais do 36º Encontro Anual da Anpocs, de 21 a 25 de outubro de 2012, em Águas de Lindóia, SP.

SCHWARCZ, Lilia. Prefácio – Quando todos os caminhos levam de Belém a São Paulo e vice-versa. In: CANCELA, Cristina Donza; MOUTINHO, Laura; SIMÕES, Júlio Assis (orgs.). **Raça, etnicidade, sexualidade e gênero**: em perspectiva comparada. São Paulo: Terceiro Nome, 2015.

SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil. Introduction: Rethinking Theories of the State in na Age of Globalization. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (ed.). **The anthropology of the state**: a reader. Malden, Oxford and Victoria: Blackwell Publishing, 2006.

SHARPE, Andrew. From Functionalities to Aesthetics: The Architecture of Transgender Jurisprudence. In: STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen (eds.). **The Transgender Studies Reader**. New York: Routledge, 2006.

SILVA, Virgílio Afonso da. O conteúdo essencial dos direitos fundamentais e a eficácia das normas constitucionais. In: **Revista de Direito do Estado** 4 (2006): 23-51.

STONE-SWEET, Alec. **Governing with Judges**: Constitutional Politics in Europe. Oxford, GBR: Oxford University Press, 2000.

STRATHERN, Marilyn. Necessidade de pais, necessidade de mães. In: **Estudos Feministas**, Ano 3, 2º semestre de 1995, pp 303-330.

TAYLOR, Matthew M.; ROS, Luciano Da. Os Partidos Dentro e Fora do Poder: A Judicialização como Resultado Contingente da Estratégia Política. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 51, nº 4, 2008, pp. 825 a 864.

TEIXEIRA, Flavia do Bonsucesso. **Dispositivos de dor**: saberes-poderes que conformam as transexualidades. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2013.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil – Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

VEÇOSO, Fabia Fernandes Carvalho *et al.* A pesquisa em direito e as bases eletrônicas de julgados dos tribunais: matrizes de análise e aplicação no supremo tribunal federal e no superior tribunal de justiça. In: **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, vol. 1, n. 1, jan. 2014, p. 105-139.

VIVEIROS DE CASTRO, E. No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é. In: **Eduardo**

Viveiros de Castro: Entrevistas. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2008.

WESTELAKEN, Gijs van de; KIANFAR, Negin; MOHR, Daisy. **The Birthday**. [Filme]. Produção de Gijs van de Westelaken, direção de Negin Kianfar e Daisy Mohr. Holanda, 2006. 62min49s. Cores, som. Disponível em: <http://www.cultureunplugged.com/play/4329/The-Birthday> (último acesso em: 09/04/2015)

WILDER, Billy et al; WILDER, Billy. **Some Like It Hot**. [Filme-vídeo]. Produção de Billy Wilder et al, direção de Billy Wilder. Estados Unidos da América, 20th Century Fox, 1959. 1 DVD, 120min. Preto e Branco, som.

ZAMBRANO, Elizabeth. **Trocando os documentos:** Um estudo antropológico sobre a cirurgia de troca de sexo. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

ZARIAS, Alexandre. **Negócio público e interesses privados** – a interdição civil e os dramas da família. São Paulo: Hucitec: Anpocs, 2005.

APÊNDICE A

Ficha de discursos - exemplo

TJPA

1. Processo Nº: 2007.3.004934-0
2. Resumo do caso:

Requerente apela contra sentença que indeferiu seu pedido de alteração de prenome e sexo, sob a justificativa de não haver erro ou falsidade no registro e de não servir a ação para resolver conflito psíquico e somático. MP e Procuradoria são favoráveis à apelação. Relator vota e os outros dois apenas o seguem. Apresenta um grande debate doutrinário sobre o uso de princípios no processo decisório e a importância do princípio da dignidade da pessoa humana. Laudos médicos são o instrumento de comprovação de que é de fato transexual.

3. Citações - bibliografia:

- RENTROIA, Cláudia Regina Lima - O transexualismo e a operação para mudança de sexo.
- CHAVES, Antônio. Direito à vida e ao próprio corpo
- SUTTER, Matilde Josefina. Determinação e mudança de sexo aspectos médico-legais
- BRAGA, Wladimir Flávio Luiz. Princípios gerais do direito

4. Citações – jurisprudência:

- TJRS – AC 70021120522 – Des. Rui Portanova – DJ 11/10/2007
- TJRS – AC 70013580055 – Des. Claudir Fidelis Faccenda – DJ 17/08/2006
- TJRS – AC 70022952261 – Des. José Ataídes Siqueira Trindade – DJ 25/04/2008
- TJRS – AC 70019900513 – Des. Claudir Fidelis Faccenda – DJ 13/12/2007
- TJBA – AC 32.337-9/96 – DJ 16/08/2000

5. Fragmentos temáticos

Tema/contexto	Citação
Possibilidade jurídica do pedido	A respeito da imutabilidade do nome, citamos, dentre outros, a professora Maria Celina Moraes, que defende a idéia de que, diante do princípio da dignidade humana, essa imutabilidade pode ser temporizada. Se levarmos em consideração a interpretação meramente gramatical da legislação vigente, tem-se que, de acordo com a lei nº 6.015/1973, só é possível a alteração do prenome em hipóteses de erro material no assento de nascimento. Dessa maneira, restaria impossível cogitar retificações para solucionar os casos dos transexuais. Além disso, os positivistas argumentam que não existe legislação acerca do assunto e essa falta impede a alteração do

	estado individual, que é, por estes, considerado imutável, inalienável e imprescritível. Ocorre que qualquer interpretação das leis ordinárias, que se pretenda isenta de erros, deve considerar os valores encerrados na Constituição, já que o bom emprego das regras que primam pelos princípios constitucionais constitui-se em alicerce da hermenêutica contemporânea. Assim, apesar de não existir regulamentação específica para o caso em comento, deve-se levar em conta os princípios norteadores do ordenamento pátrio, que tendem a estimar a dignidade da pessoa humana, que, in casu, teria o direito de ter reconhecido o gênero que tem física e psicologicamente em seu registro civil. Ressalta-se, portanto, que sempre se deve fazer uma interpretação teleológica e generalizada do ordenamento jurídico, englobando leis, normas e princípios.
Condição necessária ao pedido	Cirurgia. É mencionada diversas vezes como uma característica fundamental da transexualidade (o desejo de fazê-la) e da mudança de registro (alteração da “situação fática”, do “sexo anatômico”).
Biografia	Apelante, desde a infância, possuía um comportamento feminino-símile. Aos 19 anos, ele iniciou a utilização de hormônios femininos e passou a se travestir. Durante sua infância e puberdade apresentou comportamento feminino-símile; c) fez tratamento endocrinológico e psicológico fazendo uso de hormônios femininos; d) nunca apresentou ervação compatível com intercurso sexual ativo e apresentou total ausência de interesse por indivíduo do sexo feminino
Conceito de transexualidade	Na Europa, submeteu-se a tratamentos endocrinológico e psicológico, que findaram por recomendação médica pela realização da cirurgia. A análise procedida no apelante concluiu por disforia de gênero ou transtorno de identidade sexual. Ressaltou-se que a denominação transexualismo foi retirada dos desvios de comportamento sexual e alterada para transtorno de identidade de gênero, passando, em virtude disso, a ter uma conceituação médica de terapêutica cirúrgica bem padronizada. Consoante pesquisas, esses casos são originados nas esferas cerebrais, em fases iniciais da gestação, como consequência de um bombardeamento hormonal que imprime ao encéfalo características anatômicas e funcionais do gênero oposto. A respeito da disforia de sexo, tem-se: O indivíduo que possui a convicção inalterável de pertencer ao sexo oposto ao constante em seu Registro de Nascimento, reprovando veementemente seus órgãos sexuais externos, dos quais deseja se livrar por meio de cirurgia é chamado de transexual.
Direito e atualidade	Não se deve, portanto, interpretar a norma de forma pontuada, sem levar em consideração a sociedade e suas mudanças, os costumes e as necessidades pessoais dos jurisdicionados. Assim, devem ser considerados, no momento da interpretação, além das normas determinadas, os princípios constitucionais e a realidade a ser tratada com suas metamorfoses e necessidades. Como lecionava Carlos Maximiliano (1984, 126): como todo cultor de ciência relacionada com a vida do homem em comunidade, não poderá fechar os olhos à realidade; acima das frases, dos conceitos, impõem-se, incoercíveis, as necessidades dia a dia renovadas pela

	coexistência humana, proteiforme, complexa. O dinamismo da vida moderna não pode ser limitado por regramentos conflituosos entre a realidade fática e o ordenamento abstrato e muitas vezes arcaico. As leis, lato sensu, devem acompanhar a evolução da sociedade. Sua interpretação deve levar à solução dos conflitos gerados pelas novas tecnologias e possibilidades de alteração de situações extraordinárias.
Verdade	Considerando a cirurgia (condição física) e o transtorno de identidade de gênero (condição psíquica), o apelante, na verdade, trata-se de um ser humano do sexo feminino, que quer ter essa condição atestada, assim como no mundo fático, em seu registro civil.
Saber médico	Considerando que à ciência é impossível agir no sistema nervoso central, resta, como única alternativa, adaptar o corpo, por meio de redesignação cirúrgica, com o fim de reintegrar os pacientes, ressocializando-os definitivamente. Constam dos autos fotos e laudos comprobatórios da mudança de sexo e do transtorno de identidade de gênero. Concluindo, inclusive, o laudo do Centro de Perícias Renato Chaves, por inexistência de empecilho para alteração do registro. Sutter: inócua qualquer tentativa no sentido de reconduzir psicologicamente o transexual ao seu sexo anatômico, uma vez que todas as técnicas psicoterápicas se mostram absolutamente ineficazes, nesse sentido, possivelmente devido à falta de cooperação do paciente, que rejeita o tratamento. (...). Afirmamos em outra ocasião, que nenhum argumento é capaz de movê-lo, pois o 'transexual, em geral, na prática, não admite discutir essa situação, só o fazendo com vistas à mudança de sexo. Esta lhe é tão necessária que absorve todo o seu interesse, de modo a impedir o seu desenvolvimento pessoal'. O transexual se ofende e se revolta quando lhe indicam tratamento psicoterápico". Esta insistência e imperatividade de ajuste sexual, característica do transexual primário, aliada à inocuidade do tratamento psicoterápico, é que levou muitos países a admitir o caminho inverso: a mimetização do sexo morfológico, procurando adequá-lo ao sexo psicológico, eliminando assim a causa da repulsa que conduz invariavelmente ao suicídio e à automutilação. Para o transexual primário, a solução é cirúrgica, como a realizada pelo autor, com a eliminação do pênis e do escroto e a construção de uma neo-vagina e vulva, além da implantação de próteses de silicone nas mamas, para dar aparência feminina, e eliminação do pomo de Adão, para retirar qualquer resquício do sexo morfológico
Direitos, cidadania	Ao buscar a jurisdição, o apelante quer sentir-se respeitado em sua dignidade, pois almeja que sua condição psíquica e, agora, a física, sejam reconhecidas, de modo a constar de seu registro civil, evitando, assim, constrangimentos. O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana engloba em si vários direitos que devem ser garantidos às pessoas, tais como: direito à cidadania, à igualdade, à personalidade, ao nome, e outros. Percebe-se, dessa forma, que a finalidade do recurso é ter garantida sua cidadania e seu direito ao nome, que faz parte do que chamamos de direito da personalidade. Esse é o fim precípua buscado pelo transexual, em vistas à melhoria de suas relações sociais e pessoais e, por fim, à

	<p>garantia de sua dignidade como ser humano. O princípio que está em discussão, quando se trata do conflito dos transexuais com a legislação (ou a inexistência dela), é o da dignidade da pessoa humana. Afere-se, por conseguinte, que o direito de retificar seu prenome encontra-se baseado nos princípios que emanam do direito fundamental da dignidade da pessoa humana, pois, privar o transexual desse ato é fechar os olhos para a honra e a integridade desse sujeito, ou seja, é não atentar para um dos mais basilares princípios fundamentais. De tal modo que, analisando o Código Civil e a Lei de Registros Públicos à luz da Constituição Federal (artigos 1º, III; 5º, X), não há como emprestar entendimento diverso a essas leis, senão o de que é permitido aos transexuais a alteração do seu prenome.</p>
Terceiros	<p>Ressalta-se, por fim, que também é protegido constitucionalmente o princípio da informação. O registro civil é algo notoriamente informativo e, para evitar erro ou constrangimento de terceiro, parte da doutrina assevera que deve a situação de alteração de gênero em decorrência de decisão judicial ser averbada no registro civil. Ocorre que isso atingiria cabalmente a dignidade, a privacidade e a liberdade da pessoa, que se veria constrangida todas as vezes que apresentasse sua documentação pessoal. De nada serviria a tutela jurisdicional, caso ela expusesse o apelante a constrangimento igual, ou até pior, ao que ele quer se ver livre. Averbar no registro civil que seu sexo e nome foram mudados por decisão judicial faria a prestação jurisdicional perder o sentido de evitar constrangimento.</p>